

**A Negociação como Processo
Infocomunicacional e
Intercultural:
O que os negociadores
precisam saber em países de
língua portuguesa**

*Coleção Mediações Interculturais &
Negociações Internacionais*

Livro 9



**Organizadores: Roberto Vilmar Satur
Armando Malheiro da Silva**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITOR

Valdiney Veloso Gouveia

VICE-REITORA

Liana Filgueira Albuquerque



DIRETOR DO CCTA

Ulisses Carvalho da Silva

VICE-DIRETORA

Fabiana Cardoso de Siqueira



EDITORA CCTA

CONSELHO EDITORIAL

Carlos José Cartaxo

José Francisco de Melo Neto

Magno Alex Seabra

Marcílio Fagner Onofre

Ulisses Carvalho da Silva

EDITOR

José Luiz da Silva

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

Pedro Nunes Filho

ROBERTO VILMAR SATUR
ARMANDO MALHEIRO DA SILVA
(Organizadores)

**A NEGOCIAÇÃO COMO PROCESSO
INFOCOMUNICACIONAL E INTERCULTURAL:
O que os negociadores precisam saber em
Países de Língua Portuguesa**

Coleção: Mediações Interculturais & Negociações Internacionais
Livro 9 (e-book)

EDITORA DO CCTA
João Pessoa, PB, Brasil

2021

Promoção:



Grupo de Pesquisa em Mediações Interculturais, Negociações e
Negociadores Internacionais no Mundo **(MINNI-Mundo)**
e **Observatório Mini-Mundo** (Brasil)

Em parceria com membros do Centro de Investigação Transdisciplinar
(CITCEM) - Grupo Informação, Comunicação e Cultura Digital
(Portugal) e demais parceiros internacionais.

Livro lançado em versão digital (e-book).

Arte da Capa: Guilherme Meira

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos
autores. Cada capítulo foi escrito de forma independente e, portanto,
a revisão textual, o cumprimento das normas da ABNT e a
responsabilidade ética e legal é do(a)s autor(es)as.

Permite-se a reprodução parcial ou total desta obra, desde que
sempre preservada e citada a autoria e a editoria, garantindo os
direitos autorais.

Editora do CCTA: Acesso aberto e gratuito (*open access*).

Livros da Coleção disponíveis em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/colecoes/titulos>

ISBN: 978-65-5621-189-3 (e-book)

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

N384 A negociação como processo infocomunicacional e intercultural: o que os negociadores precisam saber em países da língua portuguesa [recurso eletrônico] / Organização: Roberto Vilmar Satur, Armando Malheiros da Silva. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2021. (Coleção: Mediações Interculturais & Negociações Internacionais; Livro 9)

Recurso digital (69KB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-189-3

1. Língua Portuguesa - Negociações. 2. Comunicação Intercultural. I. Satur, Roberto Vilmar. II. Silva, Armando Malheiros.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 811.134.3:341.76

Elaborada por Susiquine Ricardo Silva – CRB 15/653

É proibido o uso dessa obra para fins comerciais (venda).

Direitos de Edição reservados à Editora CCTA.

EDITORA DO CCTA/UFPB

Cidade Universitária, Campus I – João Pessoa – PB CEP 58.051-900

Site: <http://www.editoradoccta.com.br/index.html>

Fone: +55 (83) 3216.7688

Produzido no Brasil. *Made in Brazil*

SOBRE A COLEÇÃO

A Coleção Mediações Interculturais & Negociações Internacionais é uma organização de membros do Grupo de Pesquisa Mediações Interculturais, Negociações e Negociadores Internacionais no Mundo (MINNI-Mundo) com apoio de vários colaboradores internos e externos à UFPB e ao Brasil. Esse grupo de pesquisa originalmente surgido de um grupo de professores do Departamento de Mediações Interculturais (DMI), vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem alcançado novos voos graças à ajuda colaboradores convidados de outros centros da UFPB, de outras instituições do Brasil e do exterior e profissionais da área. A Coleção tem a pretensão de instigar publicações em Mediações Interculturais e também em Negociações Internacionais e seus assuntos correlatos. Chegamos agora ao número 9 dessa Coleção, com a colaboração interdepartamental, intercentro, interinstitucional, intercultural e internacional. Um sonho que se torna realidade graças a reflexão de muitos cérebros e o trabalho de muitas mãos.

A COLEÇÃO

Acesse obras da Coleção: Mediações Interculturais & Negociações Internacionais

- ✓ *Negociações e negociadores no mercado internacional: reflexões sobre epistemologia, interculturalidade e cultura digital*
- ✓ *Atuação em ambientes interculturais: guia de competências profissionais, infocomunicacionais e digitais para negociar*
- ✓ *A negociação como processo infocomunicacional e intercultural: o que os negociadores precisam saber em países de língua portuguesa*
- ✓ *Profissão de negociador internacional no Brasil: regulamentar ou não regulamentar?*
- ✓ *Negociadores internacionais: atuação profissional com competência*
- ✓ *Negociações internacionais para promover o turismo, o desenvolvimento e a integração fronteiriça do Mercosul: o caso do Circuito Internacional das Missões Jesuíticas na Entrada do Século XXI*
- ✓ *Plano de marketing de exportação para uso de negociadores de pequenas e médias empresas*
- ✓ *Itinéraire d'un voyage en Allemagne: pontos de vista de uma viajante*
- ✓ *Uma década de LEA-NI no ponto extremo das américas: negociações internacionais*
- ✓ *Uma década de LEA-NI no ponto extremo das américas: interculturalidade*

AGRADECIMENTOS PELA COLEÇÃO

Agradecemos, primeiramente, a Deus pela sua presença constante e pelo seu amor incondicional. Aos familiares, amigos e colegas de jornada pelo apoio de sempre. Agradecemos a todos os atores da UFPB (alunos, egressos, professores, técnicos-administrativos, estagiários, bolsistas, discentes voluntários e terceirizados) que tem visão proativa e fazem a UFPB acontecer. Agradecemos também a Direção do CCHLA e sua equipe, a todos que fazem parte do Departamento de Mediações Interculturais (DMI), do Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais (LEA-NI) da UFPB, do grupo de pesquisa MINNI-Mundo e do Observatório Mini-Mundo, a direção do CCTA, especialmente na pessoa do prof. Dr. Ulisses Carvalho da Silva e a todo o grupo que faz parte da Editora do CCTA, em especial ao editor José Luiz da Silva. Agradecemos aos parceiros nacionais e internacionais que aceitaram o desafio de estarem conosco. São muitos e eles aparecerão no decorrer deste livro. Com esse livro, tentamos devolver um pouco do que a sociedade nos deu através da oportunidade que tivemos de estudar e trabalhar em universidades de qualidade. Acreditamos que estamos fazendo o que é nossa obrigação.

AGRADECIMENTOS PELO LIVRO

Agradecemos, primeiramente, a Deus pela sua presença constante e pelo seu amor incondicional. Obrigado por nos guiar e nos orientar por todo caminho. Toda honra e toda glória sejam dadas à Ele e para Ele!

Aos familiares e amigos dos organizadores e dos escritores dessa obra, obrigado pelo apoio. É para vocês também que dedicamos este livro.

Os organizadores da presente obra são gratos a UFPB, em todas as suas instâncias e todos que dela participam como atores e por suas atitudes promovem uma Universidade que preza pela excelência. Isso inclui a Reitoria e as Pró-reitorias, o CCHLA, o CCTA, a Editora do CCTA, o DMI, o LEA-NI, o Grupo de Pesquisa MINNI-Mundo e o Observatório Mini-Mundo, os dirigentes, os discentes, os técnicos, os docentes, os terceirizados e a comunidade em geral.

Obrigado a Universidade do Porto por permitir, em certo momento, o contato dos organizadores (Armando Malheiro da Silva e Roberto Vilmar Satur) em uma parceria de pesquisa de pós-doutorado, momento em que surgiu a ideia do livro agora finalizado e publicado com sucesso. Nesse caso, não se pode deixar de mencionar a Faculdade de Letras (FLUP) daquela instituição, também o ICPD, programa de doutoramento que a Universidade do Porto promove em parceria com

a Universidade de Aveiro e o Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da FLUP. Inclui-se aí o agradecimento ao Grupo de Pesquisa Informação, Comunicação e Cultura Digital vinculado ao CITCEM da FLUP da U. Porto.

Obrigado as equipes que se organizaram e escreveram os capítulos. Sem vosso esforço esse livro seria apenas um projeto interessante que não avançou. Muito obrigado aos cidadãos do mundo que colaboraram conosco nesse processo e que mencionaremos a seguir. Começamos pelo português Armando Malheiro da Silva (Universidade do Porto, Portugal) e o brasileiro Roberto Vilmar Satur (Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil), pela organização e pela escrita de alguns capítulos (2 e 3) relevantes para dar o contexto do livro; aos brasileiros José Dalmo Silva de Souza (UNIJUI e IFFarroupilha, Brasil) e Dieter Rugard Siendenberg (UNIJUI) pela escrita do capítulo 1 que escreveram sobre a língua portuguesa e alguns de seus interessantes desdobramentos; ao angolano Francisco Patrício Esteves que compartilhou conosco seus conhecimentos sobre Angola; às brasileiras Márcia Paixão, Alyanne de Freitas Chacon, Márcia Félix e Roberto Vilmar Satur (todos da UFPB, mas tendo nascido e vivido em diferentes estados e regiões brasileiras) que apresentaram o Brasil; aos caboverdianos Manuela O'Bannon e Neusa Vicente (Ministério da Educação de Cabo Verde), Baltazar Neves (Universidade de Cabo Verde) e Celso Martins (Enapor, Cabo Verde) que com seus escritos fazem-nos conhecer melhor Cabo Verde; ao guineense Samba Sané (UERGS, Brasil), que nos apresentou Guiné-Bissau; aos portugueses Olívia Pestana e António Cardoso (Universidade do Porto, Portugal) que nos fizeram conhecer mais sobre Portugal; ainda

novamente a professora Olívia Pestana que, em conjunto com Vítor Gomes Teixeira (Universidade Católica Portuguesa, Portugal), que baseados em suas vivências e experiências por terras asiáticas, colaboraram contando-nos seus conhecimentos sobre Macau; à moçambicana Rosa Manuela Pinto Teixeira Munguambe (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique) que nos apresentou Moçambique; e às timorenses Constância Sofia Cornélio Barros de Jesus e Bia Ble Hitu Carvalho de Jesus (doutorandas na Universidade do Porto e de Évora, respectivamente), que junto com Olímpia Elisa Fátima Belo (Timor-Leste) nos apresentaram o mais oriental de todos os países de Língua Portuguesa: o Timor-Leste. Agradecemos ainda ao português Vasco Ribeiro (Universidade do Porto, Portugal) pelo brilhante prefácio e ao embaixador português João Ribeiro de Almeida, presidente do Instituto Camões, pela belíssima apresentação deste livro.

Como pode-se constatar, este livro é fruto de muitas mãos, mãos e mentes com diversidades culturais. É um livro intercultural na essência. Mas em comum os autores possuem uma característica: são falantes da Língua Portuguesa. Mesmo que, às vezes, as falem de uma forma um pouco diferente. Uma língua que nos une respeitando nossas diferenças culturais. Somos gratos a Língua Portuguesa. Pois ela permite que sejamos cidadãos do mundo sem perder nossas identidades.

APRESENTAÇÃO

“A NEGOCIAÇÃO COMO PROCESSO INFOCOMUNICACIONAL
E INTERCULTURAL – O que os negociadores precisam saber
em Países de Língua Portuguesa”

Num momento em que pugnamos pela multiplicação de obras, ensaios, comunicações, relatórios, sínteses, estudos, dissertações, monografias, teses em Língua Portuguesa (LP) na área de investigação e da ciência nas suas mais diversas vertentes, como mais uma indispensável manifestação da pujança e da fortaleza do nosso idioma no concerto das línguas globais, numa insaciável sociedade da informação, é com especial satisfação que saúdo esta publicação e é com particular regozijo que apresento este livro, após desafio nesse sentido dos organizadores do mesmo, os Professores Roberto Vilmar Satur e Armando Malheiro da Silva.

Pude igualmente comprovar que se trata de mais uma colaboração académica de grande nível entre instituições e insignes e atentos investigadores universitários do Brasil e de Portugal (uma menção particular para o Universidade do Porto), com um forte e especial envolvimento da Universidade Federal da Paraíba – Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), que edita a obra, sobre uma

temática sumamente importante e atual: a negociação perante cenários de diversidade comunicacional e cultural.

Uma palavra também de apreço e admiração por todos e cada um dos investigadores, de todas as latitudes, que acederam a apresentar os seus textos com um didático e atual roteiro para conhecer, melhor compreender e negociar nas diversas geografias onde se fala (se pensa e se decide) em português, muitas vezes não escondendo, pelo contrário, partilhando, de forma frontal, as idiossincrasias de muitas das realidades com que nos deparamos localmente (seja onde for) e as especiais características de cada um dos povos que compõem a CPLP. Isto torna esta obra ainda mais interessante e eficaz, porquanto propicia um entendimento completo sem subterfúgios dos respetivos quotidianos, ainda que numa perspetiva forçosamente subjetiva.

Trata-se de uma matéria que, acresce, se destina sobretudo aos Países de Língua Portuguesa e que, portanto, enriquecerá o nosso acervo comum e permitirá uma reflexão sobre como podemos e devemos aprofundar o nosso relacionamento mútuo no seio da CPLP.

Tal como na nota introdutória os organizadores desta publicação explicaram de forma sobremaneira clara, o objetivo é potenciar o diálogo para melhor nos conhecermos e interagirmos. Poderá ser longo esse caminho, mas afigura-se-me incontornável que são obras como esta que, impregnadas de um espírito de pesquisa insaciável e minuciosa sobre uma temática muito atual, farão

aproximar de forma crescente os variados universos de falantes de uma LP cada vez mais pluricêntrica. As realidades e as dinâmicas são por vezes distintas, mas não podemos, efetivamente, desperdiçar este ativo comum que é falarmos e entendermo-nos no mesmo idioma, na mesma estrutura linguística, ainda que com as suas variedades e estilos (que enriquecem, ainda mais, o português).

Contribuiremos, assim, de forma indelével para a construção de um espaço comum que vai muito para além do tradicional (e igualmente importante, eu diria indispensável) mundo dos afetos que já nos acerca, exatamente pela partilha da mesma língua, mas que agora pode e deve ir muito mais longe, como, por exemplo, fazendo da LP uma efetiva língua de negócios e de inovação, até porque está comprovado que, por muito que estejamos todos afastados geograficamente, falar e interagir no mesmo idioma quebra barreiras psicológicas e facilita, no comércio em especial, a confiança, algo que estará logo em condições de resultar num crescimento exponencial de investimentos em todos os sentidos e em todas as latitudes. Esta constatação vale para muitas outras variáveis, como por exemplo para o turismo, criando cumplicidades e mais-valias que, de uma outra forma e perante outras realidades, seriam mais difíceis ou impossíveis de construir.

A temática abordada nesta obra é, pois, e como atrás já referi, de primeiríssima atualidade e contribuirá para uma maior valorização do espaço CPLP, quer no interior daquele universo, quer na forma

como de fora nos percebem. Ajudará a um relacionamento entre todos de maior qualidade e, principalmente, de melhor compreensão recíproca e facilitará entendimentos, sejam económicos, turísticos, empresariais, políticos, culturais, sociais, das respetivas sociedades civis, ou, mesmo, nos contactos pessoa a pessoa.

Como dirigente de uma agência estatal de um país membro da CPLP que tem entre as suas prioridades a promoção e divulgação da língua e das mais diversas manifestações da cultura dos que se expressam em português e também nos cabendo a coordenação e a supervisão das atividades e políticas públicas de cooperação para o desenvolvimento, só me posso congratular por mais esta obra científica em LP, um autêntico manual, um guia, para melhor conhecermos os países membros desta nossa Comunidade, que enriquecerá o património comum e estou convicto que melhor alicerçará as pontes de entendimento entre este vasto universo espalhado por quatro continentes, potenciando as relações, mormente económico-comerciais e da atividade turística.

Todos ganharemos com isso.

26.05.2021

João Ribeiro de Almeida

Presidente do Camões I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua.

PREFÁCIO

Viagem, conhecimento, tolerância e muita diversidade

No fim do verão de 2019, quando me preparava para sair apressadamente de um *ferryboat* que me levava de Helsínquia para Talin, toquei no ombro de uma senhora que caminhava num arrastado passo, num simples ato inadvertido de quem pretende transmitir “deixe-me passar, por favor”. Mas, logo que encosto a mão, a senhora reage como se lhe tivesse cometido uma sevícia e desata a largar aquilo que me parecia ser um insulto estónio. Sem sucesso, tentei explicar em inglês, perante as dezenas de pessoas que estavam ali à volta e que me olhavam com reprovação, que só precisava de passar porque estava atrasado para um comboio que me iria levar a Riga, na Letónia. Incompreendido, corado e sem jeito, afastei-me com a senhora sempre a vociferar com o dedo em riste só por que lhe havia tocado no ombro.

Já no comboio, e mesmo estando sozinho, não consegui segurar uma gargalhada com toda a inusitada situação, porque veio-me à memória um episódio semelhantemente inverso que protagonizei quando, um ano antes, viajava num *chapa*¹ entre Marracuene e

¹ O “*chapa*” é a denominação corrente do transporte popular em Moçambique. O

Maputo, em Moçambique. Lembrei-me que também protestei quando, para além do incómodo de me encontrar entalado entre os ocupantes da viatura, ainda ensaiaram sentar um provectoro senhor no meu colo. Reclamei veementemente perante aquilo que me parecia ser uma tortura e lá fui mimado com um... “*muzungo*”².

Com a sobreposição destes dois acontecimentos protagonizados na primeira pessoa, e na tranquilidade que a viagem de comboio me estava a proporcionar, dei por mim a rever e a interpretar os dois incidentes à luz das teorias e dos modelos da Comunicação Intercultural, matéria que havia lecionado na FLUP nos primeiros anos da minha carreira de docente. Rapidamente percebi que os dois casos configuravam um *choque cultural*, em particular uma presunção errada no âmbito da *proxémica* que, como se sabe, configura a forma como os indivíduos de uma determinada sociedade estabelecem as distâncias físicas e regem a utilização do espaço entre si.

Perante a obra ***A Negociação como Processo Infocomunicacional e Intercultural – O que os Negociadores Precisam Saber em Países de Língua Portuguesa*** organizada pelos professores Roberto Vilmar Satur e Armando Malheiro da Silva, que é, *per si*, um roteiro para evitar choques culturais e uma bússola para

mesmo que em Cabo Verde se chama de “*iásse*” e que, no essencial, se trata de um taxi-carrinha ou táxi-van, não regulamentado. Tipo “*pau de arara*” do nordeste brasileiro, mas num formato “van”.

² Epíteto pejorativo usado na África austral para chamar a um indivíduo de raça branca, patrão ou chefe.

negociadores que procuram saber mais sobre os países de língua portuguesa, também dei por mim a visitar autores de Comunicação Intercultural, como Edward Hall, Geert Hofstede ou Fons Trompenaars. Em particular, aquilo que estes autores definem como barreiras culturais e onde se encontram, para além dos comportamentos não-verbais (onde os gestos, as expressões faciais e os comportamentos corporais dominam), vários potenciadores de equívocos, como a diferença nas *convenções*, nas *práticas*, nos *estilos*, nos *estereótipos* e, se adotarmos a *metáfora do iceberg*, os submersos *valores*, as *assunções* e, não raras vezes, as *frustrações* históricas de um povo.

No espaço lusófono todos os pressupostos elencados estão presentes, mas há um que, ao invés de ser uma barreira, assume-se como cimento que une as diferentes culturas – a língua. Sem esquecer que nos diferentes países e territórios de língua oficial portuguesa existem centenas de outras línguas e dialetos locais que nem o tempo nem as ditaduras políticas conseguiram apagar, e que devem ser, a todo custo, preservadas e fortalecidas, o português tem sido uma ponte que atenua os oceanos que nos separa, dando corpo a projetos culturais, académicos e científicos em todas as áreas do conhecimento.

Os diferentes e reputados autores que a presente obra reúne conseguem dar-nos uma ampla radiografia intercultural de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Macau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, bem como um conjunto de ensaios sobre a língua, a CPLP

e as conjunturas que atravessamos na infocomunicação e na cultura digital destes territórios em análise. Como bem dizem os organizadores no “Introito”, “a língua comum, veículo de ideias, crenças, hábitos, práticas e idiossincrasias” servirá sempre como um “legado comum que facilita o diálogo e a negociação”.

Esta obra também representa um importante contributo para o campo da comunicação política, já que a cultura de um povo baliza os indivíduos e a sociedade e determina como estes agem politicamente. O leitor irá descobrir respostas que, normalmente, são tidas como subjetivas ou não identificáveis em determinada sociedade, não só através de uma dimensão conjuntural e pontual, como também outras mais estruturais e duradouras na identificação das diferentes culturais aqui representadas. Destaca-se, ainda, a forma rigorosa e distantes como os autores conseguem retratar algumas das tensões e conflitos políticos existentes em cada país, não obstante estar sempre assegurado uma visão profundamente humanista, bem como uma inabalável defesa dos direitos e garantias fundamentais da humanidade.

Em suma, ao longo dos onze capítulos, destaca-se o cuidado dos autores em preservarem a diversidade cultural e a identidade que saudavelmente nos diferencia, mas também a partilha de várias informações, dados, factos e ferramentas que nos permitem examinar o contexto e as particularidades dos países aqui retratados,

diminuindo fronteiras comunicacionais e combatendo as generalizações vulgares potenciadoras de desinformação.

Sabendo que as *viagens* e as suas mundividências (como as que aqui partilhei), bem como a procura do *conhecimento* e da informação sobre as diferentes dimensões culturais, quando alicerçadas na *tolerância*, são os ingredientes necessários para acabar com choques e equívocos culturais, também a presente obra se assume como um importante contributo para a construção de uma sociedade humanista, justa e próspera, sempre no cumprimento dos valores da Universidade.

Vasco Ribeiro

FLUP – Universidade do Porto

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS PELA COLEÇÃO.....	8
AGRADECIMENTOS PELO LIVRO	9
APRESENTAÇÃO	12
<i>João Ribeiro de Almeida</i>	
PREFÁCIO.....	15
<i>Vasco Ribeiro</i>	
INTROITO.....	23
<i>Roberto Vilmar Satur e Armando Malheiro da Silva</i>	
CAPÍTULO 1 - A LINGUAGEM, O PORTUGUÊS E A ASSOCIAÇÃO DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	28
<i>José Dalmo Silva de Souza e Dieter Rugard Siendenberg</i>	
CAPÍTULO 2 - O ESPAÇO CPLP.....	38
<i>Roberto Vilmar Satur e Armando Malheiro da Silva</i>	
CAPÍTULO 3 - INTERCULTURALIDADE E INTERCONECTIVIDADE INFOCOMUNICACIONAL NA CPLP	48
<i>Roberto Vilmar Satur e Armando Malheiro da Silva</i>	
CAPÍTULO 4 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM ANGOLA: informações relevantes.....	57
<i>Francisco Patrício Esteves</i>	
CAPÍTULO 5 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR NO BRASIL: informações relevantes.....	99
<i>Roberto Vilmar Satur, Alyanne de Freitas Chacon, Márcia Félix e Márcia Cristina Silva Paixão</i>	

CAPÍTULO 6 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM CABO VERDE: informações relevantes.....	183
<i>Manuela O'Bannon, Neusa Vicente, Baltazar Neves e Celso Martins</i>	
CAPÍTULO 7 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM GUINÉ-BISSAU: informações relevantes.....	250
<i>Samba Sané</i>	
CAPÍTULO 8 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM MACAU: informações relevantes para negociação numa cultura euro-asiática.....	292
<i>Olívia Pestana e Vítor Gomes Teixeira</i>	
CAPÍTULO 9 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM MOÇAMBIQUE: informações relevantes.....	334
<i>Rosa Manuela Pinto Teixeira Munguambe</i>	
CAPÍTULO 10 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM PORTUGAL: informação para negociação num país em transição digital.....	384
<i>Olívia Pestana e António Cardoso</i>	
CAPÍTULO 11 - ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM TIMOR-LESTE: informações relevantes.....	411
<i>Bia Ble Hitu Carvalho de Jesus, Constância Sofia Cornélio Barros de Jesus e Olímpia Elisa Fátima Belo</i>	

INTROITO

Roberto Vilmar Satur³

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Armando Malheiro da Silva⁴

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

A pretensão deste livro é contribuir para que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) se conheça melhor entre si, indo além das habituais negociações entre governos e das relações burocráticas dos Estados, ou sob a tutela destes.

A ideia é incentivar as pessoas e as empresas a visitarem, a fazerem turismo, acordos e negócios e a investirem nos parceiros que

³ Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB, Brasil), revalidado em Portugal. Mestre em Economia (UFPB). Especialista em Comércio Exterior e Bacharel em Economia (UNIJUI). Bacharel em Administração (URI). Professor do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) do CCHLA e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA) da UFPB (Brasil). Contato: robertosatur@yahoo.com.br

⁴ Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Professor do Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) da Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho. Graduado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Tem pós-graduação em Biblioteconomia e Arquivologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e estudos avançados no exterior. Palestrante internacional. Contato: armando.malheiro@gmail.com

têm em comum a língua portuguesa como sua (ou uma das suas) língua oficial, alguns outros aspectos da cultura e que em algum momento fizeram parte de Portugal, quer como estado, quer como colônia ultramarina, que envolve um país do continente americano, vários do continente africano, além de Ásia/Oceania. Língua comum, veículo de ideias, crenças, hábitos, práticas e idiossincrasias, em suma, legado comum que facilita o diálogo e a negociação. Já Churchill, acérrimo defensor da integridade e da sobrevivência do Império, anseio que o futuro pós-Segunda Guerra Mundial frustraria, proclamara:

A dádiva de uma língua comum é uma herança inestimável e bem poderá tornar um dia a fundação de uma cidadania comum. Gosto de imaginar britânicos e americanos a moverem-se livremente pelos vastos territórios uns dos outros sem sequer se sentirem estrangeiros entre si⁵.

Porém, gera, em contraponto, entraves e resistências, quer porque esse legado não é necessariamente homogêneo, quer porque a posição de colonizador e de colonizado, de dominação e de dominado, gerou entropia e natural desconfiança antes e após os processos de libertação. Porém, esse quadro não é simples e é inegável que, terminado o período colonial, a semente da amizade resistiu e

⁵ Discurso de Winston Churchill em 6 de setembro de 1943, por ocasião do Doutorado Honoris Causa concedido pela Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, cit. por ROBERTS, Andrew. **Churchill**: caminhando com o destino. Alfragide: Texto Editores, 2018, p. 865.

medrou.

Paradoxalmente e não obstante o lastro afetivo, as antigas colônias portuguesas não se aproximaram como deveriam, pouco conhecem umas das outras e não tem relações próximas como poderiam ter. Nem mesmo o facilitador, que é a língua portuguesa e a identidade em comum de terem sido ex-colônias portuguesas, foi diferencial para maior aproximação.

Existe a chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que é uma tentativa de maior aproximação, mas ainda não está sendo o suficiente, ao menos na perspectiva de negócios de mercado e turismo entre esses países. No quesito turismo a exceção pode ser Portugal, pois existe uma grande procura de turistas dessas ex-colônias para visitar aquele país, inclusive como porta de entrada para a Europa. O mesmo vale para intercâmbios estudantis e serviços de educação, percebe-se uma grande quantidade de nascidos nas ex-colônias estudando em Portugal.

Pesquisa realizada em 2019, durante o pós-doutorado⁶, em três universidades portuguesas, incluindo cursos afins para gestão, negócios, negociações e línguas estrangeiras, demonstraram, por exemplo, que 11% dos alunos nas salas de aula eram brasileiros, na pesquisa percebeu-se a presença de duas dezenas de nacionalidades diferentes, incluindo os países que já foram colônias portuguesas um

⁶ Pós-doutorado de Roberto Vilmar Satur na Universidade do Porto, sob a supervisão de Armando Malheiro da Silva.

dia. A antiga metrópole também se tornou um mercado muito procurado para trabalho, especialmente por pessoas oriundas de países que eram suas ex-colônias da África e também do Brasil. Igualmente, percebe-se que Portugal é um local que muitos aposentados, especialmente brasileiros, escolhem para viver, buscando melhor qualidade de vida e segurança. Mas esse fenômeno de aposentados também ocorre em fluxo contrário, pois é grande o número de portugueses que escolhem o litoral do Nordeste brasileiro para viver a sua velhice ou fazer investimentos, especialmente imobiliários. Existem também muitos portugueses residindo e trabalhando em países que eram suas ex-colônias. Portanto, existe ainda relevante relação de negócios entre Portugal e suas ex-colônias, mas o mesmo não se pode dizer dessas negociações entre as ex-colônias, especialmente no que tange o seu mercado privado e sua gente.

Esse livro tem a pretensão de contribuir para divulgar o espaço de oportunidade entre os países falantes de língua portuguesa e também destes para o mundo. Queremos, de alguma forma, colaborar para colocar o espaço CPLP no radar das pessoas e do mercado privado como um espaço a descobrir, conhecer e a investir, um espaço de oportunidades, para isso, acreditamos que a informação e sua forma de comunicar para melhor difundir tem papel fundamental. Acreditamos que contribuiria, nesse sentido, que seus membros nativos, já com vivência internacional, se voltassem para o seu interior

e escrevessem sobre o seu país, buscando orientar quem vem de fora a saber mais do seu país antes de lá chegar. Nessa empreitada, incluímos também Macau, que embora não seja um país, também fez parte da colonização portuguesa e, para tal, convidamos dois portugueses que muito bem a conhecem para falar da mesma.

Pensando nisso, partimos em busca de parceiros nos diversos países irmãos. Em alguns não obtivemos resposta afirmativa a tempo do capítulo ser elaborado e incluído nesse livro. Outras afirmações positivas não se concretizaram efetivamente em capítulo finalizado em tempo hábil. Todavia, temos aqui uma grande e importante amostra dos países de língua portuguesa e a certeza que trará relevante contribuição para os seus leitores. Ressaltamos que respeitamos o estilo de texto e metodologia de cada autor, considerando que o ambiente que as partes desse livro (capítulos) foram escritas é de diversidade cultural e não devemos buscar padrão único e sim respeitar as diferenças. Limitamo-nos a dar um roteiro, sugestão inicial, sem interferir no padrão final de cada capítulo. Portanto, a escrita de cada capítulo é única e de responsabilidade e mérito dos seus autores.

Os capítulos trazem um mínimo que cada pessoa precisa saber antes de visitar, cooperar, fazer parcerias, intercâmbios, negócios, investir, etc. Também é válido para quem tem curiosidade sobre a realidade de cada um desses locais.

CAPÍTULO 1

A LINGUAGEM, O PORTUGUÊS E A ASSOCIAÇÃO DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

José Dalmo Silva de Souza⁷

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul,
UNIJUÍ; e Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha), Brasil

Dieter Rugard Siendenberg⁸

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul,
UNIJUÍ; Brasil

⁷ Professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e do Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha). É graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Integração da América Latina (Economia) pela Universidade de São Paulo (PROLAM-USP; SYLFF). Doutorando em Desenvolvimento pelo PPG-DR UNIJUÍ. Contato: joseds@unijui.edu.br

⁸ Professor do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação (DACEC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor Titular do Programa Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PPD-DR UNIJUÍ. Mestrado em Planejamento Regional - Karlsruher Institut für Technologie (Alemanha, 1990); doutorado em Geografia Econômica - University of Tübingen (Alemanha, 2000).

Babel. Difícil é não vir à mente, quando se fala de línguas e comunicação, a imponente quase Torre de Babel. Em um mundo internacionalizado – mas não necessariamente globalizado a ponto de haver lugar para todo mundo no processo – a comunicação é *sine quae non conditio* para o progresso individual e social.

Se as línguas divergentes foram elemento de dispersão criando obstáculos entre grupos como interface, a mesma língua foi elo de coesão e convergência entre indivíduos. Línguas estranhas não são estranhas para aqueles que as falam. E grupos de pessoas podem aprender outras línguas. Precisam aprender. Buscam. *Notwendigkeit, Axt zu machen*. A necessidade faz o machado, dizem.

E desse modo a língua se converte de fator de separação em vetor de aproximação. Exatamente como um rio. Quanto mais imponente, tanto mais separa as bandas em que corre. E ao mesmo tempo une indelevelmente as margens. Quanto mais largo, mais exige esforços. No fim, seja a nado, seja por balsas e barcos e até por pontes tanto o rio quanto suas margens são usados e incorporados à vida agora unida e outrora separada das pessoas e seus lugares.

As pessoas não se unem pelo comércio. Elas se unem com o comércio. As pessoas se unem pela linguagem. Afinal, se por um lado comprar, vender, transacionar bens e serviços e usar tais produtos para satisfazer necessidades e elevar o bem estar é o objetivo do comércio, por outro lado, são pessoas de carne e osso que ofertam e demandam de acordo com seus desejos e suas possibilidades. Essas

peças falam entre si em seus grupos, mas criam laços entre os grupos. Desta forma não basta a beleza, a simplicidade e a eficiência comunicativa de uma equação matemática tipo $V = rN[1-(N/K)]$. Fórmulas assim nos fazem ficar sem palavras. Expressada a ideia todos se calam e se fecham nos próprios pensamentos. Comércio não é assim. No comércio as fórmulas, os números, exigem conversa, exposição de pensamentos, argumentação. Palavras e mais palavras. Faladas. Ouvidas. Escritas. Inteligidas. Afinal, pessoas se expressam através de palavras. E de idiomas.

A importância de uma língua é medida em primeiro lugar pelo seu número de falantes. Mas importa também a dispersão em superfície ou, mais tradicionalmente, a quantidade de países em que é utilizada. A família indo-europeia, a qual pertencem o inglês e o português, é uma das doze mais importantes famílias de línguas. Além desta dúzia existem também outras cinco dezenas de famílias linguísticas menos importantes. Ao todo são mais de duas mil e setecentas línguas faladas atualmente.

O português, analogamente ao francês, ao italiano e o espanhol, foi no passado um dialeto regional do latim quando do Império Romano. Como dialeto era distinto o suficiente de sua língua mãe para causar obstáculos à compreensão tanto na pronúncia quanto no vocabulário ou idiomatismo. Berlitz (1982) expõe uma curiosidade: aqueles que falam português compreendem bem o espanhol, mas o inverso não acontece. Os nativos *hispano-hablantes* têm maiores

dificuldades em entender o português falado.

Embora o número de línguas venha se reduzindo no mundo, o português tem se tornado mais falado. E isso, em uma escala para além do crescimento vegetativo somente. Quase uma dezena de países adotam o português como língua oficial utilizando-o em documentos e comunicações institucionais. Além disso, regiões dentro de outras nações utilizam o idioma português para comunicação entre seus habitantes. E, é claro, o português também figura como uma importante segunda-língua para outras tantas e tantas pessoas. Ao todo, contam-se aos milhões o número de pessoas exercitando diariamente a língua portuguesa.

Os linguistas consideram figurativamente a língua como um organismo vivo, no sentido que esta evolui, ou seja, se transforma e se adapta às condições do ambiente. Neste aspecto, o português – podemos dizer assim – está tão vivo como jamais esteve. Emancipou-se da língua materna estabelecendo-se e se consolidando em uma poderosa metrópole na península ibérica; avançou mar adentro e mar afora, catequizando ilhas e continentes; formou dois poderosos impérios; comerciou com dezenas de futuros países em ilhas, costas e espaços mediterrâneos. Por último, mas não por fim, simplificou-se, tornou-se mais ágil e conquistou a condição de associar países em torno de seus predicados: comércio e bem estar, desenvolvimento.

Todo bom livro que tem por assunto mesmo que como pano de fundo a linguagem é sempre muito interessante independentemente

da abordagem específica dada pelo autor. Isso porque a linguagem é tida por uns como verdadeira essência da humanidade, em paralelo com o polegar apositivo. Pois esse a depender somente de outras formas de comunicação que não os vocábulos trariam o futuro com milênios de atraso. Para outros trata-se de algo de grande potencialidade, todavia ainda subaproveitada. Para esses, as pessoas não se comunicam bem e a linguagem é constante e eterna fonte de mal-entendidos. Assim, anseiam por uma forma de comunicação telepática que não use palavras, gramática, sintaxe e todo o mais que existe em torno do simples ato de se expressar oralmente ou por escrito.

Os que se ocupam, por exemplo, da Filosofia, contam com expressivo número de defensores da ideia que uma verdadeira e refinada filosofia não poderia senão nascer, pelo menos dar frutos dignos de nota, não fosse o idioma germânico. Tal ideia conta com certa dose de indulgente tolerância com a língua francesa pois, afinal, o idioma de Descartes – em que pese suas obras em latim... – não pode ser assim menosprezado dada sua portentosa contribuição para a História da Filosofia e, sobretudo, para o Homem. A língua, nesse caso, é fonte de sabedoria e riqueza intelectual. Ou não.

Para homens mais práticos que cuidam dos negócios e não têm tanto interesse assim pela filosofia – e que exatamente por isso passam ao largo de compreenderem que os ditos negócios são exatamente do que trata a filosofia uma vez que suas vidas não só são

regidas pelas ideias mas, a vida em si, é o objeto da reflexão filosófica – a linguagem é ainda muito complexa. Há muitas questões subjetivas, secundárias. Em seus pensamentos mais recônditos uma língua deveria ser um código formal e imutável; simples e prático. Comunicação instantânea, sem equívocos internos e inconsistências. O comércio exige isso. E as INCOTERMS até que fazem um bom trabalho. Junto com todos os demais termos financeiros internacionais. Para os que vivem na margem (mas não necessariamente à margem) do mundo dos tratados filosóficos e dos grandes negócios ainda restam a vida em si e sua necessidade de comunicação. Língua culta e língua popular. Os beneficiados pela idade olham com desespero para a linguagem de ‘whats’ q tdo é abrev e funciona por sons parecidos assim do tipo... e pensam aonde o mundo vai chegar falando assim. Os jovens olham com não menor terror para a quantidade de complicações que se conseguiu inventar simplesmente para falar as coisas. Como é que chegamos até aqui trazendo todo esse entulho nas costas?, pensam eles.

Pairando sobre nossas cabeças estão todas as ameaças e oportunidades que se podem associar às nossas forças e fraquezas. E não se trata apenas de uma frase fofa⁹. Afinal, a civilização está erguida sobre a linguagem e trata-se de imenso tesouro. A diversidade é riqueza e a complexidade da língua é fonte de prazer e exatidão.

⁹ SWOT ou FOFA é um algoritmo usado em estudos da Administração e áreas afins para perscrutar pontos fortes e vulnerabilidades em estudos de sistemas.

Basta dominá-la. E aí começam as dificuldades. Nem todo mundo deseja ter um vocabulário satisfatório. Outros creem que não vale o sacrifício. E o Estado – governo, por extensão – o que acha disso? E ele pode achar? Deve achar?

O mundo corre célere – milhares de anos em poucas décadas - para uma integração formada, alavancada e sustentada pela economia. Produção, comércio e finanças. Comunicação. Bem-estar, riqueza, boa vida. Internet. Nesse caso uma simplificação do código da língua facilita a comunicação o que é, aliás, uma essencialidade da linguagem. Por outro lado, essa mesma integração se faz por blocos de nações. Ao contrário do que se chegou a pensar, as nações não se dissolveram; os Estados não viram suas fronteiras se diluírem. Mas antes pelo contrário. Não apesar da integração, mas exatamente por ela, as identidades nacionais estão mais fortes e valorizadas do que jamais estiveram. O Reino Unido e a Comunidade Econômica Europeia estão aí para nos ilustrar o argumento. E, identidade nacional se faz passando especialmente pela língua, oficial ou não, mas efetivamente, assumida, falada e escrita. Há uma tensão, portanto, entre até onde se ir na integração, na uniformização e - porque ter medo de falar? - de homogeneização e até onde podemos abandonar nossas jóias envoltas, involuntariamente, em joio.

Globalização à parte (mundialização, internacionalização... línguas e suas idiossincrasias) há também o necessário debate sobre Globalismo. Uma simplificação da língua executada pela maioria

enquanto uma minoria detém formas mais elaboradas de formulação de pensamentos e, portanto, de ordens de comando é tema recorrente desde há muito. É um assunto explorado simplesmente porque tem seu valor. Há uma razão. Nunca haverá uma só linguagem para todos. Sempre haverá pelo menos duas linguagens, a culta e a das massas. Sob o disfarce de facilitar a vida das massas lhe simplificando a linguagem e assim a distanciando de maneira intencional e formal da linguagem culta se esconde, não poucas vezes, uma intenção exatamente oposta a que se alardeia: a formação de uma forma de comunicação subalterna, submissa e dependente. Incompleta por si e para si. Não se afirma soberania e, portanto, não há emancipação quando não há oportunidade de acesso a - e domínio de - todas as formas de linguagem. Simplificar, homogeneizar, excluir de formas evoluídas, sofisticadas e refinadas de expressão oral e escrita é alijar, excluir. É determinar um lugar de segunda categoria a milhares (milhões? bilhões?) de pessoas. Lembremo-nos do alemão, do francês e da filosofia.

E chegamos enfim à Língua de Camões. A complexidade do tema por si só já justifica o livro. É possível dizer-se língua de Os Lusíadas? Ainda (pois é imortal, mas passaram-se séculos)? E o Brasil, fala mesmo português? Ou pelo menos, o mesmo português? E esse redutor termo *mesmo* se refere ao português moderno do Brasil quando comparado ao seu português arcaico ou deve ser aplicado na relação entre as nações, por exemplo, Portugal, Brasil, Angola e todos

os demais irmãos lusófonos?

E o mais importante e que constitui o verdadeiro cerne da questão: como cada país, melhor ainda, como cada nação tem recebido a proposta?. O desafio tem sido enfrentado ou não? É lícito falar-se em enfrentar a questão, como se se tratasse de um problema? Ou isso é só mais uma sutileza de nossa complexa língua portuguesa?

Portanto, caro leitor, você não tem em mãos somente um bom livro que tem por assunto os países de Língua Portuguesa. Tem em seu poder um excelente livro que trata de forma muito interessante esse complexo tema e o aborda com maestria e ênfase na língua eterna de Portugal e sua influência intercultural no mundo. Assim como a língua de Shakespeare tanto modelou obras valiosíssimas como também se tornou a língua mundial em produção, comércio e finanças, de igual modo a língua de Camões tem seu destino traçado na mesma imensurável importância, mas de modo ironicamente distinto. Na primeira, fascina a todos como com uma língua 'simples'¹⁰ se pôde fazer tantas maravilhas. Na segunda, causa maravilhas como com uma língua tão fascinante se pode fazer comunicação com tantas nações distintas, milhões de pessoas, tantos continentes, nas cidades e nos campos.

No comércio, nas finanças, em prosa e em verso. Na linguagem popular e na norma culta. Em bom português, o português veio para

¹⁰ Não é tão simples e nem as maravilhas se reduzem ao autor citado. Mas reza a lenda que é assim que se deve dizer.

ficar.

REFERÊNCIAS

BERLITZ, C. As Línguas do Mundo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CAPÍTULO 2

O ESPAÇO CPLP

Roberto Vilmar Satur¹¹

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Armando Malheiro da Silva¹²

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

O Espaço CPLP se refere aos países e territórios que têm a língua portuguesa como língua oficial. CPLP significa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Implica o espaço geográfico, político, social, cultural e econômico composto pelos diversos países que têm

¹¹ Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB, Brasil), revalidado em Portugal. Mestre em Economia (UFPB). Especialista em Comércio Exterior e Bacharel em Economia (UNIJUI). Bacharel em Administração (URI). Professor do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) do CCHLA e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA) da UFPB (Brasil). Contato: robertosatur@yahoo.com.br

¹² Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Professor do Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) da Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho. Graduado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Tem pós-graduação em Biblioteconomia e Arquivologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e estudos avançados no exterior. Palestrante internacional. Contato: armando.malheiro@gmail.com

como uma de suas línguas oficiais a língua portuguesa. Uma das línguas por que, exceto Portugal e Brasil, os demais países também preservam, em nível oficial, outras línguas locais, concomitante com a Língua Portuguesa. Por uma questão óbvia, em algum momento da história, nos séculos passados, esses espaços foram ocupados e colonizados por Portugal, momento em que se propagou a língua portuguesa nesses locais, que se tornaram, mais tarde, independentes, exceto Macau.

A CPLP “foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, e é constituída por nove Estados-Membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)” (MEC BRASIL, 2020).

A própria CPLP (2020) menciona em seu site oficial que:

[...] tem procurado estruturar-se ao longo de sua existência. Reflectindo a vontade política dos Estados-membros, as aspirações e expectativas dos seus cidadãos, a Organização tem progredido no sentido de uma adaptação evolutiva de suas estruturas.

O fato é que a entidade em si, assume que os recursos para a sua atuação, enquanto organização, são escassos e que, dentro do possível, tem se esforçado para integrar as nações participantes. Em outras palavras, cabe também a outras instituições, como organizações empresariais, universidades e escolas, representantes da sociedade civil, investidores e outros, olharem com mais carinho e

empreenderem esforços para uma maior integração e não esperar apenas dos governos e da CPLP que tais ações sejam feitas.

Ao falarmos de locais que tem a Língua Portuguesa como oficial o mapa a seguir é autoexplicativo da abrangência destes territórios.

Figura 1: Locais em que Língua Portuguesa é a língua oficial



Fonte: Embarquena viagem (2018)

As diferenças entre as ex-colônias portuguesas são evidentes. Há uma grande diversidade intercultural entre elas, a começar que em algumas a sua população original se manteve, em grande parte, com os portugueses ocupando o espaço, mas não expulsando os residentes. Em outros, como é o caso do Brasil, boa parte da população ali existente (povos americanos, denominados como indígenas) foi morta, escravizada ou expulsa do espaço ocupado, sendo o Brasil povoado, a partir de então, por europeus (especialmente portugueses) e africanos

(escravos), depois, em uma segunda leva, com imigrantes europeus e orientais, especialmente no Sudeste e Sul do Brasil. Junto aos povos africanos, além de serem colonizados, também se sabe que muitos foram retirados dali a força para serem escravos, especialmente na colônia portuguesa das Américas (Brasil). Na Ásia e Oceania a ocupação portuguesa foi menor, com destaque para Timor Leste e Macau. Assim, a diversidade dos povos de língua portuguesa segue sendo significativa. Dos que tem o português como língua oficial, temos um país na Europa (Portugal); um país nas Américas (Brasil), sendo esses os únicos dois países em que o português é a única língua oficial e a falada praticamente em todo o país por toda a população (a exceção brasileira são alguns povos indígenas que ainda falam suas línguas originais e algumas pequenas comunidades de descendentes de imigrantes que ainda preferem se comunicar no idioma de seus antepassados); um país na Oceania (Timor-Leste) que é o mais jovem de todos; um território pertencente à China, na Ásia - Macau; e os demais são países africanos, sendo que a maioria é independente de Portugal há apenas meio século (no continente, têm-se Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Guiné-Equatorial, e os países insulares Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe).

É evidente que nos reportamos a estes territórios/países atuais nos quais o impacto português foi mais significativo a ponto de ser percebido até hoje como, por exemplo, o uso da língua portuguesa como uma das línguas locais, mas sabe-se que a ousadia portuguesa,

para além mar, foi maior que o mencionado aqui, envolvendo também outros locais como o descrito a seguir:

[...] os portugueses fundaram feitorias em Cochim, Cananor, Goa, Diu e em outras praças de comércio da Índia, organizando o que seria, futuramente, o Estado Português da Índia. Além disso, fundaram fortes em todo litoral da rota do Cabo, para garantir abastecimento aos navios que por ali passassem. Mas a expansão portuguesa não se deteve no subcontinente indiano. Na 1ª metade do século 16 os navegadores portugueses conquistaram a Ilha do Ceilão, ilhas da Indonésia, Macau (China) e as ilhas do Japão, além do Brasil, do outro lado do Oceano Atlântico. Em todas essas regiões os portugueses fundaram feitorias e fortificações, de forma a garantir seu acesso ao comércio de especiarias, ouro, prata, marfim e escravos. A partir de 1499, d. Manuel 1º adotou para si o título de "Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista da Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia". [...] No século 16, os portugueses mantinham comércio com quase todas as regiões do globo [...] (EDUCAÇÃO, 2021)

Esse relato menciona um pouco do que foi a ousadia de Portugal no “além mar”. Antes disso, já haviam colônias em ilhas e no continente africano banhado pelo Oceano Atlântico, além de suas incursões pelo Mediterrâneo. Todavia, esses outros locais, como as ilhas do Japão, territórios na Índia e vários locais ao longo da rota do Cabo, dentre outros, não fazem parte do que, atualmente, se entende por CPLP e nem possuem a Língua Portuguesa presente como língua oficial em seus territórios. Não serão, por isso, tratados aqui. Nos limitaremos ao “espaço CPLP”.

Os países e territórios de língua portuguesa, por estarem em localizações geográficas distintas e pertencerem a continentes diferentes, por terem tamanhos territoriais díspares, matrizes produtivas distintas, histórias próprias, tempo de independência e situação política particular e serem vizinhos de diversos outros povos, é evidente que não faria sentido exigir que tivessem situações, estruturas e culturas semelhantes somente por que tem na língua um ponto em comum. Entretanto, é esse ponto em comum, a Língua Portuguesa, que pode funcionar como dinamizador da integração desses povos e economias, sempre respeitando e valorizando a diversidade presente. E é exatamente a diversidade, especialmente econômica, que gera a oportunidade de trocas e negócios, pois é na diferença de atividades que estas se complementam. Afinal, amigos e parceiros não são iguais, mas tem pontos de interesse em comum, que os aproxima ou pontos de convergência que os tornam próximos, assim podem se ajudar, se integrar e se respeitar na sua diferença. É assim que tem de ser entre os membros da CPLP.

Ainda buscando entender melhor a realidade dos membros da CPLP temos que:

Tabela 1: População, PIB, Território e Independências dos Países da CPLP

País/Território	População*	PIB em 2020 (em bilhões de dólares)**	Espaço territorial	Ano da independência
Brasil	218.482.103	3.623	8.510.295	1822
Moçambique	32.544.268	41	801.590	1975
Angola	29.881.901	215	1.246.700	1975
Portugal	10.100.609	346	92.152	1143
Guiné-Bissau	2.102.169	3,8	36.125	1973
Timor Leste	1.339.821	7,3	14.874	1999
Guiné-Equatorial	991.531	28	28.051	1968
Macau	651.757	89	28,6	n/a
Cabo Verde	555.211	4,4	4.033	1975
São Tomé e Príncipe	213.953	0,8	1.001	1975
Total	296.863.323	4.358	10.734.850	

Fonte: Contrymeters (<https://countrymeters.info/em>) e United Nations Statistics Division (<https://unstats.un.org/home/>). Acesso 23/12/2020.

* Dados de Projeção atualizados até 23/12/2020

** Dados de Projeção atualizados em 23/12/2020 pela Contrymeters (<https://countrymeters.info/em>), com base em dados do FMI.

n/a = não se aplica.

Importante observar que, em termos de população, os países de Língua Portuguesa se aproximam de 300 milhões de habitantes, tem um PIB superior a 4,3 trilhões de dólares e um espaço territorial de 10,7 milhões de Km², território maior que a Europa (10,2 milhões de Km²).

No tocante a maior busca de cooperação entre esses países, a CPLP (2020) registra que, em 2012, os ministros do Comércio dos Estados-membros se reuniram em Luanda e destacaram ser urgente que haja maior articulação das entidades públicas desses países para ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação econômica e empresarial

no espaço da CPLP, incrementando mais comércio, investimentos e parcerias entre os agentes desses países, de modo a desenvolver as relações de mercado intra-CPLP, nas mais diversas áreas. Para isso, destacaram ser necessário:

- I) Melhorar o ambiente de negócios para promover o comércio intra-CPLP;
- II) Melhorar o ambiente de negócios para promover o investimento intra-CPLP;
- III) Promover a capacitação institucional e empresarial no ambiente intra-CPLP;
- IV) Promover melhorias nos mecanismos de financiamento dos negócios intra-CPLP.

Assim, as ações como desenvolvimento de parcerias e cooperação visam:

- a) Capacitar os agentes para padronizar domínios de metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade);
- b) Ter maior promoção de investimentos;
- c) Replicar intra-CPLP experiências bem sucedidas de melhorias;
- d) Criar sinergias entre as Agências Nacionais de Comércio e Investimento dos Estados membros;
- e) Fomentar conjuntamente o empreendedorismo e o acesso a capital pelas PME;

- f) Avaliar a possibilidade de criação de um Fundo de Investimentos;
- g) Promover maior segurança jurídica, celeridade administrativa, estabilidade política e monetária e condições de concorrência, para dar melhor ambiente de confiança aos investimentos e aos negócios entre os agentes públicos e privados dos países membros da CPLP (CPLP, 2020).

Nesse sentido a CPLP tem feito vários acordos entre os países membros. Também tem firmado, entre eles, documentos estratégicos de cooperação e incentivado a cooperação. (CPLP, 2020)

Neste livro apresentaremos mais detalhadamente a situação de cada país em questão, elaborados por nativos de cada um deles, ou por visitantes no caso de Macau. A exceção foi a Guiné Equatorial e também São Tomé e Príncipe, dos quais não conseguimos a colaboração de pesquisadores nativos dos respectivos países a tempo de elaborarem os capítulos para inclui-los nessa edição. Fato que pretendemos agregar em futura nova edição.

REFERÊNCIAS

COUNTRYMETERS. Population of the world and countries.

Disponível em: <https://countrymeters.info/>. Acesso em 23 dez. 2020.

CPLP. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://www.cplp.org>. Acesso em: 24 dez. 2020.

EDUCAÇÃO Uol. **Império português** - chegada às Índias - Vasco da Gama e o avanço comercial. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-portugues--chegada-as-indias-vasco-da-gama-e-o-avanco-comercial.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 jan. 2021.

EMBARQUENAVIAGEM. **História da língua portuguesa**: origem e resumo. 2018. Disponível em: <https://embarquენaviagem.com/2018/10/04/historia-lingua-portuguesa-origem-resumo/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MEC Brasil, Ministério da Educação do Brasil. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp#:~:text=A%20Comunidade%20dos%20Pa%C3%ADses%20de,Pr%C3%ADncipe%20e%20Timor%2DLeste>). Acesso em: 21 dez. 2020.

United Nations Statistics Division. **Estatísticas**. Disponível em: <https://unstats.un.org/home/>. Acesso 23 dez. 2020.

CAPÍTULO 3

INTERCULTURALIDADE E INTERCONNECTIVIDADE INFOCOMUNICACIONAL NA CPLP

Roberto Vilmar Satur¹³

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Armando Malheiro da Silva¹⁴

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

¹³ Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto. Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB, Brasil), revalidado em Portugal. Mestre em Economia (UFPB). Especialista em Comércio Exterior e Bacharel em Economia (UNIJUI). Bacharel em Administração (URI). Professor do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) do CCHLA e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA) da UFPB (Brasil). Contato: robertosatur@yahoo.com.br

¹⁴ Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Professor do Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD) da Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Doutor em História Contemporânea de Portugal pela Universidade do Minho. Graduado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Tem pós-graduação em Biblioteconomia e Arquivologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e estudos avançados no exterior. Palestrante internacional. Contato: armando.malheiro@gmail.com

Quando falamos em países de língua portuguesa, dizer que somos iguais ou diferentes seria ousado demais, mas teria um fundo de verdade. No mínimo seria verdadeiro, dependendo do ângulo que estivéssemos olhando. Temos mais e menos em comum, simultaneamente. A Língua Portuguesa, como língua oficial, talvez seja o principal ponto em comum que nos torna (todos), de algum modo, latinos. Todavia, a distância que separa alguns desses países o tornam geográfica, econômica, cultural e socialmente diferentes. Essa é a beleza dos ambientes interculturais. O diferente, na perspectiva cultural, ao invés de nos afastar pode nos aproximar. O diferente na perspectiva econômica, em vez de nos afastar pode permitir trocas vantajosas entre nós, afinal somos complementares e não concorrentes. A distância geográfica entre nós pode ser fator determinante para colocarmos o idioma como prioridade em um país ou território coirmão para conhecermos ou iniciarmos negócios e investimentos em determinado continente. Temos um facilitador em comum que nos aproxima: a língua portuguesa. E este aspecto nos conduz ao conceito da interculturalidade e sua importância no processo negocial.

Para alguns autores a cultura são construções coletivas a partir da cognição.

A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um

duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras); por outro, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). É um capital de memória e de organização, como é patrimônio genético, de uma linguagem própria (mas muito mais diversificada), que permite a rememoração, a comunicação, a transmissão deste capital de indivíduo para indivíduo e de geração para geração. O patrimônio hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o patrimônio cultural herdado está gravado, em primeiro lugar, na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura e nas artes. (MORIN, 2003, p. 159 apud SILVA, 2006, p. 15)

Portanto, os seres humanos têm presente no seu meio diversas culturas construídas pelo convívio coletivo em grupo. Já os animais têm um comportamento padrão na mesma espécie, pois este não evoluiu na perspectiva coletiva como os seres humanos. Mesmo assim, o ambiente em que vivem faz os próprios animais terem comportamentos distintos e adaptados aquele local, como instinto de sobrevivência mais adequado a aquela realidade. E isso não se limita aos animais. Basta ver que uma das definições de cultura a relaciona a "kultur", "cultur", ou "culto", relacionada originalmente às plantas e seu cultivo. Tanto é que que nas ciências agrônômicas e agrícolas é normal chamar diversas cultivares de cultura (cultura da soja, cultura do milho, cultura do trigo, ...). Como afirma Bosi (2015) tem-se uma "cultura", relacionada a variedade de planta, que ao ser plantada (presente) ela nascerá e crescerá se desenvolvendo até que resulte no que se deseja dela no futuro ("ura"): frutos e colheita.

Portanto cultura pode ser vista na perspectiva do comportamento coletivo em comum de grupos que convivem. Entre os animais está mais limitada ao comportamento e o instinto de sobrevivência, levando em conta o meio que vive. Já entre os humanos a cultura leva em conta, além das condições também apresentadas aos animais, a capacidade cognitiva deste em refletir, racionalizar e negociar sua relação, visando o melhor convívio entre seus pares. Portanto, a cultura humana pode ser considerada mais evoluída por conta da capacidade intelectual a serviço desta. Contudo, isso não garante automaticamente um melhor comportamento no convívio entre os pares e entre as culturas humanas. Aliás, alguns comportamentos humanos (por exemplo: guerras, genocídios, torturas, abusos, agressões a vulneráveis, etc.) são questionáveis tanto na perspectiva da razão, da reflexão e da sensibilidade, e assim, em alguns momentos, chega a se ter dúvidas se, de fato, alguns humanos são mais evoluídos que os dos animais.

Assim, cultura, de acordo com Condemi e Savatier (2019, p. 29-30), é:

[...] todo o conjunto de características comportamentais, de símbolos e ideias partilhadas no seio de um grupo animal. Esta partilha efetua-se através do espaço (isto é, existe transmissão entre os membros do mesmo grupo) e do tempo (ao longo das gerações). Segundo esta definição, os grupos de golfinhos ou de chimpanzés também têm culturas, embora estas não tenham tido, nesses animais, o mesmo efeito evolutivo.

Perante tão extensa amplitude definitória, é preferível passarmos por cima da extrema porosidade e usura do termo cultura, que continua, porém, bastante arreigado em Sociologia e em Antropologia, bem como na vertente erudita das Letras e Artes tradicional e equivocadamente contraposta às práticas culturais populares. Convém, por isso, saímos desse emaranhado, amplo e vago, e percebermos o sentido operacional que se dá à interculturalidade, aspecto central das negociações e sua dinâmica. Segundo Pereira Filho e Ribeiro (2020, p. 159) há que valorizar o contato e a descoberta mútua entre culturas:

O processo de contato e comunicação com uma nova cultura gera diversos resultados, sejam positivos ou negativos. O cuidado com o contexto da cultura local, a consciência e respeito em relação às diferenças culturais e o conhecimento de uma nova língua são os principais aspectos para evitar assimetrias envolvendo questões culturais e linguísticas.

Levando em conta esta preocupação, em cada capítulo o leitor irá perceber que houve atenção especial para falar sobre a cultura local de cada país/território. Inclusive não se limitou a preocupação com a cultura geral daquele local, mas destacando diferenças internas relevantes dentro do próprio país.

Entendendo que a conduta ética tem algumas variações de aplicabilidade (sem perder a essência e os princípios filosóficos centrais) por conta do comportamento humano influenciado pela

cultura local, cada autor(es), se concentra, em cada capítulo deste livro, nas questões culturais, políticas, históricas, sociais e econômicas de cada local. Afinal, isso é muito relevante para quem vai negociar ou investir em um determinado local. Saber sobre o local dá maior segurança jurídica, confiabilidade e entusiasmo (emocional) para quem pensa em investir naquele mercado.

Para tanto, há que considerar imprescindível o conceito operatório de e-infocomunicação, que, no caso, substitui com vantagem o conceito muito generalizado e banalizado de “cultura digital”. O termo aparece cunhado no título de uma obra de Passarelli, Ramos e Silva (2014) organizada e elaborada no âmbito de um Programa Doutoral em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais (ICPD), doutoramento fruto de iniciativa conjunta da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro. Resulta da junção de informação que é “um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas pela interação social, passíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada” (SILVA, 2006, p. 25), com comunicação (sinônimo de interação humana e social e pressupõe necessariamente a partilha individual ou coletiva de sentido, assimilação e compreensão das mensagens ou informações emitidas, a que acresce sempre a possibilidade de o receptor ou interlocutor agregar algo de

seu e de novo ao sentido comungado). Assim, a infocomunicação é um conceito operatório composto que contém em si muitos dos elementos atribuídos à cultura digital, especialmente a incorporação tecnológica indispensável hoje em dia para se produzir informação, registrá-la, organizá-la, difundi-la e comunicá-la proficuamente. O êxito deste processo infocomunicacional, em que está implícito o domínio da(s) língua(s) e demais códigos e formulações simbólicas, reflete-se, por inteiro, na capacidade negocial em geral e no espaço da CPLP em particular. É preciso frisar que o processo infocomunicacional traz consigo duas dimensões distintas e inseparáveis - a inclusão digital e a literacia da informação - asseguradas obrigatoriamente pelas políticas públicas de Educação, sem as quais todos estes esforços de melhoria da performance negocial das pessoas e dos grupos falha radicalmente, mesmo que se consiga disfarçar artificialmente esse falhanço.

Não por acaso, destaca-se em cada capítulo a importância da informação e da comunicação, buscando sempre comunicar essas informações de uma maneira mais completa, transparente e ética, levando sempre em conta um ambiente cultural específico dentro de uma realidade particular de cada localidade. Somado a isso, temos a tecnologia digital presente, que diminui distâncias e nos aproxima, permitindo-nos trabalhar em conjunto (como neste livro) mesmo estando em distâncias geográficas consideráveis.

Levando em conta este aspecto, o presente livro destaca como está a estrutura e a infraestrutura de TICs/TDICs dos vários

países/territórios da CPLP e como a e-infocomunicação se vai estruturando em cada país membro da CPLP. Evidente que para compreender melhor essa cultura digital antes precisa-se compreender como está o país e a população em termos de infraestruturas em geral, de alfabetização, desenvolvimento econômico, questão social e cultural, dentre outros.

Outra preocupação destacada ao longo do texto foi apresentar e discutir que infraestrutura, produtos e serviços, bem como ambiente de negócios ou de atrativos turísticos o visitante e o negociador irão encontrar no país, com o que podem contar e que fontes de informação podem lhe ajudar a encontrar as respostas que procuram. Tenta-se, aqui, relevar as informações mais prementes ou as primícias, a realidade que será encontrada, algumas possíveis tendências e apontar caminhos possíveis para se buscar mais informações relevantes. Isso tudo feito em um ambiente claramente intercultural, sempre com respeito as diferenças.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. **A origem da palavra cultura**. Disponível em: <<https://pandugiha.wordpress.com/2008/11/24/alfredo-bosi-a-origem-da-palavra-cultura/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

CONDEMI, Suzana; SAVATIER, François. **As últimas notícias do Sapiens**. Lisboa: Vestígio: Círculo de Leitores, 2019.

PASSARELLI, Brasilina; RAMOS, Fernando Manuel dos Santos; SILVA, Armando Malheiro da Silva. **E-infocomunicação**: estratégias e aplicações. São Paulo: Editora Senac, 2014.

PEREIRA FILHO, Luiz Manuel; RIBEIRO, Silvia Renata. Línguas estrangeiras aplicadas ao marketing internacional: uma ferramenta de combate assimetria envolvendo questões culturais e linguísticas. *In*: SATUR, Roberto Vilmar; RODRIGUES, Cláudia Caminha; CHACON, Alyanne de Freitas. (orgs.). **Uma década de LEA-NI no ponto extremo das Américas**: interculturalidade. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. (Coleção Mediações Interculturais & Negociações Internacionais, Livro 1. Capítulo 7). Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/letras-1/uma-decada-de-lea-ni-no-ponto-extremo-das-americas-interculturalidade>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, Armando Malheiros da. **A informação** - da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Santa Maria da Ferreira - Portugal: Cetac.com - Edições Afrontamento: 2006.

CAPÍTULO 4

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM ANGOLA: informações relevantes

Francisco Patrício Esteves¹⁵

Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências – ISPTEC, Angola

4.1 INTRODUÇÃO

Angola apresenta uma economia que vem sofrendo transformações ao longo da sua história. Saiu de uma economia baseada exclusivamente na produção agrícola para uma economia de produção diversificada no período colonial e, com o fim do processo colonial, entrou na chamada economia planificada. Entretanto, o que mais chama atenção são os modelos económicos adotados na fase pós-independência que parecem muito heterogêneos.

Nos anos 80, Angola considerava-se um estado socialista,

¹⁵ Licenciado e Mestre em Economia, Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi Professor no Curso de Economia da Universidade Federal do Tocantins (Brasil) e atualmente é Professor no Curso de Economia no Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências – ISPTEC, Luanda, Angola. E-mail: francisco.esteves@isptec.co.ao

porém, era sustentado por um setor capitalista que produzia petróleo. A partir da década de 1990, proclamou-se como um país de economia de mercado, ainda assim, ao assumir tal modelo, observou-se um capitalismo por parte do Estado que não deu oportunidades para o setor privado, concentrando a sua estratégia na monopolização do mercado e conseqüente delapidação do erário público por parte dos seus gestores, deixando, como resultado, a sua população na extrema miséria.

A tentativa de desenvolver o país por via do socialismo “híbrido” fracassou; em primeiro lugar, devido à incapacidade dos angolanos formarem um governo de caráter nacional que congregasse todos os cérebros do país sem ter em conta a sua filiação partidária, onde pudessem constar membros da sociedade civil e todos quantos fossem aptos para servir a nação. Em segundo lugar, o modelo adotado fez com que o país perdesse os principais setores da economia como a agricultura e a indústria. Conseqüentemente, deixou de exportar muitos produtos que outrora faziam parte da sua pauta de exportação, nomeadamente: algodão, café e cana-de-açúcar. Como se não bastasse, não conseguiu desenvolver a indústria e parou em termos de produção manufaturada, ficando totalmente petrodependente.

Hoje, o país sob nova governação, e ainda sob forte dependência do petróleo, enfrenta vários desafios, nomeadamente: a diversificação da sua economia, a credibilização das suas instituições,

a sua abertura para os investimentos privados e melhoria do seu ambiente de negócios.

4.1.1 Caracterização do país

Angola encontra-se situada na região ocidental da África Austral, tendo as seguintes coordenadas geográficas:

- Latitude – Norte – 04°22'G / Sul - 18°02'G. Longitude – Leste – 24°05'E.G / Oeste – 11°41'E.G. Superfície: 1.246.700 *km*²; Extensão da Costa Atlântica: 1.650 Km. Fronteiras Terrestres: 4.837 Km. Países limítrofes a Norte: República do Congo e República Democrática do Congo. Países limítrofes a Leste: República Democrática do Congo e República da Zâmbia. Países limítrofes a Sul: República da Namíbia. Oeste: Oceano Atlântico (ANGOLA 2018);
- Quanto ao Clima, Angola apresenta duas estações: a estação chuvosa que é o período mais quente do ano, compreendendo os meses de setembro a maio e a estação seca ou cacimbo que compreende os meses de maio a setembro. As temperaturas Médias do país são: 27°C máxima e 17°C mínima¹⁶;
- O país possui 18 províncias, a língua oficial é o Português que é falado pela maioria da população, com maior predominância

¹⁶ ANGOLA (2017)

nas áreas urbanas. Além do português, Angola possui várias línguas nacionais, sendo as mais faladas: Umbundo, Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, Nganguela e Luvale;

- A moeda oficial é o Kwanza. A primeira unidade monetária nacional, denominada Kwanza, foi criada pela Lei nº 71-A/76 de 11 de Novembro (Lei da Moeda Nacional) em substituição do escudo colonial¹⁷.

Figura 1. Mapa da República de Angola



Fonte: INE – Angola (2019)

¹⁷ Ibid.

Figura 2. Serra da Leba, província de Namibe



Fonte: Jornal “O país” (2019)

4.1.2 Dados e Informações Populacionais

De acordo com o último censo realizado em 2014, Angola ostenta uma população residente de 25 789 024 habitantes, sendo 12 499 041 do sexo masculino (48%) e 13 289 983 do sexo feminino (52%). O rácio homens/mulheres é de 94, ou seja, existe um total de

94 homens para cada 100 mulheres. A província em que o índice de masculinidade é mais baixo é Cunene, onde existe a razão de 88 homens para cada 100 mulheres, sendo a província da Lunda Norte a maior, em termos de índice de masculinidade do país, com proporção de 106 homens por cada 100 mulheres.

Do total de 25.789.024 habitantes, 16.153.987 cidadãos (62,6%) vivem nas áreas urbanas, enquanto 9.635.037 pessoas (37,4%) residem nas zonas rurais. A província de Luanda é a mais populosa com 6.945.386 pessoas, representando pouco mais de um quarto (27%) da população do país, seguindo-se as províncias da Huíla com 2.497.422 (10%), Benguela com 2.231.385 (9%) e Huambo com 2.019.555 (8%), respetivamente (ANGOLA, 2014).

A Esperança de Vida em média é de 60,2 anos. Sendo 57,5 anos para os homens e 63,0 anos para as mulheres. A taxa de crescimento natural é de 2,7%. A taxa de fecundidade é alta, correspondendo a 5,7 filhos por mulher. A proporção da população de 0 a 14 anos é de 47,3% e a de idosos (65 ou mais anos) é de 2,4%. A idade média da população é de 20,6 anos. A população estrangeira recenseada em Angola em 2014 era de 586 480 indivíduos. Em Angola, apenas 13% da população com idade compreendida entre 18 e 24 anos completou o II ciclo do ensino secundário, enquanto 2,5% da população com 24 ou mais anos de idade possui formação superior. A taxa de alfabetismo é de 66%. Apenas 60% da população tem acesso ao saneamento apropriado e 44% tem acesso à água potável

apropriada para beber. A maioria das famílias (70%) despeja os resíduos sólidos, ou lixo, ao ar livre¹⁸.

Ainda, de acordo com o Censo, a maioria dos angolanos, 79 % pratica a religião Cristã, 12% não é associada a qualquer religião e 10% dos angolanos professam as religiões Animista, Muçulmana, Judaica e Bahai, entre outras.

4.1.3 Realidade Cultural e Social

A religião cristã desempenhou um papel importante no processo de aculturação da sociedade angolana, desde o tempo colonial. Ser cristão era condição *sino qua non* para o autóctone alcançar o título de civilizado ou de assimilado. Hoje, o Cristianismo constitui parte integrante da sua cultura.

A religião sofreu abalo logo após a independência devido a opção socialista que não coadunava com a liberdade religiosa. Porém, com o abandono deste sistema político-económico, os angolanos tiveram a liberdade de praticar as religiões herdadas do colonialismo. A religião encontrou na pobreza e no subdesenvolvimento um terreno fértil para a sua propagação visto que promete a salvação e a compensação pelos sofrimentos. Com isso, pessoas, mesmo com poucas possibilidades financeiras, doam dinheiro e bens para as

¹⁸ ANGOLA (2014)

igrejas em busca da salvação. Este forte envolvimento da população na religião constitui uma barreira para o pensamento científico. É comum encontrar nos finais de semana, grandes concentrações de jovens nas igrejas fruto da pressão dos pais. Há exemplos verificados de casos em que estudantes se envolvem mais em actividades religiosas descurando-se das académicas.

Contudo, nem a experiência de 27 anos de guerra, nem a pobreza que se tornou realidade no país, têm afetado o sorriso do angolano. Angola é um país com uma realidade multiétnica invejável, onde várias etnias de diferentes línguas comungam dos mesmos ideais, uma nação livre e justa para todos, um povo pacífico, respeitoso, alegre e acolhedor.

Entretanto, com a globalização, o país tem importado telenovelas brasileiras desde a década de 1980 que, além de recreativas, constituem referências de *glamour* e estilo que tem afetado a cultura local. Dominada pelo conservadorismo religioso, alguns setores da sociedade não vêm com bons olhos essas novelas, acusando-as, hipocritamente, de perverter os valores morais dos angolanos.

Os vários anos do domínio do Estado sobre a economia, sendo este o maior empregador, fizeram com que muitos angolanos se acomodassem nos serviços públicos, com salários precários, sem motivação e sem perspectivas, num cenário em que “o estado finge que paga e o funcionário finge que trabalha.” O resultado dessa prática é

refletido no atendimento deficiente e burocracias injustificáveis.

Outrossim, sabendo-se que a remuneração na função pública é com base nas habilitações literárias, quanto maior o grau académico, maior o salário, muitos frequentam o ensino superior apenas para receber o diploma e não para investir no conhecimento. É a chamada “febre dos Diplomas”. Nos bancos, o atendimento é aborrecível, os clientes demoram para serem atendidos e não há assentos para acomodarem os mesmos. Há sempre casos de clientes esperando nas enormes filas e outras pessoas (angolanos da elite e estrangeiros) somente chegam e são introduzidas nas dependências dos bancos sem precisarem de cumprir as enormes filas. A pontualidade chega a ser considerada uma ostentação e o atraso constitui o quotidiano dos angolanos. Como a cultura africana venera mais os mortos do que os vivos, é comum o angolano faltar durante três dias porque faleceu-lhe um ente querido.

Atualmente, o cidadão angolano está mais ativo no que diz respeito à sua participação na vida política, fruto dos inúmeros escândalos de desvios do erário público que ocorreram no país. A população na sua maioria encontrou nas redes sociais os mecanismos de exteriorizar a sua insatisfação para com as políticas do governo.

4.2 BREVES LINHAS DA HISTÓRIA ECONÓMICA DO PAÍS

Angola é um país que depende economicamente das exportações do petróleo bruto para sobreviver. O modelo primário-exportador foi fruto do processo colonial que havia transformado o país em fornecedor de matéria-prima. Angola herdou deste mesmo processo colonial um setor agrícola eficiente que produzia uma variedade de culturas que respondia à procura interna, gerava excedentes para a exportação e uma indústria transformadora sem nenhuma articulação com o setor primário e uma indústria extrativa (petróleo e diamante) virada para exportação. Em suma, uma economia moldada para depender das exportações de matérias-primas (agrícolas e extractivas).

A sua independência em 1975 foi destacada pela construção de uma economia socialista, tendo a planificação centralizada como método mais importante e elo central da gestão da economia nacional. O modelo fracassou em dar resposta aos anseios do povo angolano já que nenhum dos objetivos estabelecidos pelo governo do MPLA-Partido do Trabalho, com a finalidade de construir um estado de democracia popular e de criar as bases materiais e técnicas do socialismo foi cumprido. Vários fatores contribuíram para o insucesso desses objetivos, nomeadamente: a socialização da economia, a falta

de quadros qualificados e o conflito armado que durou quase três décadas.

A socialização da economia fez com que o governo angolano nacionalizasse e confiscasse o parque industrial deixado pelos portugueses e implantasse um setor industrial socialista, composto por Unidades Económicas Estatais (U.E.E). Na zona rural, a socialização também chegou através da nacionalização das terras e da orientação de que os camponeses deveriam organizar-se em cooperativas agrícolas. Sem uma política económica viável para reconstruir o país e quadros qualificados suficientes para colocar em funcionamento o aparelho económico herdado do sistema colonial, acrescentando a isso o conflito armado, Angola perdeu os dois setores chaves da sua economia: A agricultura e a indústria.

Com isso, restou apenas o setor petrolífero – que, por uma série de razões, não foi nacionalizado. Tornou-se, por um lado, primordial para a economia do país, visto que com o aumento do preço de petróleo melhorava a posição fiscal do governo e permitia a aquisição de moeda externa para a importação de alimentos e de aparelhos bélicos para a defesa. Por outro lado, o petróleo mostrava-se perigoso já que o país tornou-se suscetível às alterações impostas pelo comportamento do mercado internacional. Com a queda do preço do petróleo, o país incorria em défices orçamentais.

A dependência petrolífera fez com que o Estado deixasse de se preocupar com outras fontes de rendimentos. Ademais, as receitas

petrolíferas eram destinadas para o consumo corrente e não eram aplicadas para a recuperação do parque produtivo nacional.

Essa vulnerabilidade económica foi posta à prova quando, em novembro de 1985 e Março de 1986, o preço do petróleo bruto caiu 67% e o país sofreu a fase mais dramática da sua história de guerra. As despesas militares consumiam a maior parte dos recursos do orçamento do Estado. Com a economia em colapso, o MPLA-Partido do Trabalho começou a acreditar que a utilização da planificação central como instrumento de gestão e como ferramenta de desenvolvimento socioeconómico estava realmente fracassada.

Assim sendo, em 1992, Angola proclamou-se como país de economia de mercado e isso apontava para a modificação da estrutura económica em busca de eficiência. O governo proclamou a realização de um amplo programa de privatizações e a liberação comercial, visando o desenvolvimento do setor privado. Mas, o programa de privatização não surtiu o efeito desejado porque muitas empresas foram adquiridas pelos próprios membros do governo, mostrando um flagrante conflito de interesse. Destarte, o período de 1990 a 2000 foi considerado “uma década perdida”, visto que a economia angolana enfrentou uma alta inflação com o recrudescimento da guerra após as primeiras eleições cujos resultados não foram aceites pela UNITA¹⁹.

Entretanto, a partir de 2002, com a morte do líder da UNITA,

¹⁹ União Nacional para Independência Total de Angola. Movimento de libertação que lutou com o MPLA durante os 27 anos de guerra civil pós-independência.

Jonas Savimbi, o país testemunhou o fim da guerra. As três décadas de guerra civil deixaram o país devastado em todos os sentidos. O desafio era reconstruir o país.

Sem ajuda da comunidade internacional, pois esta havia rejeitado a proposta do governo angolano de realizar uma conferência de doadores, o executivo angolano encontrou na cooperação chinesa “a tábua de salvação”.

Os pressupostos do governo chinês eram diferentes das condicionantes de financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial e, conseqüentemente, aos princípios do Consenso de Washington.

Denominado Consenso de Beijing, o modelo chinês baseou-se em três fundamentos: compromisso com a inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com "gerenciamento do caos" e independente da renda *per capita*; autodeterminação e soberania²⁰.

Os investimentos chineses seguiram o método chamado pelo Banco Mundial de *Angola Mode* (Modelo Angola) que é uma abordagem de investimentos e negócios em que Angola trocava recursos naturais (petróleo) por investimentos em infraestruturas a serem implementadas pelas empresas de serviços de engenharia chinesas. O modelo foi adotado tendo em vista a fraca economia angolana que não conseguia fornecer garantias financeiras oportunas

²⁰ RAMO (2004).

para a devolução dos empréstimos recebidos.

De 2004 até 2008, o país experimentou, pela primeira vez, desde a sua independência, um período de crescimento do seu produto interno que durou cinco anos consecutivos. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de 17%, a maior de África e uma das maiores do mundo, isto fruto do aumento da produção, dada à descoberta de novos campos petrolíferos e consequente aumento contínuo dos preços do barril no mercado internacional. Todavia, com o surgimento da crise mundial de 2009 até meados de 2011, houve uma queda significativa do PIB devido a um declínio do preço mundial do petróleo e a um abrandamento da produção nacional de petróleo.

A economia angolana em 2012 e 2013 experimentou uma ligeira subida do PIB (5,2% e 6,98%). Os altos preços do petróleo combinados com volumes de produção crescentes estimularam as receitas das exportações, reforçando a situação orçamental. Porém, a queda do preço do crude, a partir de 2014, mergulhou o país numa crise semelhante ao de 1985 e 1986.

Os recursos adquiridos durante a fase de “Ouro” do petróleo (2004-2008) deveriam ser canalizados de forma racional para a construção de infraestruturas básicas que apoiariam a instalação de um setor produtivo de forma que este gerasse um efeito multiplicador. Mas isso não ocorreu. A corrupção foi uma das barreiras que impediu os investimentos privados e, consequentemente, o crescimento económico do país. A elite política decidiu, por via da chamada

“acumulação primitiva de capital”, desviar o erário público para as suas contas privadas na europa e em paraísos fiscais, deixando o país na mais dura miséria. A onda de corrupção e de fuga de capitais para o exterior foi a característica deste período após a guerra civil em Angola (2004-2017)²¹.

4.3 O AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM ANGOLA

4.3.1 Potencialidades

As potencialidades poderão ser melhor compreendidas quando dividimos o país em seis (6) importantes regiões, a saber²²:

1) Região Norte (Cabinda, Zaire e Uíge)

Cabinda destaca-se nesta região como uma das maiores produtoras de petróleo do país. Por não ter continuidade geográfica com o restante território do país facilita a livre circulação de pessoas e bens com os três países vizinhos (Angola, Congo e Congo Democrático). Outro dado importante é de que parte do seu território

²¹ De acordo com a *Transparency* Internacional, referente ao Índice de Perceções de Corrupção (IPC), Angola ocupava o 151º lugar, o nono a contar do último colocado.

²² INE – Instituto Nacional de Estatística (2018)

alberga a floresta do Maiombe, a segunda floresta mais extensa do mundo, atrás da Amazónia, composta de várias espécies vegetais de interesse económico, como o Pau-preto, Ébano e o Sândalo africano (ANGOLA, 2007).

A província do Zaire tem a sua fronteira ao norte com a República do Congo Democrático (RDC) e a sua importância económica também reside principalmente na exploração de petróleo, gás, e na sua parte costeira para a produção pesqueira. É importante ainda sublinhar que no seu território tem vários recursos minerais por explorar, tais como fosfato, cobre, ferro, granito, e rocha asfáltica. Do ponto de vista histórico a província tem uma relevância considerável, já que a sua sede, M'Banza Congo, foi a capital do Reino do Congo, fundado no século XIII, cujo território se estendia por parte das atuais República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão e Angola. Em Julho de 2017, a UNESCO classificou o centro histórico da cidade de M'Banza Congo como Património Histórico da Humanidade, o que permitirá mais oportunidades para implementar o setor turístico da região²³.

A província do Uíge também é vizinha da RDC e tem a sua economia baseada fundamentalmente na agricultura e no comércio, com destaque nas culturas de café, feijão, mandioca, milho e amendoim. O seu espaço geográfico ainda por explorar possui

²³ GONÇALVES (2018).

minérios como cobre, ligas de prata e cobalto²⁴.

2) Região Centro-Norte (Luanda, Bengo, Kwanza Norte e Malanje)

Luanda sendo a capital, é a maior cidade do país e o principal centro financeiro, comercial e económico, já que responde a quase 90% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. A cidade constitui a sede das maiores empresas angolanas e delegações e subsidiárias de várias multinacionais. O porto de Luanda, localizado na baía de Luanda, é o principal porto do país, movimentando mais de 70% das importações e exportações angolanas (petróleo/crude excluído). A capital é também o principal polo universitário do país, com um número considerável de universidades²⁵. A cidade possui um grande mercado de consumidores finais de produtos agrícolas, com bons canais de escoamento e um setor industrial demandante de produtos agropecuários, o que demonstra a importância de potencializar o seu crescimento²⁶.

A província do Bengo com forte integração no conceito de região metropolitana de Luanda, apresenta uma cintura de atividades agrícolas e pecuárias quer para abastecimento interno (hortofrutícolas) quer para exportação (banana, café, algodão, girassol, soja, óleo de palma), além de uma extensa orla costeira com

²⁴ PORTAL DO UIGE E DA CULTURA KONGO (2018)

²⁵ SUCUMA (2012)

²⁶ SANTOS; SARMENTO (2015)

potencial para desenvolvimento das pescas e aproveitamento de outros produtos do mar²⁷.

Entre as duas províncias está situada a Zona Económica Especial (ZEE) que contempla uma estratégia de crescimento assente em três polos distintos, o agropecuário, o industrial e o de serviços, que, em conjunto, visam a exploração das potencialidades económicas das duas províncias.

A província de Kwanza Norte é essencialmente agrícola, cuja produção se reflete nos campos agrícolas de café, mandioca e ananás. A província luta para retomar a exploração mineral de manganésio, ferro, mármore rosa, ouro, madeira e também de água mineral²⁸.

Vizinha da RDC, a província de Malanje é também predominantemente agrícola, onde produz-se a cana-de-açúcar²⁹, algodão, mandioca, batata doce, amendoim, arroz, soja, girassol e vários vegetais. Possui reservas significativas de diamantes, calcário e manganês. O seu território é privilegiado no que diz respeito a reservas naturais visto que aí encontram-se as Quedas de Kalandula; o Parque Nacional de Loango, o Parque Nacional Cangandala - onde se encontra a Palanca Negra, o animal símbolo de Angola - e as Pedras Negras do Pungo Andongo que são locais de grandes interesses para o

²⁷ ANGOLA (b) (2018)

²⁸ TURISMO ANGOLA (2021)

²⁹ Em Malanje está situada a empresa BIOCUM, a primeira empresa angolana que produz e comercializa açúcar, etanol e energia elétrica renovável a partir da biomassa.

ecoturismo e o turismo ecológico³⁰.

3) *Região Leste (Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico)*

A região reúne as duas províncias produtoras de diamantes (Lundas Norte e Sul) que fazem fronteiras com a RDC e toda a área geográfica das mesmas constitui zona de reserva diamantífera. Outrora produtora de arroz, milho e girassol, a Lunda Norte observa um grande declínio do setor agrícola, fruto dos poucos investimentos canalizados. Entretanto, na Lunda Sul, o setor agrícola é representada pela grande produção de abacaxi que é base produtiva local, as culturas de mandioca, milho, arroz, e no extrativismo vegetal existe uma grande cadeia de extração de recursos madeireiros, como o pinheiro³¹.

A província de Moxico mesmo sendo a maior província do país, possui uma densidade populacional muito reduzida. O seu território faz fronteira com a RDC e a República da Zâmbia. É privilegiada em termos de recursos hídricos e com imensas riquezas minerais tais como cobre, manganês, urânio e diamantes. A agricultura é privilegiada por um clima favorável para a cultura de massango, feijão, mandioca e milho³².

³⁰ KWANZALODGE (2020)

³¹ CRISTINA (2020)

³² GONÇALVES (2018)

4) Região Centro-Sul (Bié, Huambo e Huila)

A província do Bié possui uma bacia hidrográfica constituída pelo rio Kwanza, o maior de Angola e nasce na província, e seus afluentes Kutato, Luando, Kunhinga, Kunje, Kuquema e o Kuiva. A agricultura é a principal atividade económica, mas a província também tem grande potencial no que diz respeito aos recursos minerais, onde destaca-se uma grande variedade de rochas e minerais, tais como diamantes, ferro, quartzo, calcário, argilas, os granitos, e magnetite³³.

A província do Huambo constitui a maior bacia hidrográfica de Angola, fato que lhe coloca de um lado, como um importante fornecedor de energia elétrica caso sejam canalizados investimentos na instalação de centrais hidroelétricas e de outro, como a maior fornecedora de produtos agrícolas. é a segunda província em área semeada de cereais. No seu território nascem rios que atravessa o país rumo a parte litorânea e até países vizinhos, notadamente, os rios Keve, Cunene, Kubango, Cutato, Catumbela e Cuango (SANTOS; SARMENTO, 2015).

A Huíla, em função da melhoria de acessibilidade, do crescimento do setor turístico e da criação de plataforma logística e da produção de equipamentos e utensílios agrícolas, tem sofrido alterações que criam as condições para uma nova dinâmica empresarial. O seu território é rico para agricultura e a pecuária, com

³³ ANGOLA (b) (2018)

grandes oportunidades para o crescimento do setor agroindustrial. No setor turístico destacam-se a Fenda da Tundavala, o monumento do Cristo Rei, os Barracões, Complexo Turístico da Nossa Senhora do Monte e o Miradouro da Leba³⁴.

5) Região Sudoeste (Kwanza Sul, Benguela e Namibe)

Kwanza Sul é uma forte produtora agrícola. É a maior província em área semeada de cereais, tendo em vista que é abrangida por quatro bacias hidrográficas, o que lhe outorga uma riqueza de recursos ecológicos e biológicos relevantes que podem ser aproveitadas para o fornecimento de energia elétrica. É banhada pelos rios Kwanza, Longa, Keve e Quicombo. No tocante ao setor turístico, a província é conhecida pelas famosas pinturas rupestres e de ruínas de antigas fortificações (ANGOLA (b), 2018).

Benguela, se sobressai na região sudeste por ser não somente a segunda província com mais aglomeração urbana do país, mas também por apresentar infraestruturas de transportes que permitem a sua ligação nacional e continental. A província possui um grande porto, um aeroporto internacional e uma estrada de ferro que liga Angola com seus vizinhos. Além disso, um polo de concentração da indústria pesada, nomeadamente, o setor de construção naval, metalurgia e fábricas de cimentos, para os mercados interno e externo, um sector agropecuário recuperado e dinâmico, capaz de

³⁴ SANTOS; SARMENTO (2015)

induzir o crescimento da agroindústria, um sector pesqueiro em desenvolvimento e um tradicional sector turístico³⁵.

A província do Namibe tem a sua fronteira ao sul com a República da Namíbia e a sua economia destaca dois setores importantes: a agropecuário e a pesca. A produção agrícola é assegurada mediante as culturas de mandioca, batata doce, batata, citrinos, oliveira, videira, goiabeira, massango. O seu maior centro piscatório está na cidade do Tômbua. Namibe representa mais de 65% de toda actividade pesqueira do país. Com cerca de 480 km lineares de orla marítima, é rica em recursos piscatórios muito diversificados, exibindo um potencial natural de crustáceos em que se destacam o caranguejo, mexilhão e amêijoia. O território também é destaque na extração do sal. Estudos mostram que seu subsolo é rico em minérios como ouro, cobre, manganês, cromo, estanho, lenhite e muito mármore. A vegetação predominante nesta região é o Deserto, aqui já em estepe povoada de pequenos arbustos. Destaca-se a formosa planta exótica *Welwitschia Mirabilis* e o Parque Nacional do Iona³⁶.

6) Região Sul (*Kuando Kubango e Cunene*)

O Cuando Kubango é a segunda maior província de Angola e também como a província do Moxico, constitui uma das províncias com menor densidade populacional. Possui fronteiras internacionais

³⁵ ANGOLA (b) (2018)

³⁶ Universidade Mandume Ya Ndemufayo (2020)

com a República de Namíbia e da Zâmbia. Como setores importantes da sua atividade económica evidenciam-se a pesca artesanal; apicultura; agricultura e pecuária. Como a maioria das províncias do país, Kuando Kubango apresentam potencialidades económicas absolutamente virgens, precisando de grandes investimentos³⁷.

Finalmente, a província de Cunene que tem a divisa com a República da Namíbia, tem na agricultura de subsistência, à pesca artesanal e à pecuária a forma de sobrevivência da sua população. A agricultura é castigada pelos problemas de seca que a região historicamente atravessa. Os minerais mais abundantes no Cunene são o ferro e o cobre (ENANA-EP, 2020).

4.3.2 Infraestruturas

A situação atual das infraestruturas de transporte em Angola, especificamente no que diz respeito às infraestruturas portuárias, aeroportuárias, ferroviárias e rodoviárias resume-se da seguinte maneira:

1) *Portuária*

Os principais portos de carga são os de Luanda, Lobito,

³⁷ ENANA - Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (2020)

Namibe, Soyo (Zaire), Cabinda e Porto Aboim (Kwanza Sul). O Porto do Luanda recebeu investimentos no valor de 130 milhões de dólares (121 milhões de euros) no período de 2006-2010, com o objetivo de criar uma nova imagem infraestrutural portuária e aumentar a sua capacidade de resposta em termos de cargas e descargas. Os investimentos envolviam a reabilitação das gruas existentes, a aquisição de novas gruas, a extensão dos cais, a criação de condições que melhorariam a manobra dos navios e a modernização do segundo terminal de contentores, para facilitar a movimentação de, pelo menos, 5,3 milhões de toneladas de cargas ao ano³⁸.

O porto do Lobito ganhou um investimento de mais de 1,2 mil milhões de dólares (1,06 mil milhões de euros) que resultou na construção do terminal de contentores, terminal minério, porto seco, aquisição de rebocador multifuncional para a capitania do porto e uma lancha rápida (MUECHI, 2016).

2) Aeroportuária

A Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA-EP) Aeroportos de Angola gere 18 aeroportos e os serviços de navegação aérea para todos os aeroportos; outros 7 estão sob o controlo dos governos provinciais, 5 são operados por empresas de exploração mineira e 6 são usados pela

³⁸ MUECHI (2016)

força aérea³⁹.

O principal aeroporto do país é o Aeroporto 4 de Fevereiro em Luanda que se constitui o principal Aeroporto Internacional de Angola. A sua capacidade atual ao nível de passageiros é que quase de 3 milhões e 600 mil passageiros ano. Para isso, possui uma plataforma aeroportuária preparada para assegurar esse fluxo de passageiros e de carga que diariamente chegam e partem de Luanda. Tem três parques de estacionamento de veículos abertos ao público com capacidade para receber viaturas de pequeno e médio porte (ENANA, 2020).

3) Ferroviária

Existem três linhas de caminhos-de-ferro a funcionar sob tutela do Ministério dos Transportes a saber: a linha de caminho-de-Ferro de Luanda (entre Baía e Malange, numa extensão total de 445 km); a linha de caminho-de-Ferro de Benguela (entre o Lobito e o Luau, numa extensão total de 1340 km); e a linha de caminho-de-Ferro de Moçâmedes (entre Namibe e Menongue, com uma extensão total de 860 km). De acordo com a Lei de Delimitação de Actividades Económicas, o transporte ferroviário é reserva relativa do Estado e pode ser executado por sociedades ou entidades que não integrem o sector Estatal, através de contratos de concessão temporária. Os regulamentos para atribuição de concessões de serviços ferroviários

³⁹ ENANA (2020)

são preparados para aprovação pelo Conselho de Ministros⁴⁰.

4) *Rodoviária*

A rede rodoviária tem recebido vários investimentos para sua recuperação visto que foi uma das infraestruturas mais atingidas durante a guerra civil. A supervisão da rede nacional de estradas que inclui as estradas pavimentadas, as estradas de terra batida, que ligam as capitais provinciais, e as estradas locais, está sob supervisão directa do INEA – Instituto Nacional de Estradas de Angola.

4.3.3 Serviços de Apoio

A infraestrutura turística, devido o histórico abandono do setor, está na fase de reconstrução e revigoramento de sua infraestrutura. Atualmente, no total o país possui cerca de 500 hotéis de 3 à 5 estrelas, 1200 pensões, motéis e residências albergando cerca de 60 mil quadros.⁴¹

A rede de hotelaria do país está mais concentrada na capital Luanda com 35,5%, seguida por Benguela com 17,5% e finalmente a Huila com 13,9%. O segmento de restaurante e similares dominam o

⁴⁰ SANTOS (2005)

⁴¹ TCHALYONGO (2018)

setor com 74,3% seguido do alojamento com 18%⁴².

Luanda possui várias opções de acomodação com diferentes padrões de conforto, porém, os preços são altos para padrões internacionais, mesmo por hospedagens simples. Pode-se acessar a internet em hotéis e estabelecimentos especializados, bem como utilizar serviço de dados das operadoras de telefonia móvel. Os cartões de crédito são aceitos nos grandes hotéis, nos supermercados e na maior parte dos estabelecimentos comerciais.

Existe ampla rede bancária presente no país que dispõe de caixas eletrônicos, muitos deles conectados aos sistemas internacionais VisaPlus, MasterCard Maestro, entre outros.

Referente a tecnologias de informação e comunicação, o país tem o que existe de mais recente no mercado: Sistemas LTE, a mais nova versão dos Sistemas SAP, Servidores e Bancos de Dados moderníssimos, *iPod's*, *iPhone's*, *iPad's*, enfim *iTudo* de última geração. Porém, tem-se ainda muitas deficiências no campo da implementação, já que muitos dos sistemas são instalados de forma deficiente, devido a falta de mão-de-obra qualificada para manusear certas tecnologias disponíveis. Por isso a maioria dessas tecnologias são operadas maioritariamente por quadros expatriados⁴³.

Para quem quer visitar Angola, os melhores lugares para adquirir as informações são as Embaixadas e nossos Serviços

⁴² ANGOLA (c) (2018)

⁴³ NGALAXI (2012)

Consulares situados em vários países do mundo. Para investir no país o processo começa com o pedido de registro da Proposta de Investimento, que pode ser feito através do SETIP⁴⁴, ou através do contacto directo com os serviços da AIPEX⁴⁵. Quem quiser investir em Títulos do Tesouro, o Ministério das Finanças criou o portal do investidor que contém todas as informações necessárias.

Desde 2018 ficou mais fácil viajar para Angola visto que as autoridades aduaneiras começaram o *eVisas*, para cidadãos de 61 países. O processo de pré-registo é feito via internet. Após a solicitação ser enviada e aceita, o requerente receberá um recibo eletrônico, que deve ser impresso e mostrado no escritório de imigração ao chegar no país. O visto tem a validade de trinta dias. A vantagem deste sistema para o viajante é que o visto pode ser solicitado de maneira rápida pela internet a qualquer momento, de qualquer lugar e o pagamento é feito no momento da solicitação.

Como em qualquer cidade do mundo, o cuidado com a própria segurança em Luanda deve ser priorizado. A cidade não possui um índice elevado de violência mas é sempre bom visitar lugares fora do centro da cidade em grupo e preferencialmente, com um acompanhante local. Em Luanda tem vários pontos a ser visitados tais como o Museu da Escravatura, Museu de Ciências Naturais, a Ilha de

⁴⁴ O SETIP é uma ferramenta eletrónica que serve para automatizar o processo de tramitação das propostas de investimento privado e a interação entre os investidores e os órgãos da administração pública com influência no procedimento do investimento privado.

⁴⁵ AIPEX - Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola.

Luanda, a Ilha do Mussulo e Parque Natural da Quiçama.

Nos restaurantes pode-se encontrar os pratos típicos do país tais como feijão ao azeite de dendê, Mufete (peixe grelhado), galinha na muamba e o infalível funje⁴⁶ que pode ser de mandioca, milho ou misto.

4.3.4 Perfil do Setor Privado

As empresas em atividade em Angola estão concentradas nos seguintes setores: comercial (52%), hotelaria e restauração (11%), indústria transformadora (8%), imobiliário (7%), construção e obras públicas (5%) e agricultura e pesca (4%). A maior parte das empresas são pequenas empresas familiares. Existe uma nova geração – embora em número muito reduzido - de grandes empresários nacionais que atuam no comércio grossista, na construção e na indústria transformadora de produtos alimentares e na produção de bebidas. Tendo em vista o histórico do domínio do Estado na economia, a maioria das empresas foram criadas entre 1996 e 2005, representando 63% do total. As que foram criadas depois deste período correspondem a 19%. As empresas criadas a mais de 25 anos apenas representam 4%. O setor de Pequenas e Médias Empresas

⁴⁶ Também é conhecido como pirão. Entretanto, não é semelhante ao pirão brasileiro, visto que o funje faz o papel do arroz nas refeições e é composto apenas de água e farinha mandioca ou farinha de milho e água.

(PME) é muito reduzido e o setor informal compreende 60% das atividades económicas do país⁴⁷.

Um dado curioso do setor privado angolano está no crescimento muito mais lento das empresas ativas do que das novas empresas. Entre 2008 e 2009 o número de empresas em atividade cresceu 13% contra o crescimento de empresas novas que se revelou em 24%. Em 2010 as empresas ativas cresceram 7% enquanto as novas cresceram 38%. Já em 2011 as empresas ativas cresceram 2% frente a 28% das empresas novas. Hipoteticamente, alguns analistas defendem que a maioria dessas empresas novas foi criada com a finalidade de aproveitar algumas vantagens como crédito e licenças de importações (BAD, 2012).

4.3.5 Desafios

O ambiente de negócios em Angola até 2016 sempre foi um desafio. O principal obstáculo para os investimentos privados foi a própria legislação que obrigava as empresas estrangeiras a terem uma participação nacional de pelo menos 35% no capital social das empresas que pretendiam operar em Angola.

O governo dava uma clara mensagem de que investimentos estrangeiros não eram bem-vindos, visto que o setor privado nacional

⁴⁷ Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (2012)

era dominado pela própria elite política e qualquer investimento estrangeiro seria um concorrente indesejável.

O modelo de intervenção do Estado na economia no pós-guerra demonstrou claramente essa estratégia. O Estado ao invés de criar políticas de incentivos para a inserção do setor privado na economia, o próprio Estado tornou-se “empresário”. O processo de clientelismo entre o Estado e a sua elite política fez com que os membros do governo criassem empresas satélites de apoio aos respectivos ministérios. A título exemplificativo, no setor petrolífero, os responsáveis com cargos de direção criavam empresas para negociarem a compra de blocos petrolíferos e abastecer o petróleo refinado para o País. Os dirigentes na área da saúde criavam empresas que abasteceriam o setor em equipamentos e insumos hospitalares. Na educação, os encarregados do setor eram os donos de empresas que importavam material escolar e assim ocorreu em vários setores da economia angolana. Ou seja, a elite política transformou-se em elite económica, onde o principal cliente era o Estado. O dinheiro saía dos cofres públicos para as suas contas pessoais, acarretando uma série de consequências desastrosas para a economia, tais como: o desvio do erário público, faltos de concorrência, produtos ou serviços sem qualidade, sobrefaturação, inexistência de licitação na contratação dos serviços públicos e ausência de transparência na gestão pública. O pior de tudo, com a exoneração dos titulares das pastas, as empresas desapareciam, dando lugar às novas empresas dos novos titulares

nomeados. O ambiente de negócio ficou fechado para qualquer iniciativa privada fora do círculo político.

Em 2006, um relatório do Banco Mundial denominado “*2006 Doing Business*”, indicava que o país possuía um ambiente de negócios pouco favorável ao crescimento do setor privado e colocava-se na posição 172 de um total de 183 economias. Ou seja, Angola classificava-se abaixo de diversos outros países da África subsaariana. O documento mencionava um conjunto de fatores externos que influenciavam de forma negativa nas decisões da atividade empresarial. Por exemplo, para estabelecer uma empresa no país, demorava 146 dias; para obter a licenças e alvarás a espera podia prolongar-se por 326 dias; registrar uma propriedade, a delonga era de 11 meses; para importar mercadorias, a demora durava em média 64 dias, além de necessitar de 10 documentos e 28 assinaturas; a execução de um contrato podia durar 1.011 dias civis. Outros indicadores importantes nesse cenário são de que não existia grande proteção ao investidor e a obtenção de crédito era quase impossível⁴⁸.

Entretanto, seis anos depois, o *Doing Business 2012* avaliou a economia angolana no tocante ao ambiente de negócios, num total de 183 economias. O país ainda continuava como um dos piores ambientes para realizar negócios. A tabela 1 mostra a classificação de Angola em comparação à média regional da África subsaariana, relativo a nove indicadores.

⁴⁸ BANCO MUNDIAL (2006)

Tabela 1 Angola no índice de facilidade para fazer negócios em 2012

INDICADORES AVALIADOS	Classificação de Angola entre os 183 países avaliados	Média Regional (África subsaariana)
Abertura de empresas	167	123
Obtenção de alvarás de construção	115	112
Obtenção de electricidade	120	122
Registo de propriedades	129	119
Acesso ao crédito	126	110
Protecção de investidores	65	112
Pagamento de impostos	149	115
Execução de contratos	181	117
Resolução de insolvência	160	127

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business*, 2012.

Além do ambiente de negócios precário, outros fatores inibidores dos investimentos privados em Angola eram a falta de qualificação da mão-de-obra e as restrições à participação do setor privado na economia, com um sistema legal precário, cuja legislação referente a litigação em tribunal era um processo moroso e acarretava custos elevados.

Todavia, alguns investidores estrangeiros decididos em desenvolver negócios em Angola associavam-se a um parceiro local (preferencialmente membro da elite política) e só assim, conseguiam vencer as barreiras burocráticas.

4.3.5 Expectativas

Com a eleição do presidente da República, João Lourenço, em 2017, o governo angolano apresentou algumas reformas que poderão modificar o clima de negócios no país. Entre as medidas para melhorar o ambiente de negócios, destacam-se a lei da Concorrência que visa quebrar o monopólio no país, a criação da Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) e a nova lei do Investimento Privado.

A lei da Concorrência tem como objetivo melhorar o ambiente de negócios através da adoção de normas e diretrizes que proporcionem um bom ambiente concorrencial entre os agentes económicos que concorrem para uma maior e melhor oferta de bens e serviços aos consumidores, promovendo a inserção das micro, pequenas e médias empresas na plataforma comercial do país, de modo a consolidar o empresariado nacional a ser competitivo, tanto no mercado interno, quanto no externo⁴⁹.

A autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) ligada ao

⁴⁹ ANGOLA (2018)

Ministério das Finanças foi criada para garantir a observância e o respeito pelas regras da concorrência e a supervisão da formação dos preços do setor público, privado, cooperativo e associativo, com vista ao funcionamento eficiente e equilibrado dos mercados e a proteção dos interesses dos consumidores.

A nova Lei do Investimento Privado – Lei 10/28 de 26 de Junho de 2018, foi idealizada para atrair o investimento direto estrangeiro e auxiliar na melhoria do ambiente de negócios. Nessa nova lei, foi retirada a obrigatoriedade de valor mínimo para o Investimento Privado, bem como excluída a obrigatoriedade de parcerias nacionais para investir em Angola. O documento também garante a transferência de lucros e dividendos após implementação efetiva do projeto e a concessão automática de benefícios fiscais. Outra medida importante foi a isenção de pagamento das taxas e emolumentos de qualquer serviço solicitado, até mesmo os aduaneiros, por um ente público não empresarial, num período não superior a 5 (cinco) anos, para os projetos enquadrados no Regime Especial⁵⁰.

O Estado comprometeu-se a adotar incentivos fiscais para as empresas que decidem investir no interior, principalmente, para aquelas cujo negócio promova “a articulação entre a cidade e o campo, também para as empresas que contratarem jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego. A ideia é priorizar quem estaria a

⁵⁰ ANGOLA (b) (2018)

contribuir para a redução da pobreza, redução das assimetrias regionais, aumento do emprego e rendimento das famílias no meio rural. Com estas medidas, as empresas terão maiores possibilidades de aumentar a oferta de emprego para os jovens e cidadãos em geral⁵¹.

Em 2018, com a finalidade de sair da dependência do setor petrolífero, o governo angolano criou o PRODESI – Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações, um programa que visa acelerar a diversificação da produção nacional e geração de riqueza num conjunto de produções e fileiras específicas a integrar em *clusters* com maior potencial de geração de valor e de exportação e substituição de importações.

Igualmente, constituem objetivos do PRODESI os seguintes: aumentar a produção e volume de vendas das produções e fileiras prioritárias para estimular a diversificação, potenciando as vantagens comparativas nacionais, reduzindo os custos de recursos cambiais com a cesta básica, diversificação das fontes cambiais, incremento das fontes de investimento externo, volume de investimento direto estrangeiro realizado nas produções e fileiras produtivas e finalmente, a melhoria do ambiente de negócio nacional.

Para a materialização do programa, o governo criou o Projeto de Apoio ao Crédito (PAC), inserido no PRODESI com a finalidade de financiar projetos de investimento que contribuam direta ou

⁵¹ ANGOP (2018).

indiretamente na produção interna de bens⁵².

Em 2019, visando a redução da intervenção do Estado na economia, com a promoção do fomento empresarial, assim como o reforço da capacidade empresarial para promover a concorrência, a competitividade e a eficiência da economia nacional, o governo apresentou o Programa de Privatização (PROPRIV) que visava privatizar 195 empresas estatais até 2022. Destas, 175 seriam alienadas mediante o sistema de concurso público, 11 por leilão em bolsa e 9 através de oferta pública inicial.

Com vista a incentivar o setor do turismo, o governo deu passos significativos no tocante à facilidade de entrada no país. Hoje, muitas das regras burocráticas que impediam a entrada de turistas no país foram eliminadas.

O combate à corrupção é o lema do atual Presidente da república e está a envidar esforços no sentido de fortalecer as instituições governamentais e judiciais por forma a reduzir este flagelo que, durante muitos anos, constituiu uma grande barreira para o investimento privado e que contribuiu no empobrecimento e mendicidade da população angolana.

O poder executivo está a realizar reformas no sistema judicial de modo a combater a corrupção com eficiência, proporcionando maior celeridade na resolução de litígios que lesam as relações e a dinâmica da economia, assegurando a eficácia das leis na defesa dos

⁵² PRODESI (2018).

direitos e garantias de todos os seus cidadãos e agentes económicos⁵³.

4.4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

A República de Angola tem diversas condições climatéricas propícias à produção e conseqüente desenvolvimento das mais diversas atividades socioeconómicas conducentes à criação de riqueza, uma fauna e flora invejáveis: desertos, montanhas, florestas tropicais, abundância de recursos hídricos naturais, dispõe de uma imensidão de terra fértil e arável, em todo o seu território, enormes depósitos de recursos minerais, incluindo o petróleo e diamantes. A República de Angola é também dotada de um perfil extremamente vantajoso, tornando-a num dos países mais estáveis no continente, sendo membro do Conselho de Segurança da ONU, com um papel preponderante na resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos. Com uma população de quase trinta milhões de pessoas, torna-a no terceiro maior mercado da África Subsariana. Todavia, dada a enorme extensão territorial do país, a densidade populacional é conseqüentemente baixa.

Entretanto, é ponto assente que, tendo essas características favoráveis aos investimentos, sem uma boa governação e sem um compromisso para a internacionalização da economia, o país não

⁵³ ANGOP (a) (2018).

conseguirá atrair grandes investimentos privados, daí a promoção do investimento privado no país para sair da dependência económica do setor petrolífero e acelerar a recuperação e o crescimento dos produtos.

Em suma, uma nova Angola está a nascer, com nova responsabilidade e com novas esperanças, com um elevado potencial para alavancar a sua economia e posicionar-se como um dos principais destinos de investimento em África, um país jovem e promissor.

REFERÊNCIAS

ANGOLA (b). AGÊNCIA DE INVESTIMENTO PRIVADO E PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE ANGOLA. *Angola is Now*. Guia de Investimento em Angola. Luanda, 2018.

ANGOLA (a). **Diário da República**, I Serie nº 66 de 10 de maio de 2018.

ANGOLA (c). MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico do Turismo Bianual** (2016-2017), Luanda, 2018.

ANGOLA. **Portal Oficial do Governo da República De Angola**. Luanda, 2017. Disponível em <governo.gov.ao> Acesso, em 11 de setembro de 2020.

ANGOLA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação**

de Angola. Luanda, 2014.

ANGOLA. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA. **Levantamento do tecido industrial angolano.** Luanda, 2015.

ANGOP. **Discurso do Presidente João Lourenço sobre o Estado da Nação.** Luanda, 2018. Disponível em <[www. Angop.ao/ noticias-o/?link=https://www.angop.ao/angola](http://www.angop.ao/noticias-o/?link=https://www.angop.ao/angola)> Acesso, em 18 de janeiro de 2020.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Ambiente do investimentos privado em Angola.** Departamento Regional Centro, 2012.

BANCO MUNDIAL. *Angola: Oil, broad-based growth and equity.* World bank, 2006.

CRISTINA, Ana. **Uma breve história sobre os hábitos e costumes da província de Lunda Sul.** Portal Leste Angola. Disponível em < [www. Lesteangola.com/onleste-breve-historia-lunda-sul.html](http://www.Lesteangola.com/onleste-breve-historia-lunda-sul.html). > Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ENANA. **Sobre aeroportos.** Disponível em < <https://www.enana.co.ao/luanda.php>> Acesso em 28 de janeiro de 2021.

KWANZA LODGE. **Província de Malanje.** Disponível em < <https://kwanzalodge.com/prov%C3%ADncia-de-malanje>> Acesso em 4 de janeiro de 2021.

GONÇALVES, Susana. **Moxico: o gigante adormecido.** Revista economia e Mercado, Luanda 2018.

MUECHI, Angular Manuel. **Infraestrutura e desenvolvimento: o caso do Porto do Lobito.** Dissertação de Mestrado. Universidade Portucalenses. Paranhos, 2016.

NGALXI, Pedro. **O Estado actual das tecnologias de informação em Angola:** sugestões de melhorias, 2012. Disponível em <<https://www.menosfios.com/o-estados-actual-das-tecnologias-de-informacao-em-angola-sugestoes-de-melhoria>> Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

PORTAL DO UÍGE E DA CULTURA KONGO. **Características da Província do Uíge.** Disponível em <http://wizi-kongo.com/provincia-do-uige-caracteristas-gerais/> > Acesso em 20 de fevereiro de 2021

PRODESI. Disponível em <<https://www.prodesi.ao/financiamento/medidas-de-alivio-economico>> Acesso, em 20 de novembro de 2020.

RAMO, Joshua Cooper. ***The Beijing consensus.*** Londres: *Foreign Policy Centre*, 2004.

SANTOS, Rui Miguel. **Distribuição e Logística em Angola.** Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria, Lisboa. 2005.

_____; SARMENTO, Susana. **Estudo de mercado sobre províncias de Angola:** Benguela, Cabinda, Huambo, Huila, Lunda e Namibe. CESO. *Development Consultants*, 2015.

SUCUMA, Agostinho João. **Modelação do crescimento urbano da Província de Luanda, Angola.** Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2012.

TCHALYONGO, Kim. **Turismo em Angola precisa de mais sustentabilidade.** Artigo escrito em 2018. Disponível em <voaportugues.com/turismo-angola> Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

TURISMO ANGOLA. **Província de Kwanza Norte.** Disponível em www.turismoangola.com/guias-turisticos/cuanza-norte > Acesso em

12 de novembro de 2020.

UNIVERSIDADE MANDUME YA NDEMUFAYO. **Características da 6ª Região Académica.** Disponível em <
<https://umn.ed.ao/umn/index.php/uteis/caracterizacao-regiao>>
Acesso em 15 de janeiro de 2021.

CAPÍTULO 5

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR NO

BRASIL:

informações relevantes

Roberto Vilmar Satur⁵⁴

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Alyanne de Freitas Chacon⁵⁵

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Márcia Félix⁵⁶

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

Márcia Cristina Silva Paixão⁵⁷

⁵⁴ Pós-Doutor em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto, Portugal. Doutor em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB, Brasil), revalidado em Portugal. Mestre em Economia (UFPB). Especialista em Comércio Exterior e Bacharel em Economia (UNIJUI). Bacharel em Administração (URI). Professor do Departamento de Mediações Interculturais (DMI) e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA) da UFPB. Líder do Grupo de Pesquisa MINNI-Mundo. Contato: robertosatur@yahoo.com.br

⁵⁵ Doutora em Linguística; Mestra em Literatura Comparada e Graduada em Letras – Língua Francesa, pela UFRN. Atualmente, é Professora Adjunta do Departamento de Mediações Interculturais da UFPB e vice-líder do grupo de pesquisa MINNI-Mundo (Mediações Interculturais, Negociações e Negociadores Internacionais no Mundo). Contato: lychacon.ufpb@gmail.com

⁵⁶ Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestra em Administração (Área: Finanças de Empresas) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Administração pela UFPB. Professora Adjunta IV da UFPB, lotada no Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), Campus I. Membro (pesquisadora) do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (CCET/UFPB) e membro (estudante) do Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT/UFCG). Contato: mfelixufpb@gmail.com

⁵⁷ Doutora em Economia pela UnB, com ênfase em Economia do Meio Ambiente e Internacional; Mestre em Economia de Empresas e Graduada em Economia pela UFPB.

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a situação do Brasil, trazendo informações relevantes acerca do país para quem busca conhecer ou fazer negócios. Para entender o Brasil, é necessário, primeiramente, que sejam desfeitos conceitos preconcebidos, exaustivamente divulgados e, muitas vezes, pejorativos. É evidente que o país tem seus problemas, todavia, seus méritos, sua pujança e oportunidades são muito maiores. É isso que poderá ser percebido durante a leitura deste capítulo.

O Brasil é, atualmente, a 9ª economia do mundo, um dos maiores exportadores de produtos naturais e de produtos do agronegócio; possui o 5º maior espaço geográfico e é o 5º país mais populoso do mundo. Portanto, é o maior país da CPLP, e também da América Latina, em termos de PIB, de população, de tamanho geográfico e de volume de negócios. O tamanho do Brasil é desproporcional aos demais países de língua portuguesa, tanto é verdade que se o estado

Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Economia da UFPB, líder do Grupo de Pesquisa GEMA/UFPB (Economia do Meio Ambiente) e coordenadora do Projeto de Extensão PROBEX COMEX UFPB (Comércio Exterior). Atuou por 18 anos no setor privado sendo 14 destes na área de comércio exterior. Contato: marciapaixao2022@gmail.com

de São Paulo fosse um país seria o segundo maior país da CPLP em termos de população e PIB, atrás apenas do Brasil. Se a cidade de São Paulo fosse um país, seria o quarto país mais populoso da CPLP, com uma população maior que a de Portugal, por exemplo.

Por ser grande e diverso, o Brasil é também um país multicultural, democrático, livre, que está em desenvolvimento, mas ainda apresenta problemas que insistem em permanecer, como: desigualdade socioeconômica e regional; desempenho insuficiente na educação, na saúde e na geração de renda; seu estado é grande, pesado, burocrático, endividado, altamente tributador, com certa ineficiência e ainda alguns problemas não totalmente resolvidos, como, por exemplo, os casos de corrupção. No início do Século XXI, com a atuação de alguns governos mais de esquerda, foram promovidas ações de inclusão social relevantes, mas que também tornaram o estado ainda mais gastador e endividado, pois aumentou seu compromisso orçamentário em termos de despesas. Com os últimos governos, mais de direita, tem-se tentado promover algumas reformas e outras estão em andamento, com o objetivo de reorganizar as contas do governo brasileiro e reduzir a interferência do Estado na economia e na sociedade. A ideia é tornar a economia mais dinâmica, com menos governo e mais mercado, reorganizando a forma de tributação, reduzindo a burocracia, reduzindo os gastos do governo e, assim, procurando tornar o país mais atraente para investidores e negociadores nacionais e internacionais. O resultado concreto dessas

ações ainda não se pode dimensionar, pois estão no início. É preciso mais tempo para se saber com mais precisão os seus efeitos no país.

Apesar dos problemas que podem existir, principalmente referente a problemas ainda não plenamente resolvidos, como índice de desemprego e segurança pública, o brasileiro pode ser considerado, na média, um povo feliz, batalhador, disposto a superar as barreiras, criador, inovador e entusiasta com as oportunidades que surgem.

Na perspectiva cultural, o Brasil, justamente por ser um país tão vasto em território, tem como uma de suas principais características a diversidade cultural. Por essa razão, pode ser considerado um país multicultural, haja a vista a presença de culturas e etnias diferentes dentro de seu território.

Entendemos aqui o conceito de cultura como algo bem amplo e que vem sendo estudado há muitos anos. Para Santos (1997), a cultura é tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou de grupos no interior de uma sociedade. Por sua vez, consoante Ladmiral e Lipiansky (2015), a noção de cultura designa os modos de vida de um grupo social, como seu modo de sentir, agir ou pensar; sua relação com a natureza, com o homem, com a técnica e com a criação artística; assim como os sistemas de valores, ideologias e normas sociais.

Ao falarmos em negociação com outros países, não podemos deixar de observar os aspectos culturais e, conseqüentemente, comportamentais que fazem parte daquela cultura. Por essa razão,

este capítulo abordará, também, aspectos da cultura brasileira, descrevendo a história que cumulou na miscigenação desse povo, as principais características dessa cultura, as diferenças culturais por região, entre outros aspectos que denotam a pluralidade e riqueza desse território.

A dimensão continental do Brasil, com área geográfica de 8.516 Km², já demonstra o celeiro de diversidade cultural e natural presente em cada uma das suas cinco regiões. Historicamente, o país se formou a partir da influência europeia, quer seja na culinária, na religião, na arte e na cultura e/ou nas contribuições dos povos africanos escravizados e povos americanos (indígenas) que aqui já estavam quando da "descoberta" do Brasil pelos portugueses. Essa miscigenação do povo brasileiro, resultante da mistura de brancos, negros e índios, atrelada ao fenômeno da globalização, resultaram em uma multiculturalidade que pode ser considerada bastante salutar do ponto de vista da atividade turística.

A cadeia produtiva do turismo é, indubitavelmente, uma importante geradora de emprego e renda no Brasil: dados do Ministério do Turismo no Brasil demonstram que o PIB nacional cresceu 1,1% em 2018, enquanto o turismo registrou aumento de 3,1% no mesmo período, sendo a atividade turística responsável por um em cada cinco empregos gerados no mundo na última década. No Brasil, o número de postos de trabalho passou de 6,7 milhões em 2017 para 6,85 milhões em 2018 (BRASIL, 2019).

No Brasil, a atividade turística ainda requer um planejamento mais eficiente, que traga resultados efetivos para o seu desenvolvimento e para que as potencialidades turísticas sejam mais bem exploradas e divulgadas pelos operadores do turismo nacionais e internacionais, de modo a melhorar o posicionamento do país enquanto destino turístico de estrangeiros e brasileiros. Afinal, o país é tão grande que inclusive a maioria dos brasileiros desconhecem o todo do Brasil (outras regiões do país), suas peculiaridades, belezas naturais e a diversidade cultural encontradas em cada região. O Brasil tem grande potencial, espaço e oportunidade para empresas e negociadores nacionais e internacionais da cadeia do turismo e seus serviços investirem e fazerem negócios na perspectiva nacional e internacional.

Uma breve discussão sobre a infraestrutura brasileira e o mercado do agronegócio tenta mostrar como o Brasil está e vem se preparando para crescer economicamente e dar conta de tal avanço com infraestrutura moderna e competitiva. O agronegócio também precisa ser destacado, pois é o setor em que o Brasil é mais competitivo no mercado internacional enquanto produtor, esbarrando na logística de transporte.

Este capítulo também discute o perfil do comércio exterior brasileiro no período mais recente, inclusive por regiões geográficas do País, destacando as principais oportunidades setoriais nas indústrias de manufatura e serviços para o atendimento dos mercados

interno e externo, bem como nas áreas de infraestrutura e saneamento.

Também são listados seus parceiros comerciais, Incoterms mais negociados e principais barreiras tarifárias, burocráticas alfandegárias e técnicas no destino, e avanços tecnológicos e instrumentos institucionais implementados pelo governo brasileiro para superar essas mesmas barreiras dentro do País.

Em seguida, apresenta-se, de forma detalhada, o perfil do empresário ou diretor executivo brasileiro e de seus negociadores internacionais experientes das várias regiões do País.

Por fim, delinea-se o desempenho das empresas brasileiras quanto ao uso e investimentos em tecnologias da informação, fazendo-se uma descrição do nível atual da relação digital da sociedade com o governo nas operações comerciais nacionais e internacionais.

5.2 CARACTERIZANDO O BRASIL

O Brasil é o 5º maior país em termos de espaço geográfico do mundo, com um litoral de quase 7,5 mil km e fronteira com outros países que totalizam quase 17 mil km de extensão. Também é o 5º maior país em população. Segundo projeções do IBGE (2019), o Brasil tem uma população superior a 210 milhões de pessoas (210.186.403 habitantes) e ainda apresenta índices de crescimento populacional,

embora esse venha perdendo força. Segundo projeções do IBGE, em 2047, a população do país irá parar de crescer, quando o número de nascidos se igualará ao número de óbitos da população. Nesse ano, 1/4 da população terá mais de 65 anos. Nos estados do Sul e Sudeste, esse envelhecimento tende a acontecer de forma mais rápida. A projeção é que em 2047 o país terá 233 milhões de habitantes. De 2047 em diante, iniciar-se-á um ciclo contrário, com redução populacional e aceleração do seu envelhecimento.

A expectativa de vida ao nascer tem melhorado e dados do IBGE (2018), referentes a 2017, apontam que o homem brasileiro tem expectativa de viver 76 anos e a mulher está chegando próximo aos 80 anos.

Enquanto isso, os índices de mortalidade infantil (que atualmente está em 13 para cada 1 mil nascidos) e analfabetismo (que atualmente atinge menos de 7% da população, com predominância maior entre idosos e a população residente no interior da região Nordeste e Norte) vem apresentando uma tendência constante de queda (MS, 2019; MEC, 2019; NOVA ESCOLA, 2019). Como ainda não se chegou às metas estabelecidas em relação à queda da mortalidade e do analfabetismo, que é chegar próximo a zero, as políticas públicas precisam continuar fortes nesse sentido. Mas é evidente que a situação vem melhorando se comparado com décadas anteriores.

Todavia, persistem problemas estruturais e conjunturais, como o fato de ter índices maiores que estes quando se fala de

analfabetismo funcional e analfabetismo informacional e tecnológico e o desempenho dos estudantes em termos de aprendizagem. Em recente ranking do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA), divulgado usando por base os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e levando em conta as "Tendências Internacionais nos Estudos de Matemática e Ciência" (TIMMS), bem como as avaliações do "Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização e Leitura" (PIRLS), que mede 40 países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil ficou na posição 39 apenas a frente da Indonésia e atrás dos outros quatro países latino-americanos também medidos (Chile, 33º; Argentina, 35º; Colômbia, 36º; México, 38º). (GUIA DO ESTUDANTE, 2019).

O Brasil é uma República Federativa dividida por Estados, Municípios e Distrito Federal. Estes são os entes da Federação. Ao todo são 26 estados, um distrito federal e 5.570 municípios. Os estados são as unidades federativas e estão distribuídos em cinco regiões brasileiras. A região Sul tem três estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná); a região Sudeste tem quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo); a região Nordeste tem nove estados (Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Paraíba); a região Centro-Oeste tem três estados e o distrito Federal, onde fica a capital brasileira que é Brasília (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal); e a região Norte tem sete estados (Amazônia, Pará,

Tocantins, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá).

Figura 1: Brasil: suas regiões, estados e capitais de estado



Fonte: SOUSA (2019).

A maior população do Brasil está em São Paulo. Tanto na cidade capital do estado com igual nome (São Paulo), que tem 12,2 milhões de habitantes, como em sua região metropolitana com seus 39 municípios (21,6 milhões de habitantes e mais de 50% do PIB do estado) e no Estado que tem 44,7 milhões de habitantes e detém 32,5% do PIB brasileiro. O segundo, Minas Gerais (com 21 milhões de habitantes e 8,7% do PIB) e o terceiro estado mais populoso do Brasil, Rio de Janeiro (com 16,6 milhões de habitantes e 10,2% do PIB), também estão na região Sudeste. Isso faz da região Sudeste a região mais populosa do Brasil (87 milhões de habitantes ou 42% da população brasileira) e também a mais rica (53% do PIB brasileiro).

Esses três estados da região Sudeste mencionados também são os três estados com o maior PIB do Brasil. Completam os cinco estados com maior PIB o estado do Rio Grande do Sul (6,5% do PIB brasileiro) e o Paraná (6,4% do PIB brasileiro). Estes dois últimos situados na região Sul.

A segunda região mais populosa é a região Nordeste, com 57 milhões de habitantes (28%), e a terceira é a região Sul, com quase 30 milhões de habitantes (14%). Já a região Norte, apesar de ser a maior região em espaço geográfico, tem apenas 9% da população brasileira, enquanto a região Centro-Oeste detém apenas 8% da população. (IBGE, 2018; 2019).

O Brasil tem sete cidades com mais de 2 milhões de habitantes: São Paulo (12,2 milhões de habitantes), Rio de Janeiro (6,7 milhões/hab.), Salvador (2,9 milhões/hab.), Brasília (2,8 milhões/hab.), - esta é também a capital do país -, Fortaleza (2,6 milhões/hab.), Belo Horizonte (2,5 milhões/hab.), e Manaus (2,1 milhões/hab.). Três cidades ficam na Região Sudeste, duas no Nordeste, uma no Centro-Oeste e uma no Norte. (IBGE, 2019).

Como já destacamos, o Brasil é um país multicultural, tendo em vista a grande diversidade de costumes e valores que fazem parte desse território. Não somos europeus, nem indígenas, nem africanos, mas uma descendência que mistura esses povos. Por essa razão, ou falamos em cultura brasileira de um modo amplo, a fim de caracterizar a população brasileira de um modo geral, ou falamos de

cultura especificando cada região do país, onde é possível detectarmos um número maior de pessoas com características e costumes semelhantes. Mais adiante, trataremos de alguns aspectos das diferentes regiões presentes no Brasil.

Apesar de o Brasil ser o resultado de muitas influências culturais, ele ainda pode ser considerado um país fechado. Para Dourado Filho (2000), o Brasil segue carente em termos de ferramentas e códigos de convivência intercultural e global e precisa urgentemente resolver isso, sob pena de continuar semi-isolado. A vastidão territorial brasileira, sua unidade linguística e o pouco incentivo para o desenvolvimento da cultura internacional junto às pessoas, aos profissionais e às organizações fazem o país, de certo modo, ficar à margem dos cenários integrados e isso precisa ser (está sendo) corrigido aos poucos.

O Brasil é o único país na América onde se fala majoritariamente o português, com a existência de algumas línguas indígenas. De acordo com Rodrigues (1986), há cerca de 150 línguas indígenas no Brasil. Obviamente que, comparado ao número de habitantes brasileiros, apenas uma pequena parte da população fala alguma língua indígena. Há aldeias onde se fala a língua indígena local, outras onde falam a língua portuguesa e outras onde os habitantes são bilíngues ou multilíngues.

Segundo Dourado Filho (2000), a herança natural que une e identifica todas as regiões brasileiras tem como pano de fundo a

língua portuguesa. No restante, são muitas as diferenças entre as regiões. Cada região ou localidade acabam por moldar o estilo de vida e o comportamento das pessoas. Por essa razão, não se pode esperar o mesmo comportamento de um profissional dentro da grande São Paulo comparado aos hábitos de um profissional de uma capital menor ou cidades interioranas. Mesmo que esse profissional até possa ser a mesma pessoa, mas em tempos diferentes e/ou lugares diferentes pode apresentar algumas mudanças de comportamento influenciado pelo meio em que está vivendo. É natural da evolução das pessoas. Portanto, não se trata de ser mais ou menos profissional, mais ou menos responsável. Trata-se de encontrar meios de viabilizar o que se irá fazer. Um atraso de agenda ou erro de programação em São Paulo pode significar perdas irreparáveis pois pode envolver mais deslocamentos ou perda de viagem que resultaria em muitas horas adicionais desperdiçadas e até irrecuperáveis. Enquanto numa cidade menor isso é contornável.

Ainda segundo o mesmo autor, não se pode comparar realidades distintas, por exemplo, de quem vive entre climas subtropicais que oscilam entre verão de 40 graus com invernos de fortes geadas e frio, ou tem época do ano certa para produzir e nos outros nada produz, como é o caso do Sul do Brasil; com outros comportamentos de quem vive na harmonia da natureza de temperatura tropical quase constante; bem como com quem vive no calor e seca praticamente semidesértica. Também não dá para

comparar quem vive num centro urbano agitado de milhões de pessoas com o morador ribeirinho que tem na canoa seu único possível meio de transporte que demora um ou dois dias para chegar à vila mais próxima. São realidades completamente diferentes e incomparáveis, mas todas têm algo em comum: essas realidades distintas fazem parte do Brasil. Por essas e outras razões, apesar de todos serem brasileiros, não se pode atribuir ou querer comportamento idêntico entre um paulistano e um potiguar, um gaúcho e um capixaba, um pernambucano e um paranaense, um catarinense e um amazonense, um pantaneiro e um baiano etc. Afinal, existem muitos brasis num só Brasil. (DOURADO FILHO, 2000)

Como afirmam Cohen e Altimira (2003, p. 122) "*resulta muy arriesgado afirmar que cualquier descripción comúnmente aceptada sobre la conducta de una nacionalidad en particular sirve para todos los individuos que se encuentren de esa cultura*".

Às vezes, localidades próximas da mesma região do país divergem por conta de disputas e rivalidades ao longo da história, cada uma buscando reafirmar sua identidade própria e querendo provar ser superior a do vizinho. É o passado influenciando comportamento e identidade do presente e do futuro e a isso se dá o nome de característica própria regional, tradição e identificação. Exemplos não faltam e um dos mais conhecidos é a rivalidade entre paulistas e cariocas. Para quem vem de fora do país, não é recomendável confundir um carioca (Rio de Janeiro) com um paulista

(São Paulo) e vice-versa. Eles não gostam de serem confundidos. Cada região do Brasil tem o seu estilo peculiar, embora em todas haja coisas em comum, principalmente a brasilidade, a cordialidade e o uso da língua portuguesa. Isso tudo é decorrente do fato de o meio ambiente influenciar no comportamento cultural e na prática profissional. Portanto, por mais globalizado que algum brasileiro seja, ele terá comportamentos comuns desenvolvidos no meio em que vive ou viveu. (DOURADO FILHO, 2000).

Segundo Dourado Filho (2000), existe outra característica de comportamento cultural em grande parte dos brasileiros, que são influências do clima e da economia. Segundo o autor, é normal que pessoas que vivem em locais de insegurança como, por exemplo, as intempéries, sejam mais inseguras e façam as pessoas pensar em poupar para eventualidades. É o caso dos terremotos que, por vezes, obrigam os japoneses a recomeçarem do zero. Isso da maioria dos japoneses, pessoas mais cautelosas e poupadoras. Já a falsa sensação de segurança de que nunca haverá terremotos, intempéries, etc, pode fazer com que o povo de diversos locais do Brasil e de outros países sejam menos precavidos e menos poupadoras. Trata-se da diferença entre trabalhar para acumular para o futuro, que pode ser incerto, e o trabalhar para viver o presente com a sensação de que o futuro é uma continuidade estável e evolutiva do presente.

Segundo Dourado Filho (2000), tais fatores fazem da maioria dos japoneses poupadores excessivos e da maioria dos brasileiros

gastadores excessivos e potenciais endividados. É a cultura do proviso e prudência versus a cultura do improviso e imprudência. Enquanto um poupa para, quem sabe, gastar no futuro uma renda obtida no passado, o outro gasta no presente a renda do presente e renda do futuro, ainda não obtida e incerta. Novamente, é o meio ambiente em que se vive que traça o perfil de comportamento. Não é uma questão de estar certo ou errado, mas de contexto e ambiente que se vive. (DOURADO FILHO, 2000).

No que diz respeito ao uso de línguas estrangeiras no Brasil, a língua inglesa é a primeira língua de negócios. Segundo o site Wizard (2017)⁵⁸, as línguas estrangeiras mais úteis no mercado de trabalho brasileiro, depois da língua inglesa, são o espanhol, o francês e o japonês, respectivamente. O espanhol, sobretudo, devido à proximidade geográfica entre o Brasil e diversos países sul-americanos de língua espanhola. Também o Canadá e a França, países que possuem o francês como língua oficial, mantêm boas relações diplomáticas e econômicas com o Brasil, além da crescente atuação do Brasil junto a países africanos que têm o francês como língua oficial.

Ainda segundo o site supracitado, o Brasil é hoje o maior parceiro comercial da França na América Latina, além de fazer divisa com a Guiana Francesa. Mais de 500 empresas francesas estão

⁵⁸ Wizard (2017). As línguas estrangeiras mais úteis no mercado de trabalho brasileiro. Disponível em: <http://wizardcupece.com.br/todas-as-noticias-guarulhos/272-as-linguas-estrangeiras-mais-uteis-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em 05/08/2019.

estabelecidas no Brasil, como é o caso do Carrefour e da L'Oréal e que empregam mais de 250 mil pessoas. Em relação ao interesse pelo aprendizado da língua japonesa, isso se deve ao fato de que o Brasil e o Japão possuem constantes relações comerciais, além dos muitos descendentes de japoneses que vivem no Brasil.

Mas, para quem vem de fora negociar ou viajar pelo Brasil, falar a língua portuguesa é o ideal. Todavia, se não souber, é mais indicado que saiba o inglês ou o espanhol, podendo ainda ter sucesso falando o francês. Já as demais línguas estrangeiras se limitarão a poucas pessoas e/ou em algumas regiões específicas do Brasil. Isso porque ainda é escasso o número de brasileiros que falam outros idiomas, haja vista as desigualdades sociais que acarretam uma divisão social e cultural dentro do país, sendo que muitas famílias não têm recursos para pagar cursos de língua estrangeira para seus membros e o que é oferecido pela escola pública é insuficiente. Pois, como já dito, a qualidade dos serviços em saúde e a educação oferecidas à população brasileira ainda é precária para quem não pode investir em educação ou saúde privada. Apesar de ofertar ensino público para toda a população, é notório que ainda há muita coisa a melhorar, em termos de estrutura física, material didático e investimento em mais professores, por exemplo.

Quanto ao ensino superior, as universidades contam com um investimento significativo por parte do governo, além de, em paralelo, também existir inúmeras universidades particulares, que possibilitam,

especialmente ao estudante que não consegue ingressar na universidade pública e gratuita, a possibilidade de cursar o ensino superior. É importante destacar que nos últimos anos também tivemos grandes avanços em relação à expansão da pós-graduação e, conseqüentemente, da pesquisa.

Em relação ao sistema de saúde, apesar de haver no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), que atende a toda população de forma gratuita, é um sistema lento e moroso e, por isso, todos que possuem um poder aquisitivo minimamente melhor investem em um plano de saúde privado.

Na economia, o Brasil está saindo lentamente de uma crise aguda pela qual passou por quase uma década. Após momentos turbulentos vividos nos anos oitenta e noventa, o país chegou à estabilidade financeira com o Plano Real implantado em 1994 e vigente até a presente data, onde políticas monetárias buscaram estabilizar a moeda e a inflação com êxito significativo. Na primeira década do século XXI, o Brasil passou por um momento melhor de aumento de arrecadação e investimentos no social, refletindo momentos relevantes de retomada do crescimento, desenvolvimento e novos investimentos. Todavia, junto veio o aumento da despesa pública e do endividamento interno que ficaram evidentes nos primeiros sinais de queda da arrecadação de tributos e da estagnação da economia vivida na segunda década do século XXI. Isso levou a déficits sucessivos, queda de investimentos e produção e aumento do

desemprego e da inflação. Gerou uma crise que somente começou a dar tímidos sinais de reversão no final da década.

A moeda brasileira é o Real (R\$) e tem oscilado seu valor no mercado de câmbio com poucas intervenções do Banco Central. Assim, por exemplo, em dezembro de 2019, para comprar um Euro era necessário menos de cinco reais em média e para comprar um dólar precisava-se de mais de quatro reais⁵⁹. A inflação brasileira teve seu último pequeno pico encerrado em 2016 e depois disso tem oscilado entre 3% e 4% ao ano, ou seja, dentro ou até abaixo da meta do governo. É a melhor sequência de valores inflacionários baixos das últimas décadas e a tendência é ainda de maior queda. Já no tocante ao crescimento do PIB após a recessão verificada de forma mais intensa de 2013 a 2016, inclusive com crescimento negativo do PIB, a economia começa a experimentar um novo momento de crescimento, embora ainda tímido. Com as reformas, com a abertura econômica e com a modernização da economia a tendência é ter resultados melhores nos próximos anos. Segundo o IBGE (2019), o PIB brasileiro de 2018 ficou em R\$ 6,9 trilhões, o que trazendo para a cotação do dólar do final de 2018 equivale a US\$ 1,77 trilhões de dólares. Ainda segundo o IBGE (2019), o PIB per capita ficou em R\$ 31.833,50 em 2017, o que considerando a cotação do dólar da época falta pouco para US\$ 10 mil. Já Lamucci (2019), usando como base projeções do

⁵⁹ No dia 02 de janeiro de 2019, um Dólar americano valia R\$3,86 e em 22 de janeiro de 2021 o mesmo Dólar valia R\$ 5,41. E a tendência é que fique acima dos R\$ 5,00 reais daqui para frente. Já o Euro, em 22/01/2021 valia R\$ 6,59.

FMI, afirma que o PIB per capita brasileiro de 2018 ficou em US\$ 14.359. Como a economia brasileira cresceu 1,3% em 2018, percebe-se que essa oscilação de valores decorre mais de metodologias diferentes de cálculo. No caso brasileiro, os índices de órgãos internacionais são melhores que os dos institutos de cálculo brasileiro. Ainda há de ressaltar que PIB per capita não significa sinônimo de distribuição de renda, área que o Brasil ainda deixa muito a desejar.

Por ser um país continente, o Brasil tem uma pujança de economia própria e doméstica muito forte e diversificada. Cada uma de suas regiões se destaca em diferente gama de produtos do agronegócio e industrializados que muitas vezes se complementam e nem concorrem entre si. Em termos de infraestrutura vem melhorando, mas ainda é muito dependente logisticamente do transporte rodoviário. As recentes privatização e parcerias público-privada têm tentando repassar para a iniciativa privada atividades que o Estado não dá mais conta de manter ou investir, buscando novos parceiros para fazer esses setores se desenvolverem. Exemplos disso são que vários aeroportos, portos e ferrovias agora estão funcionando e tendo investimentos privados. Mas ainda há muito por se avançar.

Os principais portos brasileiros, para efeitos de decidir a melhor logística internacional e Incoterms FOB e CIF na exportação e importação são os portos marítimos de Santos (São Paulo), Paranaguá (Paraná), Rio de Janeiro, Itajaí (Santa Catarina), Vitória (Espírito Santo), Rio Grande (Rio Grande do Sul), São Francisco do Sul (Santa

Catarina), Salvador (Bahia), Aratu (Bahia), Suape (Pernambuco) e Itaqui (Maranhão). Também se destacam os portos fluviais de Manaus (Amazonas), Santarém (Pará) e Vila do Conde (Barcarena, Pará). (SIQUEIRA, 2016; CONEXOS, 2017). Mas importa ressaltar que existem outras dezenas de portos de menor estrutura espalhados por todo o litoral brasileiro e alguns outros portos fluviais. Nem todos têm calados suficientes para navios de grande porte e nem todos dispõem de rotas internacionais de navios. A tendência normal é a mercadoria vir até um desses portos maiores por navio de grande porte, ser internalizada (nacionalizada) na aduana desse porto e o restante do transporte interno nacional ser feito por transporte de cabotagem com navios menores ou barcaças para outros portos ou por via terrestre por meio rodoviário e, em alguns casos, por ferroviário ou multimodal.

Quanto aos aeroportos o “Brasil tem 99 aeroportos, sendo 18 internacionais e 81 para voos regionais.” (CBIE, 2019)⁶⁰. São considerados aeroportos internacionais os que são cadastrados nos devidos órgãos brasileiros para esse fim e que podem receber voos internacionais de cargas e passageiros, pois têm em sua infraestrutura interna setores da Receita Federal e da Polícia Federal para fiscalizar a

⁶⁰ “Incluindo os aeroportos, o país possui 2.499 aeródromos, sendo 1.911 privados e 588. O Brasil possui segundo maior número de aeroportos em todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Incluindo os aeroportos, o país possui 2.499 aeródromos, sendo 1.911 privados e 588. O Brasil possui segundo maior número de aeroportos em todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. [...]. Entende-se por aeródromo a área definida sobre a terra ou água, destinada à chegada, partida e movimentação de aeronaves.” (CBIE, 2019)

entrada de mercadorias e de pessoas vindas do exterior.

A seguir apresenta-se os 30 principais aeroportos⁶¹ do país em termos de passageiros de movimentação de passageiros.

Figura 2: Maiores aeroportos brasileiros por movimentação de passageiros

#	Aeroporto	Passageiros 2018	Cidade	Estado
1	Aeroporto Internacional de São Paulo-Guarulhos	41.134.816	Guarulhos	São Paulo
2	Aeroporto de São Paulo-Congonhas	21.637.662	São Paulo	São Paulo
3	Aeroporto Internacional de Brasília	17.542.731	Brasília	Distrito Federal
4	Aeroporto Internacional Tom Jobim-Rio Galeão	14.761.755	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
5	Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins	10.256.383	Confins	Minas Gerais
6	Aeroporto do Rio de Janeiro-Santos Dumont	9.029.086	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
7	Aeroporto Internacional de Viracopos-Campinas	8.715.455	Campinas	São Paulo
8	Aeroporto Internacional do Recife-Guararapes	8.277.730	Recife	Pernambuco
9	Aeroporto Internacional de Porto Alegre-Salgado Filho	8.105.932	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
10	Aeroporto Internacional de Salvador-Dep. Luís Eduardo Magalhães	7.709.293	Salvador	Bahia
11	Aeroporto Internacional de Fortaleza-Pinto Martins	6.516.246	Fortaleza	Ceará
12	Aeroporto Internacional de Curitiba-Afonso Pena	6.188.459	São José dos Pinhais	Paraná
13	Aeroporto Internacional de Florianópolis-Hercílio Luz	3.685.980	Florianópolis	Santa Catarina
14	Aeroporto Internacional de Belém-Val-de-Cans	3.440.414	Belém	Pará
15	Aeroporto de Goiânia-Santa Genoveva	3.063.034	Goiânia	Goiás
16	Aeroporto de Vitória-Eurico de Aguiar Salles	3.015.078	Vitória	Espírito Santo
17	Aeroporto Internacional de Cuiabá-Marechal Rondon	2.967.493	Várzea Grande	Mato Grosso
18	Aeroporto Internacional de Manaus-Eduardo Gomes	2.750.954	Manaus	Amazonas
19	Aeroporto Internacional de Natal	2.385.528	Natal	Rio Grande do Norte
20	Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu-Cataratas	2.289.231	Foz do Iguaçu	Paraná
21	Aeroporto Internacional de Maceió-Zumbi dos Palmares	2.155.946	Rio Largo	Alagoas
22	Aeroporto Internacional de Navegantes-Ministro Victor Konder	1.857.818	Navegantes	Santa Catarina
23	Aeroporto de Porto Seguro	1.724.832	Porto Seguro	Bahia
24	Aeroporto Internacional de São Luís-Marechal Cunha Machado	1.577.136	São Luís	Maranhão
25	Aeroporto Internacional de Campo Grande	1.547.924	Campo Grande	Mato Grosso do Sul
26	Aeroporto Internacional de João Pessoa-Presidente Castro Pinto	1.399.308	Bayeux	Paraíba
27	Aeroporto Internacional Santa Maria-Aracaju	1.178.000	Aracaju	Sergipe
28	Aeroporto de Uberlândia-Ten. Cel. Aviador César Bombonato	1.082.508	Uberlândia	Minas Gerais
29	Aeroporto de Teresina-Senador Petrônio Portella	1.057.322	Teresina	Piauí
30	Aeroporto de Londrina-Governador José Richa	953.633	Londrina	Paraná

Fonte: CBIE, 2019, com base em dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

No tocante à logística de transportes, o Brasil vem numa

⁶¹ “Entre os 30 maiores aeroportos brasileiros (por movimentação de passageiros), dos 5 maiores, 4 estão no Sudeste (2 em São Paulo, 1 em Minas Gerais e 1 no Rio de Janeiro). Dos 10 maiores, 6 estão no Sudeste (3 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais).” (CBIE, 2019)

crescente modernização com ampliação de aeroportos e suas pistas, aumento de estrutura e de calado em portos para receber navios maiores e em maior quantidade, novos portos públicos e privados, bem como a finalização de ferrovias como a Norte-Sul, que foi privatizada em boa parte e que possibilitará especialmente o transporte por ferrovias os produtos do agronegócio do Centro-Oeste brasileiro pelo Porto de Itaquí. Outras relevantes obras estão em fase de elaboração, como é o caso da transoceânica que ligará o Brasil por terra desde o Oceano Atlântico até o Oceano Pacífico no Peru. São investimentos relevantes em logística de transporte que faz o Brasil, mas ainda é pouco, considerando o tamanho continental que o país tem.

Apesar de estar entre as dez maiores economias do mundo, a participação brasileira no comércio mundial de mercadorias tem se mantido inexpressiva: na casa de 1% desde a década de 1970. Em 2018, respondeu por 1,2% das exportações e 0,9% das importações, ocupando a 27ª e a 28ª posição no ranking mundial, respectivamente. Por outro lado, desconsiderando-se o comércio intra União Europeia, o Brasil salta para a 20ª posição no ranking mundial, como revela relatório da Organização Mundial do Comércio (2019).

Mesmo com essa participação ínfima, o País foi o terceiro maior exportador mundial de bens agrícolas e o décimo primeiro de bens intermediários em 2017 (parcelas de 5,1% e 1,8%, respectivamente). Em 2018, respondeu por 5,3% e 2,7% das exportações de alimentos e

ferro e aço, respectivamente, ficando em terceiro e oitavo lugar entre os países. (OMC, 2019).

Segundo o mesmo relatório no comércio de serviços, a participação foi 0,6% nas exportações e 1,2% nas importações em 2018. Na exportação, destacam-se os serviços técnicos ou relacionados ao comércio e outros serviços de negócios, que corresponderam a 72,3% do total exportado em 2017. Serviços de consultoria gerencial e profissional, e de pesquisa e desenvolvimento responderam, respectivamente, por 24,3% e 3,4% do total exportado nesse mesmo ano.

Merece destacar que, retirando o comércio intra União Europeia, o País ocupou a 22^a e a 14^a posições no ranking de exportadores e importadores mundiais de serviços em 2018, e ainda que o Brasil é o nono no mundo como origem de serviços ofertados por empresas americanas sediadas em território estrangeiro (posição de 2016), ficando atrás apenas da União Europeia, Canadá, Singapura, Suíça, Japão, China, Austrália e México, nessa ordem. (OMC, 2019).

Ainda segundo a OMC (2019), como importador de mercadorias, o País se destaca entre os dez maiores importadores de produtos químicos (parcela de 1,8% em 2018). Em termos de serviços, está entre os quinze maiores importadores de serviços comerciais (1,3% das importações mundiais em 2018) e os dez maiores para serviços de telecomunicações, informática e informação, serviços de negócios e de serviços de informática (parcelas de 1,4%,

2,4% e 1,7% em 2017, respectivamente).

Chama a atenção que quando se trata de serviços de negócios, 89,3% das importações do País em 2017 foram de serviços técnicos ou relacionados ao comércio ou outros serviços, contra 10% de serviços de consultoria gerencial e profissional e 0,3% de pesquisa e desenvolvimento. (OMC, 2019).

Um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), publicado em 2018, revela que as maiores empresas exportadoras do País estão concentradas nas Regiões Sudeste e Sul, mais intensamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que são os maiores estados do País. Os Estados Unidos e os países da América do Sul, além da Alemanha, China e México, são os principais destinos.

Os setores mais dinâmicos nas exportações segundo as regiões geográficas do País são: a) Centro-Oeste - Agricultura e pecuária, Produtos alimentícios, Máquinas e equipamentos, Químicos e Produtos de madeira; b) Nordeste - Agricultura e pecuária, Produtos alimentícios, Produtos de minerais não metálicos, Comércio, Produtos têxteis; c) Norte - Produtos alimentícios, Agricultura e pecuária, Produtos de madeira, Comércio, Veículos automotores, reboques e carrocerias, Calçados e suas partes, Couros e artefatos de couro; d) Sudeste - Máquinas e equipamentos, Produtos alimentícios, Metalurgia, Máquinas, Aparelhos e materiais elétricos, Construção de edifícios e obras de infraestrutura; e) Sul - Máquinas e equipamentos, Produtos alimentícios, Produtos de madeira, Agricultura e pecuária e

Móveis (CNI, 2018a).

Do lado das importações, destacam-se bens dos setores químico, informática, eletrônicos e ópticos, equipamentos de transporte, automóveis, equipamentos e materiais elétricos, metalurgia, farmacêutica, manutenção de máquinas e equipamentos, coque, petróleo refinado e combustível nuclear, borracha e plástico, produtos minerais não metálicos, máquinas e equipamentos e instrumentos elétricos (IEDI, 2019; REIS, 2018).

Os Incoterms mais utilizados no País como um todo são o *Free On Board* (FOB) e o *Ex Works* (EXW) e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina o uso das condições FOB e *Cost And Freight* (CFR). As empresas dessas regiões desejam exportar ou ampliar suas exportações para os Estados Unidos, Argentina, Colômbia, Chile, Paraguai, China, México, Uruguai, Bolívia, Alemanha, Portugal, entre outros. Entre as principais dificuldades enfrentadas por essas empresas nos países de destino de suas exportações estão barreiras tarifárias, burocráticas alfandegárias e técnicas (CNI, 2018).

No Brasil, empresas inseridas ou com potencial de entrada no comércio internacional são apoiadas pelo governo federal por meio de vários programas. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) é a principal prestadora de serviços de apoio à internacionalização. As Federações das Indústrias/Centro Internacional de Negócios (Rede CIN) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), presentes nos 26 estados brasileiros e

no Distrito Industrial, além de associações setoriais e empresas comerciais exportadoras (*trading companies*), também são apoiadores. Entre os principais serviços prestados estão estudos e pesquisas de inteligência comercial, ferramentas de divulgação de oportunidades comerciais, capacitações em comércio exterior, apoio na adequação de produtos e processos, atração de investimento e identificação de profissionais externos (CNI, 2018).

Os setores participantes do comércio internacional brasileiro também caracterizam um leque de oportunidades de investimentos produtivos no País tanto para atender a produção industrial interna quanto para viabilizar o aumento das exportações de bens de maior valor agregado que são inexpressivas, historicamente, na perspectiva mundial e têm apresentado um movimento de queda constante desde 2006. Nesse ano, a participação brasileira nas exportações mundiais de bens manufaturados era de 0,8%, caiu para 0,67% em 2009 e ficou em 0,61% em 2016 e 2017 (IEDI, 2019).

Ainda, para exportar, a indústria tem dependido fortemente de importações de bens de setores de alta e média-alta tecnologia, como química, farmacêutica, informática, eletrônicos e ópticos, instrumentos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, automóveis, outros equipamentos de transporte; e de bens de baixa ou média-baixa tecnologia como coque, petróleo refinado e combustível nuclear, produtos minerais não metálicos e borracha e plástico (IEDI, 2019; REIS, 2018).

A Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) observa uma clara tendência de intensificação da participação dos serviços em todos os setores da indústria de manufaturas brasileira. No próprio valor bruto das exportações do País, verifica-se um incremento da participação dos serviços de 39% em 2005 para 48% em 2015 e, para o aumento da competitividade brasileira, constata-se uma oportunidade para serviços importados cuja contribuição foi de apenas 6,1% nesse último ano. Os maiores compradores desses serviços são os setores de veículos automotores, química e farmacêutica e serviços de tecnologia da informação e eletrônica (OCDE, 2018).

Como já mencionado, a maior parte das empresas exportadoras do País estão concentradas nas regiões Sudeste e Sul. Nas demais regiões existem muitas oportunidades de crescimento tanto em termos de exportação quanto importação, mas grande parte das empresas são ainda inexperientes com o comércio internacional. Estudo do CNI (2018a) revela que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste quase metade das empresas exportadoras no biênio 2015-2016 atuam há menos de dez anos nesse comércio. A existência ainda de alguns entraves alfandegários, aduaneiros e tributários no Brasil dificulta a atuação dessas empresas, o que atrasa seu desenvolvimento na área.

Entre os entraves alfandegários e aduaneiros para o comércio exterior brasileiro estão tarifas de portos e aeroportos e taxas de

órgãos anuentes consideradas elevadas, excesso e complexidade de documentos exigidos por órgãos anuentes (principalmente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária), incluindo falta de padronização dos procedimentos, falta de sincronismo entre órgãos anuentes e o órgão fiscalizador, a Receita Federal do Brasil (RFB), ausência de mecanismo de pagamento centralizado de impostos, taxas e contribuições.

Como entraves tributários, destacam-se o peso dos impostos na produção interna e na importação, entre os quais estão os federais como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o do Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); o estadual, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS); o municipal, Imposto sobre Serviços (ISS); além do Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), também federais.

A boa notícia é que o governo federal vem atacando efetivamente esses que também são gargalos ao comércio exterior brasileiro. Tramita no Congresso Nacional uma reforma tributária com o objetivo de simplificar a tributação no Brasil. Quanto aos entraves alfandegários e aduaneiros e na condição de signatário do Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) celebrado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2013, o governo está implantando, desde 2014, o Programa Portal Único de Comércio Exterior que compreende tanto uma revisão e redesenho dos processos de

exportação e importação como uma evolução tecnológica dos módulos do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) em operação desde 1993 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Com essa medida, o governo teve por objetivo avançar da 124ª posição em 2014 para a 70ª posição em 2018, no ranking dos melhores países para se realizar operações de comércio exterior, segundo o projeto *Doing Business* do Banco Mundial (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019). De fato, o Brasil avançou, mas ainda não chegou à almejada 70ª posição. Em 2019, está na 106ª posição no ranking (WBG, 2019).

Sobre a estrutura tarifária brasileira, tanto o setor produtivo como o setor público buscam concretizar, até 2020, uma agenda de reformulação com o objetivo principal de ampliar os investimentos, tornar-se mais atrativo para investimentos e negócios internos e externos, elevar a competitividade do País em bens e serviços e eliminar distorções no consumo. Nesse sentido, em 2019, entraram em discussão grandes projetos de reforma tributária que preveem, principalmente, a unificação dos tributos federais IPI, PIS, COFINS, e CSLL e, numa segunda etapa, dos impostos estaduais e municipais ICMS e ISS, bem como a tentativa de desonerar a folha de pagamento (tributos que as empresas pagam sobre pessoas que empregam). (CNI, 2018b; ESTADÃO, 2019).

Por fim, é importante destacar as expressivas oportunidades no País em áreas da infraestrutura nacional e de prestação de serviços

públicos. Com o objetivo de estimular a economia, gerar emprego e renda, e elevar a competitividade do Brasil em nível mundial, o governo federal criou, em 2016, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) por meio da Lei nº 13.334, com o objetivo de ampliar e fortalecer a relação do Estado com a iniciativa privada, nacional e estrangeira, atrair investidores e empresas para a celebração de contratos de parceria e outras medidas de desestatização (privatizações), inclusive com articulação e apoio aos Estados e Municípios, também de forma integrada com Ministérios e Agências Reguladoras relacionados com infraestrutura e com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BRASIL, 2019a).

O desempenho do Programa pode ser bem avaliado considerando-se que, de um total de 193 projetos propostos, aprovados e qualificados como prioritários no período 2016-2018, 124 projetos (mais de 60% da carteira) foram leiloados ou tiveram contratos assinados com a iniciativa privada ao final de 2018. Destes, 47 envolvem empresas estrangeiras como vencedoras de leilões ou em consórcio com empresas brasileiras, originárias de 15 países, principalmente da Europa, Estados Unidos, Austrália, China, Índia e Catar. Em bilhões de reais, essa participação estrangeira representou 72,6% dos investimentos. Foram projetos de concessão de aeroportos, rodovias, petróleo e gás, energia (transmissão), terminais portuários, além de privatização de energia (distribuição) e usina de geração

(BRASIL, 2019b).

A conclusão dos projetos em carteira (69) foi prevista para 2019-2020 e existem 94 novos projetos identificados como potenciais. Nesses dois grupos têm-se projetos para os setores já mencionados e de concessão de ferrovias e direitos minerários (BRASIL, 2019b).

Outra área de grande potencial no País é a de saneamento e que também apresenta avanços efetivos desde 2016, quando o governo federal sancionou a Lei nº 13.329, criando o Regime Especial de Incentivos ao Saneamento Básico (REISB), vigente até 2026, e por meio do qual as empresas serão creditadas de tributos sobre investimentos em serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, inclusive com preservação de área de mananciais e unidades de conservação ambiental. Ainda naquele mesmo ano, por meio de Resolução do PPI, o governo lançou o programa de concessões para saneamento básico (CNI, 2018b).

Ainda quanto aos potenciais em serviços, destaca-se o turismo receptivo brasileiro tanto de turistas nacionais como estrangeiros e os produtos da cadeia turística. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Turismo, em parceria com o Sebrae – Perfil do Turista e dos Segmentos de Oferta (CNTUR; SEBRAE, 2012), buscou identificar o perfil do turista que visita o Brasil. A pesquisa também buscou estabelecer as percepções, impressões e interesses dos pesquisados em relação a destinos da região Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A percepção por região foi a que segue:

- Região Norte – percepção fortemente vinculada ao “exótico” da população indígena e da cultura; natureza incomparável. Destaque para a dificuldade de acesso e falta de infraestrutura;
- Região Nordeste – a mais hospitaleira na recepção do turista. Destaque para o turismo de sol e mar, beleza do litoral nordestino e riqueza cultural. Precariedade na prestação de serviços aos turistas e mão de obra com pouca qualificação, contraste na distribuição de renda e pobreza foram apontados como fatores negativos do turismo nessa região. O interior não foi reconhecido como opção de viagem, principalmente, pelo desconhecimento em relação à oferta de destinos turísticos;
- Região Sudeste – destino interessante e diversificado, em especial a capital paulista e o interior de Minas Gerais. A localização centralizada da região, e sua vasta opção hoteleira e de eventos e a gastronomia foram apontados como fatores positivos. Destaque para a percepção negativa sobre a segurança pública e como destino turístico caro. A cidade de São Paulo foi citada como âncora nos itens tecnologia e negócios;
- Região Sul – imagem relacionada ao clima frio, ícone de atratividade para o turismo, embora as praias de Santa Catarina tenham sido exaltadas por suas belezas naturais. De

negativo destacaram que a população não é tão hospitaleira ao turista, expressada na forma de receber e no atender com menos simpatia e alegria, características atribuídas à influência das culturas europeias. Destaque para a gastronomia, a organização das cidades e a eficiência nos serviços e para a região politizada;

- Região Centro-Oeste – o conhecimento sobre a região é muito limitado, embora a região seja rica em diversidade cultural e natural. Brasília com sua arquitetura “à Niemeyer” foi citada como ponto de referência na oferta turística da região. Destaque para o ecoturismo, turismo de aventura e a cultura pantaneira.

5.3 CULTURA, ÉTICA E INFORMAÇÃO: O QUE O NEGOCIADOR PRECISA SABER ANTES DE NEGOCIAR COM PESSOAS E ORGANIZAÇÕES DO BRASIL

Historicamente falando, o Brasil foi descoberto em 1500 pelos portugueses, em uma frota comandada por Pedro Álvares Cabral. Naquela época, já era possível perceber toda a riqueza ali presente. Pau-brasil, madeira de cor vermelha usada em tinturaria na Europa;

cana de açúcar, responsável pela expansão das sociedades açucareiras; e minérios, como ouro e diamante, são exemplos dos abundantes recursos existentes no Brasil.

Atualmente, o Brasil continua sendo um país extremamente rico. É o quinto maior do mundo e está entre as 10 maiores economias mundiais. Isso nos mostra, portanto, que há grandes oportunidades de investimento nesse território. Essa diversidade de oportunidades se dá, também, pelo fato de o Brasil ser um país tão rico culturalmente. Cada região possui suas belezas, riquezas e, conseqüentemente, diferentes oportunidades de investimento.

As regiões do Brasil denotam a grande diversidade cultural existente no país e, dentro dessa pluralidade, podemos citar: a culinária, as vestimentas (se a região é mais fria ou mais quente, o estilo de roupa vai variar), as tradições (festivais, como o Oktoberfest, em Santa Catarina e Semana Farroupilha no Rio Grande do Sul; o desfile das escolas de samba durante do carnaval, no Rio de Janeiro; o São João em todo Nordeste, especialmente em Campina Grande e Caruaru; ou o Festival de Parintins, no Norte), entre outros aspectos.

Como já mencionamos, o Brasil possui atualmente cinco regiões. Sousa (2019)⁶² nos apresenta os principais aspectos presentes em cada uma delas. Portanto, baseado em Sousa e agregado aos conhecimentos dos autores deste capítulo, vejamos

⁶² SOUSA, R. (2019). Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>. Acesso em 07/09/2019.

resumidamente a descrição por região:

- A região norte se baseia nas atividades primárias como extrativismo mineral e vegetal, agricultura e pecuária, e também em atividades do setor secundário, nas indústrias. É lá que se encontra a maior floresta tropical do planeta, a Floresta Amazônica, bem como a maior bacia hidrográfica do mundo, a Bacia do Rio Amazonas. É onde se localiza a maioria do chamado bioma Amazônia. Soma-se a isso a existência do maior aquífero do mundo e de grandes riquezas no subsolo. O turismo ecológico é o ponto alto dessa região sem esquecer o turismo cultural, como é o caso da festa dos bois no Amazonas, especialmente o Caprichoso e o Garantido no Festival de Parintins. O importante é que o turista, ao viajar para a Região Norte, poderá verificar que apesar de o Brasil preservar aquela que é a maior reserva florestal do mundo, lá tem vida e estrutura bem consolidada, com cidades grandes como Manaus e Belém;
- No Nordeste, são desenvolvidas principalmente atividades de extrativismo, agropecuária no interior da região no que se denomina de semi-árido (especialmente o Sertão e o Cariri), onde se localiza o bioma Caatinga; e comércio e serviços nas regiões próximas ao litoral, onde se localiza parte do Bioma Mata Atlântica. Sendo destes serviços a cadeia do turismo uma das principais atividades na economia nordestina, uma vez que a região possui belíssimas praias e atrai inúmeros turistas. Alguns

polos no interior da região se destacam, como o caso do Vale do São Francisco, onde a plantação por irrigação mudou a realidade local e a região virou grande centro produtor e exportador de frutas e seus derivados. Outras partes do interior nordestino ainda sofrem muito com a seca, especialmente por seis meses a cada ano (período que não chove). Foi no Nordeste onde tudo começou no Brasil, onde os portugueses chegaram e colonizaram primeiro. Trata-se de uma região que possui características bem peculiares, usos e costumes bem próprios, como sotaque, a musicalidade (em especial o forró), a literatura de cordel e as comidas típicas, por exemplo;

- Na região Centro-Oeste, a economia se baseia especialmente na agricultura e pecuária e sua cadeia agroindustrial, o que atualmente se denomina de agronegócio, sendo responsável pelos produtos que estão à frente das maiores exportações do país, como a soja. No Centro-Oeste, também há intensa prática de extrativismo mineral. A maioria da região compreende o que se conhece como bioma Cerrado e nela também se localiza o bioma Pantanal e parte do bioma Amazônia. O turismo também é representativo, pois na região encontram-se lugares muito procurados pelos amantes da natureza. Uma dessas atrações é o Pantanal. Sem esquecer dos imponentes prédios de Oscar Niemayer na cidade de Brasília;

- O Sudeste brasileiro possui a maior densidade demográfica do país, com, aproximadamente, 92 habitantes por km² e possui o maior PIB brasileiro. É uma das regiões que mais atraem migrantes brasileiros de outras regiões que buscam melhores oportunidades e qualidade de vida. Na economia, sobressaem-se o setor industrial, financeiro e comercial, sem deixar de ter outras atividades com agropecuária com sua agroindústria e demais áreas de serviços. Como destaque, pode-se mencionar a indústria automobilística, a siderurgia e as petrolíferas. O bioma predominante é Mata Atlântica e uma parte de Cerrado. O turismo também é representativo. O estado do Rio de Janeiro atrai milhões de turistas durante todo o ano. Os demais estados também têm importantes atrações turísticas como é o caso do turismo de negócios em São Paulo Capital e o turismo histórico (estrada Real) em Minas Gerais, por exemplo, passando por Mariana, Ouro Preto, São João del-Rei, Congonhas e Tiradentes, bem como o turismo rural e gastronômico de uma das melhores comidas do Brasil; e o turismo litorâneo e de aventura no Espírito Santo;

- A Região Sul é a que apresenta mais diferenças entre as demais regiões do país e isso se deve especialmente à sua colonização, feita principalmente por alemães e italianos. No Século XIX e início do Século XX, a região recebeu imigrantes de muitas dezenas de países, principalmente da Europa, e que vieram

especialmente para se dedicar à ocupação territorial do local, desenvolvendo a agricultura e ingressando fortemente para o interior da região visando sua ocupação territorial. Enquanto a região Sudeste tem a maior economia em termos de PIB, a região Sul é a que apresenta os melhores indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento com menores desigualdades. Sua economia é diversificada, baseando-se no extrativismo vegetal, na agropecuária (suínos, aves, bovinos, uva, soja, milho e arroz) e sua respectiva agroindústria e na indústria e serviços. Essa região possui o segundo maior PIB nacional. Nela, predomina os biomas Mata Atlântica e Pampa. No turismo, podem-se destacar vários aspectos, dentre eles, a Serra Gaúcha com Gramado e Canela e o Vale dos Vinhedos e as Missões com os Sete Povos e as Ruínas de São Miguel; as praias de Santa Catarina; Foz do Iguaçu e a planejada Curitiba no Paraná.

Para Dourado Filho (2000), descrever as regiões por padrões de comportamento cultural é estereotipar algo ou alguém e isso sempre é perigoso e deve ser evitado por quem se interessa em atuar em ambientes onde estará presente a diversidade cultural. Isso vale, inclusive, para as regiões do Brasil. Afinal, "todos nós conhecemos pelo menos um carioca sisudo, um paraibano elétrico, um mineiro loquaz, um baiano formal e um paulistano nada pontual. Por essa razão é bom que nos mantenhamos a uma boa distância dos rótulos estanques". Isso porque há certo estereótipo por parte de alguns de

que a maioria das pessoas desses locais é o antônimo do que o autor aborda acima. Ele enfatiza e nós reforçamos que não se pode generalizar.

Já Garcia-Lomas e Charruca (2002) afirmam que a forma de trabalhar e tomar decisões é muito diferente de um local para o outro do Brasil. Citam como exemplo que enquanto no principal centro de negócios do país (São Paulo) os executivos se assemelham mais aos anglosaxônicos, os cariocas (Rio de Janeiro) tem um comportamento mais tranquilo.

Garcia-Lomas e Charruca (2002) afirmam que as empresas brasileiras têm, geralmente, nos seus quadros níveis profissionais elevados que não coincidem com a imagem estereotipada de "carnaval e samba" que muitos têm do Brasil e dos brasileiros. Destacam que no Brasil já se percebe a inserção da mulher no mundo dos negócios e que não deve ser surpresa para o negociador se do lado brasileiro estiver uma mulher negociando. Os autores supracitados também destacam que devido à burocracia brasileira, à complexidade tributária e por ser um país ainda, de certo modo, fechado por não ter uma grande inserção comercial internacional em diversas áreas é interessante contar, sempre que possível, com a colaboração de profissionais brasileiros. Os autores dedicam em sua obra uma página e meia de dicas sobre o Brasil.

Isso vem de encontro à afirmação de Cohen e Altimira (2003, p. 119), para quem inclusive dentro das empresas e famílias, "podemos

encontrar colectivos de personas con diferentes culturas". Portanto, ninguém é igual, mesmo que pertença ao mesmo local, mesma comunidade, mesma cultura e até mesma família. Portanto a identidade cultural envolve sentimentos de pertencimentos e alguns comportamentos semelhantes entre membros de uma coletividade. Não implica na necessidade de comportamento uniforme e único em tudo para todos os membros da mesma coletividade.

No que diz respeito à religião, devido à colonização portuguesa, o Brasil é um país predominantemente católico. Entretanto, vale salientar que o número de protestantes (evangélicos) é crescente no país. Atualmente, estima-se que no Brasil habitam 40 milhões de evangélicos e que em 2032 o número de evangélicos (somando as diversas denominações desde luteranos, calvinistas e batistas tradicionais até neopentecostais) superará o número de católicos. Além disso, há outras religiões presentes, como o Espiritismo, o Candomblé e demais religiões de matriz africana, herança deixada pelos escravos e seus descendentes, e a Umbanda (junção do catolicismo popular e do Candomblé), o chamado sincronismo religioso, dentre outras. A população brasileira é predominantemente cristã (87%) e entre praticantes e não praticantes o catolicismo chega a 64% e os evangélicos das diversas denominações chegam a mais de 22%. Mas, crescem também outras religiões e os denominados sem religião que já são 15,3 milhões de pessoas. (IBGE, 2010; CARLOTTI, 2019). O Brasil se orgulha por ser um estado democrático e laico, onde

as pessoas praticamente não têm conflitos entre si por conta da religião, havendo, portanto, liberdade religiosa e respeito à diferença. Por respeitar a diferença e os outros, também é comum o brasileiro exigir do outro respeito pelo seu posicionamento.

Dessa forma, e pelo exposto até o momento, vimos que o Brasil é um país muito vasto em sua cultura, democrático, respeitoso e plural. Haja vista que a cultura vai influenciar no modo de se comunicar e no comportamento das pessoas, faz-se mister que o negociador tenha consciência de como tratar um brasileiro no momento da negociação. Em relação a esse trato com as pessoas, de um modo geral, os brasileiros costumam ser simpáticos e acolhedores. Ao serem apresentados em situações formais, têm o hábito do aperto de mão. Em situações mais informais, o aperto de mão pode vir acompanhado de dois ou três beijos no rosto quando o encontro é entre homem e mulher ou mulher e mulher. Não é muito habitual beijos quando o encontro envolve apenas homens.

Pode-se dizer, então, que o brasileiro gosta do toque, do abraço, do olho no olho, do contato respeitoso. Ainda quanto aos usos e costumes, o brasileiro quanto mais ao norte e nordeste, predomina a descendência da mescla entre o índio, o africano e o português e pode ser considerado mais receptivo, gosta de abraços, da informalidade, e na média, pode ser considerado como mais festivo (animado). Mais ao sul do Brasil, por ter uma predominância maior de descendentes de imigrantes europeus (especialmente alemães e italianos), pode ser

considerado um povo um pouco mais fechado, menos festivo e que demora um pouco mais para "confiar no desconhecido", mas depois que adquire confiança acaba tendo uma receptividade plena. Portanto, isso não o faz menos receptivo que os demais. Inclusive, tem de se ressaltar que essa observação por si só ainda é difícil de padronizar como válida e preponderante, pois, com o passar dos anos e a circulação entre regiões da população brasileira, os usos e costumes foram se misturando e fez do Brasil uma mescla multicultural, mas diferenciada.

Um hábito estranho, mas bem frequente entre os brasileiros é um breve atraso (que costuma durar em média 15 ou 30 minutos). Porém, acreditamos que em situações de reuniões para discutir acordos e possíveis negociações, a pontualidade deve ser respeitada. Em algumas regiões do país o atraso é mais provável que ocorra por questões culturais ou de trânsito, em outras o atraso é menos provável. Dependerá muito do perfil do público envolvido e do meio ambiente em que se encontrem.

O que se mantém no Brasil, em muitos locais, é certo descuido em relação à exatidão no cumprimento de horários marcados, em que chegar a uma reunião com pequenos atrasos é aceito como normal. Atrasar reuniões ou compromissos também. Em regiões brasileiras onde se predomina mais a descendência de imigrantes europeus chegados ao Brasil no Século XIX e XX, como é o caso do Sul do Brasil, partes do Sudeste e Centro-Oeste, ainda se preserva um compromisso

maior com o rigor da agenda e do horário. Mas isso já não é mais tão absoluto. Está "abrasileirado" de alguma forma. Em São Paulo, tem-se ainda um pouco desse rigor. No entanto, o trânsito complicado daquela cidade tem trazido seguidos transtornos e dificuldades de ser tão pontual como outrora.

Outro ponto que não pode deixar de ser mencionado neste capítulo em relação à cultura no Brasil é o famoso "jeitinho brasileiro". Apesar de essa expressão ser usada por alguns com um sentido negativo, ligada a atos desonestos ou de esperteza, e, nesse caso, é uma prática que deve ser evitada e reprovada; ela também (a prática do jeitinho) tem conotação positiva e, nesse caso, faz referência ao modo como os brasileiros têm de improvisar soluções para situações difíceis e/ou inesperadas, de sempre tentar buscar soluções sendo dinâmicos e de tentar evitar que problemas secundários atrapalhem causas maiores. Essa característica retrata bem esse povo, que apesar de todas as dificuldades, ainda que em situações de adversidade, não perdem a motivação para enfrentar os problemas do dia a dia e encontrar um meio para solucioná-los.

Nesse caso, sempre cabe o alerta de Dourado Filho (2000), que diz que o brasileiro, com sua capacidade de improvisar e de reverter situações embaraçosas, o que é um mérito, também exagera na autoconfiança no improviso e acaba queimando etapas culturais necessárias quando em contato com outras culturas e isso o faz, às vezes, fracassar internacionalmente enquanto negociador. O que era

para funcionar como uma vantagem (o improviso) pode se tornar uma intransponível armadilha (DOURADO FILHO, 2000).

Pela lógica (maioria cristã) poderia se dizer que o brasileiro adota a ética cristã como base. Mas, não é bem assim. Nem todos os declarados cristãos de fato são praticantes da fé que dizem seguir. Como já visto nas descrições acima, o Brasil, por ser um país continental e, portanto, de grandes dimensões, pode ser considerado um Brasil com vários brasis. Embora tenha a língua portuguesa normatizada como unidade de fala em todo seu território, ele apresenta variantes comportamentais distintas. Como já visto, o Brasil é um país com sua população predominantemente católica e evangélica, ou seja, cristã. Entretanto, nem toda essa população declaradamente cristã usa como padrão de ética a ética cristã. Por ser o país onde existe a prática do jeitinho, tem nisso seu aspecto bom e ruim sob a perspectiva ética. Bom, pois a ideia cultural do jeitinho remete à boa vontade de achar uma forma de resolver o problema para que este não seja um impeditivo para a realização do negócio e isso torna o brasileiro uma pessoa mais flexível e que se adapta melhor as realidades que encontra. Mas o jeitinho também tem seu lado ruim, pois alguns confundem isso com a ideia de relativizar quase tudo ou de fazer qualquer coisa ou aceitar qualquer proposta para que o negócio aconteça. Infelizmente, existem alguns brasileiros que usam o jeitinho na perspectiva de "levar vantagem em tudo" ou na perspectiva de que o "mundo é dos espertos", mas não é a maioria.

Assim, na perspectiva ética, o jeitinho é muito mais um problema do que uma solução e está presente na cultura brasileira. O maior problema é que leva a generalização, pois muitos acham que todos os brasileiros não levam as coisas e os negócios com a devida seriedade. Os seguidos escândalos de corrupção de empresas, mais recentemente de empreiteiras e políticos brasileiros praticadas em vários países, contribuem para que essa mancha não desapareça. Mas isso está mudando. Atualmente, a absoluta maioria dos negociadores internacionais brasileiros não praticam ações antiéticas e a repugnam. A justiça está sendo mais severa com crimes de corrupção e muitos empresários e políticos já foram presos disciplinando, de certa forma, as ações presentes e vindouras.

Isso demonstra um pouco a diversidade de entendimento de como se entende a ética e se expressa a cultura no Brasil, ou nos "diversos brasis". Embora não se tenha um padrão único de comportamento, o padrão do comportamento ético, do que pode ser considerado como ética mínima, segundo o que define Cortina (2009), a maioria preserva. Embora a maioria se considere cristã, uma boa parte não é praticante e, portanto, não pode dizer que a ética cristã é predominante e absoluta no país.

Atualmente, quem vier negociar no Brasil não pode vir esperando comportamentos e ofertas antiéticas. Como já dito, o negociador brasileiro tem se profissionalizado e melhorado a postura cada vez mais e, atualmente, a grande maioria se sentirá ofendida se

receber proposta que fuja do padrão ético e legal. A *compliance* e a transparência nas organizações e no governo também tem ajudado a melhorar essa performance. Ou seja, o negociador brasileiro continua flexível e dinâmico, inclusive atualizado, pois tem se adaptado ao uso das novas tecnologias. Inclusive, tem se afastado cada vez mais do jeitinho que remete ao comportamento não ético.

O comportamento das pessoas varia de acordo com o indivíduo e com o lugar, mas não se pode dizer que existe um padrão único e definido para cada local. Alguns pontos podem ser destacados, como o perfil empreendedor e compenetrado de boa parte da população do Sul e Sudeste que fizeram essas regiões crescerem a ponto de se tornarem as maiores economias do país. Ou ainda da população do Centro-Oeste, que recebeu uma leva de população do Sul, Sudeste e Nordeste, e que, em 50 anos, mudou a realidade econômica de toda a região fazendo desta a que mais cresce e prospera em termos de economia, especialmente o agronegócio e sua cadeia produtiva. Inclusive, internamente se diz que no Brasil o pensamento do povo tanto pode ser o de "viver para trabalhar" ou "trabalhar para viver" e ambos estão certos dentro de sua perspectiva. Para as pessoas que vivem nas regiões mais ao centro e sul, muitas vezes predomina mais o pensamento do "tempo é dinheiro". Mas é difícil afirmar que esse padrão é generalizado nas regiões, especialmente levando em conta que por serem regiões mais desenvolvidas economicamente, elas atraem brasileiros de todo lugar e, portanto, são regiões

multiculturais.

Também convém destacar o perfil alegre, persistente e a resiliente do nordestino do interior que não desanima frente às constantes dificuldades econômicas e climáticas que enfrenta, ano após ano, numa região semiárida com níveis pluviais semelhantes a desertos. Ou do nortista interiorano que está distante das grandes cidades, que leva dias para se deslocar de um local para o outro em regiões pouco habitadas e com uma logística de transportes complicada. O interessante é que essas situações de dificuldade histórica não formaram um povo desanimado, mas sim um povo que se adaptou e aprendeu a viver com resiliência e paciência na dificuldade; além de criativo e que não desiste nunca. Inclusive, diz-se que é um povo que aprendeu a "trabalhar para viver". Pessoas que sabem de suas limitações e das dificuldades que enfrentam, mas não desistem e não perdem a esperança. Evidente que o Norte e o Nordeste têm regiões muito desenvolvidas e dinâmicas também que contrastam com essa realidade descrita. Por exemplo, todo o litoral nordestino tem interessantes padrões de desenvolvimento, o vale do São Francisco é polo exportador, e assim por diante. No Norte, Belém e Manaus são capitais muito dinâmicas, tendo em Manaus uma Zona Franca exportadora e importadora muito dinâmica. Por isso também existe certa dificuldade de descrever algo como padrão.

É evidente que o Brasil, por estar cada vez mais imerso na economia global, sofre os efeitos destas sobre si. Alguns setores

reagiram mal à concorrência, especialmente quando competiam por produtos mais baratos. Tiveram efeito negativo, como a competição do calçado brasileiro (especialmente o polo de Novo Hamburgo e de Franca) mais barato e não puderam fazer frente ao calçado barato chinês, e sobreviveram às que investiram na diferenciação, na qualidade e na marca. Igualmente ocorreu com a competição do trigo tipo pão do sul do Brasil com o mesmo produto vindo da Argentina mais barato. Sobreviveram os que se diferenciaram produzindo outras variedades de trigo ou substituíram para outras culturas agrícolas de inverno. Já a soja e o milho que eram produzidos em larga escala no sul do Brasil não se sustentaram pela característica da região de agricultura familiar e pequena propriedade. Essas culturas (milho e soja) se modernizaram muito, ganharam escala, mecanização, informatização, transgenia e passaram a ser mais produzidos em propriedades de maior porte, com alta escala produtiva, especialmente no centro-oeste brasileiro e agora avança para a região de MATOPIBA⁶³, também com muito bom resultado. Junto com a ida da produção de grãos alimentares para o Centro-Oeste foram parte dos grandes frigoríficos de carnes, pois lá também passou a ser mais viável a produção em larga escala de suínos e aves que dependem de ração derivada de milho e soja para se alimentarem. Esses animais,

⁶³ Região atualmente muito pujante graças ao desenvolvimento promovido pelo agronegócio, em um espaço geográfico considerado de transição entre a região central do Brasil (Cerrado) e o sertão Nordestino. Envolve parte do Estado do Maranhão, parte do Tocantins, parte do Piauí e parte da Bahia.

junto com os bovinos, são a matéria-prima principal dos maiores frigoríficos de carne do Brasil.

No Brasil, não está errado em se dizer que o agronegócio evoluiu e absorveu tecnologias internacionais e nacionais. Lá, existe a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que se destaca em evolução de variedades híbridas e adaptações genéticas tanto de plantas como de animais para aumentar a produtividade agropecuária brasileira. Também no meio rural (agronegócio) serão encontradas as melhores máquinas agrícolas do mundo, fazendas informatizadas com controle da produção por agricultura de precisão, sistemas informatizados de rastreamento e controle de todo tipo. Em termos de técnica e tecnologia de toda ordem, incluindo tecnologia da informação, o agronegócio brasileiro não deixa a desejar para nenhuma outra economia mundial. Não por acaso o agronegócio representa mais de 20% de todo o PIB brasileiro e cerca de 40% da pauta exportadora do país⁶⁴.

O Brasil está entre os primeiros produtores e exportadores mundiais de diversos itens relevantes em termos de alimento mundial: carne de frango, carne suína e carne bovina, soja e seus

⁶⁴ Para se ter uma ideia, em 2017, dos 10 conjuntos de produtos com maior volume de exportação do Brasil, 7 eram do agronegócio: 1º **Soja**: US\$ 25,72 bilhões; 2º Minérios de ferro: US\$ 19,2 bilhões; 3º Petróleo: US\$ 16,62 bilhões; 4º **Açúcar** (bruto):US\$ 9,04 bilhões; 5º Automóveis: US\$ 6,67 bilhões; 6º **Carne de frango**: US\$ 6,43 bilhões; 7º **Celulose**: US\$ 6,35 bilhões; 8º **Carne bovina**: US\$ 5,07 bilhões; 9º **Farelo de soja**: US\$ 4,97 bilhões; 10º **Café** em grão: US\$ 4,6 bilhões. (GAZETA DO POVO, 2018, com base em dados do MDIC). (Observação: destacamos em negrito os que pertencem ao agronegócio).

derivados, milho e seus derivados, suco de laranja, café, algodão e derivados de cana-de-açúcar, dentre outros. Concomitante a este pujante agronegócio, em larga escala sobrevive e se mantém, também no Brasil e com grande desenvoltura, a agricultura familiar, a agricultura orgânica e sustentável, com produção dos mais variados tipos de alimentos possíveis em cada região decorrente do solo e clima locais, para abastecer as comunidades próximas, regionais e também mercados específicos e especializados. Alguns deles são inclusive destinados à exportação com grande sucesso, como é o caso de frutas tropicais e seus derivados. O Brasil também é um grande comprador de alimentos, especialmente os produtos que não são produzidos em quantidade suficiente no mercado interno.

Para que tudo isso aconteça e cada vez com maior qualidade e em maior quantidade, o país precisa de mais e mais negociadores. Como negociadores, os brasileiros mesclam características de formalidade e informalidade, seja no contato presencial ou à distância. Presencialmente, apreciam negociar durante um almoço ou jantar, vestem-se com roupas formais, tendo preferência por cores clássicas como preto, branco, bege, cinza e azul marinho, ao mesmo tempo em que conversam sobre temas e preferências pessoais, como família, futebol, política, viagens e cotidiano, antes de passar para a negociação propriamente dita.

Uma vez iniciada a negociação, assumem postura firme, exigente, ágil e precisa. Chegam a ser inflexíveis na defesa de seus

interesses, frequentemente deixando a decisão final para uma oportunidade seguinte, sempre com o aval de um superior hierárquico, se houver. São negociadores de longo prazo e, por isso, preocupam-se em criar e manter relações comerciais fortes e duradouras. (SANTANDER, 2018).

O brasileiro prefere conhecer pessoalmente seus parceiros comerciais e manter um processo de negociação com as mesmas pessoas. Costuma ser pontual nos primeiros contatos, passando a abrir mão desse “rigor” depois que a relação já estiver estabelecida e a remarcar reuniões com frequência e pouca antecedência.

Essas características são, inclusive, destacadas pelo banco Santander em matéria recém-publicada (2018) para empresários portugueses com interesses de investimentos no Brasil. É uma descrição bastante condizente com o perfil do empresário ou diretor executivo brasileiro que já se relaciona, direta ou indiretamente, com empresas estrangeiras, e pode ser comparada e complementada com o perfil identificado por Sobral, Carvalhal e Almeida (2012) por meio de um amplo estudo. Os autores aplicaram questionário com nada menos que 683 executivos brasileiros, com experiência profissional entre quatro e quarenta e seis anos, de 22 estados brasileiros, sendo 299 respondentes da Região Sudeste, 145 do Nordeste, 136 do Sul, 56 do Norte e 47 do Centro-Oeste.

Identificaram a predominância das seguintes características: os executivos brasileiros percebem as negociações como um processo

colaborativo, em que ambas as partes podem sair ganhando; reconhecem a importância do planejamento da negociação, mas não realizam; as relações interpessoais são valorizadas sem prejuízo aos objetivos individuais na negociação; optam por decisões tomadas por consenso ou maioria, característica essa que é pouco evidente devido à concentração das decisões nos níveis hierárquicos mais altos; são avessos ao risco, explicando a postura mais aberta à conversação e à preferência pela maturação da negociação antes de fechar um acordo; a comunicação não verbal é tida como bastante relevante; gerenciam as emoções como fator de sucesso da negociação, apesar de usualmente exagerarem na comunicação verbal; confiança interpessoal, reputação e convívio são tidos como fundamentais na relação entre as partes; tem facilidade de adaptação a novas situações, o que explica a postura formal no início da relação e a flexibilização com o convívio⁶⁵.

Buscando atrair cada vez mais negociadores e organizações para investirem no Brasil para fazer negócios internacionais, incluindo exportar, importar e investir, o país conta com o incansável trabalho da APEX-Brasil (<https://portal.apexbrasil.com.br/>)⁶⁶, a

⁶⁵ Essa pesquisa pode ser complementada com estudos de Satur (2017) que desenvolveu pesquisa com 133 negociadores internacionais brasileiros e descreveu os resultados quanto ao seu perfil, base de formação, suas competências especialmente em informação, uso de tecnologias, compartilhamento e colaboração, negociação ganha-ganha, dentre outros.

⁶⁶ No seu site encontram-se informações sobre: **Como exportar; Como atrair investimentos** do exterior e como investir no Brasil; **Como empreender** e investir no exterior; **Informações sobre mercados internacionais; Relações**

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimento, que fomenta a promoção do Brasil no exterior, incluindo viagens de negócios, participação em feiras internacionais, dentre outros, o qual recomenda-se a todos que se interessam por negócios com o Brasil consultarem antes seu site; bem como consultarem o site do Ministério da Economia que tem uma parte totalmente destinada ao Comércio Exterior (<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/>)⁶⁷ e também a Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (CAMEX) que é quem propõe, formula e adota políticas de Comércio Exterior no Brasil (<http://www.camex.gov.br/>)⁶⁸. Ainda

comerciais com os diversos acordos que o Brasil e o Mercosul participam; **Eventos** na área de negócios internacionais incluindo **missões internacionais e feiras**, incluindo divulgação e organização de delegação de empresários para visitarem e participarem dessas feiras internacionais, etc.

⁶⁷ **Dados sobre estatísticas de comércio exterior:** Balança comercial semanal; Balança comercial brasileira: acumulado do ano; Séries históricas; Comex Vis; Base de dados; Empresas brasileiras exportadoras e importadoras; Outras estatísticas; Metodologia. **Bem como informações sobre:** Despachos de operações de comércio exterior; Seminários de comércio exterior; Negociações internacionais; Tarifa Externa Comum - TEC (NCM); Regimes de origem; Importação; Drawback; Exportação; Portal Único de Comércio Exterior (procedimentos operacionais para exportar e importar); Defesa comercial e interesse público; Financiamento e garantia às exportações; Desoneração das exportações; Redução de Imposto de Renda em promoção comercial; Legislação; Empresa comercial exportadora/trading company; Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE; Contatos; etc.

⁶⁸ No seu site conseguem-se informações sobre: **Resoluções e outros documentos da área;** **Tarifa Externa Comum** (alterações temporárias, alterações permanentes, etc); **Financiamento e Garantia às Exportações** (Programa de financiamento às Exportações - PROEX, Seguro de Crédito às Exportações -SCE, etc); **Investimentos internacionais** (Boletim de Investimentos Estrangeiros, Investimentos no Mercosul (SGT-12), Ombudsman de Investimentos Diretos - OID, Comitê Nacional de Investimentos - Coninv); **Negociações Comerciais Internacionais** (acordos de comércio internacionais, acordos de facilitação de

não se pode esquecer o site do Ministério das Relações Exteriores que, além de cuidar das negociações diplomáticas do Brasil com o exterior através do Itamaraty (<http://www.itamaraty.gov.br/>), também tem importante trabalho de apoio para o exportador, para o brasileiro que está no exterior e para o estrangeiro que virá ao Brasil. Afinal, é nas embaixadas e consulados brasileiros presentes nos diversos países no exterior o local onde inicialmente o estrangeiro irá para conseguir, por exemplo, visto de entrada e permanência no Brasil para estudos, empreender e investir, trabalhar, dentre outros (as regras de entrada de estrangeiros no Brasil estão apresentadas logo a seguir, num subcapítulo a parte). Essas embaixadas e consulados são muito relevantes para quem quiser investir, fazer negócios, trabalhar ou visitar o Brasil. Existe em cada embaixada um setor comercial que presta esse apoio.

No turismo, também o trabalho é intenso. Buscando atrair mais negócios, negociadores, investimentos e turistas nacionais e internacionais para o Brasil, visando potencializar a atividade turística em solo nacional, o Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae e com a Embratur, lançou, em 2019, o “Programa Investe Turismo” que tem como principal objetivo acelerar o desenvolvimento, aumentar a qualidade e a competitividade em 30 Rotas Turísticas Estratégicas do

investimentos internacionais, memorando de investimentos assinados); **Facilitação de Comércio** (Logística, Comitê Nacional de Facilitação de Comércio, Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC)) e; **Outros assuntos** (Lista de Bens sem Similar Nacional; etc).

Brasil, aqui compreendida como o agrupamento da oferta turística envolvendo um ou mais municípios no que diz respeito ao planejamento, à gestão, atração de investimentos, promoção e comercialização turística, com foco na geração de emprego e renda (BRASIL, 2019b).

Destarte, Endres (2008) afirma que o forte discurso do turismo como fator de desenvolvimento endógeno/local deve estar presente em todas as ações colocadas pelo governo para estimular a atividade, sendo o termo ‘endógeno’ utilizado por Vieira et. al. (2005) para sugerir que as próprias populações locais devem ser responsáveis, juntamente com o governo, pela condução do desenvolvimento.

Assim, o Programa Investe Turismo apresenta como eixo estratégico⁶⁹: a) Fortalecimento da Governança; b) Melhoria de

⁶⁹ **Eixos:** a) **Fortalecimento da Governança:** através da aplicação de metodologias como o Líder e o Lidera Turismo, desenvolvidas pelo Sebrae, objetivando a criação de uma agenda estratégica para o turismo nas Rotas Turísticas Estratégicas a partir da integração do poder público e empresários de todos os segmentos envolvidos no turismo local; b) **Melhoria de serviços e atrativos turísticos:** 1) realização de visitas técnicas nacionais e internacionais para observação de boas práticas (benchmarking) no turismo, identificando as melhores práticas de inovação e qualificação de produtos e serviços turísticos, buscando a melhoria de modelos de gestão e à qualificação de serviços e atrativos turísticos. 2) Inovação da oferta turística – apoio ao desenvolvimento de projetos para revitalização de espaços turísticos; apoio a movimentos de intervenções criativas de espaços públicos; apoio ao desenvolvimento de ações voltadas para tecnologia; 3) Inserção produtiva para empreendimentos voltados à produção associada ao turismo – abertura de novos mercados; incremento tecnológico; melhoria dos processos de gestão; 4) Diretrizes para o desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes, com indicadores para negócios sustentáveis; 5) Mapa do Turismo Inteligente; c) **Atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros:** realização de Seminários Investe Turismo; Divulgação de portfólios com oportunidades de

serviços e atrativos turísticos; c) Atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros e, d) Marketing turístico e apoio à comercialização, conforme figura abaixo (BRASIL, 2019):

Figura 2 – Eixos Estratégicos do Programa Investe Turismo



Fonte: Brasil, 2019.

Assim, com o Programa Investe Turismo do governo federal⁷⁰,

implantação de novos empreendimentos; Elaboração de materiais de apoio para atração de investimentos; Participação em feiras e eventos de atração de investimentos nacionais e internacionais; Participação em encontros e jornadas de negócios com potenciais investidores; d) **Marketing turístico e apoio à comercialização**: lançamento de campanhas de marketing turístico; implementação de ações de marketing digital; participação em feiras e eventos de promoção turística nacionais e internacionais; participação em encontros e jornadas de negócios com operadores de turismo; visitas de operadores de turismo, jornalistas e influenciadores digitais (*famtours* e *presstrips*); estudos e pesquisas de inteligência mercadológica; Plano Integrado de Posicionamento de Imagem do Brasil.

⁷⁰ No site do Ministério do Turismo (<http://www.turismo.gov.br/>) encontra-se uma vasta infinidade de informações sobre oportunidades na área do turismo tanto

o que se pretende primordialmente é aumentar o fluxo turístico nacional e internacional, atraindo mais turistas nacionais e internacionais para conhecerem o Brasil; propiciar um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de pequenos negócios de turismo atraindo novos empreendedores e investidores nacionais e internacionais para a área; ofertar rotas turísticas inovadoras, tecnológicas e arrojadas; gerar mais empregos, renda e inclusão social e, conseqüentemente, melhorar o posicionamento de imagem turística do Brasil no exterior (BRASIL, 2019).

5.4 REGRAS DE ENTRADA NO PAÍS: DICAS AOS VISITANTES E VIAJANTES INTERNACIONAIS QUE VÊM AO BRASIL

Para entrar no Brasil o estrangeiro pode fazê-lo como turista (tempo curto) e pode também solicitar o visto para períodos maiores. Visto é o documento concedido pelas Representações Consulares do Brasil no exterior que possibilita a expectativa de ingresso e estada de estrangeiros no território nacional conforme o tempo previsto no

para turistas quanto investidores internacionais. Também se recomenda uma visita detalhada no site do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR (<http://www.embratur.gov.br/>) que é riquíssimo em detalhes para ajudar na promoção, regulamentação e investimentos nos diversos setores de apoio ao turismo brasileiro.

visto, podendo ser solicitada prorrogação de permanência já em território brasileiro. O Itamaraty⁷¹ é o órgão do Governo brasileiro responsável pela concessão de vistos, o que ocorre por meio das Embaixadas, Consulados-Gerais, Consulados e Vice-Consulados do Brasil no exterior. Para concessão do visto, é necessária apresentação de Formulário de Pedido de Visto devidamente preenchido, documento de viagem válido, comprovante de pagamento dos emolumentos consulares, Certificado Internacional de Imunização [quando necessário], e demais documentos específicos para o tipo de visto solicitado (BRASIL, 2019a).

De acordo com o Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980), a entrada de estrangeiro no território nacional⁷² somente poderá ocorrer em locais onde houver fiscalização dos órgãos competentes (Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda), sendo o visto individual concedido ao cidadão estrangeiro que pretenda entrar no território nacional nas modalidades:

- a) de trânsito: concedido ao estrangeiro que necessite passar pelo território nacional para chegar ao país de destino;

⁷¹ Ver informações completas no site <http://www.itamaraty.gov.br/>

⁷² Sobre esse tema também é relevante ver **Lei Nº 13.445**, de 24 de maio de 2017, que **Institui a Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm; bem como o seu **Decreto Nº 9.199**, de 20 de novembro de 2017, que **Regulamenta a Lei de Migração**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm.

- b) de turista: concedido ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita (sem finalidade imigratória, nem intuito de exercer atividade remunerada). O prazo de concessão é de cinco anos, com estadas não excedentes a noventa dias, prorrogáveis por igual período, totalizando o máximo de cento e oitenta dias por ano. O estrangeiro que estiver no Brasil na condição de turista (ou em trânsito) é proibido de se engajar como tripulante em porto brasileiro, salvo em navio de bandeira de seu país; sendo também, em ambos os casos, vedado o exercício de atividade remunerada.
- c) temporário: concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos (permanência durante a vigência da missão); viagem de negócios (até 90 dias); na condição de artista ou desportista; estudante (até um ano, prorrogável); cientista; professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro (permanência durante a vigência do contrato); correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência de notícias estrangeira (permanência durante a vigência do contrato), sendo, nesse caso, vedado o exercício de atividade remunerada por fonte brasileira; ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa (até um ano). Ao estrangeiro com visto temporário é

vedado o exercício de atividade remunerada no Brasil.

- d) permanente: ao estrangeiro que pretenda fixar residência definitiva no Brasil (poderá ser condicionada, por prazo não superior a cinco anos);
- e) de cortesia, oficial ou diplomático: nesses casos caberá ao Ministério das Relações Exteriores definir as regras para a concessão e prorrogação. Nesses casos, o estrangeiro só poderá exercer atividade remunerada em favor do Estado estrangeiro, organização ou agência internacional de caráter intergovernamental cujo serviço se encontre no País, ou do Governo ou de entidades brasileiras.

O Brasil adota uma política de concessão de vistos com base no princípio da reciprocidade: países que exigem vistos de cidadãos brasileiros para entrada em seus territórios também precisarão de visto para viajar ao Brasil (BRASIL, 2019a). A exceção, a contar de 2019, são os cidadãos dos EUA, Canadá, Austrália e Japão que não precisam mais de vistos mesmo que o Brasil não receba destes países o tratamento recíproco.⁷³ Os demais dependerão da reciprocidade: o Brasil somente não exigirá visto de quem não exige visto de brasileiro.

Cidadãos dos Estados signatários do Acordo de Residência do Mercosul (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru

⁷³ **Decreto Nº 9.731**, de 16 de março de 2019, disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67423098/do1e-2019-03-18-decreto-n-9-731-de-16-de-marco-de-2019-67423092.

e Uruguai) podem estabelecer residência temporária no Brasil, por meio de solicitação do Visto de Residência Temporária do Mercosul ou de solicitação direta junto ao Ministério da Justiça, sem necessidade de visto (BRASIL, 2019a).

Ainda conforme o Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980), o visto não será concedido ao estrangeiro: a) menor de dezoito anos, desacompanhado do responsável legal ou sem a sua autorização expressa; b) que seja considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais; c) que tenha sido anteriormente expulso do Brasil, salvo se a expulsão tiver sido revogada; d) que tenha sido condenado ou processado em outro país por crime doloso, passível de extradição pela lei brasileira; ou e) que não atenda às condições de saúde estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Também é vedado ao estrangeiro (BRASIL, 1980):

- Ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional,
- Ser proprietário, bem como responsável, orientador intelectual ou administrativo, de empresa jornalística de qualquer espécie, e de empresas de televisão e de rádio difusão, sócio ou acionista de sociedade proprietária dessas empresas;
- Obter concessão ou autorização para a pesquisa, prospecção, exploração e aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como dos potenciais de energia hidráulica;

- Ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira, ressalvado o disposto em legislação específica⁷⁴;
- Ser corretor de navios, de fundos públicos, leiloeiro e despachante aduaneiro;
- Participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada;
- Ser prático de barras, portos, rios, lagos e canais;
- Possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, salvo reciprocidade de tratamento;
- Prestar assistência religiosa às Forças Armadas e auxiliares, e/ou aos estabelecimentos de internação coletiva.
- Exercer atividade de natureza política, ou participar, direta ou indiretamente, dos negócios públicos do Brasil.

A associação para fins culturais, religiosos, recreativos, beneficentes ou de assistência, bem como a filiação a clubes sociais e

⁷⁴ Cabe a ressalva que a **Lei Nº 13.842**, de 17 de junho de 2019, chamada de **nova lei da aviação comercial do Brasil**, (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13842.htm) que foi uma conversão da Medida Provisória **MP 863/18**, alterou Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e dentre outras mudanças passou a permitir que empresas internacionais operem no mercado nacional de aviação e tenham 100% do capital das empresas de aviação no país, como medida de incentivo a atração de empresas da área para o mercado brasileiro aumentar a oferta e a concorrência, especialmente para aumentar em voos regionais e *low cost*. Infelizmente a pandemia atrasou esse processo que começa a acontecer.

desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins e a participação em reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica, são considerados atos lícitos praticados por estrangeiros que, no caso de passar a residir no Brasil, gozam de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis. (BRASIL, 1980).

5.5 O BRASIL NO SÉCULO XXI EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

No tocante ao uso de tecnologias, é consabido que esse setor movimentava bilhões de dólares por ano, no Brasil, e que boa parte da população brasileira tem acesso à internet, smartphone e/ou computador. Obviamente que, se compararmos o Brasil com outros países que lideram esse setor, como o Japão, por exemplo, ainda há muito a expandir e aperfeiçoar. No início da década de 20, o Brasil projeta receber a tecnologia 5G. Todavia, em alguns lugares do Brasil a tecnologia 3G ainda funciona com alguma dificuldade e a 4G ainda não foi completamente instalada no país.

O acesso à internet permite aos brasileiros alcançar muitas informações que são fundamentais, tanto na área científica e

acadêmica, por permitir o acesso a bibliografias em outros idiomas, por exemplo; como no sentido de abrir as perspectivas e o olhar sobre o outro, sobre o mundo e, com isso, vislumbrar oportunidades de emprego, de intercâmbios e, o mais importante, a possibilidade de enxergar as diferenças no mundo e respeitá-las, havendo, portanto, essa troca intercultural.

Na era da informação e do conhecimento, em que o acesso à informação é facilitado pelo uso das tecnologias, o perfil atual do viajante, seja ele turista⁷⁵ ou pessoas de negócios, é marcado pelo desejo de vivenciar novas experiências, buscando maior interação com a cultura e participação na comunidade visitada. Essa experiência pode ser facilitada e até de certa forma antecipada com o auxílio das tecnologias especialmente as TICs/TDICs⁷⁶, pois através delas o consumidor consegue ter acesso antecipado às informações do que encontrará no local a ser visitado ou sobre o negócio que pretende fazer.

O Brasil e o brasileiro tendem a aderir rapidamente o que surge de novidade em tecnologia, especialmente tecnologia da informação,

⁷⁵ Sob essa perspectiva, Santos e Bassanesi (2010) afirmam que o consumo do turismo por parte do turista resulta da combinação conveniente de produto, serviço e experiência que, por sua vez, envolve uma rede de organizações, estas últimas, ainda que não tenham contato direto, cooperam entre si para a satisfação das necessidades e desejos do consumidor que, no momento do consumo do produto turístico, também passa a fazer parte da sua cadeia produtiva.

⁷⁶ Tecnologias da Informação e da Comunicação/Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação.

seus suportes e seus serviços. A adesão somente não é maior e mais rápida porque a renda de boa parte dos brasileiros ainda é baixa e desigual, o que gera restrição orçamentária para consumo. O fato de ter mais aparelhos telemóveis que habitantes no Brasil demonstra como as tecnologias são rapidamente absorvidas no país. Quanto à internet e seu acesso, isso vem crescendo sobremaneira, mas ainda pode melhorar mais. A tecnologia 3G funciona razoavelmente bem no Brasil, a 4G funciona em poucos lugares e a 5G está chegando. O governo brasileiro tem buscado encontrar a melhor forma de introduzir essa última tecnologia no Brasil. Já o acesso à internet em espaços públicos ainda é pequeno e os planos de telefones móveis com internet são considerados caros considerando a quantidade e a qualidade disponibilizada. Igualmente, os planos de internet residencial e comercial nem sempre são ilimitados e de qualidade e o preço considerado elevado pelo que se recebe.

Mesmo assim, pode-se dizer que o brasileiro e o Brasil acompanham a tendência tecnológica mundial, embora não sejam protagonistas na criação de tecnologia da informação como poderia ser, levando em conta a quantidade e qualidade dos cursos, escolas e faculdades voltadas para a tecnologia da informação existentes no Brasil. O governo também passa por rápido processo de digitalização visando modernizar e desburocratizar os processos que dependem de resposta do Estado.

A 30ª Pesquisa anual do uso de Tecnologia da Informação (TI)

no Brasil confirma que o uso, os gastos e investimentos em tecnologia da informação nas empresas mantêm tendência de crescimento, apesar dos cenários político e econômico adversos. Com base em respostas de mais de 2,5 mil empresas de médio e grande portes, os gastos e investimentos em TI representaram 6% da receita das empresas brasileiras em 2008 e 7,9% em 2018 (FGVcia/FGV/EAESP, 2019a).

Os principais projetos de gastos e investimentos são voltados para atualização de software e de sistemas, inteligência analítica e *business intelligence*, implementação e integração, sistemas integrados de gestão empresarial (ERP, da sigla em inglês), governança de TI, inteligência artificial, internet das coisas e transformação digital (FGVcia/FGV/EAESP, 2019b).

As empresas teriam passado a fazer maior uso das novas tecnologias por força do mercado globalizado e, principalmente, pela própria exigência fiscal do governo federal brasileiro. Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que mais da metade dos procedimentos da administração pública brasileira já estão disponíveis *on-line*. O governo atual reforça que irá intensificar ainda mais a digitalização, a informatização dos procedimentos governamentais e a desburocratização dos procedimentos para empresas e pessoas⁷⁷. Na Região da América Latina e do Caribe, esse

⁷⁷ A aprovação da Lei nº 13.784, de 20 de setembro de 2019, fruto da Medida Provisória 881, de 2019, conhecida como a **Lei da Liberdade Econômica**,

nível de relação digital com o governo é apresentado somente pelo Brasil, México e Uruguai. Por outro lado, o desempenho ainda está muito abaixo do da União Europeia onde 81% dos procedimentos burocráticos podem ser abertos eletronicamente (ROSETH, REYES, SANTISO, 2018; MEIRELLES, 2018 *apud* LOBO, 2018).

No Brasil, o eSocial, instituído em 2014 e efetivo desde 2018, é um sistema que reúne todas as informações relativas a obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas, envolvendo quatro órgãos federais (Receita Federal, Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social) em uma única plataforma (BRASIL, 2019c).

Na área de comércio exterior, essa evolução digital do governo e das empresas também foi instituído, a contar de 2005, da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e sua implantação a partir de 2008. Necessária para o trânsito interno da mercadoria (dentro do território brasileiro, podendo ser nos casos da empresa até o porto e vice-versa) e atividades de fiscalização sobre operações e prestações tributadas pelo ICMS e o IPI, tornou-se obrigatória para operações de comércio exterior a partir de 2010 (BRASIL, 2019d; 2019e). Recentemente, as informações declaradas na NF-e passaram a migrar automaticamente para o Portal Único de Comércio Exterior como base para o processo de desembaraço aduaneiro na exportação (a partir de julho de 2018),

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm) é uma dessas iniciativas que o governo busca para tornar o mercado mais livre e atraente para investidores e empreendedores.

com a chamada Declaração Única de Exportação (DU-E)⁷⁸ e na importação (em projeto-piloto deste outubro de 2018) (FAZCOMEX, 2019a; 2019b).

Outro avanço recente e importante da Aduana brasileira, inclusive em nível mundial, de acompanhamento de novas tendências tecnológicas no setor, foi a adesão ao Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), um padrão mundial de controle e administração da circulação internacional de mercadorias e que depende de controles avançados de informação eletrônica, tanto por parte dos importadores e exportadores como das empresas prestadoras de serviços logísticos (BRASIL, 2019f).

O Programa foi instituído em 2014 e está sendo implementado por etapas com meta de alcançar 50% das operações de importação e exportação do País até 2019 (CNI, 2018c). Na prática, até o mês de agosto desse ano, o Programa atingiu o percentual de 24%. Por outro lado, no mesmo mês, 26% das importações pelo modal marítimo foram registradas sob a modalidade “Despacho sobre Águas OEA” que consiste na permissão do registro aduaneiro antes da chegada da

⁷⁸ Mais informações sobre a unificação dos procedimentos de **exportação**, como a **Declaração Única de Exportação (DU-E)**, em: http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/exportacao-portal-unico/introducao/copy_of_conceitos-e-definicoes-gerais e da unificação dos procedimentos de **importação**, como a **Declaração Única de Importação – DUIMP**, em <https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/despacho-de-importacao/sistemas/duimp/sistema-pucomex>; e no site <https://www.fazcomex.com.br/blog/duimp-declaracao-unica-de-importacao-passo-a-passo/>

carga a qualquer um dos portos brasileiros (BRASIL, 2019g).

Por fim, a *Blockchain*, como tecnologia de fronteira para cadeias de suprimentos e celebração de contratos, ainda não chegou no setor de comércio exterior brasileiro, mas a Receita Federal, o órgão responsável pela fiscalização, controle e administração de todas as movimentações financeiras do País e de suas operações de comércio internacional, recentemente, em novembro de 2018, publicou norma sobre a disponibilização de dados no âmbito da administração pública envolvendo essa tecnologia. O órgão disponibilizou o “bCPF”, o *blockchain* do Cadastro de Pessoas Físicas na condição de solução *Government to Government* (G2G) com o objetivo de “simplificar o processo de disponibilização da base CPF, com mecanismos seguros, integrados e eficientes”, inclusive com previsão de participação das entidades autorizadas para alteração do dado (a solução para *smart contracts*), permitindo “a implementação [...] de futuras soluções a serem disponibilizadas pela RFB, tanto para o Governo, quanto para toda a sociedade” (BRASIL, 2019h).

As empresas perceberam que investir em tecnologia da informação é cada vez mais relevante para ser competitivo, baixando custos e agilizando tempo de resposta. Os sistemas e processos aos poucos estão todos sendo informatizados e os cursos estão sendo mais promovidos e necessários para os chamados imigrantes digitais. Concomitante a isso, está começando a chegar ao mercado uma nova geração de jovens brasileiros que já são nativos digitais e tem bem

menos dificuldade de lidar com a tecnologia da informação atual. Definitivamente, o Brasil está cada vez mais inserido na sociedade da informação e do conhecimento do século XXI e a cultura digital cada vez mais faz parte do cotidiano da vida dos brasileiros.

5.6 PRINCIPAIS CONCLUSÕES E DICAS

O Brasil é um país aconchegante, de economia pujante e diversificada, ávido por novos negócios, negociações e investimentos. Um país em franca abertura comercial com espaços e oportunidades ímpares. Apesar de ter alguns problemas, que nesse texto apresentamos claramente sem maquiagem, as oportunidades e atrativos são infinitamente maiores. O Brasil tem espaço para as pessoas visitarem, investirem, venderem e comprarem. O Brasil ainda atua muito aquém do seu potencial no mercado externo. Está ávido por novos negócios com o exterior. É um país de presente e futuro. Tem uma economia interna forte entre as maiores do mundo que agora começa a ver mais concretamente no mercado externo e no exterior um espaço de atuação e de maior convivência. Vale apenas você conhecer o Brasil. Vai gostar e possivelmente passará a fazer negócios com o Brasil. Esperemos que este capítulo tenha permitido despertar o interesse em visitá-lo e fazer negócios no (com o) Brasil e com os brasileiros.

Enquanto as regiões Sul e Sudeste podem ser consideradas já consolidadas, as outras três regiões brasileiras, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentam as mais significativas oportunidades de crescimento e desenvolvimento da produção voltada para exportações, enquanto o País como um todo requer investimentos em setores da indústria de manufaturas de alta e média-alta tecnologia dada a elevada dependência de importações. As áreas de infraestrutura e de saneamento também estão sendo priorizadas pelo governo para atração de investimentos com incentivos fiscais e segurança legal.

Os principais parceiros comerciais do Brasil são China, Estados Unidos e os países da América do Sul, além da Alemanha e México, dentre outros. As empresas desejam ampliar seus negócios com esses países e Portugal, entre outros. Para tanto, contam com serviços de apoio de instituições como a Apex-Brasil, Rede CIN, SEBRAE, associações setoriais, *trading companies*, e mais de 50% dos procedimentos da administração pública brasileira disponíveis *on-line*. Inclusive, o País está na fronteira da tecnologia, desembaraçando importações por meio do “Despacho sobre Águas OEA”, fazendo uso G2G da *blockchain* com previsão de disponibilizar futuras soluções para toda a sociedade com essa rede.

O negociador estrangeiro encontrará um executivo brasileiro formal, colaborativo, avesso ao risco e, ao mesmo tempo, descontraído a ponto de sentir-se à vontade para conversar sobre temas e

preferências pessoais antes e durante um processo de negociação importante.

Esses negociadores brasileiros estão tendo melhor formação. Está surgindo uma nova geração de *traders* multiculturais, com visão efetivamente internacional, que poderá retirar o Brasil da sua condição secundária ou amadora que tem nos deixado, de certa forma, perdidos na vastidão da selva da economia globalizada. (DOURADO FILHO, 2000)

Ao negociar com brasileiros os negociadores estrangeiros encontrarão profissionais mais preparados. Este preparo pode ser por cursos específicos para esse fim cada vez oferecidos em maior quantidade e pelo ritmo prático mais intenso em qualidade e quantidade de negociações internacionais que o Brasil, suas empresas e seus profissionais estão envolvidos⁷⁹.

Finalizando, cabe ressaltar que, assim como aconteceu em praticamente todo o mundo, a pandemia da Covid 19 atrasou parte dos projetos, progressos e tendências da economia e também demais áreas no Brasil. Espera-se que essa pandemia logo seja parte do passado de todos nós e a retomada seja plena. No final de 2020 já se percebia os primeiros sinais da retomada do emprego, do investimento e do crescimento do PIB.

⁷⁹ Ver Satur e Duarte (2020).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – Portal Consular. 2019a. **Vistos para viajar ao Brasil**. Disponível em: <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/vistos> Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo; Embratur; Sebrae. 2019b. **Programa Investe Turismo**. 1. ed. (cartilha). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/Investe%20Turismo/mtur-cartilha-investe-turismo.pdf> Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. Estatuto do Estrangeiro (1980). **Lei nº 6.815/1980**. Estatuto do estrangeiro: regulamentação e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1> Acesso em: 6 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). **Sobre o Programa**. Brasília: Casa Civil, 2019a. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/sobre-o-programa>. Acesso em: set. 2019.

_____. Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). **Relatório de Gestão 2018**. Brasília: Casa Civil, 2019b. Disponível em: https://www.ppi.gov.br/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=6124. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Conheça o eSocial**. Brasília: Ministério da Economia, 2019c. Disponível em: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: set. 2019.

_____. Portal da NF-e 2019 - Nota Fiscal Eletrônica. **Sobre a NF-e**.

Brasília: Receita Federal, 2019d. Disponível em:
<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>. Acesso em: set. 2019.

_____. Portal da NF-e 2019 - Nota Fiscal Eletrônica. **Conceito, uso e obrigatoriedade da NF-e (26 questões)**. Brasília: Receita Federal, 2019e. Disponível em:
<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=E4+tmY+ODf4=>. Acesso em: set. 2019.

_____. Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019. **Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão**. Disponível em:
http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/67423098/do1e-2019-03-18-decreto-n-9-731-de-16-de-marco-de-2019-67423092. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei de Migração**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. **Regulamenta a Lei de Migração**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. Lei nº 13.784, de 20 de setembro de 2019. **Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica**. Disponível em:
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm). Acesso em 23 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Portal Único de Comércio Exterior**. Brasília: MDIC, 2019. Disponível em:
<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/portal->

unico/847-portal-unico-de-comercio-exterior. Acesso em: set. 2019

_____. Receita Federal. **Estatísticas do Programa OEA**. Brasília:

Receita Federal, 2019f. Disponível

em:<http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/importacao-e-exportacao/oea/estatisticas-do-programa-oea>. Acesso em: set. 2019.

_____. **Como se tornar um OEA**. Brasília: Receita Federal, 2019g.

Disponível em:

<http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/importacao-e-exportacao/oea/como-se-tornar-um-oea>. Acesso em: set. 2019.

_____. Receita Federal publica norma sobre compartilhamento de dados utilizando tecnologia Blockchain. **Notícias**. Brasília: Receita Federal, 2019h. Disponível

em:<http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/novembro/receita-federal-publica-norma-sobre-compartilhamento-de-dados-utilizando-tecnologia-blockchain>. Acesso em: set. 2019.

CARLOTTI, T. O fenômeno evangélico em números. Carta Maior. 22/05/2019. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/O-fenomeno-evangelico-em-numeros/52/44150>. Acesso em: 23 set. 2019.

CBIE, Centro Brasileiro de Infraestrutura. **Quantos aeroportos existem no Brasil?** 28/06/2019. Disponível em:

<https://cbie.com.br/artigos/quantos-aeroportos-existem-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2019

CNI. Confederação Nacional da Indústria. **Desafios à competitividade das exportações brasileiras**. Brasília: CNI, 2018a. Disponível em:

<http://desafioexport.org.br/wp-content/uploads/2018/11/FGV-EAESP-CNI-2018-Desafios-a-Competitividade-das-Exportacoes-Brasileiras.pdf>. Acesso em: set. 2019.

_____. **Mapa estratégico da indústria 2018-2022**. Brasília: CNI, 2018b. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/ee/50/ee50ea49-2d62-42f6-a304-1972c32623d4/mapa_final_ajustado_leve_out_2018.pdf. Acesso em: set. 2019.

_____. **Impactos econômicos da implantação do Programa Operador Econômico Autorizado no Brasil**. Brasília: CNI, 2018c. Disponível em: https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/0d/cf/0dcf6d73-2d62-48ff-abfe-097492c6c9d1/impacto_do_programa_oea_web.pdf. Acesso em: set. 2019.

COHEN, S.; ALTIMIRA, R. **Claves de negociación ... con el corazón y la mente**. Madrid: McGraw-Hill Interamericana de España S.L., 2003

CONEXOS. Conheça os 10 maiores portos brasileiros e suas características! Revista Conexos. 14/09/2017. Disponível em: <https://blog.conexos.com.br/maiores-portos-brasileiros/>. Acesso em: 03 dez. 2019

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TURISMO (CNTUR); SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE). **Pesquisa perfil do turista e dos segmentos de oferta**. 2012. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E4EE72775D0F632A83257A0C00757D41/\\$File/NT00047646.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E4EE72775D0F632A83257A0C00757D41/$File/NT00047646.pdf) Acesso em: 6 Set. 2019.

CORTINA, A. **Ética mínima**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

DOURADO FILHO, F. **Ao redor do mundo: convivência e negociação com culturas estrangeiras para brasileiros**. São Paulo: Monna Lisa/Join Bureau/ABDR, 2000.

ENDRES, A. V. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do Estado: cenários e inquietações. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008, ISSN 1806-5023. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_1art4.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ESTADÃO. Conheça as propostas de reforma tributária em discussão. **Jornal O Estado de S. Paulo**. 16. jul. 2019/20 ago. 2019 (atual.). Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conheca-as-propostas-de-reforma-tributaria-em-discussao,70002924633>. Acesso em: set. 2019.

FGVcia/FGV/EAESP. Centro de Tecnologia de Informação Aplicada/Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. **Sumário de Resultados da última Pesquisa**. São Paulo: FGVcia/FGV/EAESP, 2019a. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesti2019fgvciappt_2019.pdf. Acesso em: set. 2019.

_____. **Resumo de Notícias: 30ª Pesquisa Anual do FGVcia da FGV/EAESP**, 2019b. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/noticias2019fgvcia_2019.pdf. Acesso em: set. 2019.

FAZCOMEX. Fazcomex Tecnologia para Comércio Exterior LTDA. **Nota Fiscal de Exportação: Como emitir sem erros**. São Leopoldo: Fazcomex, 2019a. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/duimp-vantagens-novo-processo-importacao>. Acesso em: set. 2019.

_____. **DUIMP: Vantagens do Novo Processo de Importação**. São Leopoldo: Fazcomex, 2019b. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/duimp-vantagens-novo-processo-importacao>. Acesso em: set. 2019.

GARCIA-LOMAS; O. L.; CHURRUCA, A. N. *Negociación internacional: estrategias y casos*. Madrid: Pirámide S.A., 2002.

GAZETA DO POVO. **De cada US\$ 100 que o Brasil embolsou em 2017, mais de US\$ 40 vieram do agro**". 03/01/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/mercado/de-cada-us-100-que-o-brasil-embolsou-em-2017-mais-de-us-40-vieram-do-agro-3qkxguxeokhobo1p2lyvo13fv/>. Acesso em: 04 dez. 2019.

GUIA DO ESTUDANTE. **Brasil está em penúltimo lugar em ranking de qualidade na Educação**. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-esta-em-penultimo-lugar-em-ranking-de-qualidade-na-educacao/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 16 jul. 2019.

_____. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2017**: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2019.

_____. Diversidade cultural: Religião. **Atlas do Censo Demográfico 2010** - IBGE. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf. Acesso em 23 set. 2019.

IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 03 dez. 2019

IEDI. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.
Indústria brasileira e sua dependência de insumos importados.
São Paulo: IEDI, 2019. Disponível em:
https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_929.html. Acesso em: set.
2019. (Edição n. 929).

LADMIRAL, J-R; LIPIANSKY, E. M. *La Communication interculturelle.*
Paris: Les Belles Lettres, 2015.

LAMUCCI, S. Brasil perde terreno na corrida do PIB per capita. **Valor Econômico**, 21/05/2019. Disponível em:
<https://valor.globo.com/brasil/coluna/brasil-perde-terreno-na-corrida-do-pib-per-capita.ghtml> . Acesso em: 03 dez. 2019

LOBO, A. P. Convergência Digital. Gastos com TI crescem 7,7% no Brasil, mesmo com crise econômica e política. **Negócios**. 2018.
Disponível em:
<https://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site%2Cmobile&infolid=47798&sid=5>. Acesso em: set. 2019

NOVA ESCOLA. **As taxas de analfabetismo ainda são altas no Brasil?** Por Paula Calçada. 26/08/2018. Disponível em:
https://novaescola.org.br/conteudo/12398/as-taxas-de-analfabetismo-ainda-sao-altas-no-brasil?gclid=EAIaIQobChMllamKsIK54wIVC0TTCh2euA_bEAYASAAEGjwWvD_BwE. Acesso em: 16 jul. 2019

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
Trade in value added: Brazil. França: OCDE, 2018. Disponível em:
<https://www.oecd.org/industry/ind/TIVA-2018-Brazil.pdf>. Acesso em: set. 2019.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **World Trade Statistical Review 2019**. OMC: Suíça, 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts2019_e.pdf. Acesso em: set. 2019.

REIS, C. F. de B. O que Significa Melhorar a Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor? In: **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura (Diset), n. 56, abr. 2018, p. 37-41, Brasília: Ipea, 2009-.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras** – para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROSETH, B.; REYES, A.; SANTISO, C. (Ed.). *Fin del trámite eterno: ciudadanos, burocracia y gobierno digital*. **Banco Interamericano de Desarrollo (BID)**. Nueva York: 2018. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/node/17381>. Acesso em: 10 set. 2019.

SANTOS, C. H. S.; BASSANESI, M. M. R. (Org.). **Turismo e redes: um novo caminho para a organização no início do século XXI**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2010.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1997.

SANTANDER Empresas. Nove dicas para negociar no Brasil. **Atualidade**. Lisboa: Santander, 2018. Disponível em: <https://pt.santanderadvance.com/detalhe-noticia/nove-dicas-para-negociar-no-brasil.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

SATUR, R. V. DUARTE, E. N. **Negociadores internacionais: atuação profissional com competência**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. (Coleção: *Mediações Interculturais & Negociações Internacionais*).

Disponível em:

<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/administracao/negociadores-internacionais-atuacao-profissional-com-competencia>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SIQUEIRA, I. C. S. Os 10 principais portos do Brasil [com infográfico].

Porto Gente. Disponível em:

<https://portogente.com.br/portopedia/87168-10-principais-portos-do-brasil-com-infografico>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SOBRAL, F.; CARVALHAL, E.; ALMEIDA, F. O estilo brasileiro de negociar. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 11, n. 2-3, p. 84-94, 2012. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642012000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2019.

SOUSA, R. Regiões do Brasil. **Brasil Escola**. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>. Acesso em: 7 set. 2019.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

WBG. The World Bank Group. **Doing Business 2019**: training for reform. Washington: WBG, 2019. Disponível em:

https://portugues.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Annual-Reports/English/DB2019-report_web-version.pdf. Acesso em: set. 2019.

WIZARD. **As línguas estrangeiras mais úteis no mercado de trabalho brasileiro**. 15/02/2017. Disponível em:

<http://wizarcupece.com.br/todas-as-noticias-guarulhos/272-as-linguas-estrangeiras-mais-uteis-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em: 5 ago. 2019.

Anexos

Anexo A: Distribuição da população brasileira: regiões mais populosas



Fonte: Atlas Socioeconômico. Disponível em:
<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/distribuicao-e-densidade-demografica>.
Acesso em: 20 set. 2019

Anexo B: Os 10 Estados brasileiros com maior PIB



Fonte: IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.
Disponível em: http://wwwold.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=1285&id_not=5.
Acesso em: 20 set. 2019

CAPÍTULO 6

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM

CABO VERDE:

informações relevantes

Manuela O'Bannon⁸⁰

Ministério da Educação, Cabo Verde

Neusa Vicente⁸¹

Ministério da Educação, Cabo Verde

Baltazar Neves⁸²

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Celso Martins⁸³

Enapor, Cabo Verde

⁸⁰ Doutoranda em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Programa Doutoral Conjunto entre a Universidade de Aveiro e a Universidade do Porto. Mestre em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo. E-mail: nelyanderson@hotmail.com.

⁸¹ Doutoranda em Educação e Políticas Educativas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Educação, área Administração Educacional, pela Universidade de Lisboa. E-mail: neusavirocha@hotmail.com.

⁸² Doutor em História pela Universidade do Porto. Mestre em História pela Universidade do Porto. Professor da Universidade de Cabo Verde (Aposentado). E-mail: bsoaresneves@hotmail.com.

⁸³ Pós-Graduação em Gestão e Estratégia Portuária pela Escola Superior Náutica Infante D. Infante/Portugal. Diretor de Enapor. E-mail: celsobarreto@yahoo.com.

6.1 INTRODUÇÃO

A República de Cabo Verde é um pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS), título que ganhou em 2007. Goza de uma situação geográfica privilegiada, no meio do Oceano Atlântico, desabitada aquando da chegada de navegadores portugueses, em 1460. É caracterizada por condicionalismos de ordem geográfica e climática, “situada na zona eco-climática saheliana, ao largo da costa do Senegal, não muito longe da Europa e das Américas” (NAÇÕES UNIDAS; GOVERNO DE CABO VERDE, 2017, p. 14). Do encontro e convivência dos diferentes povos, nasceu o povo cabo-verdiano. Atualmente, com cerca de 549.669 habitantes, tem como língua materna o crioulo e o português, a língua segunda e oficial (INE, 2020a).

Com a independência Nacional em 1975, Cabo Verde conheceu duas fases da sua evolução política: uma de regime de partido único (1975-1990) e outra de regime democrático, que vigora até hoje. A Nação cabo-verdiana é conhecida pela sua “sólida governação, com processos eleitorais transparentes, instituições democráticas sólidas, imprensa livre e respeito pelos direitos humanos” (NAÇÕES UNIDAS; GOVERNO DE CABO VERDE, 2017, p. 15). O país tem uma história de democracia parlamentar que não é comum em África, pois, goza de estabilidade política. As eleições são livres e justas com a transição

estável de poder, factos que conferem ao país a credibilidade e boas relações junto das organizações internacionais.

Os cabo-verdianos possuem uma cultura própria, com aspectos culturais diversificados, tais como: pratos típicos, música, dança, festas tradicionais ou de romarias, culinária e modos de falar. A *morabeza*, a alegria, a simpatia e a hospitalidade emolduram o cartão postal das ilhas, fazendo com que os visitantes se sintam bem acolhidos. Assim como a cultura, as diferentes ilhas possuem especificidades geográficas, numa mistura de montanhas, planícies, extensas áreas de areia branca e fina, salinas e praias com encantos particulares, água cristalina, propícias para o mergulho, a prática de desportos náuticos e aquáticos.

Sendo assim, Cabo Verde tem sido escolhido cada vez mais como destino turístico. O país apresenta um portefólio turístico rico com destaque para 7 patrimónios naturais, considerados “As 7 Maravilhas de Cabo Verde”, de entre mais de uma centena de lugares, que fazem parte do roteiro turístico de visita obrigatória nas ilhas: Monte Cara (São Vicente); Vulcão (Fogo), Carbeirinho (São Nicolau); Salinas de Pedra de Lume (Sal) Praia de Santa Maria (Sal); Deserto de Viana (Boa Vista) e o Parque Natural de Monte Gordo (São Nicolau). As condições hoteleiras, restaurações e infraestruturas turísticas são apelativas com a “presença de marcas internacionais de referência tais como RIU, TUI, Hilton, Sol Melia, Thomsonfly, entre outros” (CABO VERDE TRADEINVEST, 2020a).

Segundo os dados da INE (2010), cerca de 82,8% da população cabo-verdiana com idade igual ou superior a 15 anos são alfabetizadas. Em todas as ilhas existem infraestruturas educativas, básicas e secundárias, com condições para o acesso, frequência e permanência de todas as crianças, até ao 8º ano de escolaridade, de forma gratuita e obrigatória. Após a independência nacional, houve preocupação em criar instituições de ensino superior no país, com concentração nas ilhas de Santiago e de São Vicente. O país hoje, conta com nove instituições de ensino superior, sendo uma pública e oito privadas.

Cabo Verde possui uma rede de infraestruturas desenvolvida, apoiada nos conceitos de Banda Larga, segurança, qualidade e digitalização. Cerca de 99 % dos cabo-verdianos têm acesso à rede móvel, 79,8 % da população têm acesso à Internet, das quais a maioria acessa à Internet via tecnologia Banda Larga Móvel (CVTELECOM, 2020b; ARME, 2020). No que se refere às infraestruturas terrestres e aeroportuárias, estas foram desenvolvidas no país ao longo dos anos. Se antes as estradas eram apenas de terra batida e calcetadas, hoje Cabo Verde conta com muitas estradas asfaltadas. Quase todas as localidades foram desencravadas. Existem portos em todas as ilhas e quatro aeroportos internacionais, na Praia, Boa Vista, em São Vicente e no Sal.

Em consonância com a estrutura do país, Cabo Verde apresenta um ambiente favorável aos investimentos, na medida em que, o

Governo, com intuito de minimizar os custos de implementação de negócios e de encorajar os investimentos privados no país, concede vários incentivos aos projetos de investimentos, no que tange ao Crédito Fiscal, à Isenção de Imposto de Selo, Isenção de Direitos Aduaneiros, Isenção de IUP, entre outros. Além disso, o país possui uma estrutura adequada de serviços diversos, que proporciona a mobilidade de capital, com eficiência e garante a segurança dos investimentos (CABO VERDE TRADINVEST, 2020).

6.2 CARACTERIZANDO CABO VERDE

Situado no Oceano Atlântico, a cerca de 500 quilómetros (Km) da costa ocidental africana, Cabo Verde é um país arquipélago, com um total de, aproximadamente, 4033 Km², formado por dez ilhas, sendo nove habitadas e uma desabitada. As ilhas dividem-se em dois grupos: Barlavento e Sotavento, (INE, 2010; BEBIANO, 1932; VICENTE, 2017) e, administrativamente, em concelhos, que possuem freguesias e municípios, geridos por câmaras municipais. A Figura 1 representa o mapa de Cabo Verde.

Figura 1: O arquipélago de Cabo Verde



Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde. (2020)

Barlavento, mais a Norte, formado pelas ilhas de: Santo Antão, a segunda maior em superfície (754 Km²) e em altitude (1978 metros); São Nicolau (342 Km²); São Vicente (228 Km²); Sal (215 Km²); Boa Vista (622 Km²); Santa Luzia, desabitada e a menor em superfície (34 Km²), bem como os ilhéus: Boi, Pássaros, Raso e Branco. Sotavento, mais a Sul, Leste e Oeste, constituído pelas ilhas de: Maio (267 Km²); Santiago a maior em superfície (992 Km²) e a terceira em altitude (1392 metros); Fogo (477 Km²), a maior em altitude (2829 metros), dado ao pico do único vulcão ativo do país; Brava (65 Km²), bem como os ilhéus: Rabo de Junco, Curral de Dadó, Fragata, Chano, Baluarte, Santa Maria, Ilhéu Grande, Luís Carneiro e ilhéu de Cima.

A temperatura média é de 25°C, em todas as ilhas. Agosto, setembro e outubro são os meses em que ocorre alguma precipitação,

favorável à prática da agricultura de sequeiro, designado por época das “águas”, principalmente nas ilhas mais montanhosas e de maior pluviosidade: Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo (PINA, 2005). Nas restantes ilhas a área de cultivo é menor e o terreno não é muito fértil.

É de realçar que, os últimos três anos foram anos de seca. Os agricultores não tiveram colheitas, embora semeando todos os anos, com esperança na chuva. Os pastores foram obrigados a diminuir a quantidade de cabeças de gado, por falta de pasto. O mesmo não se pode dizer em relação a este último ano (2020), já que houve alguma precipitação, em todas as ilhas, o que encheu de alegria os cabo-verdianos e renovou a esperança de um bom ano agrícola, acumulando água nas barragens, principalmente a de Poilão, nos Órgãos, Saquinho, nos Picos e a da Ribeira de Principal, em Chão Grande, município de São Miguel.

Cabo Verde foi descoberto em 1460, pelos portugueses e iniciou-se o povoamento em 1462, inicialmente, com portugueses e escravos provenientes da costa ocidental africana. Mais tarde, com pessoas de outras nacionalidades, principalmente europeus. Da miscigenação desses povos surgiu o povo cabo-verdiano (CARREIRA, 1972). Se na altura dos descobrimentos o arquipélago era desabitado, atualmente, a população é estimada em 549.669 habitantes residentes, 158.431 agregados familiares, com dimensão média de 3,5 pessoas (INE, 2020a). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é

considerado progressivo, passando de 0,500 em 2000 para 0,534 em 2010 e 0,648 em 2016 (INE, 2012, 2020a).

O país continua crescendo a nível populacional, principalmente nos concelhos de São Vicente, Sal, Boa Vista, Praia, Santa Catarina de Santiago e São Domingos. Nos restantes concelhos a população vem diminuindo. Cerca de 56% da população do país reside em Santiago, com destaque para o concelho da Praia, registando um peso relativo de 27% da população em 2010 e 30,3% em 2019, sendo a população jovem (INE, 2020). Cerca de 43,6% possui menos de 25 anos e destes 26,3% tem menos de 15 anos. A população idosa, com 65 anos ou mais, representa 6,1% da população total, concentrando-se mais no meio rural (8,2%) do que no meio urbano (5,1%). Os concelhos com maior percentagem de idosos são: Ribeira Brava (11,7%), Ribeira Grande de Santo Antão (11,3%) e Paul (9,8%). A melhoria das condições de vida da população tem contribuído para aumentar a sua esperança de vida, estimada em 77 anos para as mulheres e 69 anos para os homens (INE, 2012).

Os cabo-verdianos convivem pacificamente com as pessoas de outras nacionalidades que escolheram Cabo Verde para residirem, destacando-se os da costa ocidental africana, os de norte d'África, os europeus, sobretudo espanhóis, portugueses e italianos, e os asiáticos, principalmente chineses. Em Cabo Verde não existem etnias. Nota-se diferenças regionais linguísticas e de alguns traços físicos, como consequência da origem das pessoas que povoaram as ilhas e da

miscigenação ocorrida. Por exemplo, nas ilhas de Barlavento e em algumas de Sotavento, como Fogo e Brava, as pessoas possuem um tom de pele mais clara, assim como a cor dos olhos, que pode ser verde e azul, com cabelos lisos, longos e loiros, ao contrário da maioria das pessoas de Santiago, onde as mulheres apresentam traços mais africanos: “coxa redonda”, cabelos curtos, crespos e olhos escuros.

A economia cabo-verdiana tem crescido ao longo dos anos, num ambiente de estabilidade, com clima favorável ao investimento. A moeda de troca é o escudo, com taxa fixa com o euro, sendo que 1€ (um euro) corresponde a 110 CVE (cento e dez escudos cabo-verdiano). Segundo os dados do Ministério das Finanças de Cabo Verde (2020), o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 4,5% em 2018 e 5,7% em 2019, sendo que aumentou 6,7%, no 3º trimestre de 2019, houve redução da taxa de desemprego, de 12,2% para 11,3% da população ativa, diminuição da média anual da taxa de inflação, de 1,3% para 1,1% (BANCO DE CABO VERDE, 2020).

A atividade económica teve impacto positivo no PIB *per capita*, medido “em termos de paridade do poder de compra”, aumentado de 7.400 para 7.794 dólares dos EUA, assim como no “alargamento do diferencial positivo entre o produto efetivo e o produto potencial” (BANCO DE CABO VERDE, 2020, p. 39).

Segundo o Relatório do Banco Mundial (2020), em relação aos indicadores analisados no *Doing Business 2020*, Cabo Verde aparece no grupo dos países da África Subsaariana, com a seguinte

classificação, dos 190 países analisados: 137º posição na classificação relativa à facilidade para fazer negócio; 19º na classificação dentro do grupo selecionado; 22º na abertura de empresas; 3º obtenção de alvará de construção; 21º obtenção de eletricidade; 5º registo de propriedade; 28º obtenção de crédito; 38º proteção dos investidores minoritários; 10º pagamento de impostos; 9º comércio internacional; 4º execução de contratos e 8º resolução de insolvência.

Para análise dos indicadores do “Doing Business”, o Banco Mundial (2020) considerou as diversas reformas implementadas em Cabo Verde:

- Agilização na abertura de uma empresa, com a emissão de licenças municipais antes da realização de uma fiscalização;
- Georreferenciação e introdução de dados no sistema de informação geográfica, que tem facilitado o tratamento do indicador de alvará de construção, bem como a publicação de todos os regulamentos relacionados com a construção na sua plataforma online, de acesso gratuito;
- Obtenção de alvarás de escavação municipal em nome de clientes, pela concessionária, a um custo reduzido para obtenção de eletricidade;
- Rapidez no registo de propriedade, com a simplificação dos procedimentos administrativos e melhoria da qualidade do sistema de administração de terras, bem como a digitalização do registo predial e a implementação de limites de tempo

para os notários e o registo predial registarem uma propriedade;

- Facilitação nos procedimentos de exportação e importação com a implementação de um sistema automatizado de gestão de dados aduaneiros⁸⁴, que tem melhorado o comércio internacional;
- Facilidade na resolução de insolvência com a lei de reorganização que facilita a continuação da atividade do devedor e maior participação dos credores nas decisões importantes durante o processo de insolvência;
- Redução do imposto de registo de propriedade, tornando a transferência de propriedade menos onerosa;
- Criação de taxas fixas mais baixas no registo de propriedades;
- Criação da lei que prevê a criação de agências de crédito, melhorando o sistema de informação e obtenção de crédito e criando uma plataforma online, que disponibiliza os dados históricos dos últimos cinco anos, pelas instituições financeiras;
- Redução do capital mínimo para abertura de uma empresa, eliminação da necessidade de uma inspeção municipal prévia na criação, iniciação das atividades de uma empresa e informatização do sistema de entrega da licença municipal;

⁸⁴ Disponível em: <https://mf.gov.cv/web/dnre>

- Criação do sistema de registo de empresas online e abolição do imposto de selo sobre vendas e cheques.

Além disso, é possível criar uma empresa num dia, através da modalidade “empresa no dia⁸⁵”, nos balcões de atendimento presencial da Casa do Cidadão, acompanhado de documento de identificação dos empreendedores. O processo de criação da “empresa no dia” é rápido, devido aos sistemas de informação do Governo, que funciona como uma plataforma geral, que integra as informações de diferentes serviços e setores públicos, especificamente, a Direção Geral dos Registos Nacional de Identificação, a Direção Geral de Contribuições e Imposto, a Direção Geral de Turismo, Instituto Nacional de Previdência Social, Imprensa Nacional de Cabo Verde, entre outros. A “empresa no dia” apenas abrange as sociedades comerciais do tipo por quotas e anónimas, não abarca as outras sociedades comerciais existentes em Cabo Verde, nomeadamente, sociedades em nome coletivo, sociedades em comandita simples ou por ações e sociedades cooperativas.

A idade mínima para trabalhar em Cabo Verde é de 16 anos, mas os menores de 18 anos não podem trabalhar à noite, nem nos locais que produzem produtos tóxicos (Fonte). A semana de trabalho para menores de 18 anos é de 35 horas, enquanto para os maiores de 18 anos é de 40 horas, podendo receber taxas extras, caso tiverem

⁸⁵ Informações de acordo com: o portal (Porton di Nos Ilha (gov.cv)) da casa do cidadão

horas extras. O salário-mínimo dos funcionários é de 13.000 CVE (USD 141) por mês, que mal chega para o custo de vida em Cabo Verde (EMBAIXADA DOS EUA PRAIA, 2019).

Ademais, em 2016 foi criada “Cabo Verde TradeInvest (CVTradeInvest)”, a agência sucessora da Cabo Verde Investimentos (CVI), com a missão de promover os investimentos e dinamizar as exportações de produtos e serviços em Cabo Verde. A “CVTradeInvest” fornece assistência em diferentes áreas para a criação de negócios no país, bem como, disponibiliza uma plataforma online (cvtradeinvest.com) com todas as informações necessárias para o investimento e exportação em Cabo Verde (EMBAIXADA DOS EUA Praia, 2020; CABO VERDE TRADEINVEST, 2018).

Em relação aos dados da importação e de exportação referentes ao ano 2019, de acordo com BANCO DE CABO VERDE (2020), Cabo Verde continua a fazer mais importação de mercadorias do que exportação. Os países da Europa continuam a liderar a tabela de importação, com 87,5% em 2010 e 81,4% em 2019. Desses países destacam-se, em 2019, Portugal com 44,6%, seguido dos Países Baixos com 12,9% do total das importações no país. Em 2019, houve mais importação de bens de consumo (41,6%), do que as restantes mercadorias. Em primeiro lugar, os produtos alimentares transformados (20,8%); em segundo, os bens intermediários (23,5%), sendo os produtos transformados para construção com maior percentagem (10,6%); em terceiro, os bens de capital (12,8%),

principalmente as máquinas (8,0%); em quarto, os combustíveis (11,6%), sendo mais importado o *diesel oil* (6,6%) e, por último, os artigos diversos (10,5). A Europa continua sendo o país que mais recebeu os produtos provenientes de Cabo Verde, em 2019 (95,68%). Desses países, destacam-se Espanha (65,97%) e Portugal (17,13%). Os produtos exportados em 2019 foram: 79,4% de produtos do mar (enlatado 62,6% e congelado 16,8%); produtos transformados (calçado 5,3% e vestuário 10,6%) e outros produtos com apenas 4,7%.

De entre os produtos que na época colonial eram exportados (urzela, anil, cana de açúcar e algodão), apenas a cana-de-açúcar continua a ser cultivada, transformada em aguardente (“grogue/grogu”), “pontchi” e licores, exportados, na maioria das vezes, de forma não declarados, pelos cabo-verdianos residentes na diáspora que passam as suas férias no país. Santo Antão e Santiago, atualmente, são as ilhas que mais produzem a cana-de-açúcar e seus derivados. A ilha do Fogo é a maior produtora de uva, o único que faz e exporta vinho, destacando-se o vinho “Manecon”, especificidade da ilha, café, queijo, maçã e marmelo, ao redor do seu majestoso vulcão. De realçar que, o queijo é produzido na maioria das ilhas, com maior destaque para as ilhas de Fogo, Boa Vista e Maio, que também é produtora do sal para exportação.

O turismo tem sido apontado como um motor de desenvolvimento do país. No final do ano 2019, estiveram em atividade 284 estabelecimentos hoteleiros, destes 17 encerraram as

suas atividades e 9 começaram a operar. Ainda, segundo INE (2020) a ilha do Sal foi o destino preferido dos turistas estrangeiros e nacionais, hospedando cerca de 372 mil turistas (45,5% do total nacional). Segue-se a Boa Vista com cerca de 29,4%. Todavia, em 2020, com a pandemia provocada pelo Corona Vírus, a tendência do indicador económico passou a ser negativa (INE, 2020b). A Figura 2 demonstra algumas localidades de Cabo Verde.

Figura 2: As Ilhas de Cabo Verde



Fonte: Página Facebook “Visit Cabo Verde Islands” (2020); “Hotel Riu Touareg” (2020); RTC (2020).

No que se refere à educação e formação, tem sido implementadas diversas reformas no funcionamento do sistema educativo, pelos sucessivos Governos. “O peso orçamental da educação tem oscilado entre 23% e 27% e o nível de despesas

públicas representa 5,4% do PIB. A duração média da escolarização é de 13,2 anos”. Registraram-se progressos significativos no acesso à educação básica de jovens e adultos com valores próximos de 90% (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 14).

O sistema educativo “compreende os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extraescolar, complementados por atividades de desporto escolar e os apoios e complementos socioeducativos” (Cabo Verde, 2010). Os subsistemas do ensino básico, secundário e superior, fazem parte da educação escolar, bem como as modalidades especiais de ensino, de acordo com o Decreto-legislativo nº 2/2010, de 7 de maio, artigo 12º, números 1 e 3 (CABO VERDE, 2010). O ensino básico tem a duração de 8 anos e compreende 3 ciclos de aprendizagem plurianuais, sendo o 1º ciclo do 1º ao 4º anos; o 2º ciclo do 5º ao 6º anos e o 3º ciclo do 7º ao 8º anos, conforme o Decreto-lei nº 71/2015, de 31 de dezembro, artigo 18º (CABO VERDE, 2015). O ensino secundário é organizado em 2 ciclos, sendo o “1º constituído pelo 9º e 10º anos e o 2º ciclo pelo 11º e 12º anos de escolaridade”, conforme o estabelecido no Decreto-lei nº 71/2015, de 31 de dezembro, artigo 42º (CABO VERDE, 2015).

Com a democratização do ensino na década de noventa e o aumento da população, o número de alunos tem aumentado de ano para ano. Segundo o Anuário da Educação (2018), no ano letivo 2017/2018 o país contou com um total de 128.941 alunos inscritos, no ensino público e privado, nos três subsistemas (pré-escolar, ensino

básico obrigatório e ensino secundário), passando para 129.320 no ano letivo 2020/2021, segundo dados apresentados na Resolução nº 134/2020, de 1 de outubro (CABO VERDE, 2020b), sendo 16.759 crianças da educação pré-escolar, 84.018 estudantes dos ensinos básico obrigatório e 28.543 do ensino secundário. Em 2017, os estudantes foram ministrados por 7.603 professores, em 1.026 estabelecimentos”, sendo 413 estabelecimentos no ensino básico obrigatória (401 públicos e 12 privados) e 57 estabelecimentos no ensino secundário (44 públicos e 13 privados) e no ensino secundário privado registou-se “um total de 3.486 efetivos alunos inscritos, 361 professores, 17 estabelecimentos”, coadjuvado pela Educação e Formação de Adultos que contou com 1.573 alunos inscritos, 126 professores (PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 20).

A evolução dos ensinos básico e secundário deveram-se, também, à política de alfabetização implementada no país, após a independência nacional, altura em que, Cabo Verde contava com uma taxa de 60% de analfabetos, passando para 25,2% em 2000, 20,4% em 2007, 11,5% em 2019, mas persistem ainda alguns analfabetos, sobretudo no seio dos mais velhos. O país tem desenvolvido em todos os setores, passando de País Subdesenvolvido para País de Desenvolvimento Médio, atingindo uma taxa de alfabetização 91,1% no meio urbano, tendo os homens maior representatividade (93,1 % contra 83,9 % das mulheres), atingindo 98,8% de alfabetização nos jovens com idade entre 15 -24 anos, em 2019 (INE, 2020a).

O ensino secundário está instalado em todas as ilhas e nos 22 municípios do país. Atualmente, o país dispõe de oito instituições de ensino superior (Universidades, Institutos públicos e privados), sendo uma universidade pública, com um universo de cerca de 13.000 estudantes, cabo-verdianos e estrangeiros, com ofertas de diversos cursos a nível de graduação, alguns cursos de mestrado e doutoramento.

Ao falar das condições a nível de saúde em Cabo Verde, convém inicialmente notar que, os determinantes sociais da saúde foram definidos pela OMS (RAMOS, 2007) como sendo as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, que são influenciadas pela distribuição de poder e recursos a nível global, nacional e local. Avanços significativos foram registados nos últimos anos, refletindo-se no bem-estar físico, mental e social das populações.

Em termos de infraestruturas de saúde, em Cabo Verde existem atualmente: 2 Hospitais Centrais (Hospital Agostinho Neto na Praia e Hospital Baptista de Sousa no Mindelo); 6 Hospitais Regionais (Hospital Regional Dr. João Morais, em Ribeira Grande de Santo Antão; Hospital de Porto Novo; Hospital do Sal; Hospital Regional de S. Filipe, no Fogo; Hospital S. Francisco de Assis, no Fogo e Hospital Regional Santiago Norte, em Santiago); 26 Postos Sanitários; 34 Farmácias públicas e 41 privadas; 22 Centros de Saúde; 13 Delegacias de Saúde; 13 Postos de Venda de Medicamentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019; CABO VERDE INFO, 2020). Na ilha da Brava não existe nenhum

hospital, conta apenas com uma Delegacia de Saúde, em Ribeira Brava. O país não dispõe de nenhum hospital privado e as clínicas privadas não oferecem serviços noturnos e nem de internamento.

Para ser atendido nos estabelecimentos de saúde deve acompanhar-se de um documento de identificação e atestado de pobreza ou credencial de segurança social. Nos serviços de urgência o atendimento não depende de marcação prévia, ao contrário das consultas de especialidades. O paciente também, está sujeito ao pagamento de taxas moderadoras, sendo 100 CVE (1USD) para atendimento diurno e 150 CVE (1,50 USD) para atendimento noturno e 1500 CVE (15 USD), para os pacientes sem atestado de pobreza ou credencial de segurança social nacional (CABO VERDE, 2007).

Sendo assim, se um turista ou estrangeiro sem documentos nacionais precisar de atendimento médico ou hospitalar no país, ele deve dirigir-se à banca de urgência de qualquer hospital, centro de saúde ou delegações, que receberá atendimento como qualquer nacional, que não tenha atestado de pobreza ou credencial de segurança social, munido do seu documento de identificação e pagará a taxa de 1.500 CVE nas consultas em regime de urgência e 750 CVE nas consultas em regime de não urgência. Pode também dirigir-se a qualquer clínica privada que pagará o mesmo montante que os nacionais, podendo variar entre 2.000 CVE a 3.000 CVE (20 USD a 30 USD), consoante o serviço prestado (CABO VERDE, 2007).

Como a maioria dos países do mundo, Cabo Verde também foi

atingido com o COVID-19, em março de 2020, tendo registado em 3 de novembro do mesmo ano um total de 8.944 casos, sendo 8.155 recuperados e 95 óbitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Conta com laboratórios para a realização de testes nas ilhas de São Vicente, Santiago, Boa Vista e Fogo. Possui centros de colheita de produtos para realização do teste COVID-19 em todas as ilhas. O custo dos testes são fixos e iguais a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros, no valor de 11.000 CVE (onze mil escudos cabo-verdiano) para o PCR, exigido nas viagens internacionais, realizado antes das 72 horas antes da viagem, conforme estabelecido na Portaria Conjunta nº 51/2020, de 23 de setembro (CABO VERDE, 2020d) e 1.000 CVE (mil escudos cabo-verdiano) para os testes rápidos, exigido nas viagens interilhas, também realizado 72 horas antes da viagem, “nas viagens com origem nas ilhas onde a taxa de incidência acumulada se situe entre os 25 (vinte e cinco) a 150 (cento e cinquenta) por cem mil habitantes, na qual se enquadraram, atualmente, Santiago e Santo Antão”.

Ainda, nas “viagens com origem nas ilhas onde a taxa de incidência acumulada se situe acima dos 150 (cento e cinquenta) por cem mil habitantes, atualmente, Fogo e São Vicente”. A Resolução nº 169/2020, isentou dos testes para viagens entre as ilhas “os passageiros que viajam entre as ilhas de São Vicente e Santo Antão e as crianças menores de 7 (sete) anos”; os doentes evacuados pelo Serviço Nacional de Saúde, os respetivos técnicos de saúde acompanhantes, estudantes que tenham de prosseguir os estudos em

instituições de ensino superior no estrangeiro e crianças menores de 12 anos (CABO VERDE, 2020e).

As viaturas de caixa aberta e os “*hiaces*” são as mais utilizadas, principalmente nas ilhas mais montanhosas, como por exemplo: Santiago, Santo Antão, São Nicolau e Fogo. Os autocarros públicos prestam serviços apenas na cidade do Mindelo e na Praia. Existem serviços de táxis em todas as ilhas, já que poucas pessoas possuem viaturas próprias. As bicicletas e motociclos não são muito utilizados, pois, as estradas não possuem espaços próprios para esses meios.

Cabo Verde tem uma situação geográfica privilegiada, “equidistante do Norte da América e do Sul de África, a meio caminho entre a América do Sul e a Europa Central, sendo servido por carreiras aéreas regulares” o que lhe permite ligar-se ao mundo (SILVA; CUNHA, 2009, p. 6). Ocupa 2º lugar no ranking do índice de qualidade das infraestruturas aeroportuárias em África e 43º posto a nível mundial, de entre os 140 países que fizeram parte do ranking, em 2019 (EXPRESSO DAS ILHAS, 2020).

Cabo Verde conta hoje com quatro aeroportos internacionais. Na ilha de Santiago, o Aeroporto Internacional Nelson Mandela, tem uma pista de 2.100 metros, um aeroporto de Classe 4D. Na ilha do Sal, o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, tem uma pista de 3.270 metros, adequada às aeronaves de classe 4E da ICAO (B747/400 e A340/600), considerado aeroporto alternante às naves *space shuttle* da NASA. Em São Vicente, o Aeroporto Cesária Évora tem uma pista de

2.000 metros, de classe 4D e na Boa Vista, o Aeroporto Aristides Pereira tem uma pista de 2.100 metros de comprimento e 45 metros de largura, também de classe 4D (EXPRESSO DAS ILHAS, 2020). Para além dos aeroportos referidos, existem pequenos aeródromos nas ilhas do Fogo, Maio e São Nicolau.

Temos no país 13 embaixadas (Portugal, Espanha, Estados Unidos da América, Brasil, Angola, República Popular da China, Cuba, França, Guiné-Bissau, Líbia, Luxemburgo, Ordem Soberana e Militar de Malta, Rússia, São Tomé e Príncipe e Senegal), 1 consolado-geral e 15 consolados (África do Sul, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Equador, Finlândia, Gana, Hungria, Índia, Israel, Itália, Noruega, Países Baixos, Paquistão, República Checa, Roménia, Suécia, Turquia) e uma delegação da União Europeia⁹. De notar que, os vistos para os países *Schengen* são solicitados no Centro Comum de Visto, na Praia ou no Mindelo.

Pessoas originárias de 59 países são isentas de visto à entrada em Cabo Verde (IVISA.COM, 2019), embora com limite de permanência e exigência de algumas condições e recursos: África do Sul, Alemanha, Andora, Angola, Áustria, Bélgica, Benim, Brasil, Bulgária, Burkina Faso, Chipre, Costa de Marfim, Croácia, Cuba, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Gâmbia, Gana, Grécia, Guiné, Guiné-Bissau, Holanda, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Letónia, Libéria, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Mali, Malta, Moçambique, Mónaco, Níger,

Nigéria, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, San Marino, São Tomé e Príncipe, Singapura, Senegal, Serra Leoa, Suécia, Suíça, Togo e Vaticano. Nos países onde Cabo Verde não tem representação diplomática, os seus cidadãos podem requerer os vistos à entrada, nas fronteiras, em Cabo Verde.

Permite-se a entrada em Cabo Verde, sem visto, nas seguintes condições (PORTAL CONSULAR DE CABO VERDE, 2020):

Os estrangeiros habilitados com título de residência válido. Os estrangeiros que beneficiem de isenção ou dispensa de visto previstos na lei ou em acordos internacionais de supressão de vistos ou livre circulação e estabelecimento em que Cabo Verde é parte. Aos estrangeiros titulares do "*laissez-passer*" emitido pelos estados ou organizações internacionais reconhecidas por Cabo Verde ou de identificação de funcionário ou agente de missão estrangeira ou organização internacional, emitido pelo departamento governamental responsável pela área das relações exteriores. Os naturais de Cabo Verde que tenham adquirido a nacionalidade estrangeira e os respetivos cônjuges e descendentes, mediante exibição de passaporte, certidão de nascimento, certidão de casamento ou outro documento onde conste a circunstância de ter nascido, ser casado ou filho de pai ou mãe nascido em Cabo Verde.

Sobre os direitos e deveres dos passageiros encontra-se no site da Agência de Segurança Aeroportuária (ASA)⁸⁶, que disponibiliza informações sobre as condições de viagem⁸⁷.

Perante a ameaça de contágio à escala internacional, o Governo

⁸⁶ <https://passageiro.aac.cv/home>

⁸⁷ <https://www.asa.cv/>

“decidiu pela suspensão dos voos internacionais como forma de mitigar o risco de contaminação do novo coronavírus, SARS-Cov-2”, através da Resolução nº 48/2020, de 17 de março. O tráfego aéreo e marítimo, comercial de passageiros, com destino e a partir de Cabo Verde, foi retomado no dia 12 de outubro de 2020, bem como “as operações de escala técnica e de abastecimento de aeronaves nos aeroportos nacionais que possam envolver o descanso de passageiros, bem como, a atracação ou acostagem de navios de recreio, veleiros, cargueiros e navios de pesca, e respetivo embarque e desembarque de passageiros e tripulantes”, desde que apresentem um teste negativo de RT-PCR, realizado nas 72 horas antes ou realizado em Cabo Verde na chegada. Ficaram isentos da apresentação do teste os tripulantes dos operadores que realizem atividades comerciais regulares, devidamente autorizados pelas autoridades aéreas ou marítima, os passageiros em trânsito ou em transferência, que não transponham a fronteira nacional e as crianças com menos de sete anos, conforme a Resolução Nº 138/2020, de 12 de outubro (GOVERNO, 2020a; GOVERNO, 2020c).

A TAP foi a única operadora a estabelecer a ligação internacional e a Cabo Verde Interilhas a ligação entre as ilhas, de abril e agosto. De referir que, desde maio de 2018 que a TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) mudou a sua denominação para Cabo Verde Airlines, a sexta companhia aérea africana certificada como operadora IOSA, no IATA Operational Safety Audit Program (IOSAP), sendo o *hub*

da Cabo Verde Airlines localizada na ilha do Sal. Esta operadora cancelou todos os voos internacionais, de março a dezembro de 2020⁸⁸.

Quanto aos portos, pode-se dizer que estes existem em todas as ilhas, sendo maiores os da cidade da Praia e do Mindelo, que recebem qualquer tipo de embarcação. Nos demais portos atracam os barcos de menor porte que fazem ligação entre as ilhas, nomeadamente em: Porto Novo (Santo Antão); Porto Grande (São Vicente); Porto do Tarrafal (São Nicolau); Porto de Palmeira (Sal); Porto de Sal-Rei (Boa Vista); Porto Inglês (Maio); Porto da Praia (Santiago); Porto de Vale dos Cavaleiros (Fogo) e Porto Furna (Brava). As informações técnicas e demais podem ser encontradas no site da ENAPOR⁸⁹.

6.3 CULTURA, ÉTICA E INFORMAÇÃO: O QUE NEGOCIADOR PRECISA SABER ANTES DE NEGOCIAR COM PESSOAS E ORGANIZAÇÕES EM CABO VERDE

Segundo GUIZO, SAPIENZA e ZINGALES (2006), a cultura consiste nos valores, crenças, normas e atitudes de comportamento,

⁸⁸ <https://cabovertairlines.com/pt/covid19/faqcovid19/>

⁸⁹ <https://www.enapor.cv/page/portos>

aprendidos e transmitidos de geração em geração por uma comunidade específica. As diferenças culturais, muitas vezes, negligenciam o processo de infocomunicação e que quase sempre complicam as negociações internacionais. Por exemplo, na cultura norte americana, o individualismo, a franqueza e as atitudes de liderança, são valores positivos nas práticas de negócios, contrariamente que, nas culturas asiáticas, onde o grupo, o carácter indireto e a relação de reciprocidade desempenham um papel importante na comunicação dentro do ambiente de negócios. Em consequência disso, muitos países passaram a preocupar-se em conhecer as culturas de diferentes regiões, não só, para expandir os seus negócios, como também, para implementar as estratégias de negócios baseadas nas diversidades culturais, buscando desenvolver competências infocomunicacionais que lhes permitem superar obstáculos culturais tornando o processo de negociação eficaz e eficiente (VARNER, 2013).

É dentro deste contexto, que se torna importante compreender os aspetos culturais de Cabo Verde. Neste sentido, é de realçar que, do encontro de povos e culturas, entre europeus e africanos, originou a sociedade cabo-verdiana, facto que se encontra retratado não só no quotidiano do povo, na música, no artesanato, na gastronomia, na língua cabo-verdiana, mas também no seu tratável modo de relacionamento com outros povos e nações do mundo em busca de sentido. Pese embora a “voragem da fome/levando vidas” (BARBOSA,

1975), a evolução humana em Cabo Verde, segundo o antropólogo João Lopes Filho (1981, p.34), “constitui (...) uma epopeia aliciante digna de ser recordada e meditada se atendermos às lutas e duras experiências sofridas para que o homem pudesse cultivar e fazer vingar esta sociedade e a sua cultura tradicional”.

É certo que, também, aproveita os seus próprios recursos, com base na sua riqueza cultural. “*C’est petit pays*” que a cantora Cesária Évora, com a sua voz sublime, deu a conhecer ao mundo e que hoje se orgulha de ter a “morna”, considerada música, “*rainha di nos terra*”, como Património Imaterial da Humanidade (UNESCO, 2019). A história tem o condão de transformar, por isso, lá onde, ontem, se decifrava apenas traços deixados pelos homens, hoje, poderemos encontrar elementos que encorajam a pertinência do desbravar do caminho.

Neste contexto, a música, “expressão da alma do povo cabo-verdiano”, constitui um fenómeno transcendental para o povo das ilhas. Ela palpita e trespassa os corações de todo o ilhéu, seja ele grande ou pequeno. No entanto, não deixa de ser interessante constatar uma certa “divisão de trabalho” no fazer da música em Cabo Verde, em que nas ilhas de Barlavento e também a ilha Brava prevalecem, nomeadamente os géneros musicais, como a morna, coladeira, contradança e mazurca, enquanto nas ilhas de Sotavento (Santiago e Fogo) predominam as variantes *funaná*, batuque, *fiñacom* (esta de carácter reflexivo, discursivo e sentencial e que expressa a

sabedoria popular]). É evidente que, qualquer uma destas variantes clássicas sobrevive ao lado da música estrangeira, hoje, considerada um fenómeno global, e das chamadas “músicas comerciais” que, normalmente, são de efémera consistência temporal.

Tal como o povoamento de Cabo Verde se procedeu do encontro de grupos étnicos distintos, a língua cabo-verdiana derivou-se da interação dos sujeitos falantes provenientes de diferentes regiões, nações e etnias (sobretudo de África e Europa). Sendo assim, a língua cabo-verdiana é resultante da convivência sociocultural, mas também das relações económicas e profissionais, dos grupos em presença, fadados a encontrar melhor meio de comunicação e entendimento mútuos com vista à prossecução de interesses dos diversos protagonistas (colonos/colonizados, senhores/escravos), longe dos seus respetivos espaços de origens. Muitas vezes, o colonizador europeu, para se sobreviver às agruras do clima a que não estava habituado, preferiu adotar e assimilar as estratégias do colonizado, submetendo-se, com frequência, às suas práticas (uso da medicina tradicional, do mezinho, da língua etc.). Aliás, esta imbricação/interação foi de tal ordem, que não se mostra, nem tem sido consensual, encontrar a explicação para o surgimento do dialeto crioulo que originou/evoluiu, mais tarde, para a língua cabo-verdiana. Parece que a construção da língua se traduziu no anuir de todos, na qual os escravos “ladinos” tiveram papel não menos relevante na “ladinização” dos “escravos boçais”, por ser conhecedores da sua

“língua-mãe”, do crioulo de Cabo Verde e, ainda, por saber “falar a língua portuguesa”. Segundo Mariano (1991), esta harmonização de antagonismos e a construção de uma unidade no meio da diversidade estão na base da cultura cabo-verdiana e do papel do mestiço na sua constituição.

Acresce que, a língua de comunicação oficial é o português. É usada nas situações formais, como eventos oficiais, estabelecimentos de ensino e instituições administrativas. Mas, a maioria do povo expressa em língua cabo-verdiana, que é essencialmente oral e que, apesar desta circunstância, tem acompanhado a evolução e o crescimento sociocultural do povo. Fruto de criação e persistência do homem aqui nascido, é sem sombra de dúvida, um dos seus elementos identitários fundamentais e, conseqüentemente, um dos fatores mais importantes da “cabo-verdianidade”. Com a Independência Nacional, em 1975, medidas relevantes têm sido tomadas para a valorização, oficialização e padronização da escrita da língua cabo-verdiana, em paralelo com a língua portuguesa.

O crioulo, língua materna dos cabo-verdianos, é falado com algumas variedades, nas diferentes ilhas e em diferentes localidades de uma mesma ilha, o que tem dificultado a escolha de uma variante que seja representativa do crioulo, percebido por todos, principalmente entre os “*badios*” de Sotavento e os “*sampadjudos*” de Barlavento. O português, padrão de Portugal, apesar de ser a língua oficial, poucas são as famílias que falam o português com os

filhos em casa. Embora todos o percebam, muitas têm dificuldade de o expressar fluentemente, notando muita interferência do crioulo, tanto na oralidade como na escrita, por ser pouco usada no dia a dia.

No tocante às línguas estrangeiras, o francês e o inglês, antes ensinadas nos estabelecimentos públicos a partir do secundário, atualmente, também, são ensinadas no ensino básico obrigatório. Na escola *Les Alizés*, situada na Achada Santo António, ilha de Santiago, o ensino é ministrado em francês. Existem no país algumas instituições privadas que oferecem cursos de inglês, destacando-se o *Eli - English Language Institute* (na Praia e no Sal) e o *EFA - English For All* (na Praia).

Introduziu-se, recentemente, o mandarim em algumas escolas do país, uma disciplina optativa, de modo a reforçar a boa cooperação que Cabo Verde tem com a China, onde se encontram muitos estudantes cabo-verdianos. O número de chineses residentes no país e o regresso de alguns estudantes formados na República Popular da China tem aumentado o número de pessoas que entendem e falam a língua chinesa no nosso território, principalmente nas cidades, onde os chineses instalam os seus negócios, com maior concentração nas ilhas de Santiago, Sal, São Vicente e Boa Vista. O espanhol e o italiano também são percebidos por algumas pessoas, sobretudo nas ilhas mais turísticas e no seio dos intelectuais, dada à aproximação com o português e do contacto e relacionamento com os turistas. Portanto, chegando em Cabo Verde, um estrangeiro pode comunicar em crioulo

cabo-verdiano e português, mas também, encontra algumas pessoas nas fronteiras aéreas e marítimas, nos portos e aeroportos, bem como nos hotéis e outras instituições que percebem e falam outras línguas, tais como: francês, inglês, espanhol e italiano. Existem muitos chineses, imigrantes, grupos de pessoas que estudaram na Rússia, Checoslováquia e noutros países, que podem servir de intérpretes, caso necessário.

É evidente que todos aqueles que trabalham em áreas de negócio, comércio e/ou turismo, essencialmente, expressam numa ou mais línguas (inglês e francês, por exemplo), embora seja difícil arriscar uma percentagem do número de falantes nestas condições. É de salientar que devido à emigração (para a Europa e os EUA) não é muito difícil encontrar, seja em que ilha for, pessoas que falam minimamente inglês, francês ou espanhol. Contudo, um número reduzido de pessoas os consegue falar e escrever de modo proficiente.

Quanto aos costumes e contatos interpessoais, nos eventos formais, se cumprimentam com aperto de mãos entre homens ou entre homens e mulheres. Mas, também, é permitido cumprimentar-se com beijos, uma em cada face, entre mulheres ou entre homens e mulheres, tratando-se de amigos e/ou familiares. Também, entre pessoas amigas e/ou familiares é natural cumprimentar-se com abraços.

No interior de Santiago, como nas demais ilhas do arquipélago, como sinal de respeito pelos mais velhos, além do

aperto de mãos, beijos e abraços, é tradição tomar ou pedir “bênção”, que, normalmente, se expressa no gesto de erguer a mão e levar à cabeça. Numa situação de afinidade familiar, os afilhados devem, obrigatoriamente, tomar ou pedir “bênção” aos padrinhos e madrinhas, pais e avós, sem deixar de recordar que esta tradição está a cair em desuso. Nas cerimónias fúnebres, manda a tradição que as condolências sejam dadas com abraços, seguidos de aperto de mãos, tanto para homens quanto para mulheres.

Nas instituições públicas (ou de ensino) sempre que entrar uma entidade máxima, deve-se levantar, como sinal de respeito pela hierarquia, embora, em alguns casos, as situações formais tendem a tornar-se informais. As boas maneiras mandam que, tanto os anfitriões quanto os convidados sejam pontuais no cumprimento dos horários, não obstante observar, em casos determinados, situações de atraso.

É sabido que mais do que uma necessidade biológica, comer é uma condição de sobrevivência que, todavia, com o processo evolutivo do homem, arrasta consigo outros aspetos, representações e formas que, em certa medida são universais. Alimentação e todo o seu processo está subjacente à produção, aquisição e confecção que revelam uma série de representações simbólicas e rituais que caracterizam e individualizam um povo, pois cada um tem a sua maneira particular de apreciar. Aliás, segundo Titiev (1972), não há

duas sociedades que tenham exatamente as mesmas preferências quanto às comidas e bebidas.

O regime alimentar cabo-verdiano resultou da combinação daquilo que as condições climatéricas das ilhas permitiram produzir, sem esquecer os hábitos dos diferentes povos e etnias que as povoaram (Portugueses, Espanhóis, Flamengos, Madeirenses, Guineenses, Angolanos, entre outros). Com efeito, o milho mais, originário da América, foi o que mais se adaptou às condições das ilhas, bem como aos hábitos alimentares dos seus habitantes. Embora por vezes alguns autores tivessem afirmado que o “*zea mays* (mais) existiria na África antes dos descobrimentos da América, (...) tem sido opinião, mais ou menos, geral que, ele proviria da América e só se teria difundido nos outros continentes em tempos pós-colombianos” (CARREIRA e MOTA, 1986).

Não é despiciente lembrar a influência portuguesa/europeia, na gastronomia cabo-verdiana, uma prática bem observável em quase todas ilhas, enriquecida, aliás, por elementos oriundos das diferentes regiões que caldearam a cultura do povo cabo-verdiano, pela via de absorção/assimilação, com toque especial de autenticidade, bem patente nas celebrações e festividades tradicionais diversas, realizadas em todas as ilhas: Cinza que acontece no dia seguinte ao carnaval, nas ilhas de Maio e Santiago, com maior expressão no interior de Santiago, com o tradicional almoço de Cinza, onde é possível degustar o famoso “Xerém” com leite de coco, “Trotchida”,

“Cozido” de peixe seco, com leite de coco, mandioca, batata doce, batata inglesa e couve, acompanhado de Cuscuz com mel, seguido de um banho de sol relaxante; “1º de Maio/festas da Bandeira, na ilha do Fogo, onde não se pode deixar de degustar o delicioso prato conhecido por “*Djagacida*” e “Totoco”; S. João em Porto Novo, Santo Antão, onde destacam-se pratos “*guisod d’Mnel Ontone*” e “fungin”; S. Nicolau, onde o “*modje de capod*” é a rainha da mesa; Santiago, à semelhança das outras ilhas, encontramos “Catchupa ku carne salgado”, feito no dia ou guisado no dia seguinte, de preferência de manhã, com ovos estrelados e “longuiça de terra”, “Cuscuz”, “Caldo de peixe”, “Guisado”, ainda, “Xerén”, “Fixon ku tocinho”, “Massa di midju terra e galinha de terra,” para apenas citar esses exemplos.

Também, se experimentam vários outros pratos nas diversas formas de convívio social que têm a mesa como núcleo à volta, na qual não pode faltar os requintados e saborosos frutos do mar (lagosta, percebes, lapa, polvo, camarão, lula) e tantas outras variedades de peixes existentes nos mares de Cabo Verde, como por exemplo: Cavala/“Cabalinha”, “Tchitcharo”/“Tchitcharinho”, Atum, “Catchoreta”, de entre outros denominados “Pexi Cabeça”, passíveis de degustação em todas as ilhas.

Acresce que, ao lado das festas tradicionais supramencionadas, o povo do arquipélago inebria-se com o Carnaval, momento de grande folia e delírio, tanto para os naturais quanto para os visitantes e turistas, que nessa época do ano, demandam as ilhas afortunadas de

Cabo Verde. São Vicente e São Nicolau são as ilhas onde esta manifestação cultural atinge a sua maior expressão. São Vicente exalta-se pela sua organização e esplendor, não faltando ajuntamentos de pessoas e grupos de animação, enquanto decorre o desfile dos grupos de 1ª divisão, em busca da máxima pontuação, que permite a um dos grupos conquistar o prémio de primeiro classificado. Já São Nicolau se destaca pela sua autenticidade local, a única ilha do arquipélago onde o desfile de carnaval se organiza durante quatro (4) dias (sábado a terça-feira de carnaval). É hábito dizer-se que, “quem gosta de ver o Carnaval” prefere São Vicente, “quem gosta de conviver” escolhe São Nicolau, aliás, onde também não faltam o esplendor e a animação, motivos aliciantes para os visitantes. Sublinhe-se que os adeptos e defensores do carnaval de São Nicolau não aceitam a imposição de primeiro, segundo ou terceiro lugares aos grupos carnavalescos, ficando este desiderato ao critério do povo e sem qualquer fim comercial ou lucrativo que o carnaval de São Vicente ganhou. Nas restantes ilhas o carnaval não ganhou notoriedade, mas registam-se manifestações todos os anos, principalmente nas ilhas de Fogo e Santiago, sobretudo na Cidade da Praia.

Outro elemento fundamental da sociocultura e da identidade cabo-verdiana é a religião, para as quais a Igreja Católica representa 77,29%, seguindo em 2ª e 3ª posições os Racionalistas Cristãos e Nazarenos com 1,86% e 1,68%, respetivamente, enquanto as outras seitas (Adventistas, Testemunho de Jeová, Assembleia de Deus, Nova

Apostólica, Universal do Reino de Deus, entre outras) chegam apenas a uma franja residual da sociedade. A expressão histórica da preponderância da Igreja Católica manifesta-se durante as celebrações festivas tradicionais, que anualmente sucedem um pouco por todos os municípios e freguesias do país, em devoção aos respetivos padroeiros, com cerimónias religiosas em paralelo com as manifestações lúdico-profanas, expressão do sincretismo ilhéu onde se dá a fusão entre o sagrado (romaria, missa, orações, devoção aos santos, homilia e procissão) e o profano (diversões e folias animadas, música – “expressão da alma do povo cabo-verdiano” e dança).

Relativamente às festas de romarias, elas dão-se um pouco por todas as ilhas, nomeadamente as festas juninas (Santo António, São João, São Pedro, São Filipe). É de notar que a de São João apresenta como a mais concorrida do país, designadamente nas ilhas de Santo Antão (Porto Novo); São Vicente (Ribeira de Julião); São Nicolau (Carvoeiros e Praia Branca), Santiago (São João Batista) e na ilha Brava, originando uma movimentação popular, interna e externa (diáspora), em direção a estas ilhas, onde não faltam as representações do poder central (Ordinário e Temporal), a presidirem as mesmas, como não faltam turistas e visitantes estrangeiros. Não se pode esquecer da festa de “Nho São Filipe”, 1 de Maio que se festeja nas ilhas de Santiago (São Filipe – Praia, Renque Purga e Serra Malagueta) e Fogo (Município de São Filipe), que mobiliza os

foguenses residentes na diáspora, principalmente nos Estados Unidos da América, que se deslocam em massa para participarem nos festejos.

Mas é bom lembrar que, em Santiago, ilha maior, denota-se, também, uma grande movimentação por altura das festas (de romarias) de “Nhô Santo Nome de Jesus”, realizadas em finais de janeiro (Cidade Velha); “Nhô Santo Amaro”, 15 de janeiro (Tarrafal); “Nhô Febrero São Domingo”, 2 de fevereiro (São Domingos); “Nossa Senhora de Fátima”, 13 de maio (Santa Catarina - Assomada); “Pico Senhor do Mundo”, maio/junho (Picos); “Nhô Santiago”, 25 de julho (Santa Cruz), “Nha Santa Catarina”, 25 de novembro (Santa Catarina), umas e outras igualmente concorridas, onde o profano e o religioso se entrelaçam numa sã e feliz convivência. Convém frisar que, todos os concelhos do país possuem um dia dedicado ao seu Santo Padroeiro, que, normalmente, coincide com o dia do seu município.

Ainda no quesito usos e costumes, a responsabilidade, como ato cultural, está relacionada ao cumprimento das obrigações, ou seja, à capacidade que se atribui a alguém no sentido de “responder por certos atos próprios ou alheios ou por alguma coisa que lhe é confiada”. Essa aptidão deve decorrer dentro de um tempo legal ou culturalmente estabelecido, para além do qual o incumpridor deve ser sancionado. No entanto, a realização desta condição está subjacente à observância de uma série de preceitos, como o conhecimento do objeto, a competência, o cumprimento do horário e da pontualidade,

ou a prestação de contas, na ausência dos quais a sua eficiência e eficácia ficam enublados.

Se a responsabilidade e a pontualidade definem a personalidade de qualquer pessoa, elas não são ainda um bem inteiramente consolidados em Cabo Verde. Por norma, os horários das atividades são anunciados e afixados nos lugares de fácil observância, mas nem por isso os servidores os cumprem com o necessário rigor, muitas vezes dando origem a atrasos significativos e incumprimento de tarefas consideradas urgentes e/ou inadiáveis. Regra geral é na Administração Pública cuja situação observa-se com maior frequência, não querendo com isso dizer que não haja contestação no setor privado.

Apesar dos esforços no sentido de inverter esta realidade, colocando instrumentos de registo eletrônicos e digitais de controlo de entradas e saídas, o que preceitua algum sentido de rigor no atendimento de alguns serviços ou algumas instituições (Casa do Cidadão, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, ou o Cartório Notarial), não é menos certo que se denota um grande repúdio a nível nacional, em relação à justiça e aos tribunais. Pois, apesar de regulamento e código de conduta existentes, a sua aplicação mostra-se inoperante e de resultados duvidosos, pelo que, nem os diretores de serviços, nem os subordinados são responsabilizados disciplinarmente, e, se o são, não belisca a sua progressão, nem tampouco a sua promoção na carreira, pelo mau serviço prestado e os transtornos causados à

instituição e/ou a terceiros. Parece que, não se dão conta do fluir do tempo, ou então, que este interfere no controlo dos afazeres de cada um, mormente sabendo que num mundo globalizado e das novas tecnologias, o tempo é considerado um património escasso, enquanto a pontualidade transforma numa virtude característica de pessoas triunfadoras. Espera-se que, após perceber o quão importante resulta ser responsável e pontual, cada um aprenderá a administrar o seu tempo de forma rentável.

No tocante a economia e ao mercado mundial, Cabo Verde esforça-se por modernizar e poder incluir e participar mais ativamente em mercados globais e integrados. Em termos gerais, a globalização descreve a atual conjuntura do sistema capitalista neoliberal mundial, que, além de permitir a integração entre as diferentes regiões e países do mundo, proporcionado pelos sistemas de comunicação e transporte, desenvolve a “intensificação das relações sociais mundiais que ligam locais distantes de tal maneira que acontecimentos locais são moldados por eventos que ocorrem a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 64).

Apesar de ser territorialmente um microestado (4033 km²), Cabo Verde não podia ficar imune a este fenómeno planetário. Isso é visível nos avanços conseguidos nos sistemas de comunicação, informação e transporte que têm vindo a melhorar de algum modo vários ramos da economia nacional e local, com ganhos relevantes nos domínios da difusão dos aparelhos eletrónicos e da Internet. Verifica-

se hoje, em todos os cantos do arquipélago, uma grande variedade de bens de consumo a preços competitivos, de acesso a franjas mais pobres (produtos alimentares, vestuário e calçados, aparelhos de TV, produtos informáticos, celulares, carros, maior circulação de pessoas, viagens, entre outros), sem deixar de referir que também facilitou o acesso a outros serviços, nomeadamente ao uso de tecnologias de vanguarda como a tele-ensino, telemedicina, teleconferências, videoconferências, compras e prestação de serviços *online*, por exemplo, que, em outro contexto, os benefícios não seriam tão evidentes.

Todavia, se a globalização abriu portas a uma maior facilidade de comunicação e, conseqüentemente à compreensão, em certa medida, de outros valores culturais, esse fenómeno não parece que desenvolve de forma linear e igualitária, nem tão pouco desinteressada, o que poderá provocar uma incontornável mutação de valores tradicionais locais, já bastante visível em todos os cantos do arquipélago como, por exemplo, a implantação de variadíssimas seitas religiosas; o exibicionismo; a ganância e o enriquecimento fácil (ilícito); o populismo; a incitação (via Internet) a pornografia juvenil e infantil, bem como a prostituição, despontam como formas de satisfazer determinadas excentricidades e luxos hodiernamente em voga. Em suma, nota-se uma verdadeira inversão de valores culturais, costumes e relações das comunidades em transformação de forma

galopante e preocupante, *handicap* que, infelizmente, não constitui um problema apenas de Cabo Verde.

6.4 CABO VERDE NO SÉCULO XXI, EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) são fatores de grande relevância para a integração no mundo digital, proporcionando à sociedade, de forma geral, o acesso e a manipulação de diversos conteúdos informacionais em meios digitais, possibilitando ampliar o desenvolvimento pessoal, social e económico do país. Assim, o Estado de Cabo Verde, desde a independência, vem adotando políticas para facilitar a comunicação. Em 1981 foi transformada a empresa de Correios e Telecomunicações numa empresa nacional e autónoma para a prestação de serviços postais e de telecomunicações (CORREIOS DE CABO VERDE, 1995, 2020).

Com a abertura política e institucional, nos anos 90, houve mudança do Governo e de política económica. Foi assim que, em 1994 procedeu-se à cisão da empresa dos Correios e Telecomunicações em duas sociedades anónimas, denominadas por: Cabo Verde Telecom, SARL, vocacionada para explorar os serviços de telecomunicações e

Correios de Cabo Verde, SARL (CCV) que assegura os serviços postais de Cabo Verde com e para o estrangeiro (CORREIOS DE CABO VERDE, 2020). Em 1995 procede à privatização da Cabo Verde Telecom e teve como parceiro estratégico a Portugal Telecom, para reforçar a melhoria da eficiência e eficácia na prestação de serviço. Em 2002, houve a divisão da Cabo Verde Telecom em 3 filiais independentes: “CV Móvel”, responsável pela prestação de serviço de telefonia móvel; “CV Telecom” que fornece o serviço de telefonia fixa e “CV Multimédia” que presta serviço de Internet (CVTELECOM, 2020a).

O serviço de Internet em Cabo Verde foi introduzido pela primeira vez em 1997, pela Cabo Verde Telecom, a maior provedora de infraestrutura de telecomunicação no país. Cabo Verde foi o 29º país africano a conectar-se à Internet. Em 2004, a mesma empresa disponibilizou o serviço de acesso à Internet por ADSL e em 2006 lançou o serviço de televisão por cabo. A Cabo Verde Telecom é o único provedor da Internet fixa e a prestação desse serviço é através da sua filial “CV Multimédia”, enquanto a Internet móvel obteve monopólio até o ano 2007. Atualmente, os serviços de Internet móvel são prestados pelas operadoras “CV Móvel” e pela “Unitel T+” (SILVA, 2015; ARME, 2019). Neste momento, o país possui cobertura da rede em todas as ilhas habitadas. Cabo Verde, por estar situada na Costa Ocidental da África e entre Europa, América do Norte e América do Sul, a sua localização tem vindo a favorecer-lhe a conexão com os restantes países do mundo.

De facto, o país tem estado a apostar nas infraestruturas de telecomunicações que permitirá superar algumas restrições para tornar Cabo Verde num centro de serviços digitais e fornecer oportunidades para a inclusão digital e a melhoria de condições de vida dos cidadãos. Cabo Verde tem conexões com dois dos principais cabos transatlânticos de fibra ótica, o Atlantis II e o sistema de cabo da África Ocidental (WACS). Para além disso, há um acordo entre a Cabo Verde Telecom e a EllaLink, uma empresa privada e independente do Brasil, para a construção do cabo submarino de 4 pares de fibra, que ligará Brasil a Cabo Verde e Cabo Verde à Europa. Esta infraestrutura permitirá aumentar o crescimento da conectividade e dos serviços em nuvem e facilitará a implementação das redes 5G. A previsão inicial era que esses cabos submarinos começassem a operar ainda em 2020 (BURNS, SANTALLY, *et al.*, 2019).

Dada à importância de assegurar o bom funcionamento no setor de telecomunicações, com o Decreto-Lei nº 31/2006 de 19 de junho, foi criada a Agência Reguladora das Comunicações (ANAC). No entanto, a ANAC foi extinta em 2018, com a criação da Agência Multissetorial da Economia (ARME), por meio do Decreto-Lei nº 5/2018 de 20 de setembro. A ARME atua como uma entidade autónoma a nível administrativo, financeiro e patrimonialmente, desempenhando as funções de supervisão, sancionamento de infrações, regulamentação técnica e económica nos setores da energia, água, transportes coletivos urbanos, transportes coletivos

interurbanos, comunicações e comunicação social (ARME, 2019).

Com efeito, para objetivar os desafios da sociedade da informação e da modernização da Administração Pública, em 2003 foi criado o Núcleo Operacional da Sociedade da Informação (NOSI), presidida pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, como a unidade operacional da Comissão Interministerial para a Inovação e Sociedade de Informação (CIISI). Após a criação do NOSI, foi absorvido a Unidade de Coordenação de Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE), entidade que foi criada em 1998, sob a tutela do Ministério das Finanças, que tinha como missão reformar a Administração Pública, ou seja, melhorar a prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas através da utilização das TIC (NOSI, 2019).

O NOSI, enquanto entidade pública que coordena os projetos do Governo, com décadas de experiências na exploração de tecnologias de governo eletrónico, manifestou a necessidade de ter o novo estatuto organizacional, para se sentir melhor preparado administrativamente e para responder, à altura, os desafios operacionais que se lhe colocam e as oportunidades de fornecer serviços inovadores das TIC, não apenas para as instituições públicas e privadas nacionais, mas, também, para instituições internacionais, como forma de gerar vantagens competitivas tanto para a própria instituição como para o país. Nessa perspectiva, em 2014, o NOSI tornou-se numa Entidade Pública Empresarial (NOSI-EDE) dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e

patrimonial, sob a tutela do Primeiro-Ministro de Cabo Verde (CABO VERDE, 2014).

O NOSI é o gestor da Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE), bem como coordenador e gestor operacional dos projetos do Governo no que concerne às TDICs. Além disso, o NOSI ministra formação, assistência técnica, informações gerenciais e apoia as instituições públicas cabo-verdianas (PESI, 2005; NOSI, 2019). Segundo o NOSI (2020), em consequência da operacionalização das iniciativas da sociedade de informação e da reforma da Administração Pública, em 2005, o Governo aprovou duas ferramentas fundamentais com enfoque nas políticas e ações referentes às TDIC, nomeadamente: i) o Programa Estratégico para a Sociedade de Informação (PESI) e ii) o Plano de Ação para a Governação Eletrônica (PAGE).

O PAGE tem como objetivo definir as linhas de orientação estratégica a serem seguidas, as prioridades de atuação, as ações e os projetos que materializam a governação electrónica, conforme foi estabelecido no PESI e definidos nos seus eixos essenciais de atuação (PAGE, 2005). No que se refere às ações implementadas no âmbito das TIC, entre 2005 e 2018, deve-se destacar (NOSI, 2020; MORENO, 2014):

- Rede Privada de Tecnologia do Estado, uma plataforma tecnológica que hospeda a Internet, o correio eletrônico e bancos de dados das entidades governamentais;

- O projeto *Konekta*, que permite aos cabo-verdianos terem acesso, gratuitamente, à Internet sem fios, a partir de pontos estratégicos e das praças públicas municipais. Atualmente, existem 112 praças digitais em todo o país;
- O portal *Porton di Nos Ilha*⁹⁰, uma plataforma online, onde os cidadãos podem ter acesso aos diversos serviços como, por exemplo, acompanhamento de despacho e isenção das Alfândegas, Bolsa de Qualificação e Emprego (BQE), pedidos de certidões on-line (nascimento, perfilhação, casamento e dívida fiscal), certificado de admissibilidade de firmas, 2^a via da declaração de Número de Identificação Fiscal (NIF), declarações da Direção Geral de Contribuição e Imposto - DGCI entre outros;
- Serviços de videoconferência, permitindo prestação de serviços remotos para os departamentos do Governo, escolas e hospitais;
- O aplicativo *Mkonekta*, que permite, de forma simples, rápida e segura, ter os serviços públicos online, via celular (telemóvel).
- Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), plataforma que permite a preparação, execução e acompanhamento do Orçamento Geral do Estado, de forma

⁹⁰ <https://portondinosilhas.gov.cv>

integrada com todos os níveis do Governo (central, local, fundos e serviços autónomos);

- Sistema Integrado da Saúde (SIS), sistema formado por um conjunto de módulos informáticos de apoio à gestão integrada das atividades diárias realizadas nas estruturas de saúde, fazendo com que se tenha um único modelo que permite interligação entre estas estruturas, contribuindo para maximizar a comunicação, a gestão e minimizar os custos;
- Ciclo de Vida de Empresa (CVE), plataforma composta por um conjunto de sistemas digitais que permite fazer registo, licenciamento, funcionamento e encerramento de empresa. É uma solução que permite a constituição de empresas comerciais, sociedades anónimas e/ou sociedades por quotas, de forma imediata, ou seja, num só dia;
- Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC), sistema de identificação e gestão centralizada do Cartão Nacional de Identificação (CNI), plataforma de base para o sistema eleitoral;
- Sistema de Informação Municipal (SIM), um sistema que integra os municípios na Rede do Estado, passando a usufruir do acesso ao correio electrónico e Internet. Permite, ainda, gerir todas as áreas de gestão municipal, nomeadamente, gestão financeira, recursos humanos, gestão de taxas e impostos, licenciamentos, gestão de terrenos, gestão de

direitos de propriedade, gestão de relatórios e contas de gerência;

- Sistema de Informação e Acompanhamento dos Resultados Eleitorais (SIARE), sistema que permite a comunicação e divulgação dos resultados eleitorais, online e em tempo real, de forma rápida, transparente e segura;
- Planeamento Integrado de Recursos Governamentais (PIRG), *software* que disponibiliza variedades de módulos e componentes de aplicativos pré-integrados, para criar, rapidamente, aplicativos de camada superior, a fim de melhorar a eficiência dos departamentos públicos do Governo.

Esses investimentos trouxeram progressos notáveis no que concerne à inovação tecnológica no sector público. É de reconhecer que, nas últimas décadas houve amadurecimento a favor da infraestrutura das TIC em Cabo Verde. Considerando todo o esforço do Governo, Cabo Verde teve vários reconhecimentos a nível internacional. Em 2012, venceu o Prémio Africano de Inovação para o Setor Público, na categoria de inovação nos sistemas e processos governativos. Em relação ao Índice de Desenvolvimento das TIC, Cabo Verde ocupa a 1^a posição, na Região da CEDEAO, a 4^a na África e 3^a nos países lusófonos, perdendo apenas para Portugal e Brasil. Em 2016, foi classificado no 103^o lugar no Índice de *e-gouvernement* das Nações Unidas (ITU, 2017; BANCO MUNDIAL, 2018; DUTTA, LANVIN e

WUNSCH-VINCENT, 2020).

Entretanto, há percepção de que, ainda, persistem algumas restrições relativamente ao uso efetivo das TIC, por parte da sociedade, sobretudo, para a realização de serviços online. Talvez, o motivo esteja relacionado com as crenças de falta de acesso à tecnologia apropriada para a realização de serviços online e alto custo da tarifa de Internet por megabit. Segundo o INE (2018), 52,6 % dos cabo-verdianos acha que o custo de acesso à Internet é elevado, 38,7 % considera que não tem habilidade digital para usar os equipamentos informáticos e 56,8 % acha que os equipamentos como computador, smartphone ou tablet têm preços elevados. Essas informações demonstram que, Cabo Verde continua a enfrentar limitações em relação a um conjunto de ações que impulsionam a inclusão digital, sobretudo ao acesso limitado à Internet, Banda Larga fixa e aos computadores que são indicadores essenciais para a integração e participação na rede global.

A pesquisa do segundo trimestre de 2020 da ARME (2020) aponta para mais de 549.858 assinantes do cartão SIM, da rede móvel, com uma taxa de penetração de 99%. Enquanto o número de cartões SIM, dedicados, exclusivamente, às conexões à Internet móvel 3G, foi de 29.254 assinantes, representando 5% do número total dos cartões SIM. Em relação ao acesso à Internet, o número de assinantes em Cabo Verde foi de 439.104, dos quais 4,5% usa o serviço de Internet pela tecnologia ADSL e cerca de 7% são assinantes da Banda Larga Móvel

exclusivo (3G - *Big Screen*) e 89% são assinantes do serviço fornecido pela tecnologia Banda Larga Móvel *Small Screen*.

Embora Cabo Verde tenha melhorado, substancialmente, a sua conectividade e utilização das TIC ao longo da última década, levando a níveis relativamente altos de adoção do celular e da Banda Larga móvel *small Screen*, ainda assim, a velocidade de largura da banda disponível por utilizador continua relativamente baixa, representando 17.000 bits por segundo, cerca de metade do montante disponível para os utilizadores nas Ilhas Seychelles e nas ilhas Maurícias, pares desejáveis de Cabo Verde, em termos de desenvolvimento das TIC (BANCO MUNDIAL, 2018).

Com relação aos dados de habilidades na utilização de Internet e de computadores, 55,8% dos cabo-verdianos pesquisam informações, produtos ou serviços, 54% pesquisam conteúdos académicos, 90,2% acessam às redes sociais, 77,2% transferem ficheiros entre computadores ou outros dispositivos, 41,2% criam apresentações eletrónicas e 11% desenvolvem programas utilizando linguagem de programação (INE, 2018). Contudo, há perceção de que há uma lacuna no acesso à qualidade dos conteúdos online, um dos principais fatores que contribuem para a globalização dos mercados, assim como, para o desenvolvimento socioeconómico sustentável, uma das ambições do Governo.

De acordo com o diretor de Segurança de Informação e Compliance do NOSI, numa entrevista à Agência Cabo Verde de

Noticiais, Inforpress (2020), a grande maioria dos utilizadores cabo-verdianos confia cegamente nos conteúdos da Internet, através da rede social, enquanto uma pequena parte desses mesmos utilizadores tem confiança na segurança dos serviços de comércio eletrónico disponíveis no país.

Outra questão pertinente é a literacia digital, considerada um fator indispensável no século XXI para o exercício da cidadania ativa e geral. Hoje, para sobreviver na sociedade de informação e de conhecimento, o indivíduo necessita de um conjunto de competências fundamentais, tais como: a capacidade de utilizar adequadamente as TIC, para resolver os seus problemas de forma autónoma em diferentes situações, bem como, para acessar os conteúdos online, avaliar e usá-los efetivamente para tomar uma decisão.

Assim, O Ministério da Educação (ME) de Cabo Verde, para oferecer aos estudantes condições de capacitação digital, desde o ano letivo 2018/2019, a título experimental, iniciou a execução do novo plano curricular para o ensino básico, no qual foi introduzida a disciplina de TIC para os alunos do ensino básico, a partir dos 10 anos de idade (5º ano de escolaridade), com intuito de promover a competência digital generalizada, tendo em conta a igualdade de oportunidades para todos alunos (GOVERNO DE CABO VERDE, 2019).

Além disso, em 2018, o Ministério da Educação em parceria com o Governo teve a iniciativa de implementar 44 laboratórios *Weblab* em todas as escolas secundárias do país. Com este projeto,

para além de proporcionar o acesso aos recursos tecnológicos e à Internet, pretende-se ensinar a utilizar e construir com a tecnologia, ou seja, formar os jovens na construção e desenvolvimento das TIC. “O projeto é destinado aos alunos e jovens do 7º ao 12º anos de escolaridade, mas podem ser abrangidos, também, os professores, funcionários públicos e a comunidade de uma forma geral” (WEBLAB, 2019).

Os efeitos da economia digital para o país levaram o Governo a aprovar a Agenda Cabo Verde Digital, estruturada em quatro grandes pilares: i) fundamentos e reformas do ecossistema digital; ii) aprimorando a conectividade digital; iii) Cabo Verde como Plataforma Digital e iv) Gerenciamento de Projetos. Nessa mesma ordem de ideia, em 2019, foi elaborado o Plano de Estratégia Digital de Cabo Verde (EDCV), partilhado com os diferentes *players* do ecossistema da economia digital, a fim de darem as suas contribuições, tendo sido apresentado a versão final no mesmo ano. O referido plano descreve metas e objetivos que viabilizam a transformação do país num *hub* regional das TIC, em articulação com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) do país, para o período 2017/2020. Além disso, EDCV reavalia os pilares de ação do Plano Estratégico para a Sociedade da Informação (PESI), aprovado em 2005. À luz de um contexto mais amplo e atualizado, foi estabelecido quatro eixos estratégicos: i) conectividade; ii) formação; iii) marketplace e iv) governança (FERNANDES, 2019; MINISTÉRIO DAS

FINANÇAS, 2019).

Uma das iniciativas da Agência Cabo Verde Digital, ancorada no projeto do parque tecnológico, com os polos na Praia e em Mindelo, é a criação e implementação da Zona Económica Especial para as Tecnologias (ZEET), visando transformar o país num centro internacional de prestação de serviços das TIC e uma porta de entrada da África, para as empresas internacionais no setor das TIC. De referir que, atualmente, Cabo Verde, por meio do NOSI, presta serviço nas áreas das TIC nos países como Guiné Equatorial, Moçambique, Burkina Faso, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (TECHPARK, 2019; FERNANDES, 2019). Além disso, em decorrência de desconcentração da oferta do turismo, o Governo de Cabo Verde, criou o Programa *Remote Working* com intuito de atrair os nómadas digitais, ou seja, pessoas que trabalham por conta própria e pretendem trabalhar remotamente através da Internet e outras ferramentas digitais a partir de Cabo Verde. O Programa consiste num visto de trabalho temporário em que os trabalhadores remotos estão isentos de imposto sobre o rendimento. Este programa é elegível para todos da Europa, América do Norte, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (REMOTE WORKING CABO VERDE, 2020).

Ressalta-se que o Parque Tecnológico é um complexo de desenvolvimento económico e tecnológico que visa fomentar a economia por meio da integração da pesquisa científica-tecnológica,

empresas e organizações governamentais, num local físico e de suporte à interação entre estes grupos, com vista a abrigar centros para a investigação científica, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação e formação, conforme está apresentada na Figura 3.

Figura 3: O Parque Tecnológico de Cabo Verde



Fonte: TECHPARK (2019).

O referido parque tem polos na cidade da Praia e na cidade do Mindelo. Nessa área há isenção de impostos em relação ao IVA e custos aduaneiros. A sua conclusão está prevista para meados de 2020 e inclui os seguintes elementos (CABO VERDE, 2016; TECHPARK, 2019):

01) Data Center: já se encontra em funcionamento e presta serviços de processamento e armazenamento de dados. Além disso, permite oferecer serviços de computação em nuvem (serviços Cloud).

02) Centro de Incubação: o espaço que permitirá dar suporte às empresas, auxiliando-as no amadurecimento e aceleração de

seus negócios;

03) Centro Administrativo: centro de prestação de serviços fundamentais para o bom funcionamento do Parque Tecnológico;

04) Centro de Negócios: infraestrutura física para hospedar empresas do setor de TI, permitindo a criação de sinergias entre as empresas e um ecossistema específico que possibilita o desenvolvimento de negócios;

05) Centro de formação: disponibiliza cursos de formação para obtenção de certificações técnicas de nível intermédio e superior em TIC;

06) Centro de Conferências: espaço para reunião, cultura, lazer, esportes e conferências, com capacidade para grandes eventos e diferentes níveis de complexidade.

O Parque tecnológico é uma estratégia do Governo para consolidar o crescimento económico do país, em que por meio deste empreendimento, promove a cultura de inovação na área tecnológica e atrair os investidores nacionais e estrangeiros propiciando a geração de empregos, melhoria sustentável e equitativa da vida dos cidadãos em diversas áreas, como por exemplo, aumento de taxa de emprego de qualidade, inclusão social e digital.

É globalmente bem reconhecido as vantagens do parque tecnológico, cuja implementação foi bem sucedida. A China é um exemplo de sucesso da implementação dos parques tecnológicos, uma vez que, a sua estratégia foi voltada para a Ciência e a Indústria, e com isso conseguiu gerar a competitividade da indústria nacional no mercado global, que por sua vez, suscitou grande sucesso em termos socioeconômicos, tornando-se uma das principais potências do mundo.

6.5 CONCLUSÕES

Pode-se dizer que, a pessoa que deseja visitar Cabo Verde, não deve perder de vista que estará perante um arquipélago com dez ilhas, sendo nove habitadas, todas riquíssimas, pela sua diversidade natural e cultural. Aliás, o arquipélago divide-se naturalmente em dois grupos de ilhas: as chamadas planas (Sal, Boavista e Maio) e as montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), destacando aquelas pelas suas excelentes e inebriantes praias de areia branca, dignas do turismo de “sol, praia e mar” e estas, nomeadamente Fogo, Santiago, S. Antão e S. Nicolau, com os seus vales profundos e verdejantes, que alternam com montanhas, rochas imponentes e falésias impressionantes de fazer sustar a respiração. Aliada à beleza natural, algo raro e surpreendente esperam aqueles que gostam do turismo cultural, em que, com certeza, encontram a sinceridade, a simpatia, a hospitalidade e a *Morabeza* das suas gentes.

Em qualquer dessas ilhas, o visitante dispõe de estruturas de apoio (agências de viagens, hotéis ou pensões, restaurantes ou casa de pasto, meios de transporte (táxis e/ou “hiaces”), com muita facilidade. Existem, ainda, trilhos (caminhos vicinais ou veredas) de ligação entre as diversas localidades, para os amantes de caminhada.

Cabo Verde apresenta um panorama económico e social

promissor, estabelecendo acordos e parcerias estratégicas com os diversos países estrangeiros amigos, atinentes a algum financiamento por parte destes, promovendo a mobilização de “novos fluxos de recursos e capacidades técnicas, incluindo capacidades de instituições públicas e de organizações da sociedade civil como atores chave para estimular o crescimento económico inclusivo e posicionar Cabo Verde a nível mundial”.

A cooperação tem sido bem-sucedida ao longo dos tempos, com os parceiros, salientando-se a cooperação Sul-Sul e Triangular, em particular com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e com Países de Rendimento Médio (GOVERNO DE CABO VERDE; NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.15). Devido ao seu bom desempenho em termos de desenvolvimento humano e crescimento económico, deixou de pertencer ao grupo de países Menos Avançados (PMA), em finais de 2007, passou a fazer parte dos chamados Países de Rendimento Médio. Apesar disso, continua, ainda, a apresentar algumas vulnerabilidades estruturais, tais como: “a dependência externa, a desigualdade, o desemprego, a pobreza e as assimetrias regionais”. Para minimizar essas fragilidades, o Governo tem traçado alguns desafios que consistem em construir uma economia capaz de garantir um crescimento sustentável e inclusivo (GOVERNO DE CABO VERDE; NAÇÕES UNIDAS CABO VERDE, 2017, p. 6), incentivando o

investimento no país, tanto de nacionais como de estrangeiros, com isenções fiscais, parcerias com os bancos, redução de taxas e impostos, entre outros.

De acordo com Cabo Verde TradeInvest (2020a), atualmente, em Cabo Verde as áreas prioritárias para o negócio são: turismo; energia renováveis, economia do mar e TIC. No sector de Turismo⁹¹, as áreas mais promissoras para o negócio são: hotéis, e resorts; transporte aéreo “*Low cost*”; turismo rural e ecoturismo; turismo de cruzeiros; desportos náuticos e *tracking*.

As energias renováveis⁹² constituem uma oportunidade de negócio em Cabo Verde, particularmente, o desenvolvimento de parques energéticos renováveis. O Governo criou algumas políticas específicas para incentivar os investimentos dos projetos acerca da energia eólica, energia solar, energia térmica e energia por meio de resíduos sólidos urbanos, com vista a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e assegurar o desenvolvimento sustentável do país. Diante deste cenário, é importante referir que, Cabo Verde tem um “dos maiores regimes de vento no mundo (18m/s) e um grande potencial solar com rácio de energia/dia de 6-8 wh/m²/dia” (CABO VERDE TRADEINVEST, 2020b).

⁹¹ Informações de acordo com: Turismo » Cabo Verde TradeInvest (cvtradeinvest.com)

⁹² Informações de acordo com: ENERGIAS RENOVÁVEIS » Cabo Verde TradeInvest (cvtradeinvest.com)

A economia do mar⁹³ é outra tendência de negócio em Cabo Verde, sendo uma área de grande potencial para o crescimento. O país tem 3 portos de águas profundas e uma ampla zona marítima económica exclusiva (ZEE) de 789,4 mil km², cerca de 9,4% de toda a África Subsaariana. Estas vantagens proporcionam grandes oportunidades e desafios de negócios na indústria pesqueira, gestão e logística, parque científico e tecnológico do mar.

Na área das TIC⁹⁴, as oportunidades estão na *Disaster Recovery*, *Business Continuity*, *Business Process Outsource* e Conteúdo digital. Dado a ambição de integrar o país na economia global e, particularmente, para se tornar num *hub* comercial, o Governo, no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) para 2017-2021, traçou como um dos principais objetivos “transformar Cabo Verde em plataforma digital e da inovação”, ou seja, fazer do país não apenas um consumidor dos produtos da economia digital, mas também, um investigador, investidor, produtor e distribuidor (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018; HUAWEI, 2019).

⁹³ Informações de acordo com: ECONOMIA DO MAR » Cabo Verde TradeInvest (cvtradeinvest.com)

⁹⁴ Informações de acordo com: TIC's » Cabo Verde TradeInvest (cvtradeinvest.com)

REFERÊNCIAS⁹⁵

ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO. Estatísticas e Ciência. **Ministério da Educação**, 2017. Disponível em: <<https://minedu.gov.cv/estatisticaanuarios>>. Acesso em: 28 dezembro 2020.

ARME. ARME. **Agência Reguladora Multissetorial da Economia**, 2019. Disponível em: <https://www.arme.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=432&Itemid=732>. Acesso em: 13 novembro 2019.

_____. **Indicadores Estatísticos do Mercado das Comunicações Electrónicas em Cabo Verde**. Agência Reguladora Multissetorial da Economia. Praia, p. 1-13. 2020.

BANCO DE CABO VERDE. **Relatório do Estado da Economia de Cabo Verde em 2020**. Banco de Cabo Verde. Praia. 2020.

BANCO MUNDIAL. **República de Cabo Verde Ajustando o Modelo de Desenvolvimento para Revitalizar o Crescimento e Fortalecer a Inclusão Social**. Grupo Banco Mundial. 2018.

BARBOSA, J. **No reino de Caliban I**. Lisboa: Plátano, 1975.

BEBIANO, J. B. **A geologia do arquipélago de Cabo Verde**. Lisboa: Serviços geológicos de Portugal, v. 18, 1932.

BURNS, et al. **Information and Communications Technologies in Secondary Education in Sub-Saharan Africa Policies, Practices, Trends, and Recommendations**. Mastercard Foundation. 2019. 81 p.

⁹⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR)

CABO VERDE. Decreto-Lei nº 10/2007. **Boletim Oficial I Série Número 11**, Praia, 2007.

_____. Decreto-legislativo nº 2/2010, de 7 de maio. **Boletim Oficial I Série Número 17**, Praia. 2010.

_____. Decreto-Lei nº 12/2014, de 25 fevereiro 2014. **Boletim Oficial I Série Número 13**, Praia, p. 475-496, fevereiro. 2014.

_____. Decreto-lei nº 71/2015, de 31 de dezembro. **Boletim Oficial I Série Número 86**, Praia. 2015.

_____. Resolução Nº 22/2016, de 07 março 2016. **Boletim Oficial I Série Número 14**, Praia, p. 437-450, março.2016.

_____. Resolução nº 48/2020, de 17 de março. **Boletim Oficial I Série Número 31**, Praia, p. 2. 2020a.

_____. Resolução nº 134/2020, de 1 de outubro. **Boletim Oficial I Série Número 114**, Praia, p. 2701. 2020b.

_____. Resolução nº 138/2020, de 12 de outubro. **Boletim Oficial I Série Número 112**, Praia, p. 1-4. 2020c.

_____. Portaria conjunta nº 51/2020 de 23 de setembro. **Boletim Oficial I Série Número 117**, Praia, p. 1-4. 2020d.

_____. Resolução nº 169/2020, de 14 de dezembro. **Boletim Oficial I Série Número 135**, Praia, p. 2. 2020e.

CABO VERDE INFO. Sociedade Saúde e Bem-Estar. **Cabo Verde Info**, 2020. Disponível em: <<http://www.caboverde-info.com/Sociedade/Saude-e-Bem-Estar/Centros-de-Saude>>. Acesso em: 12 setembro 2020.

CABO VERDE TRADEINVEST. Plano Estratégico. **Cabo Verde TradeInvest**, 2018. Disponível em: <<https://cvtradeinvest.com/plano-estrategico>>. Acesso em: 20 dezembro 2020.

_____. Cabo Verde TradeInvest. **Turismo**, 2020. Disponível em: <<https://cvtradeinvest.com/turismo>>. Acesso em: 15 dezembro 2020a.

_____. Energias Renováveis. **CABO Verde TradeInvest**, 2020. Disponível em: <<https://cvtradeinvest.com/energias-renovaveis>>. Acesso em: 31 dezembro 2020b.

CARREIRA, A. **O crioulo de Cabo Verde, Surto e expansão, Mem Martins, Portugal**. 2ª. ed. Lisboa: [s.n.], 1983.

CARREIRA, A.; MOTA, A. T. O milho zaburro e o milho maçaroca na Guiné e ilhas de Cabo Verde. **Ponto & Virgula**, Mindelo, v. 16, janeiro-julho 1986.

CORREIOS DE CABO VERDE. Decreto –Lei nº 9-A/95. **Decreto-Lei**. Praia, 1995.

_____. Quem Somos. **Correios de Cabo Verde**, 2020. Disponível em: <<https://correios.cv/os-ccv/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 12 outubro 2020.

CVTELECOM. História. **CVTelecom Portal Institucional**, 2020. Disponível em: <<http://www.grupocvt.com.cv/node/39>>. Acesso em: 10 novembro 2020a.

_____. CVTelecom Portal Institucional. **CV Telecom**, 2020. Disponível em: <<http://www.grupocvt.com.cv/node/20>>. Acesso em: 22 dezembro 2020b.

DUTTA, S.; LANVIN, B.; WUNSCH-VINCENT, S. **The Global Innovation Index 2020: Who Will Finance Innovation?** World Intellectual Property Organization (WIPO), 2020. 448 p. ISSN 2263-3693.

EMBAIXADA DOS EUA PRAIA. **2019 Investment Climate Statements: Cabo Verde**. Economic and Commercial Section. Praia, p. 1-33. 2019.

EXPRESSO DAS ILHAS. Cabo Verde é segundo em África no ranking IATA para infra-estruturas aeroportuárias. **Economia**, 2018.

Disponível em:

<<https://expressodasilhas.cv/economia/2018/05/22/cabo-verde-e-segundo-em-africa-no-ranking-iata-para-infra-estruturas-aeroportuarias/58189>>. Acesso em: 03 novembro 2020.

FERNANDES, A. J. **Brief Overview of Cape Verde Digital Strategy**. NOSI. 10 p. 2019.

FILHO, J. L. **Subsídios para um levantamento cultural**. [S.l.]: Plátano, 1981.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GOVERNO DE CABO VERDE. **PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 - Cabo Verde**. 1^a. ed. Praia: Ministério das Finanças - Direção Nacional do Planeamento, 2018.

_____. **Governo de Cabo Verde**. Notícias, 2019. Disponível em: <<https://www.governo.cv/ministerio-da-educacao-implementa-disciplina-tic-no-ensino-basico-a-partir-do-ano-letivo-2019-2020/>>. Acesso em: 10 outubro 2020.

GUISSO; SAPIENZA; ZINGALES,. Does Culture Affect Economic Outcomes? **The Journal of Economic Perspectives**, janeiro 2006. 1-37.

HUAWEI. Bringing the Digital World to Cape Verde Archipelago, North Atlantic. **Huawei**, 2019. Disponível em: <<https://e.huawei.com/topic/leading-new-ict-en/cape-verde-archipelgo-case.html>>. Acesso em: 21 setembro 2019.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). **Recenseamento geral da população e habitação 2010: Estado e estrutura da população cabo-verdiana**. Praia, 2010.

_____. **IV Recenseamento geral da população e de habitação - censo 2010**. Praia, 2012.

_____. **Dia Internacional das Telecomunicações: Dados Estatísticos sobre TIC em Cabo Verde**. Instituto Nacional de Estatística (INE). Praia, 2018.

_____. **Estatística das famílias e condições de vida - Inquérito Multi-objectivo Contínuo 2019**. Praia, 2020a.

_____. **Estatística do turismo - ano 2019**. Praia, 2020b.

ITU. Measuring the Information Society Report 2017. **ITU International Telecommunication Union**. Geneva, 1.1, p. 1-170, 2017.

IVISA. Países isentos de visto para Cabo Verde. **Ivisa.com**, 2019. Disponível em: <<https://pt.ivisa.com/cape-verde-blog/pa%C3%ADses-isentos-de-visto-para-cabo-verde>>. Acesso em: 03 novembro 2020.

MARIANO, G. **Cultura Cabo-verdiana – Ensaios**. Lisboa: Vega, 1991.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. Ministério das Finanças. **Publicação**, 2019. Disponível em: <<https://mf.gov.cv/-/agenda-transforma%C3%A7%C3%A3o-digital-de-cabo-verde>>. Acesso em: 20 setembro 2020.

MORENO, M. D. C. L. **Avaliação de Governo Eletrônico (e-government)**: análise do portal. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – FEAR, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

NAÇÕES UNIDAS; GOVERNO DE CABO VERDE. **Cabo Verde: Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento, UNDAF 2018-2022**. Nações Unidas. Praia, p. 72. 2017.

NOSI. Sobre Nós. **NOSI**, 2019. Disponível em: <<https://www.nosi.cv/index.php/pt/shortcode/sobre-nos>>. Acesso em: 19 dezembro 2019.

_____. Soluções. **NOSI**, 2020. Disponível em: <<https://www.nosi.cv/index.php/pt/solucoes/12-portfolio>>. Acesso em: 13 novembro 2020.

PAGE (PLANO DE AÇÃO PARA A GOVERNANÇA ELETRÔNICA). **Plano de Ação para a Governança Eletrônica**: Uma Governança mais Próxima dos Cidadãos, Praia, 2005.

PESI (PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO). **Programa Estratégico para a Sociedade de Informação**: Novas Oportunidades de Desenvolvimento, Praia, 2005.

PINA, C. **Gestão Integrada do Perímetro Irrigado de Colonato e o impacto socioeconômico na Comunidade de Chão Bom**. Praia: UNICV, 2005.

PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO. Planos. **Ministério da Educação**, 2017. Disponível em:

<<https://minedu.gov.cv/documentos1>>. Acesso em: 20 dezembro 2020.

Portal Consular de Cabo Verde. Governo de Cabo Verde. Vistos. **Governo Cabo Verde**, 2020. Disponível em: <<https://portalconsular.mnec.gov.cv/vistos>>. Acesso em: 03 novembro 2020.

RAMOS, B. M. **Política Nacional de Saúde**: Reformar para uma saúde melhor. Praia. 2007.

REMOTE WORKING CABO VERDE. Why Cabo Verde. **Cabo Verde Is Something Else**, 2020. Disponível em: <<https://www.remoteworkingcaboverde.com/en#work-from-cabo-verde>>. Acesso em: 29 dezembro dezembro.

RTC. Notícias. **RTC**, 2018. Disponível em: <https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&insightstoken=bcid_T6sEiKICK0YCMme9NLEQaKAXEfoh.8g*ccid_qwSlogIr&form=ANCMS1&iss=SBIUPLOADGET&selectedindex=0&id=1743786349&ccid=qwSlogIr&expw=176&expw=287&vt=2&sim=11>. Acesso em: 27 dezembro 2020.

HOTEL RIU TOUAREG. Welcome Hotel Riu Touareg. **RIU**, 2020. Disponível em: <https://www.riu.com/en/hotel/cape-verde/boa-vista/hotel-riu-touareg/?utm_source=google&utm_medium=organic&utm_campaign=my_business&utm_content=TOU>. Acesso em: 29 dezembro 2020.

SILVA, M.; CUNHA, R. **Gestão aeroportuária em Cabo Verde**: Um estudo de caso sobre a ASA. XXIX encontro nacional de engenharia de produção. Brasil. 2009.

SILVA, E. L. D. C. F. **Das intenções às iniciativas**: contributos para a integração das tecnologias de informação e comunicação nas práticas de ensino/aprendizagem na Universidade de Cabo Verde. 2015. Tese

de Doutoramento (Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Tecnologia Educativa), Universidade do Minho, Minho, 2015.

VARNER, I. The Role of Negotiation in Intercultural Business Communication. **connexions, international professional communication journal**, Illinois, v. 1, p. 139–145, 2013. ISSN 2325-6044.

VISIT CABO VERDE ISLANDS. Albums. **Visit Cabo Verde Islands**, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/visitcaboverde/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 28 dezembro 2020.

TECHPARK. Serviços. **TechPark Cabo Verde**, 2019. Disponível em: <<https://www.techpark.cv/pt/parque-tecnologico/>>. Acesso em: 29 outubro 2019.

TITIEV, M. **Introdução à Antropologia Cultural**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

UNESCO. UNESCO reconhece a morna como Património Imaterial da Humanidade. **ONU News**, 2019. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/12/1697661>>. Acesso em: 12 setembro 2019.

VICENTE, N. M. R. B. **A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde**. 2017. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

WEBLAB. **Weblab**, 2019. Disponível em: <<https://weblab.gov.cv/>>. Acesso em: 10 outubro 2019.

CAPÍTULO 7

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM GUINÉ-BISSAU: informações relevantes

Samba Sané⁹⁶

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Brasil

7.1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui, para quem deseja fazer negócios, turismo, viajar e conhecer a Guiné-Bissau, um roteiro informativo do que a pessoa precisa saber e conhecer sobre o país e sua população. Neste sentido fez-se uma descrição sucinta de seus principais aspectos, nomeadamente, seu tamanho, sua localização, seus habitantes, sua cultura, seus modos de vida e a sua composição étnica; as principais línguas nacionais e internacionais faladas; as potencialidades econômicas do país; locais histórico-turísticos; a divisão político-

⁹⁶ Natural da Guiné-Bissau. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; Graduação em Administração, Especialização em Administração Estratégica, Mestrado em Desenvolvimento e Gestão de Organizações todos pela UNIJUI e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Contato: *sambasane@hotmail.com*; *samba-sane@uergs.edu.br*.

administrativa; aspectos relativos a educação, saúde, entre outros.

Igualmente são apresentadas informações relativas às características geográficas e climáticas do país como um todo; infraestruturas disponíveis; as principais cidades; aspectos relativos às atividades econômicas que mais se destacam; os principais produtos de exportações e de importação e também algumas dicas de oportunidades para quem quer investir na Guiné-Bissau, fazer turismo, entre outros.

O roteiro faz um relato bem sucinto sobre a história do país, a sua atual situação; faz uma descrição da cultura local, nomeadamente, no que diz respeito aos usos e costumes, gastronomia, as particularidades de cada região, as principais religiões, o trato com estrangeiros, os cuidados que se deve ter no seu relacionamento quando estiver no país, considerando as particularidades culturais locais.

Também destaca-se como o governo e as organizações socioeconômicas locais e as pessoas estão preparadas ou se preparando e ou se inserindo neste desafiante século vinte e um, em que a tendência é a predominância da sociedade da informação e do conhecimento, destacando-se neste quadro, como os profissionais empreendedores do país estão se qualificando para se adequarem aos novos tempos, com estas moderníssimas tecnologias de informação e comunicação que se impõem em todo o sistema de relações entre pessoas, organizações e nações ao redor do mundo, sobretudo no que

diz respeito a produção e a venda de produtos e serviços e em relação as que se constroem entre os povos com a globalização.

Vale destacar desde já que, conforme Benzinho e Rosa (2018, p. 04),

A Guiné-Bissau é portadora de um passado e é berço de muitas tradições que nos interpelam em cada esquina e nos surpreendem com as suas idiossincrasias; que a enriquecem e a tornam tão especial aos olhos de quem a visita, embora continue tão desconhecida no mundo globalizado em que nos movemos. O potencial turístico deste país, ainda por conhecer e explorar, esconde um riquíssimo património, fruto da sua localização geográfica privilegiada e das características singulares de flora e fauna, e também da diversidade étnica e cultural que abriga.

Significa isso que o leitor que desejar viajar para Guiné-Bissau para fazer negócios ou turismo terá muitas surpresas agradáveis lhe esperando. Isto porque a Guiné-Bissau é uma nação que proporciona um interessante leque de oportunidades para turistas, empresários e empreendedores em geral, pois, apesar das muitas fragilidades e dificuldades ainda existentes, o país oferece um enorme potencial a ser viabilizado, o que engloba necessidade de melhores infraestruturas, aproveitamento das suas potencialidades agrícolas, de industrialização, de oferta turística de qualidade e de provisionamento regular de muitos bens e serviços com oferta reduzida ou inexistente.

Este roteiro é uma contribuição importante para que as pessoas interessadas em conhecer este pequeno país da África

Ocidental de expressão (língua⁹⁷) oficial portuguesa, possam usufruir das suas riquezas mais intrínsecas, respeitando e mantendo intacto, é claro, o que de mais precioso ele abriga, ou seja, um santuário de biodiversidade de interesse mundial que importa proteger e preservar.

7.2 CARACTERIZANDO O PAÍS – GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau está situada na África Ocidental, tendo fronteiras com o Senegal (a Norte e Leste), a Guiné Conacri (a Leste e Sul) e o Oceano Atlântico (a Oeste). É um país constituído por uma parte continental e outra insular, formada sobretudo pelo famoso Arquipélago dos Bijagós, com cerca de noventa ilhas, das quais apenas dezessete são habitadas. Ao todo, ocupa uma extensão de aproximadamente 36.125 Km², e está compreendida entre os meridianos 13° 38' e 16° 45' Oeste e os paralelos 10° 55' e 12° 40' Norte, tendo como meridiano central 15° a Oeste do meridiano de Greenwich. (BENZINHO; ROSA 2018)

Em termos de relevo, a vegetação e a hidrografia do país podem-se identificar essencialmente três zonas: uma costeira no

⁹⁷ Língua utilizada em todos os atos oficiais do poder público, quer de direito externo (tratados e convenções internacionais), quer interno (constituição, leis ordinárias, atos políticos, sentenças judiciais, atos administrativos, discursos oficiais, etc.).

Oeste, uma de transição no centro, caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados, e uma zona de planalto e de colinas na Região de Gabú setor de Boé, com cerca 300 metros de altitude.

De acordo com Benzinho e Rosa (2018, P. 19) a Guiné-Bissau, “Graças ao baixo nível médio, face às águas do mar e à vasta rede de rios e vales, cerca de 1/3 do seu território fica inundado na época das chuvas, entre meados de maio e de outubro”. Destaca-se que seus principais rios são oito no total sendo eles: o Rio Mansoa, o Rio Cacheu, o Rio Tombali, o Rio Cumbijã, o Rio Buba, o Rio Geba, o Rio Corubal e o Rio Cacine, sendo eles as melhores vias para quem pretende viajar e conhecer as belezas do país a dentro.

No que se refere ao clima, por se situar no hemisfério norte, acompanha o regime de Inverno, mais intenso em dezembro e janeiro, e o Verão mais intenso em julho e agosto. Contudo, as estações intermédias, devido à baixa latitude, não são acentuadas, pelo que se divide em duas épocas distintas: uma estação seca que vai de novembro a abril e a das chuvas, que vai de maio a outubro. Agosto é o mês de maior pluviosidade e os meses de abril e maio são os mais quentes do ano. A temperatura média anual fica entre 30°C e 35°C, e a vegetação predominante é do tipo savana e floresta tropical. (CÁ, 2015, p. 25)

Em termos de divisão administrativa, a Guiné-Bissau é composta de oito regiões, sendo eles: Gabú e Bafatá no leste; Tombali, Quinara e Arquipélago dos Bijagós no sul; Oio, Cacheu e Biombo no

norte, e o setor autônomo de Bissau (capital do país). Estas Regiões dividem-se em 38 setores e estes, por sua vez, em 103 secções e cerca de 4.500 tabancas (aldeias) de acordo com o censo de 1991. Para além da capital Bissau, as principais cidades são nomeadamente, Gabú no leste do país; Bafatá e Bambadinca, no centro leste; Farim, no norte; Canchungo, Bissorã, Cacheu no oeste; e Mansoa, no noroeste; Bolama, Catió, Bubaque e Buba, no sul. (BENZINHO; ROSA 2018)

Importa destacar que o atual território da Guiné-Bissau, foi definido a partir da Convenção assinada no ano de 1886, no dia 12 de maio entre Portugal e França, no quadro do cumprimento das Resoluções da Conferência de Berlin⁹⁸, em que Portugal cede a cidade e região de Ziguinchor à França, fazendo parte do território do atual Senegal e, em troca, recebe da França o território do atual setor de Cacine, no sul da Guiné-Bissau, que era parte da então Guiné colonizada pela França. (SANÉ, 2019)

Abaixo é apresentado o mapa do país, para uma melhor situar a sua localização.

⁹⁸ A Conferência de Berlim, realizou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, marcando a colaboração europeia na partição e divisão territorial da África. Organizado pelo Chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, contando a participação como Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Rússia e Suécia. Para entre outras finalidades, regulamentar a liberdade do comércio nas bacias do Congo e do Níger, assim como novas ocupações de territórios sobre a costa ocidental da África.

Figura 1 - Mapa Da Guiné-Bissau



Fonte: <<https://www.google.com.br/search?q=guiné+bissau&source>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Segundo o último recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) em 2017, a população da Guiné-Bissau é estimada em 1.565.842 habitantes e caracteriza-se por ser majoritariamente jovem pois cerca de 49,6%⁹⁹ da população tem menos de 18 anos e a esperança média de vida ronda os 52,4 anos. A taxa bruta de natalidade por 1000 é estimada em 41,0 e a taxa bruta de mortalidade por 1000 é de 12,7. A taxa de alfabetização é de cerca de 43,7%, sendo que o abandono escolar é elevado por motivos

⁹⁹ Tem a ver com as guerras que assolaram o país: Guerra de libertação e guerra civil, mas também com as doenças.

econômicos, sociais e culturais. (BENZINHO; ROSA 2018, p. 20)

Tratando sobre as etnias, importa assinalar que existem entre 27 e 40 grupos étnicos na Guiné-Bissau. As etnias com maior expressão, segundo os censos de 2009, são: a Fula (28,5%), que vivem essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta (22,5% da população) que se encontra principalmente nas regiões sul (Catió) e norte (Oio), a Mandinga com 14,7%, no norte e leste do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%, concentrando-se no noroeste. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Ainda segundo os mesmos autores, com expressão mais reduzida encontramos ainda as etnias Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (como o próprio nome indica vive, no Arquipélago dos Bijagós, e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoanca (1,4%) ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população guineense, e 2,2% assumem não pertencer a qualquer etnia.

A sua distribuição geográfica tem razões históricas mas também se relaciona intimamente com as atividades tradicionalmente praticadas por cada uma delas. Os Balantas, os Manjacos, os Mancanhas e os Papéis encontram-se predominantemente nas zonas costeiras e cultivam o arroz nas bolanhas. Os Papéis são os grandes produtores de caju, por excelência, uma das maiores fontes da economia nacional. Por sua vez os Fulas dedicam-se essencialmente ao comércio e à criação de animais. Os Bijagós praticam pesca de subsistência mas continuam essencialmente ligados às atividades agrícolas, já os Mandingas trabalham principalmente no comércio e na agricultura. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 20)

Evidentemente, para além da língua portuguesa, que é a língua oficial do país, mas falada apenas por cerca de 13% da população, existe o crioulo que é a língua mais falada (cerca de 60% da população fala crioulo), sobretudo nos centros urbanos, e usada na comunicação entre diferentes grupos étnicos, já que cada um desses grupos possui a sua própria língua. A língua estrangeira mais falada no país é a francesa, dado que a Guiné-Bissau está no meio de países que têm esta como língua oficial, e a maioria dos países da região são francófonos. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 24)

Importante indicar neste sentido que o crioulo, nascido a partir das relações entre os portugueses e as populações africanas, tem uma base lexical essencialmente portuguesa, mas com formas gramaticais, estruturas sintáticas e concepções semânticas pertencentes às línguas africanas, que estiveram na origem da sua formação.

O estilo musical mais importante do país é o gumbé. Outra manifestação cultural tradicional do país é o Carnaval, que é completamente original, com características próprias, constituindo-se numa das maiores manifestações culturais do país. A cultura do país pode ser observada igualmente na arte das diferentes etnias, possibilitando que o país tenha expressões artísticas, extremamente multiculturais, traduzidas em esculturas, tecelagem, olaria, música e dança.

Observa-se com isso que a Guiné-Bissau possui uma grande

heterogeneidade linguística e cultural, proporcionada pela diversidade de etnias ali existentes e por uma convivência harmoniosa¹⁰⁰ das religiões: Cristã, Muçulmana e Animista. Aproximadamente metade da população pratica a religião muçulmana; entre 10 a 15% são cristãos e a grande parte da população, professa uma ou outra religião ou mesmo nenhuma, com uma grande tendência animista, praticando de forma ativa as crenças tradicionais e ancestrais africanas. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Salienta-se que para os animistas os espíritos são omnipresentes e são eles que dão vida e protegem as coisas e podem combater as doenças, as secas, as inundações, as tragédias. É comum entre os animistas o recurso a amuletos diversos para proteção de quem os usa e o sacrifício de animais para agradar aos espíritos, nomeadamente galinhas para se alcançar uma graça, uma boa colheita ou até para que se possa tomar uma decisão mais acertada. (BENZINHO; ROSA, 2018).

A Guiné-Bissau encontra-se na 178ª posição, num total de 188 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH1) segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2016. “De acordo com o último inquérito realizado para efeitos de elaboração do documento de estratégia nacional para a redução da

¹⁰⁰ Não existe conflito inter-religioso e existe um respeito entre ambos. Em períodos de instabilidades político-militares as entidades religiosas têm trabalhado juntas em prol da construção da estabilidade do país, com marcantes intervenções negociais em busca da paz.

pobreza (DENARP), a pobreza é um fenómeno rural na Guiné-Bissau embora haja também pobres no meio urbano”. (GUINÉ-BISSAU, 2017)

Em termos económicos o PIB é estimado em cerca de 1 bilhão de euros, o que corresponde a aproximadamente 1,5 bilhões de dólares, indicando que a Guiné-Bissau tem uma economia de pequena dimensão, apresentando um desempenho económico com volatilidade, que tem a ver com os períodos de maior ou menor estabilidade política e também com a produção e o preço internacional da castanha de caju, seu principal produto de exportação. Salienta-se igualmente que a economia guineense é exposta aos choques externos, com especial realce para o aumento do preço das importações de energia e combustíveis e de produtos alimentícios, nomeadamente do arroz, a base alimentar de sua população. (FISCALIDADE, 2017; CCIPGB, 2016)

O país é parte integrante da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO) que é composta por 15 países, de expressão (língua) oficial francesa e inglesa, em que a economia guineense posiciona-se como “porta de entrada” num vasto espaço económico com cerca de 320 milhões de habitantes. Igualmente, a Guiné-Bissau e mais 7 destes países de expressão francesa integram a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) tendo uma moeda única, o Franco CFA, para cerca de 80 milhões de pessoas. (CCIPGB, 2016)

A participação da Guiné-Bissau nesta união monetária proporciona-lhe vantagens relevantes no relacionamento com investidores, designadamente a estabilidade cambial que é assegurada pela paridade fixa entre o Franco CFA e o Euro e a liberdade de repatriação de capitais e de lucros. Para uma maior integração com a comunidade económica regional e, conseqüentemente, para o progresso do país, a Guiné-Bissau tem necessidades básicas a satisfazer, nomeadamente no desenvolvimento das suas infraestruturas portuárias, rodoviárias e rede energética. O Estado guineense tem feito um esforço de desenvolvimento da atratividade do ambiente de negócios apostando na simplificação das formalidades administrativas e legais e na criação de um regime de incentivos ao investimento competitivo internacionalmente. Não obstante os progressos a este nível que se refletem na rapidez de abertura de novas empresas no Centro de Formalidade de Empresas e que se manifestam, por exemplo, na subida no ranking “Doing Business”, a perceção dos investidores sobre a facilidade de fazer negócios é muito prejudicada pela instabilidade política. (CCIPGB, 2016, p. 11)

No entanto, as questões aduaneiras e o combate à evasão fiscal continuam sendo os grandes desafios atuais da economia da Guiné-Bissau, sendo determinantes para se garantir a receita fiscal do Estado e também uma condicionante operacional relevante para as empresas que tenham operações de comércio internacional.

Os desafios de competitividade da Guiné-Bissau passam igualmente pelo fortalecimento dos serviços públicos básicos na área da saúde, da educação, das infraestruturas básicas de água, saneamento, energia, transportes e comunicações; e, fundamentalmente, pelo relançamento dos setores produtivos o que requer o estímulo ao investimento privado.

No caso do setor de educação, o país continua ainda com o desafio de criar condições para ter paz permanentemente, apostar na educação em todos os seus níveis e criar as condições mínimas para retomar uma educação alicerçada em sua realidade social e cultural e comprometida com o desenvolvimento e o bem-estar de sua população. (SANÉ, 2018)

Do mesmo modo o setor de saúde embora tenha conseguido assegurar a população os principais cuidados primários, com muita qualidade, ainda precisam de um maior investimento em toda a sua estrutura, nomeadamente em infraestruturas condignas e em meios materiais médicos e medicamentosos de que precisa para atender e assegurar a população uma saúde condigna.

A agricultura tem sido destaque na economia Guineense, estimando-se que a mesma represente cerca de 44% do PIB, empregando a maioria da população nos setores agrícola e pesca, utilizando técnicas rudimentares e carecendo de desenvolvimento e modernização. As indústrias transformadoras, mineira, assim como a construção, a energia, o gás e a água, que fazem parte do setor secundário, representam aproximadamente 12% do PIB, sendo que o setor terciário, constituído principalmente pelo comércio, totaliza 41% (SOUSA et al., 2016).

O setor primário na Guiné-Bissau é centrado na produção de cajú, arroz e pesca, existindo um potencial de diversificação ao longo da cadeia de valor do caju. A fruta tropical, como a manga, também é característica do país

ficando a sua exploração ainda muito aquém do seu potencial de valorização económica. A pesca é uma atividade muito importante na economia guineense quer pela importância que tem na alimentação quer pelas receitas geradas com a venda de licenças de pesca maioritariamente à UE, Rússia e China. A Guiné-Bissau é a 176ª economia exportadora no mundo e a 121ª economia mais complexa segundo o Índice de Complexidade Económico (ICE). Em 2014, as suas exportações atingiram 218 milhões de Euros e as importações 355 milhões de Euros, resultando num saldo comercial positivo de 136 milhões de Euros. As exportações principais da Guiné-Bissau são a castanha de cajú, cocos e castanha do Brasil, (169 milhões de euros) e as suas principais importações, para além de petrolíferos refinados, é o arroz (21 milhões de euros). Entre os principais destinos de exportação destaca-se a Índia (143 milhões de euros) e em termos de importações destacam-se o Senegal (81 milhões de euros) e Portugal (77 milhões de euros) de onde importa, essencialmente, petrolíferos refinados, cerveja e vinho. (CCIPGB, 2016, p. 21)

Enquanto que:

As reservas naturais têm uma variedade rica de fauna protegida e o país é um dos centros mais importantes de *birdwatching* (observação de aves) a nível mundial, principalmente na zona de Cacheu, onde foram identificadas 248 variedades de aves em 2014 e nas Lagoas de Cufada. O Arquipélago dos Bijagós também é muito rico em aves e espécies marinhas raras. Os tarrafes, como zona estuária e de reprodução, apresentam uma grande biodiversidade. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 23)

Tratando concretamente do turismo, importa destacar que ao longo dos últimos anos, a Guiné-Bissau investiu consideravelmente na conservação da sua biodiversidade bem como dos seus ecossistemas.

A criação de um Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP) advém do reconhecimento do papel vital que estas áreas desempenham no sustento das populações e estão na base das atividades econômicas regionais e locais, assim como na contribuição para a saúde e diversidade do ambiente global. (SOUSA, 2016; CCIPGB, 2016)

Assim, de acordo com a ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas da Guiné-Bissau (2018), em consequência destes investimentos, o turismo e o ecoturismo sustentável na Guiné-Bissau tendem a crescer e se tornarem em mais uma oportunidade de negócios, e sustenta que o país possui boas vantagens no setor, sustentadas pelos seus recursos naturais e seus ativos culturais. E que neste conjunto,

O Carnaval destaca-se como um grande evento cultural e caracteriza-se por inúmeros palcos que enaltecem, em manifestações etnográficas de raiz local, a tradição festiva guineense. A biodiversidade característica do País pode ser combinada com recursos culturais fortes, nomeadamente a hospitalidade da população e a diversidade cultural, para criar uma oferta turística única. A culinária diversa e atraente, festivais culturais, danças e músicas tradicionais, bem como o artesanato, são fatores que contribuem para enriquecer ainda mais a experiência turística. (ANEME, 2018, p. 40)

A ANEME (2018, p. 40), sustenta ainda que o setor turístico, com estas potencialidades, estaria mostrando a sua força e sua importância, e que por isso o país, está criando as condições necessárias para atrair investidores, tanto nacionais como

estrangeiros, em suas infraestruturas e serviços, para adequá-los, aos níveis de exigências mais elevados da indústria turística internacional. A Associação sustenta que,

A caça e a pesca são duas grandes atrações da Guiné-Bissau. É possível fazer pesca desportiva e caça submarina, apanhando espécies tais como xaréus, barracudas, corvinas, bicas, pargos, garoupas, cobias, raias, bagres, etc. A caça desportiva também é uma atividade de atração turística e que permite aos seus praticantes a caça de espécies como as rolas, francolins, patos, gangas, galinha-do-mato, javali-africano, potamochoero e duikers. Por fim, a gastronomia guineense caracterizada pelo pitch patch (sopa de ostras), pelo caldo de mancarra (amendoim) acompanhado de galinha, o chabéu, a cafriela, o siga (à base de óleo de palma e quiabo), o brinde de peixe, a bica grelhada e a poportada com farinha de arroz e carne de porco, são algumas das especialidades guineenses. (ANEME, 2018, p. 40)

Salienta-se que a oferta gastronômica, apresenta uma variedade de riquezas locais. Os cereais, particularmente arroz e milho, constituem a base da refeição diária de um guineense. Legumes, tubérculos, e frutas tropicais compõem os alimentos complementares da dieta alimentar guineense. O vinho de palma e de caju, são produtos locais de consumo de massa, sobretudo entre as comunidades animista e cristã.

A cozinha tradicional da Guiné-Bissau, conforme BENZINHO e ROSA, (2018, p. 26), se apresenta com toda a sua força e características bem próprias, com seus sabores, aromas, ingredientes e cores utilizados, sendo uma cozinha simples e surpreendente pelo fato de

ser resultante da mistura da cultura gastronômica ancestral africana, que se utiliza dos produtos locais, nomeadamente, destacando-se os legumes e as frutas próprias do país e os matizes da cozinha tradicional portuguesa. Neste sentido, conforme Benzinho e Rosa (2018, p. 26),

As ostras de raiz ou de rocha são abundantes na Guiné-Bissau e convidam a um bom convívio debaixo do mangueiro. Os camarões de Farim são outra iguaria a não perder. A lima, a malagueta, o óleo de palma ou o caldo de mancarra¹⁰¹ (amendoim) são omnipresentes na cozinha guineense caracterizada por sabores intensos e temperados. A acompanhar o mafé - o conduto composto por molhos e caldos de carne, marisco ou peixe - encontramos invariavelmente o arroz. Os peixes como a bica são muito apreciados e normalmente comem-se grelhados com um molho feito à base de cebola, limão e malagueta. E claro, arroz! Como pratos mais característicos, é de mencionar o Caldo de Chabéu (feito com óleo de palma, quiabos, carne ou peixe), o Caldo de Mancarra (caldo de amendoim com carne ou peixe), Sigá (confeccionado com quiabos, carne ou peixe e camarões), Pitche-Patche de Ostras (arroz de ostras), Cafriela (galinha da terra ou carneiro grelhados com molho de limão, malagueta e cebola), caldeirada de cabrito ou cabra grelhada.

Benzinho e Rosa (2018, p. 26), destacam ainda os famosos sucos naturais locais, nomeadamente,

O sumo de cabaceira (feito com o fruto do embondeiro), o sumo de onjo (com folhas de bagitche), o sumo de veludo (fruto avermelhado, conhecido por ter algumas

¹⁰¹ Amendoim.

características medicinais), o sumo de fole (fruto de uma árvore trepadeira), o sumo de farroba (fruto da árvore pé de farroba), sumo de mandiple (feito com um fruto amarelo, proveniente de um arbusto com o mesmo nome) e os sumos de papaia, manga ou goiaba. Estes sumos naturais são servidos demasiadamente doces pelo que aconselhamos que se peça que seja adicionado pouco açúcar. Nas frutas destacamos a papaia, a manga, a pinha, a banana, o ananás, o fole e o caju fresco que é também muito apreciado na Guiné- -Bissau.

Enfim, e em poucas palavras, salienta-se que a Guiné-Bissau está em condições de desenvolver o seu turismo, enfocando várias frentes, nomeadamente, o turismo rural, o turismo com foco na pesca e na caça desportivas, o Ecoturismo, turismo voltado para visitas a locais históricos, a savanas e as florestas cheias de animais, com uma linda vegetação, entre outros.

7.3 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS E ORIENTAÇÕES GERAIS PARA VIAJAR, FAZER TURISMO OU NEGÓCIOS NA GUINÉ-BISSAU

7.3.1 Aspectos Históricos e Culturais do país

Começo este ponto indicando que de acordo com Benzinho e

Rosa (2018, p. 18-19), em se tratando de vestígios humanos no atual território da Guiné-Bissau, os registros históricos apontam suas evidências no terceiro milênio antes de cristo, quando populações provenientes do deserto do Sahara sendo estes os ascendentes dos atuais grupos étnicos que vivem no litoral e nas ilhas guineense, nomeadamente, os Bijagós.

Até o século XVII, este território integrava o então reino de Gabú, um sub-reino que fazia parte do grande Império do Mali, que perdurou até o século XVIII. Benzinho e Rosa (2018, p. 16), indicam que,

No século IV a.c. funda-se o império do Gana que perdura até ao séc. XI, quando os Almorávidas tomam Kumbi-Saleh, a capital do Gana. É então que os povos Naulus e Ladumas chegam à atual Guiné-Bissau, onde predominavam os povos Mandingas, pertencentes ao Reino de Gabú, instalados entre a região nordeste da Guiné-Bissau e a região de Casamansa. O Reino de Gabú era por sua vez vassalo do Império do Mali (1230 a 1546), estado rico e sumptuoso que se estendeu entre a região do Rio Senegal e do Alto Níger.

A chegada dos europeus às costas da região registrada, foi no ano de 1445, por intermédio do navegador português Nuno Tristão. Na época apenas as margens dos rios e a costa tiveram contatos intensos e explorados, tendo-se intensificado a presença portuguesa a partir de 1558, com a fundação a vila de Cacheu, com um porto de águas profundas, que favorecia o comércio de escravos, ouro e marfim, realizado junto aos povos locais. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Cacheu foi a casa dos portugueses lançados (aventureiros) e dos degredados (condenados ao exílio). As ocupações portuguesas seguintes, onde também se instalaram feitorias para fins comerciais, são posteriores a 1640 e foram sempre feitas a partir dos rios - Casamansa, São Domingos, Farim, Bissau, e mais tarde, Bolama e Bafatá. Em 1753 é estabelecida pelos portugueses a Capitania de Bissau. Os ingleses conseguem, por sua vez, estabelecer -se em Bolama, ilha do Arquipélago dos Bijagós mais perto do território continental da Guiné, em 1792.

Mais tarde, no ano de 1879 segundo Benzinho e Rosa (2018, p.16-17), a Guiné passa a ter um estatuto de província ultramarina, agora denominado Guiné Portuguesa, com a sua separação administrativa de Cabo Verde. Salienta-se que a ocupação e a colonização do país não foram feitas sem antes a população local resistir, na busca da manutenção da sua autonomia, tendo a última grande revolta acontecido em 1936, realizada pelos Bijagós da Ilha de Canhabaque. E, a partir desta data “A população guineense foi então obrigada ao trabalho forçado, as infraestruturas foram sendo aos poucos desenvolvidas e foi dada a preferência para a nomeação de cabo-verdianos como funcionários.”

Importa destacar neste sentido que,

Durante os cinco séculos de presença e dominação colonial portuguesa, neste território, houve uma luta permanente dos povos locais, utilizando-se de diversas formas de resistência, nomeadamente, a resistência à

ocupação dos seus territórios, a recusa ao pagamento de imposto de palhota¹⁰², a fuga ao trabalho forçado, greves, resistência à abolição de suas tradições culturais, entre outras. (SANÉ, 2019, P. 119)

Não é por acaso que até as vésperas da proclamação da república portuguesa, em 1910, o estabelecimento do poder português na Guiné não estava assegurado, dada a permanente ação subversiva dos nativos. (SANÉ, 2019, P. 120)

Enfim, esta permanente resistência dos povos locais aliada aos diversos acontecimentos internacionais, como foi o caso do movimento Pan-Africanista; a independência de vários países africanos; o contexto político e ideológico da Guerra Fria; e a forte influência e apoio ao processo de independência recebido por parte de algumas organizações de caráter político e cultural portuguesas, culminou com a criação do PAIGC¹⁰³, o movimento que liderou a luta política e armada pela independência do país. (SANÉ, 2019, P. 121-122)

Conforme Sané (2019, p. 131-132), no ano de 1963 inicia-se formalmente a luta armada, com um primeiro ataque ao quartel militar português de Tite, no sul da Guiné-Bissau e, a primeira grande vitória militar viria a acontecer um ano depois, com a conquista da Ilha de Como, situada no sul do país. “A partir dessa batalha as

¹⁰² Imposto de palhota: era o tributo que os portugueses cobravam aos nativos, pelas propriedades destes, particularmente as casas. O imposto era tanto em valor monetário como em espécie.

¹⁰³ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

conquistas foram se sucedendo e, após onze anos de lutas (1963-1974), e, mesmo com o assassinato de seu principal líder Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, o PAIGC assegurou a mobilização da população e, em 1971, controlava mais de 80% do território da Guiné”.

Em consequência dessas vitórias, em 24 de setembro de 1973, o partido proclama para a África e ao mundo o surgimento de uma nova nação forjada na luta, a República da Guiné-Bissau, tendo sido reconhecido por todos os países africanos independentes, assim como da América Latina, Ásia e da maioria dos países da Europa.

No entanto,

Os primeiros anos pós independência são muito agitados, registrando-se até 1979 o fuzilamento de ex-comandos africanos e de cidadãos conotados com o Partido FLING, bem como uma tentativa do Presidente de implementar um governo de inspiração socialista, num projeto de unidade da Guiné-Bissau e de Cabo Verde que termina abruptamente em 1980, com um golpe de estado perpetrado pelo Primeiro-Ministro Nino Vieira, que assim assume a liderança do país. Em 1986, dá-se uma nova tentativa de golpe de estado, desta feita encabeçado pelo Vice-presidente do Conselho da Revolução, pelo Procurador-Geral da República e vários oficiais superiores das Forças Armadas que acabam detidos e parte deles fuzilados no que veio a ser conhecido como o caso 17 de outubro. O regime de multipartidarismo chega em 1991 e, em 1994, realizam-se as primeiras eleições livres na Guiné- -Bissau com a vitória do PAIGC e de Nino Vieira para a Presidência da República, com maioria absoluta. Em 1997 a Guiné-Bissau integra a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e adota o Franco CFA como moeda nacional, substituindo o Peso. (BENZINHO; ROSA, 2018, P. 17)

O país é também membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental desde 1975; dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; da União Africana e das suas diferentes organizações multilaterais; da Organização das Nações Unidas e das suas diferentes organizações multilaterais; da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; da OMC, entre outras instituições internacionais.

Segundo Benzinho e Rosa (2018) no ano de 1998 dá-se início a um período muito conturbado de consequências inesquecíveis para o país, a eclosão de uma guerra civil que opõe o governo eleito democraticamente e uma autointitulada “Junta Militar”, tendo como base rivalidades e lutas pelo controle de poder no seio do PAIGC. “Esta guerra que durou cerca de 11 meses, devastou infraestruturas, a economia, a sociedade, famílias e ceifou muitas vidas. Esta destruição teve consequências catastróficas no país que perduram até aos dias de hoje”. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 20)

Enfim, falar da história recente da Guiné-Bissau e nos seus 47 anos de independência é, na realidade, falar de um Estado com algumas dificuldades em se consolidar, fruto de sucessivos golpes e conflitos causadores de instabilidade política que se materializa numa economia débil e numa sociedade fragilizada por anos de falta de paz e de perspectivas de futuro. (BENZINHO; ROSA, 2018)

É de salientar, no entanto, que estes conflitos político-militares não se

replicam na sociedade guineense, que é pacífica e extremamente hospitaleira, recebendo qualquer pessoa que ali chega com um sorriso e um brilho no olhar, que nos marca para sempre. Por isso, falar da história da Guiné-Bissau é também falar das suas gentes e da sua generosidade, da sua riqueza étnica, da sua diversidade cultural, do seu enorme potencial turístico e das belezas naturais que encontramos de norte a sul do país e que justificam sem dúvida alguma uma visita, uma possibilidade de fazer negócios. (BENZINHO; ROSA, 2018)

No que diz respeito aos usos e costumes, é preciso sublinhar que na Guiné-Bissau os povos não se regem pelos mesmos conceitos sociais ocidentais, mesmo com o poder do Estado tendo esta conformação, ainda hoje, como bem descrevem Benzinho e Rosa (2018, p. 21), mantém-se, sobretudo nas zonas rurais, o sistema pré-colonial de poder em que o Régulo continua a gozar de muito respeito, sobretudo nas etnias animistas.

O Régulo é a entidade máxima numa determinada comunidade local que funciona independentemente do Estado, tendo responsabilidade em matéria de administração territorial, de arbitragem em questões de ordem social ou divisão fundiária e agindo mesmo na veste judicial. Detém também um papel crucial na regulação social e cabe-lhe, por exemplo no contexto da etnia Manjaca, determinar o início e o fim das colheitas por parte de todos os cidadãos da região subordinados ao seu poder, seguindo-se uma série de rituais pré-estabelecidos. Já nas etnias islamizadas, o Régulo foi de certa forma substituído pelas autoridades religiosas. (BENZINHO; ROSA, 2018, P. 21)

Um fator característico das populações locais tem a ver com o conceito de família, que também difere e muito do conceito ocidental/europeu, pois, definem a família como sendo um conjunto formado por todos os parentes diretos e colaterais, provenientes de um tronco comum, em que o respeito aos mais velhos é notório.

É transversal a todas as etnias o enorme respeito pelos mais velhos e o conceito de família e de solidariedade é bastante amplo, havendo sempre lugar para acolher mais um, dois ou três em casa, em caso de morte do familiar que lhes assegurava sustento. Os principais momentos da vida social guineense, como nascimentos, casamentos, funerais, cerimónias de iniciação dos jovens ou o princípio e fim da época das colheitas estão sujeitos a cerimónias cheias de significado e que diferem de etnia para etnia. (BENZINHO; ROSA, 2018, P. 21)

Observa-se assim que na Guiné-Bissau há uma convivência harmoniosa de muitas etnias cada uma com a sua particularidade cultural, a sua forma de ser e de viver, refletindo no estilo de vida cultural, espiritual e social de cada um. Nota-se por exemplo as suas diferenças no que diz respeito a organização e ordenamento territorial, nas vestimentas, na gastronomia, nas suas festividades na construção das habitações, na simbologia, nas crenças religiosas, nos rituais, no jeito de adoração aos seus antepassados, entre outros.

A Guiné-Bissau possui uma herança cultural bastante rica e diversificada, com uma multiplicidade de ritmos, instrumentos musicais, danças e manifestações culturais.

O folclore guineense é muito rico e varia muito entre etnias, não só pela expressão corporal, como nos trajes ou sons e instrumentos que acompanham esta manifestação cultural, que está muito presente no quotidiano guineense, como em dias festivos, funerais ou nas cerimónias de iniciação como o Fanado. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 28)

Isso indica que a Guiné-Bissau é detentora de um património artístico muito rico e diversificado, visto que as diferenças étnicas e linguísticas produziram grande variedade a nível da dança, da expressão artística, das profissões, da tradição musical, das manifestações culturais. Neste sentido,

A arte na Guiné-Bissau assume grande importância pelo papel que desempenha na religião e nos ritos animistas, tendo uma relação muito próxima com o sobrenatural, pois permite a comunicação com os Irãs (espíritos) e os antepassados. A arte guineense mais valiosa e mais rara é a arte Bijagó, mas as etnias Nalu, Papel e Manjaca são também conhecidas pelas suas esculturas. Estas esculturas são normalmente máscaras de animais (como tubarões, touros, vacas, hipopótamos) e são usadas durante os ritos ou danças tradicionais. A cestaria, os panos de tear (pano de pente) e tingidos ou a olaria são também algumas das manifestações culturais típicas da Guiné-Bissau. A música faz parte do quotidiano na Guiné-Bissau, estando muito presente nos momentos duros da lavoura, nos tempos de ócio, em cerimónias como o casamento, de iniciação, batizados ou funerais. O género mais conhecido na Guiné-Bissau é o Gumbé, uma mistura de diversos estilos musicais. Ocorrem durante o ano vários festivais de música, sendo o mais conhecido o Festival de Bubaque que se realiza no fim-de-semana da Páscoa em Bubaque, Arquipelago dos Bijagós, e que reúne ali os melhores músicos da atualidade. O músico de maior referência na Guiné-Bissau, por ser um símbolo da resistência ao colonialismo e autor dos poemas

musicados mais conhecidos, é José Carlos Schwartz, já falecido. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 30)

Na literatura, segundo Benzinho e Rosa (2018) destaca-se Amílcar Cabral, poeta e autor de importantes ensaios políticos e discursos nacionalistas, Vasco Cabral, Abdulai Silá entre tantos outros. No que respeita aos artistas plásticos, podemos destacar Augusto Trigo, Ismael Hipólito Djata, Sidney Cerqueira, entre outros. “Na sétima arte, destacam-se Flora Gomes, cineasta guineense diversas vezes premiado e reconhecido internacionalmente pelo seu trabalho, e o jovem cineasta Filipe Henriques”. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 31)

Importa enfim indicar que estas manifestações culturais podem ser observadas na vida quotidiana destas populações, sobretudo quando se celebram os casamentos, as cerimónias de iniciação, as cerimónias fúnebres, no período das colheitas, entre outros eventos que marcam suas vidas.

7.3.2 Orientações Gerais para Viajar, Fazer Turismo ou Negócios na Guiné-Bissau

O viajante, podendo ser turista ou pessoa de negócios que decide visitar a Guiné-Bissau, deverá munir-se de informação atualizada acerca da situação no país e seu contexto regional. Para tal, poderá consultar as informações disponibilizadas a título de conselhos

aos viajantes pelas entidades governamentais responsáveis pelas relações externas do seu país de origem.

Salienta-se que a melhor época do ano para visitar Guiné-Bissau seria entre os meses de novembro e abril, por ser a época seca favorecendo circular mais facilmente pelo país. Informa-se igualmente que os meses mais frescos são os de dezembro, janeiro e fevereiro, e, os mais húmidos e quentes, seriam os meses de março, abril e maio.

Para entrar no país o visto é obrigatório, podendo ser obtido on-line através do site www.rgb-visa.com, ser solicitado na Embaixada ou Consulado da Guiné-Bissau mais próximo do ponto de origem. Para isso é necessário o preenchimento de um formulário e entrega de uma foto. É exigido que o passaporte tenha uma validade superior a seis meses. Maiores informações acessar o site indicado (www.rgb-visa.com). (BENZINHO; ROSA, 2018)

Salienta-se que o investimento na construção de uma rede de aeródromos seria de suma importância para o país, o que facilitaria o desenvolvimento do turismo, pois, para além da falta de uma companhia aérea nacional para realizar as ligações da Guiné-Bissau com o resto do mundo, existe apenas um aeroporto com voos internacionais, o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, localizado na capital.

Significando isso que, as ligações da Guiné-Bissau com o resto do mundo são feitas por empresas aéreas internacionais, tendo-se dois voos semanais entre Bissau e Lisboa com duração de 4 horas. As

demais ligações internacionais são realizadas a partir de Portugal e de outros países africanos vizinhos, principalmente via Senegal, Cabo Verde e Marrocos. (SOUSA, 2016)

Em termos de rede portuária salienta-se que de acordo com Sousa (2016), o país dispõe de quatro portos marítimos de referência, sendo eles o porto de Bissau o maior e mais importante, os portos de Buba, Cacheu e de Farim. Sousa (2016, P. 59) destaca que, "o porto de Bissau é o principal porto do país, cobrindo 85% dos fluxos comerciais, existindo planos do Governo com vista ao aumento do cais de atracagem, bem como da dragagem de navios naufragados". Assim como na questão de aeroportos, também o país precisa do investimento de empreendedores nacionais e estrangeiros para desenvolver este meio de transporte tão importante para o desenvolvimento dos negócios sobretudo no que diz respeito a exportação e importação de produtos.

É essencial levar repelente de mosquitos, roupa fresca, calçado confortável, lanterna, óculos de sol e um protetor solar se for para as ilhas, para a praia ou pescar. O viajante deve também em termos de cuidados de sua saúde fazer uma consulta antes de viajar. Assim o médico analisará, conforme as circunstâncias, a vacinação aconselhada. Igualmente, o viajante pode consultar as informações disponibilizadas a título de conselhos aos viajantes pelas entidades governamentais responsáveis pelas relações externas de seu país.

No que diz respeito a segurança pessoal salienta-se que o nível

de criminalidade na cidade de Bissau é inferior ao de outras grandes cidades africanas ou capitais do mundo. Assaltos, raptos e outros crimes são muito raros em Bissau. Mesmo assim deve-se observar cuidados básicos de prudência, tais como evitar circular a pé de noite, dada a pouca iluminação pública existente, e evitar ostentar objetos de valor. (BENZINHO; ROSA, 2018)

“No resto do país é muito raro verificarem-se ocorrências de assaltos, as pessoas são muito hospitaleiras e solícitas quando se cruzam com turistas. As viagens fora de Bissau deverão ocorrer durante o dia pois as estradas e as povoações não estão iluminadas e à noite o auxílio poderá ser bastante difícil.” (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 145)

Tratando da eletricidade e água, a corrente elétrica na Guiné-Bissau é 220 volts, no entanto o seu fornecimento tem maior regularidade na capital Bissau. No resto do país ainda não se tem rede elétrica pública, recorrendo-se aos geradores. Mas, atualmente o uso generalizado de energia solar está a ser uma realidade cada vez maior. (BENZINHO; ROSA, 2018)

A moeda da Guiné-Bissau é o Franco CFA, que possui uma taxa de conversão estável 1 euro = 655,957 francos CFA, as moedas são de 25, 50, 100, 200, 250 e 500 e as notas são de 500, 1.000, 2.000, 5.000 e 10.000. Os bancos existentes em Bissau são poucos, assim como as caixas de multibanco. É pouco comum a utilização de cartões de crédito ou de débito, não sendo possível o pagamento por multibanco nos estabelecimentos comerciais ou restaurantes, havendo a

necessidade de levar dinheiro de bolso para trocar localmente. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Em termos de comunicações, nomeadamente, redes internet e de celulares, salienta-se que o indicativo internacional da Guiné-Bissau é (+245). O país ainda não possui uma rede telefónica fixa, apenas redes móveis, com dois operadores cobrindo grande parte do território nacional, sendo eles - Orange e MTN - fornecendo igualmente rede de internet. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Tratando das condições de alojamento, salienta-se que

Os Hotéis na Guiné-Bissau não estão ainda sujeitos a um critério de avaliação uniforme, a legislação encontra-se em fase de preparação pelo que cada uma das unidades hoteleiras toma a iniciativa de se autoavaliar exibindo as estrelas que considera adequadas aos equipamentos que disponibiliza aos seus clientes. Na cidade de Bissau e em algumas das ilhas do Arquipélago dos Bijagós podem encontrar-se hotéis com oferta de serviços de qualidade, correspondendo mesmo a quatro ou cinco estrelas dos padrões internacionais. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 155)

Em se tratando de rede rodoviária, salienta-se que esta encontra-se em geral, em mau estado de conservação, tendo apenas 10% da mesma asfaltada, favorecendo de certa forma a ligação entre as principais cidades e a circulação de pessoas e bens.

O país tem uma rede de estradas revestidas de cerca de 800 quilómetros. Poderá recorrer a estradas de terra batida para chegar à maioria dos locais referenciados neste guia. Na época das chuvas, de maio a outubro, estas

estradas são dificilmente transitáveis e aconselha-se a utilização de viaturas 4x4 (todo o terreno). (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 156)

Os meios de transportes públicos são nomeadamente, Toca-Toca (pinga-pinga), que é um micro-ônibus com capacidade para 20 passageiros e que para em qualquer lugar conforme a solicitação dos passageiros, para sair ou entrar, sendo uma forma mais económica de viajar em Bissau e para as localidades ao redor da capital; Autocarros Verdes de transporte urbano (ônibus) que fazem a ligação entre os diversos bairros da cidade de Bissau e localidades circunvizinhas. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Os outros meios de transportes terrestres seriam nomeadamente, Taxis, Autocarros (ônibus) interurbanos; “SETE PLACE”, que é um meio de transporte alternativo para se deslocar até outras cidades ou regiões do país e, como o próprio nome indica, é um carro de 7 lugares que habitualmente só sai quando tem os 7 passageiros e, outro meio de transporte alternativo seria “CANDONGA” uma carrinha (camioneta) com capacidade para 20 pessoas que faz as viagens Inter regiões. (BENZINHO; ROSA, 2018)

Para se deslocar até às Ilhas Bijagós tem dois barcos de carreira, que normalmente saem de Bissau com destino a Bubaque e a Bolama. As horas de partida e chegada variam em função das marés pelo que aconselhamos uma passagem pelo porto na véspera onde normalmente é afixado um papel com o destino e horário de saída do barco. Estes barcos propõem dois tipos de bilhetes - para nacionais e residentes na Guiné-Bissau e para turistas.

(BENZINHO; ROSA, 2018, p. 157)

Em relação a comunicação social, sublinha-se que na Guiné-Bissau, até ao momento, a rádio continua a ser o meio de comunicação por excelência e o principal veículo de informação. É na rádio que se transmite todas as comunicações importantes. Entre as rádios existentes no país destacam-se a Radiodifusão Nacional da Guiné-Bissau, a Rádio Galáxia do Pidjiguiti, Rádio Bombolom, e a Rádio Jovem.

Salienta-se que para além destas rádios, tem-se dezenas de rádios comunitárias espalhadas pelo país, sendo muitas vezes o único elo de ligação com o que se passa na Guiné-Bissau e no mundo. No tocante a imprensa escrita destacam-se os jornais *Nô Pintcha*, a *Gazeta de Notícias*, *O Democrata*, o *Diário de Bissau*, *Diário Digital*, *Os Donos da Bola* e o jornal *Última Hora*.

7.4 GUINÉ-BISSAU NO SÉCULO XXI EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A Guiné-Bissau pretende enfrentar os desafios do novo século caracterizado pela sociedade da informação e do conhecimento através a implementação de um Plano Estratégico de

Desenvolvimento com o nome de “Terra Ranka¹⁰⁴”, desenhado para ser cumprido até o ano de 2025. Com o referido plano pretende-se cumprir com os propósitos da luta pela independência, que era trazer o progresso social e oferecer um futuro melhor aos guineenses, para que todos pudessem reconhecer no seu país a própria casa.

Isto porque 47 anos após a conquista da independência, a Guiné-Bissau ainda não concretizou estas aspirações, pois, ao longo dos anos as dificuldades económicas intensificaram as tensões sociais, favoreceram o isolamento étnico e levaram a erupções da violência. Com isso o ciclo negativo foi reforçado e impediu a realização das aspirações progressistas legítimas de todo um povo. Com esse plano acredita-se poder superar este ciclo negativo, porque a história da humanidade oferece exemplos de sobra de um esforço nacional conducente a períodos de prosperidade durável.

Os pilares deste plano demonstram o surgimento, em 2025, de uma economia diversificada, ao lado de setores domésticos tradicionais (moradia e construção, comércio) e setores de apoio crítico para a competitividade (energia, digital), os quatro grandes motores do crescimento. Para atender às expectativas legítimas das populações foram definidos para 2020 objetivos intermediários sólidos e concretos em cada um dos motores do crescimento: autossuficiência em produção do arroz, dobro das receitas do caju, desenvolvimento do turismo no Arquipélago dos Bijagós, dobro das

¹⁰⁴ Recomeço

receitas e do valor agregado da pesca e desenvolvimento do setor de materiais de construção. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2015).

Para desenvolver plenamente os motores do crescimento é necessário que os fundamentos da competitividade estejam implementados. Por exemplo, a pesca não pode desenvolver-se sem uma gestão sustentável dos recursos haliêuticos a garantir a renovação da espécie. Para o efeito, cinco fundamentos foram definidos, os quais constituem os cinco outros eixos estratégicos: paz e boa governança; biodiversidade e capital natural; infraestruturas e desenvolvimento urbano; desenvolvimento humano; e ambiente de negócios. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2015).

Acredita-se que a Guiné-Bissau está em condições de influenciar de forma sustentável a sua trajetória de desenvolvimento, dado que dispõe de um capital natural considerável; tem importantes recursos hídricos (130 km³/ano de água de superfície e 445 km³/ano de água subterrânea), um vasto e rico território marítimo (105.000 km² em 270 km de litoral), biodiversidade excepcional que presta serviços de ecossistema ao conjunto da África Ocidental. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2015).

Salienta-se que cerca de 10% do seu território é coberto de mangues, talvez a proporção mais importante do mundo; 13% do seu território terrestre e marítimo é um santuário de preservação da biodiversidade; e o Arquipélago Bolama-Bijagós, sítio natural excepcional de 80 ilhas e ilhotas, é reconhecido em UNESCO MAB

(Man & Biosphere) e várias ilhas (e sítios terrestres) são classificados como RAMSAR (zonas húmidas de importância internacional). A economia atual da Guiné-Bissau fundamenta-se inteiramente no seu capital natural, que representa 47% da riqueza por habitante, talvez a parte mais importante da África Ocidental. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2015).

Além do mais a Guiné-Bissau é reconhecida como sendo o quarto produtor mundial de castanha de caju bruta, e a explorar as características naturais do seu solo. Mas é preciso melhorar a qualidade da produção da castanha de caju, transformando localmente uma parte, o que poderá até 2025, e quadruplicar as receitas provenientes deste sector. Ainda pode-se elencar outros verdadeiros motores de crescimento, nomeadamente, a pesca, o arroz, o turismo e setor mineral, que poderá no futuro liderar o seu desenvolvimento. (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2015).

Importante indicar que para uma maior integração com a comunidade económica regional e, conseqüentemente, para o progresso do país, a Guiné-Bissau tem necessidades básicas a satisfazer, nomeadamente no desenvolvimento das suas infraestruturas portuárias, rodoviárias e rede energética.

Para garantir o exercício da atividade econômica de estrangeiros no país, o desafio será o de cumprir com as determinações da Organização para a Harmonização do Direito dos Negócios em África (“OHADA”). Os Atos Uniformes da mesma aplicam-

se diretamente no país, prevalecendo sobre a legislação doméstica já que a Guiné-Bissau é membro desta instituição. (SOUSA, 2017).

Observa-se que de acordo com o Ato Uniforme relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico (“AUSC”)¹⁰⁵,

As pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, têm a possibilidade de se estabelecer na Guiné-Bissau sob uma das seguintes formas: (i) sucursal, (ii) sociedade em nome coletivo, (iii) sociedade em comandita simples, (iv) sociedade de responsabilidade limitada, ou (v) sociedade anónima. (CCIPGB, 2016, p. 29)

Salienta-se que em geral, a lei guineense não impõe como norma que uma sociedade comercial seja constituída com sócios locais, excetuando-se setores como as indústrias extrativas. Em geral, entre os tipos de sociedades acima descritos, os que tem sido preferência dos investidores estrangeiros destacam-se as sociedades de responsabilidade limitada e as sociedades anónimas. (CCIPGB, 2016)

¹⁰⁵ AUSC adotado a 30 de janeiro de 2014, com entrada em vigor a 5 de maio de 2014.

7.5 PRINCIPAIS CONCLUSÕES E DICAS

7.5.1 Principais Conclusões

Espera-se ter conseguido com este roteiro trazer junto ao cidadão turista, viajante e/ou potencial investidor que tem a pretensão de conhecer, negociar ou investir na Guiné-Bissau, informações relevantes sobre as características gerais deste lindo país, e um conjunto de informações, relevantes que poderão favorecer a sua viagem. Procurou-se apresentar uma Guiné-Bissau positiva, acolhedora, onde se pode percorrer o país de norte a sul, de leste a oeste sem maiores receios ou problemas.

A Guiné-Bissau é um país que desperta todos os sentidos de quem a visita e em cada visita. Neste paraíso da biodiversidade, as cores que se atravessam em cada caminho percorrido, o cheiro da manga ou do caju, as texturas de cada poilão com os seus largos troncos ou o pano de pente que cobre de dignidade o corpo do seu povo, os sorrisos das crianças que nos desarmam com os seus cumprimentos, são vivências impossíveis de vos transmitir pela escrita ou pela imagem, mas que prendem para a vida. (BENZINHO; ROSA, 2018, p. 163).

O presente roteiro seria na verdade uma forma de convite para descobrir estas sensações únicas e inesquecíveis, pois, este país possui vastos recursos naturais, que vão desde a agricultura e pescas até aos

recursos hídricos e minerais, beneficiando-se ainda de um património florestal e ambiental de elevado potencial económico. A beleza paisagística, a biodiversidade, a riqueza histórica e a diversidade cultural e etnográfica proporcionam um conjunto de oportunidades na área dos negócios e do turismo, disponível para ser conhecido e explorado.

7.5.2 Algumas Dicas Importantes

Apresenta-se aqui outras informações consideradas interessantes, sobretudo para potenciais investidores no país, que são nomeadamente endereços de instituições de investimento, entidades empresariais e bancárias da Guiné-Bissau, a saber:

- Agência de Promoção de Investimento – Guiné-Bissau Investimentos Endereço: Avenida Amílcar Cabral, nº67 R/C Esquerdo, Bissau – Guiné-Bissau Telefone: + 245 955 651 412 Website: www.mef-gb.com/pt;
- Associação Industrial da Guiné-Bissau (AIGB) Endereço: Avenida do Brasil, nº2 – 1º, Apartado 56, Bissau – Guiné-Bissau Telefone: +245 966 624 294
- Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) Endereço: Avenida Combatentes da Liberdade da Pátria, Apartado 38, Bissau – Guiné-Bissau Telefone: +245 325 63 25 |

+245 966 122 788 Website: www.bceao.int E-mail: webmaster@bceao.int

- **Câmara do Comércio da Guiné-Bissau** (CDC – GB) Endereço: Av. Combatentes da Liberdade da Patria, Bº Ajuda, 1ª Fase, Bissau, Guiné-Bissau Telefone: +245 632 67 91/578 15 28 E-mail: geral.cdcgb@gmail.com

- **Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços da Guiné-Bissau** (CCIAS – Guiné-Bissau) Endereço: Avenida Pansau N'Isna, nº 88, Bissau Velho – Guiné-Bissau Telefone: +245 320 16 02 | +245 966 712 060 Website: <http://ccias-guinebissau.com/contactos/> E-mail: camarabraima@hotmail.com

- **Centro de Formalização de Empresas** – CFE Endereço: Avenida Amílcar Cabral, nº67 R/C Esquerdo, Bissau – Guiné-Bissau Telefone: + 245 955 651 4 12 Website: www.mepirgb.gov.org | <https://guineebissau.eregulations.org/>

- **Direção Geral do Comércio, Turismo e Artesanato**
Departamento de Licenciamento da Direção do Comércio Interno Endereço: Avenida 3 de Agosto, Bissau – Guiné-Bissau.

- **Ministério da Economia e Finanças** Endereço: Avenida Amílcar Cabral, Apartado 67, Bissau – Guiné-Bissau Telefone: +245 966 673 366 Website: www.mef-gb.com/pt E-mail: info@mail.guine-bissau.org

REFERÊNCIAS

ANEME, Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas **Estudo Guiné-Bissau: Enquadramento perspectivas de desenvolvimento levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais.** Lisboa, abril 2018. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/2018/07/03/estudo-guine-bissau/>.

Acesso em: 23 out. 2020.

BART1914. **Guiné/Bissau** - fauna e flora. Disponível em: <https://bart1914.blogspot.com/2016/06/guinebissau-fauna-e-flora.html>. Acesso em: 23 out. 2020.

BENZINHO, Joana e Rosa, Marta. **Guia Turístico: À Descoberta da Guiné-Bissau.** 2ª edição revista e atualizada. Afectos com Letras – ONGD. União Europeia, março de 2018.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau.** Belo Horizonte, 2015. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFMG). 176 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9XCK5W>. Acesso em: 22 out. 2020.

CCIPGB, Câmara de Comércio e Indústria Portugal Guiné-Bissau. **Guiné-Bissau: Guia de investimento 2016/2017.** Setembro de 2016 Disponível em: https://www.plmj.com/xms/files/v1_antigos_anteriores_a_abr2019/Guias_Investimento/2017/Guia_de_Investimento_Guine_Bissau.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

FISCALIDADE. **Guia de investimento Guiné-Bissau.** Fiscalidade (Pt). 3 abr. 2017. Disponível em: <http://fiscalidade.pt/2017/04/03/guia-de-investimento-guine-bissau>. Acesso: 23 out. 2020.

GUINÉ-BISSAU. **Guiné-Bissau: Síntese das potencialidades e de oportunidades de negócios e investimento.** Disponível em:

<https://docplayer.com.br/28183862-Guine-bissau-sintese-das-potencialidades-e-de-oportunidades-de-negocios-e-investimento.html>. Acesso em: 23 out. 2020.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **INEC**: Instituto Nacional de Estatística e Censo. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 21 out. 2020.

_____. **Guiné-Bissau 2025**: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka”. Março de 2015. Disponível em: <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/gbs176530.pdf> Acesso em: 22/10/2020.

_____. **Sistema Eletrônico de Solicitação de Visto**. Disponível em: <https://www.rgb-visa.com/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANÉ, Samba. **A educação na Guiné-Bissau**: perspectivas na atualidade o ensino básico em questão. Santa Maria: UFSM, 2019. (Tese de Doutorado)

_____. **Os desafios da educação na Guiné-Bissau**. Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 27, n.1, p. 55-77, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/39717> Acesso: 05/11/2020.

SOUSA, Jorge. **Guiné-Bissau**: Guia de Investimento 2016/2017. Câmara de Comércio e Indústria Portugal Guiné-Bissau (CCIPGB). EDIÇÃO setembro 2016. Disponível em: www.ccipgr.com. Acesso em: 02/10/2020.

CAPÍTULO 8

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM

MACAU:

informações relevantes para negociação numa
cultura euro-asiática

Olívia Pestana¹⁰⁶

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

Vítor Gomes Teixeira¹⁰⁷

Escola de Artes, Universidade Católica Portuguesa, Portugal

¹⁰⁶ Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto. Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação. Desenvolve trabalho como investigadora integrada no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (U.Porto). Os seus interesses atuais centram-se nos sistemas de organização do conhecimento, na análise de conteúdo e indexação por assuntos nos diversos domínios, bem como na produção, organização e uso da informação. E-mail: opestana@letras.up.pt

¹⁰⁷ Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É Professor na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, tendo lecionado na Universidade de S. José, Macau, onde é palestrante regular. Desenvolve trabalho como investigador integrado no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR-UCP). As suas áreas de interesse científico são a história do império português na Ásia, história da arte, património e cultura da expansão portuguesa e, ainda, história da religião e cultura em Portugal e império português. E-mail: vteixeira@porto.ucp.pt

8.1 INTRODUÇÃO

Tão fascinante quanto intrigante, Macau constitui um verdadeiro desafio para quem se estrear numa visita ao território, muito particularmente com o objectivo de encetar conexões empresariais e comerciais. Se, por um lado, se podem utilizar as mais modernas tecnologias, sem as limitações ou restrições do território chinês continental, permitindo a concretização de uma gestão da informação à imagem do mundo ocidental, por outro lado as marcas de uma cultura euro-asiática, profundamente marcadas pela última, requerem uma viagem ao conhecimento das origens territoriais e dos hábitos sócio-culturais que perduram até aos nossos dias.

Região Administrativa Especial (RAEM) com soberania da China desde 20 de dezembro de 1999, Macau tem uma localização privilegiada na atualidade, fazendo da RAEM um potencial espaço estratégico. Exercendo um papel central na aproximação a outras regiões, particularmente desde 1557 (data da fundação histórica da Cidade do Santo Nome de Deus na China, ou Macau), esse papel prende-se, historicamente, não apenas com ex-colónias portuguesas (como Moçambique, Timor Leste ou o antigo estado Português da Índia e seus entrepostos no Índico), mas também com outras regiões na Ásia.

A participação de Macau na iniciativa chinesa One Belt, One Road, uma actualização no século XXI da antiga Rota da Seda (por via

terrestre), um projecto governamental chinês de grande escala, descrito pela primeira vez em Março de 2015 em um documento emitido em conjunto pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio do Conselho de Estado, vem evidenciar a importância atribuída ao território por parte das autoridades chinesas. O governo de Macau, ao apresentar o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento em 2016 para o período 2016-2020, indicou que seriam tomadas medidas necessárias especificamente em relação aos países de língua portuguesa, de forma a poderem também participar activamente da Rota Marítima da Seda do século XXI, uma componente chave do projecto One Belt, One Road, do qual é uma ramificação marítima (RAEM, 2016).

Mas é expectável que a RAEM não irá centrar a atividade apenas na sua progressão enquanto plataforma entre a China e os países de língua oficial portuguesa. Usará, certamente, as suas vantagens competitivas para expandir ainda mais a cooperação com esses países e prosperar no desenvolvimento da nova Rota Marítima da Seda.

8.2 CARACTERIZANDO MACAU NA ACTUALIDADE

Constituída pela península de Macau e por duas ilhas, Taipa e

Coloane, a Região ocupa uma área territorial total de cerca de 32 km², situando-se no flanco ocidental da foz do Rio da Pérola e na entrada do delta do Rio da Pérola (Zhujiang), em oposição a Hong Kong e triangulando, com esta, com Cantão, o eixo central da província de Guangdong e do Sul da China. Esta localização geográfica, todavia, contribui para um clima que requer observação por parte dos visitantes, pois pode resultar num elevado condicionamento das atividades programadas. Poderá ser moderado no inverno, com temperaturas amenas, índice de humidade relativa mais baixo do que no resto do ano e chuva pouco frequente. Mas, nas restantes estações, e principalmente entre maio e setembro, as temperaturas poderão ser bastante elevadas, com superiores níveis de humidade e de precipitação, tornando-se um ambiente exterior desconfortável em associação aos crescentes níveis de poluição.

Os dados demográficos e sócio-económicos de Macau são monitorizados permanentemente pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, estando patentes na publicação do Anuário Estatístico com os dados relativos aos principais indicadores, sendo a última edição de Agosto de 2019 (RAEM, 2019a). Como fontes para a obtenção de informação sistematizada e analisada, encontra-se, ainda, o Portal do Governo da RAE de Macau (RAEM, 2019b) e o *website* do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (RAEM, 2019c), disponibilizando informação nas línguas chinesa (tradicional e simplificada), portuguesa e inglesa, e constituindo

importantes fontes de informação relativa a Macau, incluindo a informação sobre o governo e sobre os serviços e entidades públicos e, apresentando, ainda, um vasto conjunto de hiperligações de grande utilidade sobre negócios e investimento no território.

Com vista à caracterização de Macau e partindo da recolha de dados efetuada nas fontes mencionadas, descrevemos seguidamente um conjunto de dados de particular relevância para o conhecimento do território na atualidade e para o desenvolvimento de uma aproximação negocial às entidades locais.

No final do ano 2018, Macau apresentava uma população de 667.400 habitantes com a esperança média de vida de 83,7 anos, sendo a taxa de natalidade correspondente a 9% e a de mortalidade a 3,1%. As taxas de escolarização situam-se acima dos 80%, desde o ensino infantil até ao ensino superior. A taxa global de atividade situa-se nos 70,9% e a taxa de desemprego global em 1,8%. A mediana semanal de horas de trabalho ronda as 46 horas globalmente.

O PIB em 2018 está estimado em 440 316 milhões de patacas (moeda oficial identificada pelo código MOP), verificando-se uma taxa de variação de 4,7 por cento em termos reais, o que tem sido interpretado como o término da contracção económica dos últimos anos. O PIB per capita em 2018 está estimado em 666 893 patacas.

A atividade económica assenta maioritariamente no jogo (principalmente em jogos de fortuna ou azar), seguindo-se as actividades imobiliárias, a construção, o comércio por grosso e a

retalho, as actividades financeiras (bancos, seguros e fundos de pensões), os alugueres e serviços prestados às empresas, bem como os hotéis e similares. Dentro das indústrias designadas de emergentes, a indústria das convenções e exposições tem manifestado um acelerado crescimento, principalmente no âmbito de eventos de comércio e gestão. A exportação de mercadorias tem-se desenvolvido essencialmente para Hong Kong, seguindo-se para a China Continental, sendo que a importação tem sido efetuada maioritariamente da China Continental, seguindo-se da União Europeia.

No que diz respeito à prestação de cuidados de saúde, e atendendo à dimensão territorial, o sistema de saúde público tem apresentado uma evolução favorável do funcionamento seguindo padrões internacionais, comprovado pela acreditação de unidades de cuidados de saúde primários por parte da entidade norte-americana Accreditation Commission for Health Care. A RAEM dispõe de cinco hospitais e de 687 estabelecimentos de cuidados de saúde primários, dispondo de 1604 camas de internamento. Em 2018 realizaram 464 995 atendimentos nos serviços de urgência, 1 788 267 consultas externas hospitalares e 3 935 173 atendimentos nos cuidados de saúde primários. Em exercício de atividade, Macau conta com 2020 médicos de medicina convencional, dos quais 266 são dentistas/odontologistas e dispõe, ainda, de 696 médicos/mestres de medicina tradicional chinesa e de 2464 enfermeiros. De referir que a

medicina tradicional chinesa é exercida quer nos cuidados hospitalares quer nos cuidados de saúde primários.

A estabilidade política, económica e a segurança e bem estar dos cidadãos têm contribuído para um incremento dos visitantes em Macau, quer de turistas (visitantes que passam pelo menos uma noite numa unidade de alojamento ou num casino) quer de excursionistas (visitantes que não pernoitam em qualquer unidade de alojamento, nem efetuam reserva de estadia). Apesar da diversidade das nacionalidades dos visitantes, tem permanecido uma elevada maioria de visitantes oriundos do interior da China e de Hong Kong. O “Visto de Entrada” em Macau é obrigatório para todos os visitantes, excepto para os naturais dos países isentos de visto ou titulares de "Autorização de Entrada e de Permanência" em Macau.

É de realçar que o volume do turismo não se deve apenas à indústria do jogo. O centro histórico, incluído pela UNESCO na Lista do Património Mundial da Humanidade, pela sua beleza e pelo seu valor na história universal, bem como pela presença de monumentos em estilo tradicional chinês e em estilo tradicional português, constitui um ponto de passagem obrigatória para os visitantes de terras orientais (ver imagens 1, 2 e 3).

A evolução dos meios de transporte para e de Macau também tem contribuído para o aumento dos visitantes registado, pois a Região dispõe de aeroporto internacional, bem como de diversos terminais marítimos de passageiros e de duas passagens terrestres

transfronteiriças. O sistema de transportes públicos é alargado e cobre toda a península de Macau e as suas duas Ilhas, havendo, também, uma boa rede de táxi e a possibilidade de aluguer de automóvel.

Imagem 1 – Templo de Na Tcha



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

Imagem 2 – Ruínas de S. Paulo



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

Imagem 3 – Praça do Leal Senado



Fotografia dos autores, 2018

Relativamente aos meios de comunicação social, é de referir que os jornais diários são maioritariamente publicados em língua chinesa (13 títulos), havendo também a publicação em língua inglesa (2 títulos). Em língua portuguesa são editados 3 jornais diários, a saber: Hoje Macau¹⁰⁸, Jornal Tribuna de Macau¹⁰⁹ e, ainda, Ponto Final¹¹⁰. Para além dos jornais registados como diários, Macau dispõe, ainda, de 54 periódicos editados regularmente e 11 estações emissoras de radiodifusão televisiva e sonora. É de destacar o jornal semanário luso-chinês Plataforma de Macau¹¹¹, com edição online em

¹⁰⁸ Edição online disponível em: <https://hojemacau.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹⁰⁹ Edição online disponível em <https://jtm.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹⁰ Edição online disponível em: <https://pontofinalmacau.wordpress.com>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹¹ Disponível em <https://www.plataformamacau.com>. Acesso em 16 set. 2019.

língua portuguesa. A TDM, Teledifusão de Macau, S.A é a empresa que assegura o serviço público de televisão e rádio, tendo, também, emissão em língua portuguesa¹¹².

Macau apresenta duas línguas oficiais (LO), podendo ser utilizadas nos órgãos executivo, legislativo e judicial da Região. As duas LO são o chinês e o português, tendo esta uma reduzidíssima influência local, pois o número de falantes ronda os 2,4%, de acordo com os intercensos de 2016 (GROSSO, 2018). Existem, no entanto, fatores adicionais que podem estimular a curto prazo o crescimento do valor de falantes do português, pois a promoção por parte do governo chinês do ensino da língua portuguesa nos territórios chineses tem sido crescente, podendo tal medida, a breve trecho, ter reflexos em termos económicos e comerciais. Por outro lado, a criação em 2003 do Fórum de Macau, com o objetivo de fortalecer o intercâmbio nesse âmbito entre a China e os países de língua portuguesa, veio destacar o papel atribuído a Macau (RETO; MACHADO; ESPERANÇA, 2016).

O Fórum de Macau, mais precisamente designado de Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa¹¹³, é coordenado pelo Ministério do Comércio da China, beneficiando da colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em coordenação com oito países

¹¹² Disponível em <https://port.tdm.com.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

¹¹³ Disponível em <http://www.forumchinapl.org.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

de língua portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Macau e estes países sempre mantiveram uma estreita relação histórica e cultural. Mas, desde a criação do referido Fórum, os países de língua oficial portuguesa adquiriram uma compreensão mais profunda da RAEM e aumentaram a sua cooperação comercial e económica com a China através de Macau. Por exemplo, a industrialização tem crescido nesses países, como em outras nações africanas e asiáticas graças à cooperação com a China. Macau e o Fórum, enquanto plataforma de cooperação com a China, são assim factores de desenvolvimento económico. Na perspectiva de longo prazo, a relação entre Macau e esses países, na oportunidade do One Belt, One Road, é única, sendo uma vantagem decisiva para o desenvolvimento futuro de ambas as partes. (FÓRUM DE MACAU, 2019)

Nos últimos anos, por outro lado, Macau tem dado prioridade, com o apoio concedido pelo Estado, à construção de “Uma plataforma e Três Centros” (Centro de Serviços Comerciais para as PME’s da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa). Neste âmbito, tem promovido um conjunto de trabalhos relacionados com o desenvolvimento do sistema financeiro com características próprias, a

Base de Formação dos Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa, o Centro de Intercâmbio Cultural Sino-Português e o Centro de Inovação e Empreendedorismo Juvenil da China e dos Países de Língua Portuguesa, a fim de fornecer serviços integrados no âmbito de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, de exploração mútua dos mercados pelas empresas e de intercâmbio entre os povos.

8.3 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E HÁBITOS SÓCIO-CULTURAIS DE MACAU

8.3.1 Breve contexto histórico

Para falar de informação, conhecimento e negociação em Macau, nos dias de hoje, é imperativo falar da sua história, até para que se possa compreender o estabelecimento e aprofundamento da relação com os países de língua portuguesa, sem esquecer, naturalmente, todo o enquadramento geográfico.

A primeira data de contacto dos Portugueses em Macau regista-se normalmente em 1513. A autoria do contacto deve-se a Jorge Álvares, a partir de Malaca. Até 1557, deram-se alguns outros

contactos, esporádicos. Naquela data, ocorreu a instalação perene dos Portugueses na península de Macau, tendo sido tradicionalmente apontada como a data histórica da fundação da Cidade do Santo Nome de Deus da China, designação tradicional portuguesa do enclave. Este território, a partir de então, converter-se-ia na placa giratória entre o ocidente e a China, impondo-se Macau como ponto de entrada da civilização ocidental no Império do Meio, elo de contacto entre a civilização chinesa e o Ocidente. Temos, pois, aqui a configuração de uma autêntica plataforma de intercâmbio de culturas, chave simbiótica para a ulterior definição da idiossincrasia do lugar, das suas gentes e da cultura própria de um território único no Oriente. Refira-se que aquilo que nós hoje conhecemos como a região da península de Macau, entre o istmo perto da “Casa Branca” (imediações das Portas do Cerco, no lado chinês) e a Barra, albergava já comunidades de povoamento anterior à chegada dos marinheiros lusos: por um lado, pescadores e mercadores de chá e outros produtos (com Fokien), ou tan ka (os “tancareiros”, gentes que viviam em embarcações normalmente ancoradas no Porto Interior), principalmente na zona da Barra ou Ma Kok Miu (em tono do Templo de A Ma); e por outro, camponeses oriundos da região vizinha (Guangdong), na parte norte da península, em torno da colina de Mong Há e do istmo, áreas de plantio de arroz, devido às superfícies lacustres ali existentes.

O estabelecimento formal dos Portugueses em Macau, por acordo entre Portugal e a China, nessa data de 1557 e sem estarmos

estribados em lendas ou versados então em elaborar quaisquer devaneios laudatórios sobre uma data mítica de fundação desta colónia oriental, podemos referir que não é mais do que uma simples “lenda fundacional”. Este marco, apologético, foi concebido com laivos de criação de uma narrativa oficial que se impunha para legitimar a república comercial e de cidadãos livres ali estabelecida. Foi a partir de 1629 que se esculpiu o tronco da lenda, a qual mereceu alguns ajustes barrocos posteriormente, tendo sido reavivada no século XVIII, ainda no mesmo registo e padrão abonatório e de cariz dir-se-ia que mitológico. O recentemente desaparecido historiador português António Manuel Hespanha (2019), aponta falta de análise crítica em todas as apreciações historiográficas que têm incensado aquela data mítica. É relevante recordar as palavras do historiador quando afirma que Macau resulta de um «estabelecimento de privados na costa da China», uma tese que desenvolve de forma sustentada e viável. Macau, afirma Hespanha, desenvolveu-se numa situação paralela, quase em marginalidade geográfica e política, tanto em relação ao império formal luso como em relação aos Chineses. Essa “marginalidade” foi desenhada em alianças com forças e redes periféricas, actores “marginais” ou desenquadrados do ponto de vista institucional, no que se refere à legitimidade da sua actuação e ou condição de existência. Falamos, sim, de piratas, lembramos também outros sectores chineses de resistência à nova dinastia Qing, de origem Manchu (do Nordeste do país), em oposição às redes clientelares antigas dos Ming,

tal como se alinhavaram com os Portugueses.

Almerindo Lessa (1974), baptizou Macau como uma “república de comerciantes”, curiosamente. De facto, na conjugação com Hespanha (2019), essa denominação não é de todo desprovida de sentido histórico. Com efeito, a dita “república”, desenvolveu-se com base em uma administração comercial dominada por “mestiços” – portugueses, goeses e outros povos indostânicos, malaios, chineses japoneses e outros povos do Sudeste Asiático -, que mais tarde se organizaria, do ponto de vista institucional, numa câmara, o Senado. Do ponto de vista comercial, a comunidade de Macau estava em articulação com a rota mais “oficial” do Japão (até 1639) e paralelamente com as rotas “subalternas”, ou “periféricas”, do Sudeste Asiático, entre a China e os mares adjacentes, além do oceano Índico, através do estreito de Malaca. O território esteve sempre numa espécie de “império na sombra”, mais “informal” do que “formal”, refere Hespanha (2019). Mesmo quando foi uma extensão desse império formal, pelo menos até ao governo de Ferreira do Amaral (1846-49), quando se impõe de forma vincada e determinada o estatuto de colónia em maior articulação com Lisboa e a Índia Portuguesa. Macau, geopoliticamente falando, actuava numa espécie de diplomacia – “autónoma” (em relação a Lisboa) - face aos poderes periféricos chineses os mandarins de Cantão e os seus enviados ou funcionários em Macau), e num cenário de conexão comercial com os espanhóis das Filipinas (e através do galeão de Manila, com a América

espanhola): foi neste cenário e contexto geopolítico e da “colónia” de Macau que se criou a sua tessitura social e antropológica, a sua identidade e especificidades. Assim se foi criando uma comunidade “portuguesa” na sombra (HESPANHA, 2019), neste cenário de construção política externa da administração imperial lusa, em Macau. Este território, em suma, fez parte do designado império formal (governo e administração, reconhecidos pela Coroa, numa perspectiva soberanista), mas com uma institucionalização própria, uma dinâmica e gestão ainda mais autónomas e uma diplomacia regida a partir do território, a qual nem sempre estava em consonância com a de Lisboa. A distância ajuda a explicar essa “autonomia”, em relação a poderes centrais ou centralizadores, mas o pragmatismo próprio de mercadores e da composição social resultante de mestiçagens sucessivas, além da diplomacia em relação aos gigantes vizinhos, fizeram com que se vincasse essa identidade própria, luso-chinesa, sino-portuguesa, luso-oriental, como se achar melhor... Macau, foi, assim, em resumo, uma espécie de “primeira república democrática do Oriente” (LESSA, 1974), ou uma “república de comerciantes” (HESPANHA, 2019).

Muitos aludem a uma marginalização das gentes de Macau tanto pelas autoridades chinesas como pela administração do império formal. Das gentes que se estabeleceram ali a partir dos mercadores portugueses de Malaca que visitavam o sul da China desde 1513, das suas actividades de corso ou ataques a povoados costeiros, que

formariam um mundo marginalizado e reprimido de homens do mar e aventureiros, mercenário e mercadores. O carácter informal e privado do estabelecimento dos Portugueses em Macau desenhou-se nesse contexto, ao qual se somou, do ponto de vista tributário ou administrativo, uma base de sustentação e legitimação própria, a partir daquilo que se chama de “foro do chão”, o pagamento pela presença no território, do tipo dos “fateusins perpétuos” (HESPANHA, 2019). Tinha-se assim um solo chinês que era cada vez mais um “chão português”, que o “foro do chão” legitimava. A partir desta base, somam-se as instituições que articulariam o território ao império formal, ou sejam: a diocese e as várias igrejas e capelas, missões; as ordens religiosas (embora a sua ligação ao Padroado Português do Oriente não fosse tão clara...), como os Jesuítas e os Franciscanos, os Dominicanos e os Agostinhos; a Misericórdia; e a partir de 1595, a mais representativa das instituições que moldariam a república informal de comerciantes, o Senado de Macau, a corporação dos grandes mercadores locais.

Macau era, pois, um entreposto “informal”, ou plataforma, de conexão de Goa, a sede asiática do império formal, com os territórios longínquos de Manila (Filipinas), Macassar e Celebes (actual Indonésia), Timor, Solor e Flores, Java e Sumatra, e o Japão (até 1639). Com a perda de Malaca em 1641, o entreposto luso mais importante do Extremo Oriente, bem como o mais “formal” de todos, e apesar do encerramento dos portos nipónicos ao comércio com as possessões

ibéricas (dois anos antes, em 1639), a Cidade do Santo Nome de Deus do Sul da China ganhou importância económica e política e maior consistência populacional, além de uma maior definição histórica enquanto território administrado por Portugal. Ao mesmo tempo, o afluxo de “cristãos” oriundos do Japão e da península Malaia, além da animação comercial e do jogo de trocas com base em e para Macau, vincou de forma mais precisa e substantiva a componente social e etnolinguística macaense, ou seja, os “filhos da terra” (“macaneses”). De recordar que muitos “portugueses” ou membros da “cristandade” malaqueira (“kristangs” de Malaca) fixar-se-iam em Macau, que a partir de então assumiu um papel diferente na periferia imperial, não apenas de porto de refúgio ou base comercial e de porta de entrada na China, mas acima de tudo de uma cidade com instituições organizadas e uma marcha de vida própria e regulada de acordo com as suas próprias instituições, em maior ou menor articulação com Goa e Lisboa, de acordo com a conjuntura ou quadro de relações com os mandarinatos chineses fieis ao Imperador.

A “república informal” portuguesa de Macau trouxe grande prosperidade, principalmente até meados do século XVII, por via da ligação do território ao trato do Japão (Nagasaki), que se fecharia (a Portugal e Espanha) em 1638-39, o que fez declinar o “século de ouro” de Macau (BOXER, 1969). Com efeito, cobiçada por outras potências europeias, principalmente os holandeses, a cidade registou o seu maior desenvolvimento durante os finais do século XVI e os inícios do

século XVII. A presença religiosa portuguesa através do padroado Português do Oriente e nomeadamente das missões jesuíticas a partir da cidade e enxameando daí por todo o Oriente, reforçaram o papel de Macau do ponto de vista religioso, mas também cultural (TEIXEIRA, 2010).

Em 1685, apesar das sucessivas missões diplomáticas portuguesas a Pequim, deu-se o fim do monopólio português no comércio com a China, quando o Imperador chinês autorizou o comércio com todos os países estrangeiros em Cantão, pelo menos uma vez por ano durante a feira anual. Com isto, a antiga e exclusiva posição privilegiada dos Portugueses no comércio com o Império Chinês decaiu, deixando de ser os únicos e exclusivos intermediários no comércio China-Europa.

Este pequeno e exíguo pedaço de terra que é Macau (hoje cerca de 32 km², quase o dobro do que originalmente era, com os aterros e ligação entre as ilhas de Taipa e Coloane, o Cotai), na foz do Rio da Pérola, foi sempre uma cidade comercial. É o primeiro entreposto europeu em solo chinês, com grande valor comercial e estratégico, para os Portugueses porque era um importante intermediário no comércio entre a China, a Europa e o Japão, para os Chineses porque foi a primeira ligação perene com o Ocidente na era moderna. Manteve a bandeira portuguesa na União Ibérica (1580-1640), por isso foi apodada com o epíteto de “Não há mais Leal”, por D. João IV. Depois, ao longo do século XVIII, definha economicamente, ou, pelo menos, cai

numa letargia. A influência das autoridades chinesas sobre Macau acentuou-se nesta época, com uma conflitualidade latente em torno da presença dos mandarins na Cidade, com alfândega própria e tributação, além de domínio sobre a população chinesa, maioritária no território. O século XVIII será também o período de equilíbrio entre o poder do Governador e o Leal Senado, uma instituição que era símbolo da autoridade e do poder local e que teve sempre grande autonomia em relação a Lisboa e Goa, ou seja, ao poder formal.

A Igreja, recorde-se, teve um papel de destaque na formação dessa “identidade” de Macau. Esta cidade, latina no Oriente, tornou-se logo em Quinhentos uma terra de igrejas e campanários com sinos a tanger, procissões e festas cristãs, por entre pagodes e palácios e jardins de feição e gosto chineses. Uma das imagens de marca da identidade de Macau passa mesmo por aí, a simbiose entre culturas materializada nos credos religiosos e nas tradições e manifestações culturais subsequentes. São várias as igrejas com os seus adros e com as suas comunidades, próprias, desde logo a “fundação”: S. António, S. Lázaro, S. Domingos, a Sé, S. Agostinho, S. Lourenço, S. José, a Madre de Deus (e o colégio professo de S. Paulo), S. Francisco, entre outras, cada e uma em si e todas no seu conjunto marcam a identidade e visual e o carácter icónico da cidade latina... na China. Não eram tão etnicamente distintas (como no Brasil, por exemplo), principalmente as das ordens religiosas (Franciscanos, Dominicanos, Jesuítas), mas todas seriam elementos estruturantes da cidade e do seu tecido social, na formação

como no processo de configuração de uma identidade sócio-cultural, mais do que étnica. Cidade portuguesa na configuração urbana e topológica, é todavia uma cidade bem mais euro-asiática no que respeita à sua composição demográfica e antropológica, com uma base mestiça na parte cristã (além de alguns reinóis, perenes no estabelecimento, ou de passagem pela cidade), sem dúvida, mas amplamente chinesa nos restantes aspectos e segmentos da população. A somar a estes estratos, temos a inevitável e tão característica marca das sociedades criadas no império “informal” português do Oriente, a mão de obra escrava afro-asiática, servente da população cristã e que assumiu contingentes apreciáveis na demografia imperial, além de contribuir como elemento de mestiçagem.

Uma chamada de atenção se impõe aqui, em relação à definição antropológica da Cidade do Santo Nome de Deus, para algo que nem sempre é referido ou que cala muitas análises históricas ou inibe estudos ou opiniões assertivas em relação à tolerância entre populações sob alçada dos Portugueses. Assim, o preconceito luso, que existiu, foi sempre menor em relação aos chineses, “alvos como nós” (ou sejam, os Portugueses; Hespanha, 2019), em comparação com as populações de origem africana (nomeadamente os Landins de Moçambique, negroides, por exemplo). A mestiçagem, como já vimos, tinha também origens malaias, japonesas, indostânicas, indochinesas, persas e também afro-orientais, entre outras origens que a história

não clarificou ou a tradição obnubila na capa da lenda. A dita “comunidade auto-organizada” de Macau, amplamente autónoma, seria, pois, definitivamente forjada na segunda metade do século XVII, no balanço das perdas da primeira metade do século (Malaca, Nagasáqui, confrontos e concorrência com hispano-filipinos de Manila, após o fim da união ibérica, em 1640).

Mas o declínio acentuar-se-á durante o século XIX, devido, principalmente, ao estabelecimento dos Ingleses em Hong-Kong a partir de 1842. A nova colónia britânica rapidamente se transformaria no porto ocidental mais importante da China, superando largamente a colónia de Macau. Neste período, Portugal reforçou o poder e soberania nacionais sobre Macau, com o Governador, a partir de 1844, a ser o principal órgão político-administrativo da Cidade e não o Leal Senado. Depois, ocorre o episódio dramático do assassinato do governador de Macau, Ferreira do Amaral, em território chinês, às portas do território (22 de Agosto de 1849). A batalha do Passaleão, três dias depois, marca não só a recuperação do féretro do governador, mas principalmente uma vitória militar e afirmação de soberania portuguesa, anteriormente reforçada com a extinção do Ho-Pu (alfândega chinesa em Macau) e saída do mandarim da cidade.

Em 1865, construiu-se o primeiro farol do mar do Sul da China, o Farol da Guia, em Macau. Depois de várias tensões diplomáticas, só em 1887 é que a China reconhecia oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa sobre Macau, através do Tratado de

Amizade e Comércio Sino-Português, depois de gorado o tratado de Tianjin, 1862.

Em 1901, inicia-se a emissão de moeda oficial em Macau, com o Governo a autorizar o Banco Nacional Ultramarino (BNU) a emitir notas, denominadas de patacas. A circulação começaria em 1906 e 1907. Mais tarde, em 1995, o Banco da China passou também a emitir notas em Macau. No século XX temos ainda a grande tragédia humanitária da Guerra do Pacífico, equivalente da Segunda Guerra Mundial. Apesar do território não ter sido invadido pelo Exército Imperial do Sol Nascente, como Hong Kong e a maior parte da China, os horrores da fome e o drama dos refugiados fez-se sentir de forma dura e implacável numa cidade pequena, que anteriormente tinha uma população de pouco mais de 100 mil almas e que no auge da guerra ascendera a perto de meio milhão... A escassez de víveres era quotidiana, mas Macau lá se salvou.

Em 1949, dá-se a implantação da República Popular da China (1949), começando a última fase da administração portuguesa. O território conheceu alguns incidentes e motins provocados pelos chineses residentes, pró-comunistas, que começavam a exigir a unificação de Macau à China. Destaca-se neste o Motim 1-2-3 levantado pelos residentes chineses pró-comunistas de Macau nos dias 1 a 3 de dezembro de 1966, o qual obrigou Portugal a renunciar à ocupação perpétua sobre Macau e a preparar a transição da soberania. Em 1987, após longas negociações entre Portugal e a República

Popular da China e através da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau, os dois países concordaram que Macau iria passar de novo à soberania chinesa no dia 20 de dezembro de 1999, tornando-se numa Região Administrativa Especial. A última colônia europeia na China regressava assim à Mãe Pátria. Até 2049 vigora o estatuto de transição no qual se reconhece autonomia plena de Macau do ponto de vista administrativo, com exceção da Defesa e Negócios Estrangeiros, assegurados por Pequim.

Em suma, pode-se dizer que Macau era, pois, um entreposto de conexão indo-asiática do império em rede (império português), embora tenha estado mais no chamado “império na sombra”, pela sua autonomia *sui generis* e pela auto-organização “informal” dentro da típica estrutura formal de administração colonial portuguesa. A marca original de Macau residirá nas elites urbanas criadas nos séculos XVI e XVII, a partir de núcleos de mercadores e aventureiros, muitos acabando por aqui ficar e morrer, e aquilo que se poderia designar como um “patriciado” mestiço. Serão estes dois segmentos que marcarão o modo de vida e peculiaridade deste território, que se poderia, por isso, definir como um “chão português” em solo chinês. A articular todo este emaranhado de relações, na legitimação como na sacralização, na veiculação cultural e identitária, assumiu plano de destaque a Igreja, com as suas relações em rede, dentro do Padroado Português do Oriente (TEIXEIRA, 2005) e nas missões, nas relações com o Patronato de Manila (Espanha), além das implicações da

pertença a esta estrutura por parte dos residentes cristãos. Esta rede do padroado, esta força da Igreja no território e dali na China e Extremo Oriente, seria mais tarde amplamente atacada, tal como sucederia aos Jesuítas, nos seus fundamentos e praxis, com a centralização romana das missões, materializada que foi na criação da Congregação da Propaganda Fide em 1620.

A era de Macau, como território ultramarino administrado por Portugal, condição em que permanece até 20 de Dezembro de 1999, moldou-se a partir de 1557 e ganhou um elan especial com a criação de um bispado em 1576. Hoje em dia, de acordo com a Lei Básica da RAEM, todo este processo histórico é registado de forma mais linear e sem as idiosincrasias dos contextos histórico-geográficos que urdiram Macau. Tratou-se, refere aquele documento fundamental, de uma ocupação gradual dos Portugueses, entre acordos, tolerâncias e convivência, nem sempre fáceis, entre o império formal lusitano e a China dos Ming (até 1644), dos Qing (última dinastia imperial, até 1911) e depois com a República (1912-1949) e desde esta até 1999 com a República Popular da China, fundada por Mao Tse Tung.

8.3.2 E já que se fala na China...

Falar da China faz-nos logo pensar num mercado abastecedor de produtos de baixo custo, de fácil acesso e normalmente de

qualidade duvidosa. Porém, a China é muito mais do que uma grande fábrica de brinquedos, manufacturas ou bricabraque (TEIXEIRA, 2015); há que fazer uma análise a partir de um paradigma diferente, perspectivando-o também como um potencial mercado de venda de produtos. As suas estatísticas esmagam logo quaisquer outras bases de abordagem, se só as considerássemos ficávamos logo também... esmagados. Mas é preciso ver o que é a China hoje, o que são os Chineses e como estabelecermos relações com eles, com ou sem Macau e Hong Kong, duas bases facilitadoras em qualquer aproximação ao terceiro maior país do mundo. Falamos de um país gigante, cheio de contrastes, sem dúvida, mas muito apelativo a todos os títulos: são 9,6 milhões de Km², mais de 1,4 mil milhões de pessoas, um PIB superior a dois triliões de euros... De facto, falar da China é falar de um mercado com um poder aquisitivo enorme para qualquer empresa de qualquer país do mundo.

O cantonês é a língua falada em Macau, Hong Kong e parte de Taiwan, além de grande parte da diáspora chinesa no Sudeste Asiático, mas sente-se um crescente esforço, político e ideológico, de imposição do mandarim como língua oficial e veicular, uma forma de poder facilitar as comunicações dentro de um país tão fortemente povoado e com um mosaico étnico diversificado.

Temos que enfatizar ainda a riqueza cultural do país, estribada em mais de 5 000 anos de história e civilização, uma das mais antigas e perenes do mundo. Desses cinco milénios, registamos 3 600

reportados em formas de escrita, iconografia e outros elementos culturais de uma riqueza vasta e única. Esta riqueza, contudo, aos olhos de um estrangeiro, pode apresentar-se como um emaranhado de elementos culturais difíceis de entender e, mais ainda, de dominar. Em primeiro lugar, temos o guanxi, muito relevante nos negócios e no trato, na sociabilidade enfim, com chineses. Esta expressão aplica-se à natureza dinâmica e personalizada em que ocorrem as influências em negócios de acordo com a cultura chinesa, por norma no seio de redes de relacionamentos que os indivíduos estabelecem uns com os outros. O termo deriva do conceito de “grupo”, “comunidade”, tendo uma matiz clânica. Daí que se possa afirmar que, para os chineses, negócios não são apenas negócios, sendo fundamental que a sua apresentação seja mediada por alguém da sua rede de contactos, sendo, para além disso e acima de tudo, importante saber cultivar a paciência. E saber esperar. Assim, um “depende” pode até ser um bom começo para uma negociação, uma ausência de olhar pode significar um início de trabalho, e quem sabe um não, não tem condições para se revelar um sim, embora até o possa ser... O primeiro encontro pode ser tudo no Ocidente, até na China, mas não aqui não tem que o ser. E normalmente não é... Pode ser necessário que os dois interlocutores se conheçam melhor em torno de uma (ou várias...!) bebidas, refeições e que depois de várias reuniões, possam começar efectivamente a pensar em fazer negócios... Muitas vezes aparece um “velhinho” não tão bem vestido na apresentação entre negociadores, que um

ocidental nem sempre vai considerar relevante. Mas atenção, ele pode ser o “*boss*” e apareceu para ver caras e expressões, gestos e avaliar o “outro”... e este nem lhe deu atenção... errado! E atenção, há que ter cartões de apresentação, sempre, muitos. E devemos ler bem os que nos dão e fixar o seu usuário. O uso de cartões de visita (em língua inglesa e chinesa) e a forma como devem ser entregues e recebidos são importantes: devemos recebê-los com as duas mãos e dá-los do mesmo modo, seguindo-se a devida leitura e realce (mesmo em onomatopeias).

O cumprimento de horários é absolutamente rigoroso e crucial, como o uso dos nomes adequados para o tratamento de pessoas – normalmente, usa-se o título mais o último nome; a ocidentalização do nome deve ocorrer apenas quando essa informação é primeiramente voluntariada pelo interlocutor. É ainda importante jogar pelo seguro no que diz respeito a assuntos politicamente correctos: nunca falar de política nem de assuntos que culturalmente não sejam (expectavelmente) dominados ou do universo cultural chinês. Para quebra-gelo da conversa ou negociação, pode-se, por exemplo, falar da paisagem e cultura chinesas, hobbies ou desporto, mostrar que se conhece a geografia e a história da China, sem estar a relevar factos ou acontecimentos, figuras enfim, que ponham em causa a China ou a sua identidade. Respeitar sempre a história, a memória e os antepassados, faz tudo parte da herança de Confúcio, um sábio chinês autor de pragmáticas sentenças para a moral e identidade nacional chinesas,

bem como do seu governo e existência como nação organizada, na forma de Estado.

No que toca a alterações em contratos ou acordos, como em tudo na China, há que ter a mente bem aberta para aspectos da tradição chinesa como o de fazer alterações de última hora. Manter uma postura de abertura a alterações é muito importante, uma vez que, como acima se disse, um sim pode querer dizer um não e não o assumir frontalmente pode ser apenas uma forma do nosso interlocutor “não perder a face”, característica do povo chinês. Perder a face é importante, ou seja, devemos pensar e ver bem o que dizemos de forma a não obrigar a respostas ou silêncios que comprometam o interlocutor chinês e o guanxi, isto é: uma pergunta não pode exigir uma resposta que comprometa o interlocutor, em que ele se desvende ou se coloque numa posição enfraquecida. Por isso, o tempo é importante, as subtilezas e sinuosidades discursivas chinesas são a melhor forma de se evitar perguntas perigosas e respostas que comprometam. Nós, ocidentais, chamamos “vergonha”, comprometimento, os Chineses chamam (embora seja um pouco diferente...) “perder a face”.

Nos números, aposte-se tudo no 8 e principalmente no 9, os números da sorte! No calendário também, evite o 4, que em chinês se pronuncia (sei) de forma idêntica a... morte! Número terrível, portanto! Não marque nada no dia 4, ou às 4 horas, da tarde entenda-se...

8.3.3 Dragão à solta em Macau

Um célebre mestre de feng shui (“ar e água”, em chinês), ou “Geomancia”, Szeto Fat-ching, acredita que se vê dragão no mapa de Macau, o qual tem protegido a região de calamidades e atraído muita riqueza ao longo dos séculos. Em Macau não há mal que grasse, nem conflito que se mantenha. A região tem escapado a epidemias e tufões (embora nos últimos dois anos nem tanto...) e tem prosperado com os casinos. O dito mestre vai mais longe e recorda as guerras que arrasaram a China no passado, na Guerra do Pacífico, por exemplo, mas que não afectaram Macau. Porque “Há um dragão no mapa de Macau”, aponta o mestre... como causa...

Este dragão é diferente do ocidental, não lança labaredas ou voa, como na Europa. É chinês e tem o corpo de uma serpente, os olhos de um tigre, os bigodes de uma carpa e as garras de uma águia (ver imagem 4). Sendo um animal sagrado, que participou na criação do mundo, representa na China a energia do fogo e destrói tudo à sua passagem, permitindo o renascimento. Diz o mestre, oriundo de Hong Kong, onde o feng shui tem grande força cultural, que conhece bem a influência deste dragão no mapa de Macau, onde passou a residir desde meados dos anos 80. O dragão vem da China, vindo pelo ar e na água, mostrando-se nos veios que se espraiam pela região, diz Szeto,

especificando que o mesmo entra pela Portas do Cerco, deixando aí a sua longa cauda. Depois, ciranda pela cidade e chega às duas chaminés listadas da incineradora da Taipa, que denunciam a presença dos seus longos chifres.

Imagem 4 – Dragão no Jardim Lou Lim Ieoc



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

O dragão já foi mais pequeno, mas a construção de mais duas pontes a ligar Macau à Taipa e o istmo do Cotai fizeram com que crescesse e influenciasse também a vida nas ilhas (Taipa e Coloane). Por isso, estas duas ilhas têm prosperado e assim se manterão.

Do alto da Colina da Penha, vêem-se as pontes novas, mais precisamente a da Amizade e a de Sai Van, que representam a presença do dragão azul e do tigre branco, respectivamente. O tigre de Sai Van simboliza a riqueza e conduz todos ao maior casino do mundo,

o Venetian, onde habita o fausto; do outro lado, o dragão da Amizade afirma o seu poder.

Há algum feng shui no planeamento urbanístico, embora os arquitectos e engenheiros tenham desenhado a região sem o relevarem muito. Ainda que Macau não foi construída segundo os rigorosos princípios do feng shui, como Hong Kong, há algumas ideias da geomancia na cidade. Senão recorde-se a lenda de Lai Buyi, um famoso especialista em geomancia da dinastia Song (960-1270), no fim da sua vida seguiu o curso de um rio em direcção ao sul, em busca do dragão. Quando chegou à região de Cantão, vislumbrou a bifurcação do veio do dragão. Uma parte seguiu para uma zona entre as ilhas de Hong Kong e Bao'an, agora conhecida como Kowloon ("nove dragões"), enquanto o outro se dirigiu para o sopé da Colina do Pico do Lótus (Mong-Há), em Macau. Esta área em Macau é, geograficamente, rodeada por outeiros e pequenos montes, ou colinas, tendo sido antigamente terras de cultivo dos primitivos camponeses na península. E lá encontramos isso vertido na toponímia chinesa, como o "Cerco do Dragão" (龍環) e o "Campo do Dragão" (龍田). O sopé da Colina de Mong-Há, outrora conhecida como Colina de Lin Fa (Colina de Lótus), bafejou boa sorte para Macau, que por isso só poderia ser uma terra de bom feng shui, pois os antigos mestres já dela diziam que é "preciosa", "de uma beleza natural que ofusca as outras" e ainda tem "boa sorte". Os mais antigos entre os Chineses de Macau ainda conhecem estes apodos tradicionais.

Mas o dragão de Macau não é intocável, ainda que seja poderoso. Os mestres de feng shui dizem que não se deve construir sobre os seus veios, pois é um animal muito venerado na mitologia chinesa. Os portugueses de Macau, ignorando as regras da geomancia, cometeram alguns erros no passado, no entanto. Por exemplo, cortaram uma das garras do dragão na construção da Avenida de Almeida Ribeiro, no centro da cidade. Arrancaram-na, dizem os mestres, o que quase matou o dragão benfazejo. Tal causou desconfiança e temor entre os chineses, que evitavam a rua ou chegar perto dela, por mau feng shui. O mal só seria sanado nos anos '80 do século passado, quando um muro com a forma de um leque foi construído na encosta da colina, na Taipa, virado para o Hotel Lisboa, no outro lado da ponte Governador Nobre de Carvalho. E esta obra simboliza a cauda do dragão, a qual lhe deu nova vida.

A marca do dragão está também presente em alguns edifícios, como o Hotel Lisboa (ver imagem 5), cuja forma arquitectónica se assemelha a uma gaiola de pássaros. Em cantonês (forma dialectal do chinês, falado em Macau e Hong Kong, por exemplo), a pronúncia da designação do dragão (龍) é igual à da gaiola (雀籠). O propósito da gaiola é pois o de atrair centenas de pássaros, que são símbolos dos... jogadores que vêm a Macau.

Imagem 5 – Hotel Lisboa



Fonte: Fotografia dos autores, 2014

Os mestres aconselham ainda os homens de negócios a pensar várias vezes antes de agirem e os governantes a buscarem uma forma mais harmoniosa de viver, tornando-se até mais amistosos. Eis o Feng Shui a influenciar a governação e a política na China, mas nem todos o cumprem...

Em conclusão, o Feng Shui tem importância na cultura chinesa, principalmente em Hong Kong e em Macau, embora aqui a tradição católica portuguesa o tenha mitigado ou até feito olvidar. Como o Taoísmo, uma tradição filosófica e religiosa originária da China que enfatiza a vida em harmonia com o Tao (ou dao, “caminho” em chinês, ou "via" ou "princípio"). No Taoísmo, especificamente, o termo designa a fonte, a dinâmica e a força motriz por trás de tudo que

existe. Na China foi em grande parte esquecido do ponto de vista institucional, mas a sua influência, como principalmente a do Confucionismo, continua marcante e subliminar na cultura chinesa.

8.4 MACAU NO SÉCULO XXI EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Herdeira de uma tal riqueza cultural, o que nos levaria a pensar que a tecnologia não seria objeto de grande atenção, a RAEM tem-se preparado para os desenvolvimentos do século XXI na mesma dimensão da sua história. Ou seja, as oportunidades não são deixadas a descoberto e a abertura à escala global é marcante.

Fonte de reconhecimento internacional neste âmbito é, como sabemos, o contexto académico, pelo impacto da formação de nível superior e pelas relações institucionais, económicas e comerciais que daí podem advir. Neste sentido, identificam-se diversos cursos dos vários graus de ensino superior, predominantemente de cariz tecnológico, que visam habilitar e capacitar os futuros profissionais de competências avançadas no contexto da sociedade da informação e do conhecimento.

A Universidade de Macau, através da oferta formativa proporcionada pelo Departamento de Ciências dos Computadores e da

Informação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, oferece formação dos níveis Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em Ciência dos Computadores e um Mestrado em Tecnologia do Comércio Electrónico. A Licenciatura em Informática é direccionada para a programação, com a possibilidade de especialização em Data Science and Artificial Intelligence ou em Multimedia Computing ou, ainda, em Engenharia de Software. O Instituto Politécnico de Macau (IPM), no âmbito da oferta formativa da Escola Superior de Ciências Aplicadas, apresenta uma Licenciatura em Informática, com o objetivo fundamental de formar profissionais de Informática, sendo que os estudantes podem, também, escolher disciplinas opcionais que lhes permitem aprofundar os seus conhecimentos quer em Sistemas de Informação de Gestão, quer nas Tecnologias de Jogos Digitais. Para além da Licenciatura, o IPM disponibiliza, ainda, o Mestrado em Big Data e Internet das Coisas, o qual tem como objectivos formar especialistas, na área das tecnologias de informação, em Big Data e Internet das Coisas e promover o desenvolvimento de uma cidade inteligente. A continuidade da investigação ao mais alto nível nesta área é viabilizada através do curso de Doutoramento em Tecnologia Informática Aplicada, o qual tem como foco central a abordagem da tecnologia aplicada ao processamento de Big Data e à sociedade inteligente, abarcando uma vasta área de tópicos relacionados com a informação em contextos interdisciplinares de áreas como a ciência de dados, a ciência da computação, a computação centrada no humano e

ambientes sócio-tecnológicos que desenvolvam uma perspectiva multidisciplinar. Para além desta formação, é de salientar que o IPM oferece, ainda, a Licenciatura em Relações Comerciais China-Países Lusófonos, com o objetivo de formar profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento do comércio entre a China e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, especialmente habilitados a trabalhar em organismos públicos e serviços no domínio do comércio internacional, bem como em empresas que tenham relações comerciais com os países lusófonos.

Paralelamente ao investimento na formação académica de elevada qualidade, foi criado o Centro Incubador de Novas Tecnologias de Macau¹¹⁴, em 2001, tendo capital conjunto de entidades privadas e do Governo da RAEM. O centro tem como principais objetivos contribuir para a consolidação das indústrias das novas tecnologias em Macau, maximizando a utilização dos recursos humanos altamente qualificados de Macau, através da colaboração com as organizações multinacionais, e atrair recursos globais para Macau, enquanto local vocacionado para o desenvolvimento das novas tecnologias na Grande Região da China.

O apoio ao desenvolvimento das novas tecnologias tem sido acompanhado pelo incremento das facilidades em termos de telecomunicações, sendo de destacar que, em 2009, foi iniciado o plano da rede urbana de acesso da banda larga sem fios, financiado

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.manetic.org>. Acesso em 16 set. 2019.

pelo Governo da RAEM, com utilização gratuita pelos residentes e pelos turistas desde setembro de 2010. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações autorizou, em 2017, fornecedores qualificados de serviço de internet (ISP) a instalar pontos de serviço de acesso gratuito à internet de banda larga sem fios Wi-Fi em espaços públicos e promoveu os operadores de serviço de internet do território a disponibilizar ao público serviços Wi-Fi com nome unificado FreeWiFi.MO em diferentes locais do território, permitindo a residentes e visitantes a fácil identificação do serviço de acesso gratuito (RAEM, 2018).

Conforme já referido, a língua portuguesa tem, presentemente, um reduzido número de falantes, apesar de parte da informação existente online se apresentar nas duas LO e, também, em inglês. Ao tornar-se a língua comercial igualmente nos países asiáticos, tem sido crescente o número de publicações e informação online em inglês, observando-se, todavia, uma assimetria na utilização das três línguas nos websites, mesmo nos oficiais, dado que nem todas as páginas e/ou hiperligações estão indicadas em todas as línguas. No entanto, a utilização das LO, bem como do inglês, deverão ser sempre, objeto de uma particular atenção.

8.5 NOTAS FINAIS

Esta breve incursão pela cultura euro-asiática da RAEM com vista ao desenvolvimento de processos de negociação é reveladora de que estamos perante uma realidade distinta da dos países ocidentais, mas que, cada vez mais, se aproxima dos hábitos internacionais. O desenvolvimento e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação nas estruturas de decisão em geral e no sector público em particular, o acesso à internet, até ao presente sem restrições de qualquer ordem, tudo isto a par de um incentivo à formação graduada e pós graduada de elevado nível de qualidade, são factores que, muito em breve, contribuirão para uma maior visibilidade desta Região no panorama internacional.

Por outro lado, a criação de infra-estruturas e a promoção de medidas dirigidas à aproximação aos países de língua portuguesa constitui uma via facilitadora do diálogo e o estabelecimento de espaços físicos e virtuais que tornam mais acessível o enquadramento do visitante.

Não obstante, e invocando o descrito neste capítulo, um candidato a negociador em terras de Macau deverá observar inequivocamente os princípios sócio-culturais vigentes, ou seja, não substituir uma abordagem cultural e de aproximação social aos locais pelas capacidades negociais de matriz ocidental. Sem querermos sobrepor culturas ou evidenciar conselhos específicos, percebe-se que

um negócio poderá não concretizar-se num primeiro momento ou numa primeira reunião. Tal não será marca de insucesso, mas sim de um aprofundamento negocial e de aproximação entre culturas diversas, ou seja, de construção de um caminho favorável e próspero.

O tempo é a medida de todas as coisas. Mas talvez o seja mais no Oriente, em particular na China. Macau, apesar da sua idiossincrasia, não foge a essa prevalência do tempo como eixo motriz da vida, na acção como na dimensão espiritual, ou menos material. Como mostrou o missionário jesuíta Matteo Ricci (1552-1610), a acomodação entre culturas desenha-se e estriba-se no fio do tempo, que tudo molda. Acomodação não significa subserviência de nenhuma das culturas, ou partes, no caso ocidental e chinesa, ou vice-versa. Mas interacção a partir do conhecimento mútuo, base do respeito e da tolerância, pródromo de um devir mais concertante e profícuo para ambas as partes.

Por aqui se pode aferir a importância vital da informação e, subsequentemente, do conhecimento que ela produz. Conhecer a China e os Chineses, conhecer outro povo que seja, outra cultura, implica uma aproximação e um estudo, partilha e doação de referentes, implica pois uma desambiguação e clareza. Ontem, como hoje, no negócio, na vida, nas relações humanas e entre nações, impõe-se aproximar, aprender e ensinar ao mesmo tempo, sempre tudo com base na informação, na perspectiva do conhecimento que se constrói. Bastaria começar por ver o planeta Terra de forma diferente, por

exemplo, ou seja, cartografá-lo com centralidades diversas, não apenas as nossas, mas pensar em termos de alteridade e de mundividência, de conhecimento do Outro e de outros lugares...

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles Ralph. **The portuguese seaborne empire: 1415-1825**. London: Penguin Books, 1969. ISBN 0-14-02-1647-2.

FÓRUM DE MACAU. **Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)**. Disponível em <http://www.forumchinaplp.org.mo>. Acesso em 16 set. 2019.

GROSSO, Maria José. Política e ensino da língua portuguesa na Região Administrativa Especial de Macau (pós-1999). In PINTO, Paulo Feytor; MELO-PFEIFER, Sílvia (coord.), **Políticas linguísticas em português**. Lisboa: Lidel, 2018. p. 169-181. ISBN 978-989-752-350-2.

HESPANHA, António Manuel. **Filhos da Terra**. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

LESSA, Almerindo. **A História e os homens da Primeira República Democrática do Oriente**. Biologia e sociologia de uma ilha cívica. Macau: (s.n.), 1974.

RAEM Região Administrativa Especial de Macau. **Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM: Projecto (2016-2020)**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2016. Disponível em: <http://yearbook.gcs.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Macau 2018 - Livro do Ano**. Macau: Gabinete de Comunicação Social do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2018.

ISBN 978-99937-56-44-6. Disponível em: <https://www.dsec.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (a). **Anuário estatístico de Macau**. Macau: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, 2019. Disponível em: <https://www.dsec.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (b). **Portal do governo da RAEM**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2019. Disponível em: <https://www.gov.mo>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. (c). **Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau**. Macau: Governo da Região Administrativa Especial de Macau, 2019. Disponível em: <https://www.ipim.gov.mo/pt-pt>. Acesso em: 16 set. 2019.

RETO, Luís Antero; MACHADO, Fernando Luís; ESPERANÇA, José Paulo. **Novo atlas da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2016. ISBN 978-972-27-2516-3.

TEIXEIRA, Vítor Gomes. Missions from the Philippines to Portuguese Territories in Southeast Asia During the 16th and 17th Centuries. **Revista da Cultura**, Macau: IACM, International Edition, No. 7, 2005.

_____. Fr. Paulo da Trindade, OFM. Cronista Macaense. **Revista da Cultura**, Macau, IACM, International Edition, No.28, 2010.

_____. O Património Industrial de Macau (Até 1999). Estudo das Fábricas de Panchões. **Revista de Cultura**, Macau, IACM, International Edition, No. 50 (Heritage edition), 2015.

CAPÍTULO 9

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM MOÇAMBIQUE: informações relevantes

Rosa Manuela Pinto Teixeira Munguambe¹¹⁵
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

9.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda a situação de Moçambique, dando um panorama geral para quem pretende conhecê-lo com intuito de investir no País. Logo de imediato importa referir que Moçambique é um País que passou por diversas fases da sua reestruturação desde a sua independência em 1975. Nos meandros acadêmicos, e não só nestes, são debruçados estudos de forma mais detalha sobre o período colonial a que se esteve sujeito. Desta feita cabe-nos abordar neste capítulo pontos que convidam a quem quiser fazer parte desta

¹¹⁵ Doutora em Ciência de Informação, Mestre em Gestão de Educação, graduada em Biblioteconomia. Professora da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique E-mail: manuelapt69@yahoo.com.br

reconstrução da nação moçambicana.

Após a independência houve o abandono em massa dos empresários Portugueses com as suas máquinas e seus conhecimentos. Desta feita, por um período bastante longo o País teve na sua atividade privada os artesãos e pequenos proprietários, que foram os que proporcionaram segurança alimentar e de matéria-prima ao seu povo e aos estrangeiros que vinham a Moçambique cooperar com o Estado na sua reorganização.

Neste período da reorganização o Estado foi solidificando as suas cooperações com países socialistas e a partir daí observou-se um estado alinhado ideologicamente socialista em questões de organização e economia política. Surgem as nacionalizações dos edifícios como forma de reduzir a discrepância social nos centros urbanos. Assim, vários outros contornos surgiram no âmbito da reestruturação econômica e política.

Desta forma, a opção política, coerente com a lição da luta de libertação, tendia a subverter as estruturas herdadas para construir um novo tipo de sociedade em que o valor supremo deveria ter sido a organização de formas de democracia na base da sua estrutura. (MALOA, 2016)

O País passou por uma reestruturação econômica denominada de Plano Prospectivo Indicativo (PPI) durante 10 anos (1980-1990) constituídos por estratégias econômicas e sociais que se resumia em

um guião para os diversos aspectos económicos a se incidir.

À medida que a economia avançou registou-se no País uma evolução política que provocou uma alteração nas decisões políticas e económicas no período da Implementação do PPI.

Após a independência, embora alguns apoios dos estrangeiros cooperantes foram exíguos, houveram alguns investimentos aplicados em Moçambique nas novas indústrias e na modernização ou na reestruturação do que já existia, que foram relevantes, pois, a partir destes, apareceram tecnologias avançadas. O problema é que elas eram desconhecidas localmente. A mão de obra local não era qualificada e nem preparada para operar em ambientes com tais tecnologias. Mas continua o desejo e ações no país com vista ao desenvolvimento de parques industriais com o objetivo de alcançar a redução da pobreza e a independência financeira.

Neste contexto este capítulo tenta abordar assuntos, desde o caracterizar do País, dando um panorama geral, dentre outros até algumas riquezas e pontos turísticos. Espera-se que com este capítulo os investidores se sintam atraídos a investir em Moçambique em diversas áreas.

9.1.1 Características gerais de Moçambique

Moçambique teve um passado de escravatura no período

colonial, seguido de guerra de libertação e de resistência, conseqüentemente resultando em períodos de destruições e reconstrução de infraestruturas. Segundo Mundo e Educação (2021):

Moçambique é uma ex-colônia portuguesa. O português, apesar de falado por menos de 40% da população, é idioma oficial do país – Moçambique integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A independência nacional foi conquistada em 1975 e, após esse feito, foi deflagrada uma guerra civil, responsável pela morte de mais de 1 milhão de pessoas e pela destruição da infraestrutura nacional, atingindo diretamente a economia. No entanto, o país tem realizado esforços para obter uma estabilidade política e reerguer a economia.

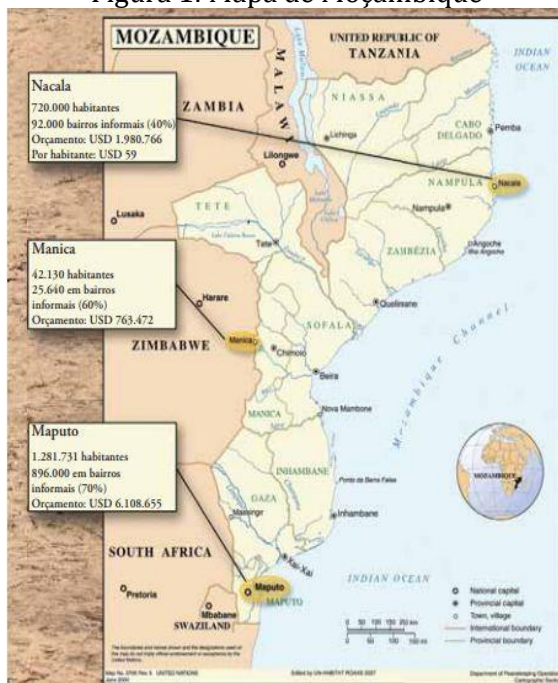
Pois, vários esforços foram desenhados a começar das políticas internas. Isto é:

Em 1990, o país adotou uma nova constituição que substituiu a de 1975, levando Moçambique a uma República Democrática, com a realização das primeiras eleições democráticas em 1994. Assim, a partir desse momento, de cinco em cinco anos, ocorrem, permanentemente, eleições presidenciais, legislativas e municipais. (MALOA, 2019)

Ainda segundo Maloa (2019) Moçambique está localizado na costa oriental de África, com extensão territorial de aproximadamente 801.590 mil km² dos quais 13 mil km² são de águas interiores, entre os Rios Rovuma (Paralelos 10'27') e Maputo (paralelo 26'52') de latitude sul e entre os meridianos 30'12' e 40'51' longitude Este.

Moçambique faz fronteira com seis países (Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, África do Sul e Suazilândia): ao norte limita com a Tanzânia, ao oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia; e ao sul com a África do Sul. Tem uma faixa costeira de 2.700 km banhada pelo Oceano Índico. Essa faixa costeira tem um significado vital tanto para Moçambique como para os países vizinhos situados no interior que só tem ligação com o oceano através dos portos moçambicanos. A fronteira terrestre, com uma extensão de 4.330 km é organizado em 11 províncias: Niassa (cidade de Lichinga), Cabo Delegado (Pemba) e Nampula (Nampula), ao norte; Zambézia (Quelimane), Tete (Tete), Manica (Chimoio) e Sofala (Beira), ao centro; Maputo, Maputo Cidade (capital do país), Gaza (Xai-Xai) e Inhambane (Inhambane), ao sul, como mostra a Figura 1.

Figura 1: Mapa de Moçambique



Fonte: HUN-HABITAT (2007) apud MALOA (2019).

Quanto a urbanização do país:

Em Moçambique, a área urbana é formada por 23 cidades e 68 vilas. Dentro desse espaço urbano, surgiram mudanças significativas na urbanização moçambicana, que acabaram alterando profundamente a paisagem urbana, com aparecimento, de um lado, de novas configurações urbanas (condomínios e edifícios luxuosos de dois a três pisos) e, do outro lado, de novos bairros, cada vez mais distantes dos centros urbanos, com ausência de serviços públicos, asfaltamento, iluminação, transporte, educação e saúde. (MALOA, 2019)

No tocante ao relevo sabe-se que (MINEDH, 2017, p. 20):

Da costa para o interior podem se distinguir três tipos de relevo: A planície litoral que ocupa grande parte do território (40%). Esta é a região natural onde se observa a maior concentração da população. Os planaltos com altitudes que variam entre 200 e 1.000 metros e os grandes planaltos e montanhas que ocupam uma pequena parte do território nacional, com altitudes superiores a 100 metros. Do ponto de vista da distribuição geográfica da população, já que não constituem uma superfície contínua, não oferecem grandes obstáculos para assentamentos humanos.

Conforme podemos nos deliciar da belíssima vista que a figura 2, a seguir, nos proporciona.

Figura 2: Imagens de Moçambique



Fonte: https://line.17qq.com/articles/phmpcdpov_p5.html

O clima do País é predominantemente tropical húmido, com duas estações: fresca e seca e quente e húmida. Com efeito, durante a maior parte do ano o tempo é dominado por um sistema de altas pressões que se mantém sobre a zona sul do Planalto Africano enquanto que as massas de ar NE e SE provenientes do Oceano Indico geram precipitações durante os meses de outubro a março, sendo as chuvas mais intensas no período Dezembro - Fevereiro. Toda a linha de costa recebe cerca de 800-900 mm de precipitação por ano, tendo quatro focos húmidos adicionais nas zonas do litoral SO e NE. Consequentemente, Moçambique apresenta uma grande variedade de solos, sob influência marcada das condições geológicas e do tipo de climas característicos do país. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2002)

9.1.2 Dados e informação populacionais de Moçambique

De acordo com último censo realizado em 2010, Moçambique possui uma densidade demográfica de 127 hab./km², com uma população de 23.405.670 habitantes. Sendo 38,4% residente em área urbana; 61,6% residente em área rural. Neste padrão é notável, a acentuada concentração da população nas províncias do litoral e uma fraca densidade no interior do País, afinal as províncias de Zambézia e

Nampula que ocupam 1/4 da superfície do território, agrupam quase 40% da população total, (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010).

A região Norte ocupa o segundo lugar quanto a extensão territorial com 293,287 km², a região centro é a mais extensa do País com 3.335,411 km² e, a região sul ocupa a menor extensão territorial com 170,680 km², (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010).

De acordo com o CESI CI-Portugal (2011) Moçambique possui uma população jovem na sua estrutura etária com 32% dos efetivos entre 0-14 anos e apenas 7% acima dos 65 anos. A população adulta não é tão grande percentualmente, como é usual nos outros países, pois, os períodos de conflito armado que o país passou antes, durante e depois da independência, matou muitos moçambicanos, especialmente os homens que participaram das lutas.

Atualmente, em consequência da migração rural-urbana e da reclassificação territorial de 1986 que eleva para categoria urbana 23 cidades e 68 vilas, presume-se que a população urbana do País supere os 38% (MALOA, 2019).

A migração contínua desde 1975, ano da independência para as cidades, é o que ofusca o desenvolvimento nas zonas rurais. É imperioso dizer que as principais cidades e a maioria da população se encontram ao longo do litoral de Moçambique, com 2.470 km de extensão. Os serviços urbanos básicos estão fora do alcance da maioria dessa população. Os relatórios do Banco Mundial reportam que a taxa de cobertura de serviços básicos de coleta de resíduos sólidos atinge aproximadamente 30% dos residentes. Apesar de não existirem dados exatos,

acredita-se que seja correto assumir essa proporção, (MALOA, 2019).

As características mais predominantes nesse processo são: a dualidade urbana, a ruralidade no urbano, a informalidade e o crescimento demográfico:

- A **primeira característica** da urbanização é a dualidade urbana.

Três quartos [da população urbana] é composta de residentes informais que sobrevivem da agricultura de subsistência ou do trabalho temporário. Os esforços governamentais reduziram a pobreza, entre 1997 e 2003, de 70% para 54%, (MALOA, 2019).

- A **segunda característica** fundamental que se percebe na urbanização moçambicana é o que pode ser chamado de ruralidade no urbano (MALOA, 2019).

Nessa relação entre o urbano e o rural, pesam os aspectos institucionais de mudança entre o que é considerado urbano e rural, que nem sempre refletem mudanças substantivas no modo de vida da população urbana. Trata-se de uma característica quase geral nos países africanos (Moriconi-Ebrard et al., 2015), herdada também do período colonial e muito visível atualmente nas periferias, nas quais prevalecem a população de baixa renda, principalmente aqueles que migram dos espaços rurais para os espaços urbanos a procura de sobrevivência, como forma de lidar com a difícil vida urbana, e acabam adaptando atitudes, hábitos e comportamentos rurais, dando origem ao fenômeno chamado de “ruralidade no urbano” (Baia, 2004, 2009) ou “ruralização do urbano” (Araújo, 2001, 2003).

Apesar de mostrar-se como transitória, ainda persiste essa característica em quase todas as cidades moçambicanas, (MALOA, 2019).

- Já quanto a **terceira característica** da urbanização moçambicana contemporânea Maloa (2019), afirma que:

[...] é a informalidade no que diz respeito ao acesso à terra urbana. Em Moçambique, a terra pertence ao Estado. A Lei de Terra, em vigor desde 1997, concede a indivíduos o direito à terra com base em ocupação histórica, aceitando as testemunhas orais para decisão. Incorporando a lei tradicional, esse processo foi amplamente respeitado como reforma agrária. Apesar de quase 14 anos, a lei não demonstrou eficácia na concessão de direitos de residência permanente de seus ocupantes. Interesses contraditórios por promotores de terra, falta de procedimentos adequados de planejamento urbano, pesquisas, processos burocráticos, taxas altas e corrupção, tudo contribui para que os assentamentos permaneçam informais (UN-HABITAT, 2007), motivado pelo processo burocrático de aquisição de terras urbanas. A aquisição de terras urbanas ou lote ocorre de duas formas. A primeira forma ocorre quando o morador está fixado no lote há muito tempo (pelo menos há cinco anos). O lote deve ser reconhecido pelo secretário do bairro, e, depois, o requerente submete a solicitação ao município. Na sequência, este avalia se os documentos submetidos estão de acordo com as exigências. Por último, o município cobra uma taxa para que o requerente tenha o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). A segunda forma de aquisição de terras urbanas ocorre quando os municípios lançam os editais da existência de lotes urbanizáveis. Os munícipes redigem uma carta solicitando as manifestações do aproveitamento da terra urbana e indicando o tipo de edifício que pretendem erguer, anexado à planta. A ocupação de um lote depende da taxa de construção e do tipo de projeto sugerido pelos municípios.

- Enquanto que, segundo Maloa (2019), a **quarta (e última) característica** dessa urbanização moçambicana contemporânea:

é o rápido crescimento demográfico no espaço urbano influenciado pelo êxodo rural e pelas altas taxas de natalidade (Ibraimo, 1994; Mapengo, 2011; Cau & Arnaldo, 2015; Carvalho, 2015). Só para ter uma ideia, a população urbana, entre as décadas de 1980 e 1990, cresceu 15%, apresentando, em 1997, um total de 29,2% (Araújo, 2001). Isso quer dizer que a população urbana duplicou. O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 2007) calculava que, em 2007, a taxa de crescimento demográfico seria de 34,5% para a população urbana e estima que, em 2025, a taxa será de 50%.

Em 2010, os agregados familiares eram constituídos, em média por cerca de 3,9 membros (4,3 nomeio rural, com 44% da população, e 3,6 no meio urbano, com 56% da população) e uma fertilidade média de 3,38% nascido por mulher, (CESI CI-PORTUGAL, 2011). Quanto a religião e crenças, Moçambique é um País Laico, mas a maioria da população (52,5%) do País é cristã. Dos cristãos, são católicos 22,7%, independentes 13,1%, protestantes 12,2%, e se intitulam como outras formas de cristianismo 4,5%. Ainda, pertencem às crenças tradicionais africanas 30,3%, ao islamismo 16,6%, ao ateísmo 0,4%, e à outras crenças 0,2% da população, (FRANCISCO, S.d.).

Segundo Francisco, Sugahara e Fishker (2013) no quesito esperança de vida à nascença, atualmente é de cerca de 50 anos. Média

de idade baixa em comparação com a média global de 70 anos, sendo 69 anos para Homens e 75 para as mulheres. Atualmente, 7% da população moçambicana total compõem o grupo de pessoas com 60 ou mais anos de idade. Moçambique está numa fase inicial de transição demográfica, que está a ocorrer de forma mais lenta e tardia tanto em relação à transição demográfica mundial, como às transições observadas nos países vizinhos da África Austral. Portanto espera-se que durante a primeira metade deste século, a população moçambicana permaneça mais jovem do que as populações do “Sul da África”, (FRANCISCO; SUGAHARA; FISHKER, 2013).

No tocante as riquezas naturais e a produção é importante referir que:

Moçambique abriga grandes reservas de petróleo, gás natural, carvão, ouro, bauxita e outros minérios. Essa riqueza do solo tem atraído grandes investimentos externos. Já a atividade agropecuária é extremamente prejudicada pelos extensos períodos de seca, além das frequentes enchentes. Com isso, a nação é dependente de ajuda alimentar, que não é suficiente para atender todos os habitantes, (FRANCISCO, S.d).

Perante estes recursos e ausência de meios nacionais humanos qualificados em massa e materiais de dimensão internacional, capazes de auxiliar a enfrentar desafios e concorrência, o País criou uma política de abertura ao investimento estrangeiro. Esta foi a forma encontrada de convidar a quem possa auxiliar o País a crescer a vir sem receio.

O investimento estrangeiro em diversas áreas irá dinamizar o processo de desenvolvimento em diferentes pontos do país e reduzir o fluxo da população das zonas rurais para as zonas urbanas a procura de melhores condições de vida.

9.1.3 Realidade cultural e social de Moçambique

Consolidar e aprofundar, cada vez mais, a unidade nacional, a paz e a democracia, bem como manter sólida a unicidade do Estado moçambicano constitui a pedra basilar da acção governativa rumo a um desenvolvimento socioeconómico, cultural, integrado, harmonioso e equilibrado do País. A unicidade nacional de que se refere, tem sido um dos fatores decisivos a vitória do povo moçambicano na luta contra a dominação estrangeira, e constitui uma das prioridades centrais da acção política do Governo, no que diz respeito a promoção da moçambicanidade, autoestima individual e coletiva e da valorização da diversidade e dos heróis e talentos em Moçambique. Por outro lado, a democracia tem imposto a todos os moçambicanos o respeito pela pluralidade política e pelas diversas formas de participação do povo na tomada de decisões sobre assuntos de interesse pessoal, da comunidade e nacional. É neste âmbito, que Moçambique se inspira na sua História, a promoção e a valorização da diversidade cultural, dos seus heróis, das línguas nacionais, do

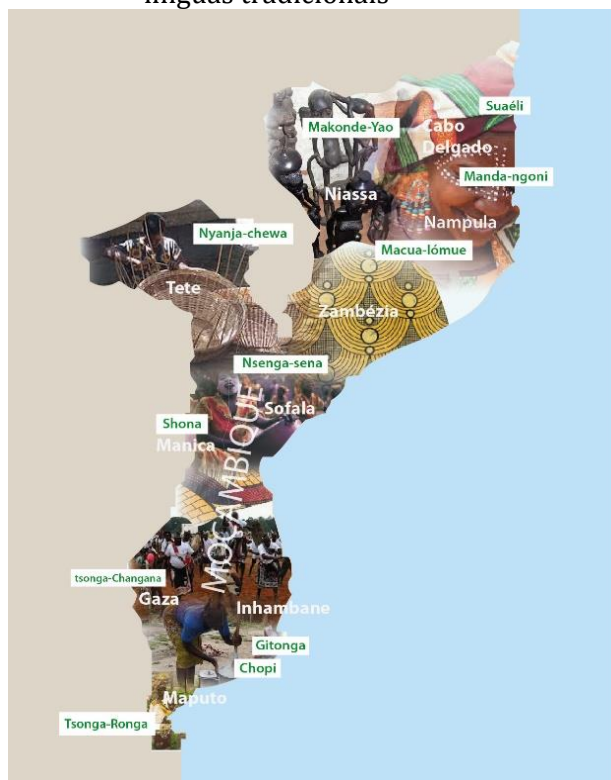
diálogo, do espírito de tolerância, da solidariedade, do amor à Pátria e do convívio harmonioso da família moçambicana como caminhos principais da consolidação da unidade nacional, da paz e da democracia, (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2010).

Desta feita,

Moçambique está desde os finais da década de 1990 num processo de reforma dos órgãos locais. É possível individualizar os mecanismos de administração do passado, o sistema centralizado-secretários dos bairros, chefes de quarteirões e chefes de dez famílias e o atual sistema descentralizado, presidentes dos conselhos municipais, presidentes das assembleias municipais. Apesar de não reconhecidos, os órgãos de base herdados do sistema centralizado estão ainda implantados nas cidades e com maior protagonismo nas áreas periféricas. Pode-se considerar o atual sistema de misto ou de semi-descentralizado, (MENDONÇA, 2014).

Por outro lado, sendo a cultura de um povo determinada pela língua podemos ver, que a diversidade linguística de Moçambique constitui uma das suas principais riquezas culturais, o que torna a sua população multilíngue. A língua oficial do país é o Português, falado pela metade da população (50,2%) e 54% é monolíngue, ou seja, fala apenas uma língua, o português ou um idioma nacional, de acordo com os resultados do inquérito demográfico de 1991. As línguas mais faladas na comunicação diária são as seguintes: Português (39%), Xitsonga (23%), Emakua (13%), Chishona (4%) e Chisena (3%), (GASPAR, et. al.), de entre outras representadas a seguir, pela figura 2:

Figura 2: Mapa de Moçambique com a localização das principais línguas tradicionais



Fonte: Rosa (2019)

O Governo define a cultura como um instrumento de formação da Consciência Patriótica, de reforço da Unidade Nacional, de Exaltação da moçambicanidade e da melhoria da qualidade de vida do cidadão. Por conseguinte, o enfoque do plano do Governo na área de Cultura tem como objetivo desenvolver e reforçar a moçambicanidade através da promoção, valorização e preservação do património

cultural Moçambicano. E tem como uma das ações prioritárias a promoção da cultura e sua Contribuição no Desenvolvimento social e económico. Quanto a religião o Governo reconhece a importância do papel da religião na promoção da valorização da conduta ética e da moral na sociedade, assim como a colaboração com as instituições e agremiações religiosas, (MOÇAMBIQUE, 2010).

É neste contexto que em Moçambique o visitante estrangeiro tem sido recebido como irmão e enquadrado de forma acolhedora naquilo que ele pretende. Porém vejamos, antes da pandemia covid-19, era prática comum, em Moçambique a promoção de eventos como feiras gastronômicas onde, para além dos moçambicanos, principalmente os estrangeiros tinham a oportunidade de conhecer e se deliciar da culinária tradicional moçambicana.

A culinária moçambicana é caracterizada principalmente por cinco produtos, embora confeccionada de diferentes formas de acordo com a cultura de cada Província. Isto é, a culinária é baseada em cinco produtos como a mandioca, o amendoim e o milho (produção nacional); o arroz (produção nacional e importado) e o trigo (produto importado). Todo o visitante, não pode passar por Moçambique sem se deliciar com a xima, que é um mingau espesso feito de farinha de milho (consumido em todo o País), e de mechueira e de farinha de arroz (consumido no centro e norte do País).

Estes pratos são deliciados no Sul, principalmente com a mathapha (folha de mandioca) feitos com amendoim. E existe ainda a

famosa xiguinha de cacana que é um prato bastante concorrido em cerimónias. De referir que a xima é comida com qualquer tipo de molho e constitui hábito confeccionar qualquer tipo de carne ou peixe com amendoim e coco. No centro e norte é acompanhado de molho de peixe seco, e nas províncias do centro (Sofala, Manica e Zambézia temos o mucuane (feito de mathapa e coco). Na província da Zambézia temos ainda a Mucapata preparada com arroz, coco e feijão oloco.

De referir para além destes molhos existem outros molhos típicos de vegetais, carne, feijão ou peixe que incluem: castanha de caju, amendoim, cebola, folha de louro, tomate, alho, coentro e outras especiarias pela grande influência árabe e portuguesa. Como por exemplo, sopa de mandioca, peixe grelhado, guisado de caranguejo, abóbora com coco, galinha cafreal, camarão grelhado, caril de porco, caril de frango, caldeirada de cabrito, caril de amendoim, feijoada. Para além dessas, Moçambique tem muitas outras culinárias típicas para oferecer ao visitante, incluindo aqui os deliciosos churrascos e mariscos.

Por outro lado, podemos observar que a música Moçambicana é uma marca que constitui a manifestação mais pontual da cultura. A música tradicional com características bantu e em alguns pontos do País, principalmente no que se refere a zona Norte, tem influência árabe por questões histórica do comércio triangular. De referir que a música é usada para acompanhar as cerimónias tradicionais,

nomeadamente: Xigubo, Mapiko, Nhau e Marrabenta.

A Dança Xigubo é uma dança tradicional moçambicana e que representa a resistência colonial do país, sobretudo na região sul. Praticada nas regiões do interior das províncias de Gaza e Maputo e com um número ínfimo de aderência nas cidades, esta dança consiste no alinhamento de um determinado número de dançarinos que se organizam, geralmente em uma ou duas filas. Para além dos dançarinos são colocadas duas bailarinas nas extremidades das filas. Estas têm um papel diferenciado dos homens (que se “confrontam”), com o objetivo de dar estética a dança. Conforme nos mostra a figura 3, a seguir:

Figura 3: Imagem da dança Xigubo



Fonte: Imagem da esquerda:

<https://www.facebook.com/mocambiqueas4rodas/photos>; e Imagem da direita:
http://www.pordentrodaafrica.com/cultura/africa-do-sul-o-ritmo-dos-guerreiros-descendentes-de-shaka-zulu/attachment/zulu_dancers_2

Estes por sua vez, os dançarinos apresentam-se rigorosamente vestidos de objetos tradicionais feitos de fibras e peles de animais nos braços e nas pernas, colares de sementes, entre outros objetos com

devidos significados. As saias que os cobrem são confeccionadas de peles de animais. Eles seguram nas mãos um instrumento de defesa denominada Xitlhango ou Azagaia usados no período de guerras ao longo dos tempos.

Por sua vez a dança Mapiko tem sua origem na comunidade Makonde, na província de Cabo Delgado ao Norte do País e já ultrapassou as fronteiras da região e do país. É praticada nas cerimónias de ritos de iniciação, funerais de um membro da comunidade, cerimónias de investidiura de chefes clânico-linhageiros. O elemento principal da dança, chamado de Lipiko, sempre é mascarado de qualquer tipo de pele de animal e coberto de panos de acordo com o assunto da cerimónia. Por exemplo, no caso de funerais a sua vestimenta, da cintura para cima é coberta de guizos, simbolizando o defunto a ser evocado, representado na figura 4, a seguir:

Figura 4: Imagens da dança Mapiko



Fonte: Imagem da esquerda: <https://www.mapadasartes.co.mz/blog/176>; e Imagem da direita: https://www.google.com/search?q=mapiko&tbm=isch&hl=pt-BR&chips=q:mapiko,online_chips:makonde+mapiko:ILkAYM6xjck%3D&rlz=1C10KWM_pt-BRBR820BR820&sa=X&ved=2ahUKEwip2qDs3fjvAhUOOKwKHeN5DS0Q4IYoAHoECAEQGQ&biw=1263&bih=689#imgsrc=v11A3TlaBlzBgM&imgdii=vwDjmqF7RpqQeM

A dança Nhau é originária do centro do País, mais concretamente da província de Tete. Esta dança usada nos ritos de iniciação exige do dançarino um forte equilíbrio por usar máscara de madeiras nos pés. A sua vestimenta é de símbolos de seus hábitos e costumes como de maniqueira (matéria prima para fazer sumo, doces, bebidas alcoólicas e alimentação) e o de cabritos que representam fonte de riqueza, pois esta província é a maior produtora de caprinos do país. Esta dança foi certificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) em novembro de 2005 como uma obra prima do património oral e intangível da humanidade representada pela figura 5, a seguir:

Figura 5: Imagens da dança Nhau, certificada pela UNESCO como património oral e intangível da humanidade



Fonte: <https://dotsconnected.wordpress.com/2010/12/07/nyau-a-pura-cultura-africana/>

A dança da Marrabenta, originária do sul do País, especificamente na cidade de Maputo nos anos 50, sempre é usada nas cerimónias carnavalescas. Esta dança é no País um dos tipos de músicas comerciais mais conhecidas. Constituída de música, dança e letra cujo conteúdo tem sido de âmbito social. De referir que a música comercial em Moçambique embora com ritmos e tecnologias importadas de várias culturas em nível mundial, ainda têm raízes na música tradicional.

Temos ainda, o Ritmo Pandza que é um estilo atual no País. Por outro lado, ainda falando da música comercial, podemos mencionar os instrumentos reconhecidos em nível internacional como a Timbila da comunidade chope da Província de Gaza (zona sul). É um instrumento musical tradicional e considerado pela Unesco em 2008, como

Património Imaterial da Humanidade, ilustrada na figura 6 a baixo:

Figura 6: Dança Marrabenta



Fonte: Imagem da esquerda: <http://jornalcultura.sapo.ao/dialogo-intercultural/marrabenta-um-misterioso-patrimonio-cultural-de-mocambique>; e imagem da direita: <https://www.conexaolusofona.org/marrabenta-a-danca-que-une-um-povo/>

Importante e também representativo do espírito artístico e criativo do povo moçambicano é o artesanato que se manifesta em várias áreas, destacando-se as esculturas em pau-preto dos Macondes do Norte de Moçambique.

E porque não falar de outras intervenções culturais marcantes que o País teve e que se firmaram além fronteira. Refiro-me a nomes moçambicanos que se destacaram em nível internacional no campo da pintura, música, literatura, poesia, desporto e outros, como: Malangatana, Mia Couto, Paulina Chiziane, José Craverinha, Noémia de Sousa, Ungulani Ba Ka Khosa e outros. E na área do desporto podemos destacar dentre outros, o Eusébio, Mário Coluna, Maria de Lurdes.

Para finalizar quanto a cultura, de um modo geral, o País é aberto e, por ter sido uma colônia, muito das suas tradições,

especialmente nas cidades, foram se perdendo. Sendo assim, a forma de estar e conviver nas zonas urbanas é típica de grandes centros comerciais.

Já no quesito segurança, embora a existência de alguns problemas típicos de países em desenvolvimento, especialmente a desigualdade socioeconómica, pode se afirmar que o País continua garantindo a segurança dos seus cidadãos e visitantes. Ao andar pelas ruas o cuidado com os seus pertences sempre é recomendado, embora não com tanta precaução a ponto de não poder circular. Apenas recomenda-se ficar atento e não se descuidar, como se faz na maioria dos grandes centros urbanos.

Embora a diversidade cultural e linguística presente no País regista-se que a língua portuguesa é mais falada nos grandes centros urbanos e pode servir de elo entre o nacional e o visitante. Conjugado a isto se destaca a hospitalidade que caracteriza o comportamento do moçambicano.

De entre as várias formas de se comunicar dentro do País existem pelo menos três empresas de telefonia móvel (Vodacom, TMcell e a Movitel) com redes de Internet.

Todo aquele que deseja investir em Moçambique não poderá sentir dificuldades para tal. O importante seria ter em mente que está a negociar com pessoas de culturas diferentes e não se deixar perder por certos hábitos. Pois, o moçambicano gosta de ambientes festivos e informais consequentemente, o seu comportamento quanto aos

prazos e horários gira em volta disso.

Em questões de negociação ou acolhimento de qualquer que seja o visitante nacional ou estrangeiro o moçambicano é extremamente formal a começar pela sua indumentária até ao uso das palavras de forma respeitosa.

9.2 BREVE LINHAS DA HISTÓRIA ECONÓMICA DO PAÍS

Moçambique está a conhecer importantes transformações sociais, económicas, políticas e ambientais, decorrentes da descoberta e exploração de recursos naturais, com destaque para os minerais que representam uma oportunidade para tornar a economia nacional mais competitiva. O País também está a sofrer profundas transformações ambientais, sobretudo devido as mudanças climáticas que podem perigar os ganhos de desenvolvimento alcançados e almejados (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Como consequência dos recursos naturais que o País possui e a sua localização estratégica na Região da África Austral o Governo, após a independência nacional, por se sentir embrulhado com anos de crise econômica e social, durante vários anos procurou aproveitar desta

oportunidade e adotar medidas profundas para reestruturar econômica e socialmente o Moçambique pós-independência.

Desta feita, as reformas passaram pela nacionalização e socialização dos principais meios de produção e infra-estruturas económicas e sociais, adoptando o sistema socialista de governação.

Nesta sequência o sector agrícola e vários outros sectores foram abrangidos, adotando-se medidas seguindo formas de economia socialista. No decurso da reestruturação econômica e social, o País viu-se mergulhado numa instabilidade política e militar, bem como as questões climáticas afetaram a agricultura e a pecuária, do qual a maior parte da população moçambicana sobrevive. Consequentemente, a fome e a dependência alimentar externa foram-se agravando.

A instabilidade política e militar caracterizada pela guerra de resistência que durou mais de uma década e meia, não só assolou a atividade agro-pecuária como também o setor industrial, da educação e saúde. Várias famílias e infraestruturas ficaram destruídas. Sendo assim, o caminho da reestruturação do país pós-independência não conseguiu seguir o seu percurso. Foi então que, após a guerra de resistência, o governo iniciou novas formas de reestruturação optando pelo investimento externo, a partir da década 80. Os programas de reformas através do diálogo com investidores estrangeiros ganharam espaço acentuado nos anos 90.

Pois, a população moçambicana apresentava-se com muita predisposição em empenhar-se nesta reconstrução do país, mas lhe faltavam recursos suficientes para tal. Apesar disso, mesmo com dificuldades muitos moçambicanos empreenderam, fizeram a sua parte. Denotam-se, muito esforço nos investimentos individuais dos moçambicanos, principalmente criados pelos jovens no que tange a pequenas e médias empresas. Mas não é o suficiente. Segue sendo necessário a união destes com novos empreendedores e investidores estrangeiros, para assim seguir dinamizando e fazendo crescer e modernizar a economia moçambicana.

Quanto as faixas etárias dos moçambicanos observam-se que a estrutura populacional do País é bastante jovem com uma população jovem de 45,6% com menos de 15 anos e adultos na faixa de 15-64 anos numa representação de 51,9% sobrando somente 2,5% de idosos. Esta característica da população tem implicações sócio-económicas, pois a sua população é mais propensa ao consumo do que a produção devido a elevada proporção de dependentes (crianças e jovens) e menor proporção do que se denomina de População Economicamente Ativa, ou seja, em idade ativa para trabalho e produção. (FRANCISCO; SUGAHARA; FISHKER, 2013).

9.3 O AMBIENTE DE NEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE

Nas últimas décadas, o País tem vindo a despertar interesse aos investidores privados nacionais e estrangeiros em várias áreas como: agricultura, recursos minerais, energia, turismo e indústria. O País torna-se mais “desejável” à medida que se vão descobrindo mais riquezas.

9.3.1 Potencialidades

Descreve-se a seguir as principais potencialidades nos setores produtivos de Moçambique, segundo informações da CES-CI [SD]. Neste estudo consta que a pesca e a aquacultura; o comércio; a indústria transformadora; a indústria extrativa e o turismo são os destaques. É o que se passa a citar a seguir baseado nas informações da CES-CI [SD]:

- **Pesca e aquacultura:** O País possui grandes potencialidades pesqueiras, derivadas da sua localização costeira, com uma extensão de litoral, constituindo 586 mil km² de superfície de massa de água oceânica, que possuem uma diversidade de recursos de pesca imensa. A pesca industrial e semi-industrial constituem os subsectores envolvidos em atividades pesqueiras comerciais, cuja produção é essencialmente para o

mercado externo. Contudo é importante notar que a estratégia de desenvolvimento do subsetor da Pesca Artesanal e da Aquacultura tem como objetivo aumentar a produção nestes subsetores e criar mecanismos de acrescentar valor a esses produtos para que tenham acesso ao mercado internacional, bem como melhorar o abastecimento no mercado interno, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das populações e melhoria das condições de vida. As potencialidades para o desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique são vastas: a existência de um ambiente favorável para investimentos, de condições climáticas favoráveis (clima tropical e subtropical); ambiente livre de poluição, baixa pressão populacional e recursos extensos; um potencial de 330.000 hectares adequados para a aquacultura costeira e a existência de espécies selvagens com grande potencial comercial. Moçambique exporta ainda matéria-prima não processada, essencialmente produtos congelados a bordo pela fronteira industrial. De salientar que a indústria de processamento de pescado existente no País não absorve na totalidade os produtos da pesca de pequena escala, razão pela qual esta indústria é prioritária para o investimento. A produção Artesanal ainda constitui cerca de 85% da produção total. Nampula, Zambézia, Sofala, Maputo e Inhambane são as cinco províncias costeiras que registam

maior volume de produção pesqueira artesanal. Enquanto que as províncias de Tete, Niassa se destacam pelo seu volume de produção em águas interiores.

- **Comércio:** Este sector juntamente com o sector de transportes aumentou a sua importância relativa, o que denota uma importância cada vez maior do terciário para a atividade económica moçambicana. Estes dois sectores são responsáveis no seu conjunto por cerca de 22,9% do total da produção de bens e serviços de Moçambique.
- **Indústria transformadora:** Com um peso limitado na economia moçambicana, mais orientada para o desenvolvimento da agricultura, o sector industrial começa a dar os primeiros passos no sentido de uma efectiva consolidação. Para além da indústria do alumínio, impulsionada pela laboração da fábrica de alumínio Mozal, tem havido outros acréscimos no sector, resultantes principalmente dos contributos das áreas de construção, produtos alimentares e de bebidas e outros bens de consumo. As perspectivas de crescimento do sector, a par de uma política dirigida para o mercado regional, colocam a indústria moçambicana como um dos sectores chave para o futuro desenvolvimento da economia do país.
- **Indústria extrativa:** Moçambique é um país dotado de vasta riqueza em recursos naturais incluindo carvão, gás natural,

areias minerais e reservas de petróleo. No domínio dos hidrocarbonetos, importa referir que um terço do território moçambicano está coberto de bacias sedimentares, das quais se destacam: a Bacia do Rovuma, de Moçambique, de Manica, do Baixo Zambéze, no Meio do Zambeze e a Bacia do Lago Niassa. Existem vários contractos, atualmente para as áreas de concessão dos hidrocarbonetos. Apesar do sector mineiro ser dominado atualmente por investimentos no sector do carvão, é o sector do ouro que tem desempenhado o papel principal no desenvolvimento da exploração mineira. Todavia, a maior parte dos recursos naturais em Moçambique ainda não estão explorados. Desde 2003, a indústria extrativa de Moçambique tem atraído uma crescente atenção do sector privado. Para além do carvão e do ouro, os minerais que estão a ser explorados atualmente incluem titânio, tântalo, mármore, bauxite, granito, calcário e pedras preciosas. Existem também depósitos conhecidos de pergamatitos, platinoídes, urânio, bentonite, ferro, cobalto, crómio, rúquel, cobre, granito, flúor, diatomite, esmeraldas, turmalinas e apatite.

- **Turismo:** Moçambique é uma nação do sul da África cujo longo litoral no Oceano Índico é permeado de praias conhecidas, como Tofo, e de parques marinhos perto da costa. Pode-se destacar, por exemplo, o arquipélago Quirimbas, com uma

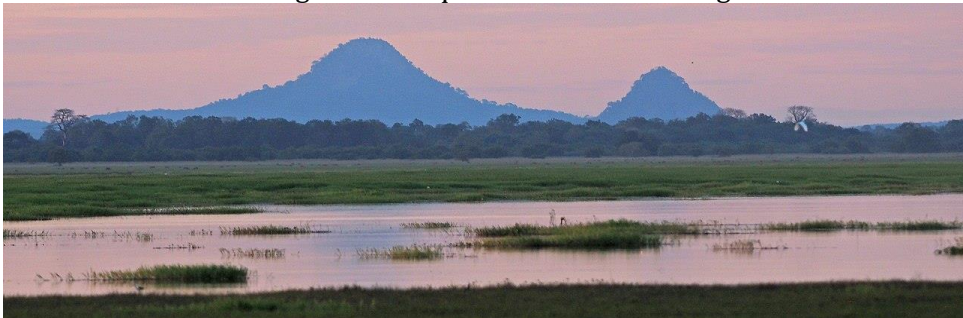
faixa de 250 quilômetros de ilhas de corais, também a ilha do Ibo, coberta por manguezais, com ruínas da era colonial que sobreviveram desde o período do domínio português. O arquipélago de Bazaruto, mais ao sul, tem recifes que protegem espécies marinhas raras, como os dugongos. Um dos grandes potenciais turísticos do País incluem uma variedade de praias, ilhas e lagos atractivos do Norte ao Sul do País. Além disso, oferece muitas opções de safari nos 6 (seis) parques nacionais e 5 (cinco) reservas nacionais como área de conservação para o desenvolvimento do eco-turismo. Como produto do processo da própria História Universal, o País oferece uma miscelânea cultural da culinária Indu e afro-europeu do norte ao sul e da costa do hiterland, porque é potencial do turismo cultural ainda por explorar. Outro potencial em exploração está relacionado com a criação de parques subaquáticos ao longo da costa. Isto para explorar o turismo de mergulho não só para a apreciação da fauna marinha, mas também a gama de artefatos arqueológicos de navios naufragados ao longo da costa.

Segundo informação do Wiki (2021)¹¹⁶ o Parque Nacional da Gorongosa, localizado na província de Sofala, possui uma área de 3 770 quilómetros quadrados, no extremo sul do grande vale do Rift da África Oriental. A exuberância paisagística e a

¹¹⁶ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>.

particularidade da fauna bravia deste Parque tornam-no um dos principais atrativos turísticos. No parque, há a presença de elefantes, a na foz do Zambeze onde predomina o búfalo, além de reservas parciais como a de Gilé e a do Niassa respectivamente a nordeste de Quelimane e nas margens do rio Rovuma. Também no parque da reserva natural de Bazaruto podem-se avistar aves exóticas, recifes de corais e espécies marinhas protegidas como dugongos, golfinhos e tartarugas marinhas, conforme as figuras 7, 8, 9 a seguir:

Figura 7: Parque Nacional da Gorongosa



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>

Figura 8: Imagens da Ilha de Micambique



Fonte: Ilha de Miçambique(https://line.17qq.com/articles/iophfbhz_p2.html)

Quanto as praias dizer que, são propícias para o turismo, com águas limpas, principalmente as que se encontram mais distantes dos centros urbanos, como a praia das ilhas das Quirimbas situada na Província de Cabo Delgado e a praia do Arquipélago de Bazaruto na província de Inhambane.

Figura 9: Ilha de Bazaruto



Fonte: https://line.17qq.com/articles/phmpcdpov_p5.html

Obs.: A Ilha de Bazaruto oferece melhores oportunidades para pesca desportiva.

Também mergulho aquático e oportunidades de nadar com golfinhos

Para além de muitas outras distribuídas por todo o País e com aquários subterrâneos nunca vistos em várias partes do mundo. Oportunidades difíceis de esquecer.

9.3.2 Infraestrutura

A infraestrutura dá suporte ao potencial natural aos investimentos de outras áreas que têm vindo a conhecer um crescimento considerável, particularmente no que diz respeito aos Hotéis de Luxo e da primeira classe.

A seguir descrevemos sobre a infraestrutura da energia, dos transportes e das telecomunicações:

- **Energia:** Moçambique tem uma grande capacidade de produção hidroelétrica através da Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) e possui significativas reservas de gás natural e de carvão, ainda subaproveitadas. A produção de eletricidade é maioritariamente de origem hidroelétricas, fruto do contributo da HCB. A distribuição de energia é monopólio da Eletricidade de Moçambique (EDM), empresa pública que adquire a quase totalidade da eletricidade à Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). A Eletricidade de Moçambique (EDM) detém, apenas, uma pequena parte vinda da central térmica a gás perto de Vilanculos.
- **Transportes:** O sector dos transportes tem sido parte integrante da economia moçambicana. As infraestruturas rodoviárias e ferroviárias permitem o acesso ao mar dos países vizinhos sem linha de costa através do porto de Nacala (Malawi), Beira (Zimbabwe) e Maputo (parte nordeste da

África do Sul). No entanto, a integração dos caminhos-de-ferro, estradas e portos ainda não é uma realidade no País, embora se tenha feito um esforço para uma integração entre os caminhos-de-ferro e os portos, com a criação dos corredores de Nacala, Beira e Maputo. É importante referir que as regiões do interior, fora das grandes cidades carecem de asfalto. Esta situação traz consigo o problema de excedente de produção nas plantações. Muitos produtos terminam por se deteriorarem porque os produtores para além de não terem transporte para a distribuição dos seus produtos, poucos são os transportadores privados que se dispõem a entrar com os seus veículos de transporte diretamente nas plantações para fazerem as compras e transportarem as mercadorias dali levando estas para os grandes centros de consumo. Esta atitude provém do receio de danificar a viatura e a sua reparação depender de importação de peças vindas do exterior e a preços não compensatórios. As linhas de ônibus para deslocações não são seguras.

Por outro lado, o país possui uma companhia aérea designadamente Linhas áreas de Moçambique e 7 (sete) companhias aéreas que voam para Moçambique. Existem 11 (onze) aeroportos sendo os principais os de Maputo, Beira Nampula e Pemba. Para além deste tipo de transporte existem as linhas terrestres que não são aconselháveis devido ao

péssimo estado de conservação de muitas dessas viaturas, bem como o estado precário das estradas nacionais que ligam as várias províncias do país.

Mas, para quem quiser usar a via terrestre existe a opção de alugueis de transporte privado ou a de por via aérea para as regiões que existem aeroportos com voos domésticos regulares ou a opção de voos fretados. Existem ainda os barcos que atracam em diversos portos como Maputo, Beira e Nacala que servem não só o País, mas também são de peso internacional e regional.

- **Telecomunicações:** As telecomunicações são dominadas pela empresa (TDM) a qual tem monopólio das linhas fixas, com cerca e 80 mil clientes, mantendo ainda uma posição dominante numa das empresas de telefones móveis, a MCell que detém mais de 65% de quota de mercado. A Internet tem expressão principalmente nas cidades, existindo três fornecedores – a Teledata (PT-TDM), a TDM e a Tv-Cabo. Moçambique é o primeiro País da região dotado de um organismo regulador do sector, o INCM (Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique), sob a tutela do Ministério dos Transportes e comunicações.

Estas ferramentas, recursos e empresas que fornecem internet têm sido muito úteis não somente em questões de comunicação como tal, nas zonas urbanas, mas também a

facilidade e agilidade da internet que estes fornecem. Esta internet neste período da pandemia tem auxiliado em grande medida ao ensino e aprendizagem em todas as escolas e níveis, bem como na vida profissional auxiliando em aulas digitais e workshops on-line, respectivamente. Mas existe a dificuldade de comunicação com as regiões recônditas do país por diversas questões socioeconômicas e de infraestrutura indisponível na área.

Com estas empresas de telefonia móvel ficou muito facilitada a vida do cidadão, nacional ou estrangeiro, porque a aquisição de pacotes para tal é fácil, embora tenha que se deslocar a própria agência para registrar o cartão. Esta medida advém da tentativa de evitar uso indevido da rede para questões de atividades ilícitas e prejuízo do cidadão ou empresas.

Mas refere-se que o acesso à internet não é pleno em todo o País como o é no centro das cidades. Desta forma, podemos ver que a inclusão digital ainda está aquém da sua efetividade e da real necessidade. Pois a maior parte da população reside fora das cidades e não tem acesso aos serviços básicos, inclusive a internet.

9.3.3 Serviços de Apoio

Os esforços que Moçambique desenvolve para oportunidades de negócio no País estão concentrados no futuro do Turismo. Pois, o governo aprovou em 2003 a Política do Turismo e a estratégia da sua implementação que estabelece a perspectiva orientadora do crescimento e desenvolvimento do Turismo a longo prazo.

Esta questão é vista como de grande impacto no apoio social do País, dado que Moçambique é prendada por um vasto potencial turístico com ricos recursos naturais e com uma cultura diversificada. Existe em Moçambique um casamento do turismo baseado em praias situadas ao longo do litoral, dado que o País é banhado pelo oceano Índico, a Este, a vida cosmopolita das cidades e a rica plataforma sustentável para um destino turístico.

Olhando para aquilo que são os aspectos culturais, as suas potencialidades, Moçambique demonstra ser um País com recursos costeiros mais apreciáveis, por apresentar um litoral ainda inexplorável com diversidade em paisagens, flora e fauna. E é de referir que Moçambique tem atraído muitos investimentos estrangeiros em diversas áreas, nestas últimas décadas.

É importante referir que investir num País como Moçambique cuja a moeda nacional tem tendência a depreciação constante face ao Dólar Americano, como a maioria das moedas dos países em desenvolvimento, sempre precisa levar em conta essa questão.

Por outro lado, reserva-se em esclarecer que no País, para além das casas de câmbio, existem os bancos para operações monetárias. Portanto, quem vir com dólares e euros, poderá os trocar por moeda local nessas casas de câmbio ou bancos presentes nos maiores centros urbanos do país.

Na implementação de um investimento deve-se ter em conta que no país se pagam diversos encargos, periodicamente dentre outros a Taxa por Atividade Econômica; além de que terá de lidar com o excesso de burocracia.

O uso de cartão de crédito é aceitável em poucas lojas. Muitas transações de compra de produtos alimentares e outros são feitos por cartões de débito e na sua maioria em valor vivo (dinheiro em espécie).

A maioria da população não tem conta bancária e nem acesso aos serviços financeiros. Consequentemente, nem conseguem receber pagamentos ou salário por via de transferência bancária ou até mesmo nem preparar a sua reforma monetária pessoalmente. Para viajar pelo país e fazer compras, de preferência, leve dinheiro em espécie. O país é composto por gente hospitaleira e cuja segurança pode não ser considerada das melhores, mas todo o visitante se desloca sem problemas de grande alarme ou sobressaltos.

Embora não tenhamos transportes públicos suficientes e boas condições de acolhimento, existem os taxis que para além de terem os seus postos nos locais de desembarque de passageiros encontram-se

ao longo das principais cidades. É oferecido ainda a oportunidade de aplicativos para taxi. Uma coisa importante a se referir é que antes de se pensar em se deslocar, não se deve se preocupar somente na chegada, mas sim, antes de vir, deslocar-se até as Embaixadas ou Consulados de Moçambique presentes em seu país de origem para conseguir informações sobre a obtenção do visto e das condições primárias a serem observadas antes de embarcar para Moçambique.

9.3.4 Perfil do setor privado

Nos últimos anos, Moçambique registou um aumento significativo na atração de fluxos de capitais privados nacionais e estrangeiros, por todo o país e destacando-se alguns sectores como da agricultura, da indústria, do turismo e dos recursos minerais e energia.

De Acordo com a República de Moçambique (2014), a estabilidade macroeconómica que o País tem registado nos últimos anos proporciona um espaço favorável para o relançamento do desenvolvimento económico e social. Este documento refere ainda que:

[...] em virtude do ambiente macroeconómico estável e da implementação de programas e reformas socioeconómicas, o País registou um

crescimento económico médio anual do PIB de 8,1% durante o período 1995 a 2012 traduzindo-se num dos mais elevados do mundo. O forte crescimento real do PIB tem sido influenciado pelo aumento do investimento estrangeiro e nacional, pelo acesso ao financiamento, pela transferência de tecnologia e pelos ganhos do investimento na educação e em infraestruturas. A partir do ano 2000, o crescimento também tem sido impulsionado por investimentos em projetos de grande dimensão. Nos últimos 10 anos a economia tem-se mostrado robusta e cada vez mais resiliente a choques externos e internos. Apesar da crise financeira e de alimentos que se repercutiram sobre a economia nacional, o País continuou a mostrar um crescimento económico elevado e estável. Nos últimos 4 anos, a inflação média registada foi de 7,1%, e o PIB real cresceu em média cerca de 7,0% ao ano. Em 2012, o PIB real cresceu em 7,2% e o PIB per capita foi de USD 608,1, (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Num contexto de grandes adversidades socioeconómicas e políticas que o país atravessa existe a necessidade de cooperação e estabelecimento de parcerias entre instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de assegurar que o ambiente em que os negócios se realizam seja encorajador, promova o crescimento e desenvolvimento dos negócios existentes e atraia novos investimentos.

A melhoria do ambiente de negócios em Moçambique, como em qualquer outro país, nunca é um produto acabado, pois o ambiente interno e externo em que as empresas operam está em mutação

constante, com a emergência de novos fatores a influenciar esse mesmo ambiente.

9.3.5 Desafios

Cada investimento transporta consigo uma série de necessidades relacionadas aos bens e serviços específicos e sobretudo ter em conta as diversidades culturais de cada região para sua melhor abordagem. Em Moçambique, dada a sua extensão em diversos recursos, riqueza cultural, um elevado número de mão de obra jovem desempregada com níveis de pobreza alta, tem-se a necessidade de agregar o papel dos intervenientes ou investidores com aquilo que é prioridade para o desenvolvimento dos diversos setores do país conforme já estabeleceu o Governo no seu Plano Estratégico.

Este constitui o grande desafio para o investidor estrangeiro. Conhecer o Plano do governo moçambicano e saber dialogar no que seria o investimento a curto, médio e longo prazo. Pois, um País com características de terceiro mundo, embora a existência de riquezas é sempre necessário ter um olhar para aquilo que são as oportunidades e as necessidades imediatas na economia para o povo. Porque conforme descrevemos pode-se observar que os principais desafios que o país enfrenta é a manutenção da estabilidade macroeconômica,

tendo em consideração às flutuações dos preços das matérias primas em face da valorização do Dólar.

Nota-se que o País registou um crescimento económico forte nesta última década, mas a população na sua maioria é quem menos se beneficia disso. Neste contexto, o apoio aos investidores de micros, pequenas e médias empresas tornam-se imprescindível.

Contudo, torna-se necessário, dentre outros desafios melhorar o ambiente de negócios através do desenvolvimento de infraestruturas, acesso aos financiamentos, aumento da eficácia da administração pública, e estabilidade macroeconómica do País. Mas, isto exige do Governo e de outros segmentos da economia, melhores mecanismos de gestão e articulação dos processos de desenvolvimento para a maximização dos benefícios tangíveis da exploração dos recursos minerais, com vista a melhoria significativa das condições de vida da população, (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2014).

Acrescido a este facto a melhor viabilização da economia a abertura e ao acesso aos serviços financeiros adequados para a população é de extrema importância.

9.3.6 Expectativas

Com investimentos em diversas áreas é de esperar que Moçambique possa desenvolver grandes transformações, aumentando

rendimentos e gerando empregos em todas as regiões do País. Igualmente, reduzindo a insegurança alimentar e a subnutrição. Espera-se que com a informação aqui descrita o investidor e o turista possam perceber a dimensão do País em termos não só da necessidade de investimentos, mas também do terreno a pisar. Pois, um investimento requer uma certa alteração no modo de agir tanto por parte do consumidor, da população local, bem como do empreendedor.

[...] a economia moçambicana, alavancada pelos mega-projetos e por um ciclo de exploração de recursos naturais que se abre, irá gerar, nas próximas décadas, um crescimento da classe média urbana, dotada de maior poder de compra e com hábitos de consumo que mudarão, sensivelmente, a procura por produtos alimentares. As oportunidades do futuro justificam um investimento no presente (CESO CI, 2011).

À medida que os investimentos vão entrando em Moçambique espera-se que o país se torne cada vez mais competitivo e ganhe uma economia dinâmica em que a informação flua e se transforme em conhecimento para expansão de negócios a todos os locais do país. Assim, garante o crescimento econômico sustentável.

Espera-se que a economia de Moçambique, após sofrer com as guerras de resistência e agora com a pandemia da Covid-19, recomece, o mais breve possível a retomada do seu crescimento.

9.4 PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Apesar das políticas monetárias e fiscais deflacionárias o investimento privado bem como a economia no seu todo tem registado um crescimento notável aliado ao constante slogan do “alívio a pobreza”. São vários os constrangimentos que tem feito o País não ter atingido um crescimento aceitável para o alívio a pobreza nestes cerca de 45 anos de independência. Podemos referir aqui, não somente as sequelas da guerra de libertação no pós-independência que deixou o país com quase nenhum dos técnicos mais qualificados e muitas infraestruturas abandonadas ou destruídas, especialmente decorrente da guerra de resistências que durou 16 anos e destruiu muitas infraestruturas e famílias.

Atualmente o País tem vindo a registar melhorias a partir de investimentos internos e externos com as investigações para a descoberta de diversos recursos, desde o petróleo, passando por recursos minerais, o gás e agroindústrias (empresas de açucareiras e de descaroçamento de algodão e de castanha de cajú). Várias empresas tem estado a desenvolver-se e a crescer. Hoje é comum encontrar vários supermercados de pequeno e médio porte a serem erguidos e o nível educacional da população é diferente de poucas décadas atrás.

Espera-se que com este capítulo possamos chegar até os investidores interessados em abraçar a nossa causa da luta contra a pobreza absoluta e de reconstrução nacional.

A consciência existente para o melhor investimento é de facto a recolha, processamento e disseminação rápida das informações relevantes sobre os investimentos e o estado da economia no País, para assim atrair mais investimentos. Pois investimentos nestas áreas a que nos referimos aqui constituem sempre uma mais valia não só para Moçambique, mas também para os parceiros investidores no que tange a política de Globalização.

Assim, de mãos dadas faremos os negócios, Moçambique e o mundo crescer. Como frisa o cântico do nosso Hino Nacional “...milhões de braços numa só força, oh Pátria amada vamos vencer!”

REFERÊNCIAS

CESO CI (2011). **Manual do empreendedor**: versão 2011. Portugal: AIP-FCE.

CULTURA, Jornal Angolano de Artes e Letras. **Marrabenta**: um misterioso património cultural de Moçambique. Disponível em: <http://jornalcultura.sapo.ao/dialogo-intercultural/marrabenta-um-misterioso-patrimonio-cultural-de-mocambique>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CONEXÃO LUSÓFONA. **Marrabenta**: a dança que une um povo.

Disponível em:

<https://www.conexaolusofona.org/marrabenta-a-danca-que-une-um-povo/>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FRANCISCO, A.; SUGAHARA, G.; FISHKER, P. (2023). **Envelhecer em Moçambique**: dinâmicas do bem-estar e da pobreza. Maputo: IESE.

FRANCISCO, (S.d). **Mundo e educação**: Moçambique. UOL. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mocambique.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

MALOA, J. M. **História da Economia socialista moçambicana**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. (Dissertação de Mestrado).

MALOA, J. M. (2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**. v. 11, Curitiba. (Epub), July 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/urbe/a/qFxfhYwrrWsPFh6Vq8SbvZ3j/?lang=pt>. Acesso em 01 abr. 2021.

MENDONÇA, I. N. de. **Mobilidade urbana na área metropolitana de Maputo**: análise dos órgãos de gestão do planeamento e mobilidade urbana, arranjos institucionais e insumos para a sua efetiva articulação. *Journal Transport of Literature*. v. 8 n. 2. Manaus, abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-10312014000200011. Acesso em: 01 abr. 2021.

MUNGUAMBE, R. M. T. P. **Diálogos entre política/regime de informação e as competências em informação dos bibliotecários do Sistema de Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) – MOÇAMBIQUE**. João Pessoa (PB): Universidade Federal da Paraíba, 2019. (Tese)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Censos (2010)**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística (INE). Disponível em:

<http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos>. Acesso em: 02 abr. 2021.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique (2017). **Relatório do Estudo Holístico da Situação do Professor em Moçambique**. Maputo: MINEDH. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/84159835/mocambique-professores>. Acesso em: 01 abr. 2021.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2014). **Estratégia nacional de desenvolvimento (2015-2035)**. Maputo: República de Moçambique.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2010). **Programa Quinquenal do Governo para 2010 - 2014**. Maputo: Assembleia da República. Disponível em: <https://docplayer.com.br/20358022-Republica-de-mocambique-programa-quinquenal-do-governo-para-2010-2014.html>. Acesso em: 06 abr. 2021

WIKI. **Moçambique**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CAPÍTULO 10

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM

PORTUGAL:

informação para negociação num país em transição digital

Olívia Pestana¹¹⁷

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

António Cardoso¹¹⁸

Faculdade de Letras/CITCEM, Universidade do Porto, Portugal

10.1 INTRODUÇÃO

“A língua portuguesa é um dos bens culturais e políticos mais importantes do nosso

¹¹⁷ Doutora em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto. Professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação. Desenvolve trabalho como investigadora integrada no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (U.Porto). Os seus interesses atuais centram-se nos sistemas de organização do conhecimento, na análise de conteúdo e indexação por assuntos nos diversos domínios, bem como na produção, organização e uso da informação. E-mail: opestana@letras.up.pt

¹¹⁸ Doutor em História pela Universidade do Porto. Professor Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo lecionado no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. E-mail: abarroscardoso@sapo.pt

tempo.” (Santos Silva, 2016, p. 8).

Iniciamos este capítulo invocando um dos mais representativos valores que nos une nesta obra coletiva, ou seja, a língua portuguesa. Língua pluricontinental e policêntrica, é falada por 260 milhões de pessoas e perspectiva-se que esta dimensão se expanda, pois ultrapassa a geografia dos países que a consideram como língua oficial. Apresenta, conseqüentemente, uma substantiva relevância geopolítica (Santos Silva, 2016, pp. 10,12,14).

Se por um lado, a língua inglesa conquistou a categoria de *língua franca* também no âmbito dos negócios, ou seja, facilitando a comunicação com e entre comunidades de falantes não nativos, por outro, as facilidades tecnológicas surgidas com a consolidação do acesso à internet vieram dar relevo às possibilidades de negócio e comunicação entre povos de outras línguas, sendo exemplo disso a utilização do português.

Não sendo obstáculo ao estabelecimento de laços comerciais com Portugal a utilização de línguas estrangeiras, dado que o país se situa no 7º lugar em Competências Linguísticas numa análise de 63 países, segundo o IMD World Talent Report 2019, na verdade o aprofundamento de negócios poderá beneficiar de uma aproximação linguística significativa, sendo, por isso, palco privilegiado para as relações comerciais no contexto dos países de língua portuguesa.

Para melhor conhecermos a realidade atual deste país, berço da língua portuguesa, situado no sul da Europa e com fortes conexões a ocidente e a oriente, desenvolvemos, no seguinte ponto, uma caracterização socio-económica e geográfica de Portugal.

10.2 RETRATO DE PORTUGAL NO SÉCULO XXI

Portugal, país independente desde 1143, conta com pouco mais do que 10 milhões de habitantes, havendo uma forte concentração populacional em zonas urbanas e litorais do seu território de 92.226 quilómetros quadrados, distribuídos por Portugal Continental e arquipélagos dos Açores e da Madeira¹¹⁹ (ver Figura 1).

¹¹⁹ Para a consulta de dados estatísticos atualizados, recomenda-se a consulta ao website do Instituto Nacional de Estatística português, disponível em URL:<http://www.ine.pt>. Também constitui uma rigorosa fonte de informação a base de dados Pordata, organizada e desenvolvida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, disponível em: URL:<http://www.pordata.pt>. Os dados apresentados neste capítulo referem-se aos valores dos últimos anos disponíveis nessas fontes à data da redação deste capítulo.

Figura 1: Mapa de Portugal



Fonte: VisitPortugal, 2021¹²⁰

Em 2019 apresentava uma taxa bruta de natalidade de 8,4 (nascimentos por cada 1.000 residentes) e uma taxa bruta de mortalidade de 10,9 (óbitos por cada 1.000 residentes), sendo que a taxa de mortalidade infantil se situa nos 2,8 (quantidade de crianças

¹²⁰ Para uma visualização mais detalhada do mapa, deve ser consultada a página disponível em: URL: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/194932>

que morrem com menos de um ano de idade por cada 1.000 nascimentos). Este último valor é, na atualidade, de especial relevância, tendo em consideração que, em 1960, se situava em 77,5. O investimento efetuado no acompanhamento de grávidas e puérperas ao longo das últimas décadas teve um impacto extremamente significativo. A esperança de vida à nascença, por seu lado, situa-se em 80,9 anos de idade, segundo os dados de 2018.

O Produto Interno Bruto (PIB) situou-se, em 2019, nos 213.301 milhões de Euros e o PIB per capita nos 20.717 Euros. A moeda nacional é o Euro, tendo-se estabelecido em 1 de janeiro de 1999, em associação a outros países da União Europeia, a quem aderiu em 1 de janeiro de 1986. Esta adesão trouxe uma significativa evolução da organização dos serviços e do comércio, com reflexo internacional, ao exigir-se o cumprimento das normas europeias. Portugal partilha, aliás, os princípios da União Europeia, como o reforço da coesão económica, social e territorial entre os países que a compõem, fortalecidas por uma união económica e monetária cuja moeda é o Euro.

Em 2018, os setores mais importantes da economia portuguesa foram o comércio grossista e retalhista, os transportes, os serviços de alojamento e restauração (24,9%), a administração pública, a defesa, a educação, a saúde e os serviços sociais (19,1%), e, ainda, a indústria transformadora (18,5%). É de referir que 76% das exportações portuguesas destinam-se a outros países da EU, sendo a vizinha

Espanha, o país com maior relevância - 25%, seguido da França - 13% e da Alemanha - 11%. Das exportações para o exterior da UE, 5% têm como destino os Estados Unidos e 3% Angola. Relativamente às importações, 76 % provêm, também, de países da UE, destacando-se os países com relações na exportação, ou seja, a Espanha - 31% das importações, seguindo-se a Alemanha - 14% e a França - 8%. Das que provêm do exterior da UE, destacam-se as importações provenientes da China (3%) e as dos Estados Unidos e da Rússia, estes países com 2% cada.

São vários os setores que, nas últimas décadas, experimentaram significativas alterações à sua estrutura, funcionamento, qualificação dos colaboradores e, ainda, resultados de desempenho. Um dos setores é o da educação, fonte de ensino e formação essencial ao funcionamento de toda uma teia industrial, comercial e científica de um país. A modernização da infra-estrutura do sistema escolar, associada aos momentos de alargamento da escolaridade obrigatória (12 anos, na atualidade) impulsionaram os resultados para elevados níveis de qualificação. O analfabetismo, que em 1970 apresentava uma taxa de 25,7%, sofreu uma significativa redução, passando a situar-se, em 2011, data dos últimos censos, em 5,2%. A evolução da percentagem da população residente com nível de ensino superior teve um crescimento mais recente, mas de igual importância, tendo passado de 6,1% em 1998 para 21,2% em 2020. Do mesmo modo, a percentagem da população com o ensino

secundário evoluiu de 10,3% em 1998 para 23,9% em 2020.

A qualificação da população tem contribuído para o sucesso no âmbito da empregabilidade, sendo que a taxa de desemprego de 2020 correspondeu a 6,8% (total de pessoas desempregadas por 100 ativos) e Portugal está em colocado em 13º lugar do ranking de Disponibilidade de Mão de Obra Qualificada, segundo o IMD World Talent Report 2019, numa análise de 63 países.

O investimento no setor da educação contribuiu para o desenvolvimento do chamado estado social, a par com o investimento na saúde. A organização do setor da prestação de cuidados de saúde é, hoje, o reflexo de um percurso marcado por uma forte representação pública nesse âmbito. Pode-se considerar que organização dos serviços de saúde públicos remonta a finais do século XIX, culminando no início do século XX com a criação dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública pelo Dr. Ricardo Jorge¹²¹. O primeiro diploma

¹²¹ Para uma compreensão da história das instituições prestadoras dos cuidados de saúde em Portugal, da evolução das políticas de saúde e da actual estrutura do sistema de saúde, sugere-se a leitura de: Portugal. Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde (1998). **O hospital português**. Lisboa : Direcção-Geral da Saúde. ISBN 972-9425-60-4; Ferreira, F. A. Gonçalves (1990). **História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-0528-4; Lemos, Maximiano (1991). **História da Medicina em Portugal: doutrinas e instituições**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ordem dos Médicos. ISBN 972-20-0835-8; Sakellarides, Constantino (2006). **De Alma a Harry**. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-2956-6; Simões, Jorge (2004). **Retrato Político da Saúde: dependência do percurso e inovação em saúde: da ideologia ao desempenho**. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-2342-7; Barros, Pedro Pita & Simões, Jorge de Almeida (2007). **Portugal: Health system review. Health Systems in Transition** [Em linha]. Vol. 9, nº 5 (2007) [Consult. 27 Set. 2007]. Disponível em URL:<http://www.euro.who.int/Document/E90670.pdf>.

legal de referência surge em 1946, tratando-se da Lei nº 2:011, de 2 de Abril, a qual estabelece a organização dos serviços existentes: Hospitais das Misericórdias, Hospitais Estatais, Serviços Médico-Sociais, Serviços de Saúde Pública e Privados. Um importante facto a reter é o de que, desde então e com o aparecimento de uma série de diplomas legais estruturantes do setor da saúde, nestes diplomas, é consagrado o direito à saúde de todos os portugueses, cabendo ao Estado assegurar esse direito através da ação do referido Ministério. Na atualidade, o setor da prestação de cuidados de saúde é partilhado por um serviço público, o Serviço Nacional de Saúde, e por um setor privado, o qual recebe utentes de diversos regimes de proteção à saúde e de seguros.

O setor do turismo tem-se revelado um grande motor da economia portuguesa, constituindo a maior atividade económica exportadora do país. Em 2019 este setor é responsável por 52,3% das exportações de serviços e por 19,7% das exportações totais, sendo de destacar que as receitas turísticas registaram um contributo de 8,7% para o PIB nacional. A representatividade do setor em questão está patente nos valores registados em 2019:

- 336,8 mil empregos em 2019 (dados relativos a alojamento, restauração e agências de viagens;
- expressivo crescimento de mercados internacionais: mercado americano (+21,4% hóspedes) e brasileiro (+15,2%

hóspedes);

- crescimento do mercado interno (+7,5 % hóspedes nacionais) e do mercado externo (+7,1% hóspedes estrangeiros)¹²².

Havendo, aos nossos dias, uma franca expansão da oferta turística na generalidade do território, podendo considerar-se que muito devido à hospitalidade lusa e ao cordial trato para com os estrangeiros, bem como pelo magnífico património cultural e excelente rede de museus, é a partir de três grandes pontos que os circuitos se desenrolam em Portugal continental, sendo locais onde se situam os maiores aeroportos internacionais: a capital Lisboa, a cidade mais a norte, frequentes vezes intitulada de “capital do Norte”, ou seja, a cidade do Porto, e, ainda, a região do Algarve, reconhecida pela sua extensão de praias e clima ameno durante todo o ano (ver Figuras 2, 3 e 4).

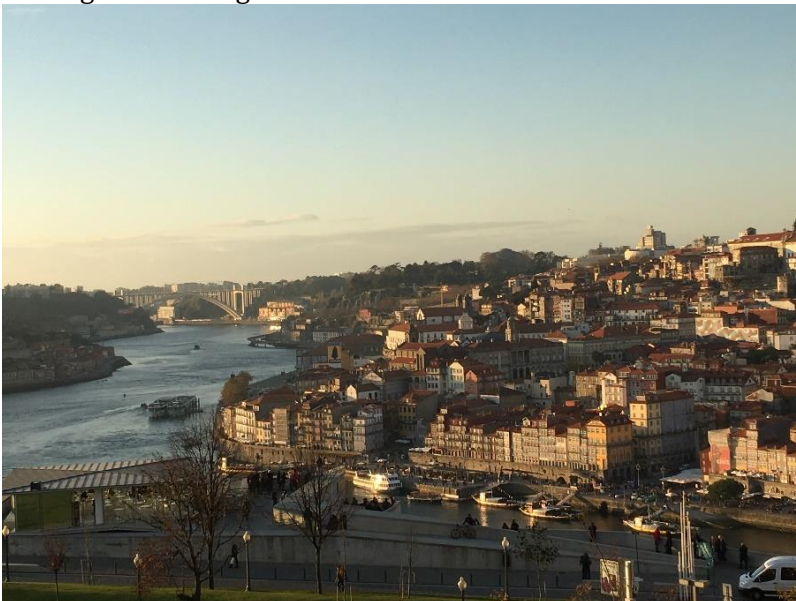
¹²² Dados disponíveis em URL: <http://www.turismodeportugal.pt/>

Figura 2 – Imagem da cidade de Lisboa – Parque Eduardo VII



Fonte: Fotografia dos autores, 2020

Figura 3 – Imagem da cidade do Porto – zona ribeirinha



Fonte: Fotografia dos autores, 2019

Figura 4 – Imagem de uma praia algarvia



Fonte: Fotografia dos autores, 2020

Há, ainda, a destacar o facto de os arquipélagos dos Açores e da Madeira oferecerem alojamento e atividades turísticas de elevada qualidade, paisagens de uma beleza única, para além de uma grande riqueza natural (ver Figuras 5 e 6). Estas regiões autónomas portuguesas dispõem, também, de aeroportos internacionais.

Figura 5 – Imagem aérea de uma localidade madeirense



Fonte: Fotografia dos autores, 2018

Figura 6 – Imagem da ilha do Faial, Açores



Fonte: Fotografia dos autores, 2019

De referir que Portugal exige visto a um conjunto de nacionalidades, em articulação com o estabelecido pela União

Europeia¹²³.

Dentro das vias de transporte de pessoas e mercadorias o país conta, ainda, com nove portos¹²⁴, destacando-se, a norte de Portugal continental, o Porto de Leixões, o qual movimenta cerca de 20 milhões de toneladas de mercadorias por ano e representa 20% do Comércio Externo Português por via marítima. O Porto de Lisboa é o principal terminal de transporte marítimo de Portugal e está localizado no encontro das águas do rio Tejo e do Oceano Atlântico, configurando-se num porto natural no estuário do Tejo, recebendo navios de qualquer porte, como os transoceânicos. Destaca-se, ainda, o Porto de Setúbal, líder nacional no tráfego Ro-Ro de viaturas ligeiras novas, com cerca de 90% do total nacional, com ligações regulares com o Norte da Europa, Mediterrâneo, Norte da América e Extremo Oriente. Também é líder no tráfego de carga geral fracionada, com cerca de 43%, do total nacional.

Após esta caracterização de Portugal, torna-se imperativo um conhecimento mais alargado da sua estrutura administrativa, pelo direto reflexo na atividade económica. A compreensão da estrutura administrativa portuguesa e as suas origens requer uma viagem histórica que percorremos no próximo ponto.

¹²³ Ver, a este respeito, a informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em URL: <https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-schengen/informacao-geral/quem-precisa-de-visto#lista-das-nacionalidades-isentas-de-visto-schengen>

¹²⁴ Consultar, a este respeito, a informação da Associação dos Portos de Portugal, disponível em URL: <http://www.portosdeportugal.pt/>

10.3 EM BUSCA DA RENTABILIDADE E EFICÁCIA ADMINISTRATIVA - DAS ORIGENS DO ESTADO MODERNO AO ESTADO TECNOLÓGICO CONTEMPORÂNEO

A História da Administração Pública está indissociavelmente ligada aos proventos de que o Estado dispõe, pelo menos desde 1253, altura em que o casamento entre D. Afonso III e D. Beatriz ou Brites, filha ilegítima de Afonso-o-Sábio, rei de Leão e Castela, parecia melhorar a situação económica de Portugal. Contudo, pouco tempo depois já se falava em “quebrar a moeda”, ou seja, em desvalorizar a mesma, com reflexos psicológicos no reino¹²⁵. Nessa altura, uma boa parte dos recursos da coroa era obtida em géneros, de acordo com os forais e a moeda de conversão desses géneros tinha valor facial. Ao Rei, cabia o direito de refundir moeda e voltar a coloca-la em circulação com um valor facial maior do que o peso da moeda fundida, dessa forma, ia resolvendo as necessidades de financiamento do “Estado” que com ele se confundia, sobretudo para acudir a despesas de ordem militar (defesa ou fomento da guerra). Mais tarde, a crise de

¹²⁵ Caetano, Marcello (1994). **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa** (Organização e prefácio de Diogo Freitas do Amaral). Coimbra: Coimbra Editora, p. 14.

1383-1385 fez com que fossem aprovadas novas quebras de moeda que se estima a desvalorizaram 19 vezes relativamente à moeda usada em 1383, ou seja, no início da crise¹²⁶. Um dos pilares fundamentais do que se convencionou chamar “Estado Moderno”, as Finanças do Estado, dava então já sinais de vital importância. Contudo foi preciso esperar pelo reinado de D. Manuel I para que, a este sustentáculo do Estado, se juntassem dois outros: o da Justiça e o da Defesa que, ainda nos nossos tempos, correspondem a pastas ministeriais de relevância maior no conjunto da organização administrativa pública.

10.3.1 A Administração Pública – uma construção lenta

Que passos na construção do Estado? Em tempos próximos da fundação da monarquia portuguesa o poder de governar competia ao Rei, auxiliado pelos altos funcionários da sua Cúria: o *Alferes-mor*, chefe militar, cuja importância primordial se conhece logo nos tempos da Reconquista Cristã; O *Mordomo da Corte*, que superintendia na Administração da Casa Real e no seu património; O *Chanceler* detentor do selo real, a quem competia mandar escrever aos notários e escrivães as ordens régias sob a forma de diplomas; Juntaram-se ainda a estes o *Porteiro-mor*, zelador da cobrança dos rendimentos da coroa. Mais tarde, no reinado de D. Afonso III, o *Chanceler* assumiu o

¹²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 79

primeiro plano em função da estabilização da chancelaria régia. O Rei despachava diretamente com ele e, de entre os escrivães da chancelaria passou a escolher o seu secretário particular – o *Escrivão da Puridade* – que pela privança particular com o monarca e pelo facto de ser detentor do selo privado ou “de camafeu” foi, pouco a pouco, ganhando importância ao ponto de suplantar o *Chanceler*¹²⁷. Esta estrutura, como todas as estruturas administrativas apresenta-se dinâmica: O *Escrivão da Puridade* passou a primeiro-ministro no reinado de D. Pedro I (1357-1367) e o *Chanceler* assumiu funções de “ministro da Justiça e do Registo e expedição de diplomas”.

Com D. Afonso IV (1325-1357) os negócios da fazenda passaram a ser tratados pelos *Ouvidores da Portaria* e em finais do século XIV por dois *Vedores da Fazenda*. No final do reinado de D. João III (1521-1557) e durante a menoridade de D. Sebastião não houve *Escrivão da Puridade*, cujas funções foram exercidas pelo *Secretário do Rei*. O cargo regressa com os dois primeiros Filipes e deixa de aparecer no reinado de Filipe III. Após a Restauração o Rei governou com o recurso a um *Secretário de Estado* e fez-se aconselhar por vários conselheiros ou ministros assistentes ao despacho. Em 1643 surgem as primeiras *Secretarias de Estado* para as *Mercês*, *Expediente* e *Assinatura*. Mas a titulação de *Escrivão da Puridade* regressa com D. Afonso VI, recaindo então sobre o Conde de Castelo Melhor, homem de confiança do monarca, assumindo nessa época um conteúdo funcional

¹²⁷ Idem, p. 317.

que a aproxima de primeiro-ministro. D. Pedro II (1663-1706) viria a revogar este regresso do cargo de *Escrivão da Puridade*.

O pilar da Justiça, cuja *Mesa do Desembargo do Paço* era peça importante desde a Idade Média¹²⁸, reforça-se com a criação, em 1523, da *Mesa da Consciência e das Ordens* que se ocupava dos negócios das ordens militares, dos negócios eclesiásticos e da Universidade de Coimbra. As finanças são entregues ao tempo de Filipe I ao *Conselho da Fazenda*, composto por quatro conselheiros e três Vedores¹²⁹.

A complexidade administrativa do Estado passou ainda pela criação, por D. João IV, do *Conselho Ultramarino* que instituiu ainda o *Conselho de Guerra* para tratar das questões militares. Assim o exigiu a Guerra da Restauração. Com D. João V, mantiveram-se as três *Secretarias de Estado*: a dos *Negócios Interiores do Reino*, a do *Estado e Negócios Estrangeiros e da Guerra* e a da *Marinha e dos Domínios Ultramarinos*. Mais tarde (1788) D. Maria I dotou o Estado da primeira *Secretaria de estado dos Negócios da Fazenda*, reorganizada já nos inícios do século XIX (1801) pelo Príncipe Regente, juntando-se às funções do *Secretário de Estado as da Presidência do Real Erário e do Conselho da Fazenda*.

¹²⁸ Cujo conteúdo funcional e importância administrativa está patente em Homem, Armando Luís Carvalho (1990). **O Desembargo Régio (1320-1433)**. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, p. 19-41.

¹²⁹ Caetano, Marcello (1994). **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa** (Organização e prefácio de Diogo Freitas do Amaral). Coimbra: Coimbra Editora, p. 318.

10.3.2 A influência Liberal e Republicana e os anos 50 do século XX

Quando, em 1820, os ventos fortes do liberalismo sopram pela primeira vez em Portugal, estavam já criadas as Secretarias de Estado do *Reino*, da *Fazenda*, da *Guerra e dos Negócios Estrangeiros* e da *Marinha e Ultramar*¹³⁰. Desta estrutura, o novo regime mantém a *Secretaria de Estado do Reino*, separa a *Fazenda*, a *Guerra e os Negócios Estrangeiros* em três Secretarias de Estado, conservando igualmente a da *Marinha e Ultramar*, ou seja, de quatro passa-se a seis Secretarias de Estado. Mais tarde, uma outra importante reforma foi levada a cabo, estruturando a parte desconcentrada da Administração Pública Portuguesa, braço longo dos poderes do centro¹³¹. Já em (1852) a Regeneração acrescentaria a esta estrutura administrativa o *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*¹³².

O regime republicano assume alterações onomásticas com o Decreto de 8 de outubro de 1910, criando os seguintes ministérios: *Interior, Justiça e Cultos, Finanças, Guerra, Marinha e Colónias*,

¹³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 320.

¹³¹ Referimo-nos à Reforma de Mouzinho da Silveira, analisadas por Manique, António Pedro (1989). **Mouzinho da Silveira – Liberalismo e Administração Pública**. Lisboa: Livros Horizonte.

¹³² Caetano, Marcello (1994). **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa** (Organização e prefácio de Diogo Freitas do Amaral). Coimbra: Coimbra Editora, p. 320.

Negócios Estrangeiros e Fomento. Mais tarde (1911) autonomizou o *Ministério das Colônias*, e criou *Ministério da Instrução Pública*¹³³.

Em 1916, foi criado o *Ministério do trabalho e Previdência Social*¹³⁴, extinto em 1925. No ano seguinte, o *Ministério do Fomento* que tinha competência em matéria de obras públicas foi transformado em *Ministério do Comércio*. Em 1918 foram criados os *Ministérios da Agricultura* e o da *Subsistência e Transportes* (mais tarde denominado dos *Abastecimentos e Transportes*). Este último, de existência breve, foi extinto em 1919 e os serviços foram incluídos no *Ministério do Comércio e Comunicações*¹³⁵. Em 1932 acabou por dar lugar ao *Ministério das Obras Públicas e Comunicações* e ao *Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura* que, logo no ano seguinte, haveria de ser dividido em dois: o *Ministério do Comércio e Indústria* e o *Ministério da Agricultura*, unidos novamente em 1940 sob a designação de *Ministério da Economia*¹³⁶.

Em 1933 o já citado *Ministério da Justiça e Cultos*, passou a designar-se simplesmente *Ministério da Justiça*, designação que hoje mantém. Em 1936 o *Ministério da Instrução Pública*, passou a designar-se *Ministério da Educação Nacional*. Em 1946 foi ainda criado o *Ministério da Comunicações* que se autonomizou das *Obras*

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem, p. 321.

¹³⁶ Idem.

*Públicas*¹³⁷.

A década de 50 trouxe consigo uma nova orgânica governativa que viria a traduzir-se na criação da *Presidência do Conselho* que juntou a si os cargos de *Ministro da Presidência* e *Ministro da Defesa Nacional* e criou o *Ministério das Corporações e Previdência Social*, alterando igualmente a designação do *Ministério da Guerra* para *Ministério do Exército*. O *Ministério das Colónias*, fruto de alterações da Constituição mudou a designação para *Ministério do Ultramar*. Em 1958 determina-se que os serviços compreendidos em qualquer ministério pudessem ser agrupados em Secretarias de Estado¹³⁸, face a uma maior complexidade de intervenção do Estado Novo nos diversos domínios da vida portuguesa, o que abriu a porta a uma maior flexibilidade na orgânica administrativa. Em 1968, por extinção de um dos cargos de *Ministro de Estado adjunto do Presidente do Conselho* criou-se, por exemplo, a *Secretaria de Estado da Informação e Turismo*. No Ministério das Finanças foram criadas as *Secretarias de Estado do Orçamento* e do *Tesouro* e já em 1970, surgem as *Secretarias de Estado do Exército, Obras Públicas, Comunicações, Transportes, Trabalho e Previdência e Saúde e Assistência*. Esta estrutura mereceu nova alteração em 1972, com a criação das *Secretarias de Estado das Obras Públicas e do Urbanismo e Habitação*, das *Secretarias de Estado da Administração Ultramarina* e do *Fomento Ultramarino* e na

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

educação à criação da *Secretarias de Estado da Instrução e Cultura e da Juventude e Desportos*¹³⁹.

10.3.3 Avaliação da eficácia administrativa e “Estado Eletrónico”

Subjacente a todo o quadro de mudança que acabamos de traçar está um objetivo perseguido desde cedo na administração Pública, a rentabilidade e eficácia da máquina do Estado. Por isso, desde 1974, ganhou relevo e mantém-se até hoje, a discussão em torno de ganhos na Administração Pública Portuguesa medindo-os através de critérios financeiros e técnicos cada vez mais objetivos. Esta evolução tem colocado como pertinente a questão de se saber se o Estado pode ser avaliado como qualquer grande empresa. Por isso, no plano político, indaga-se se deve estar sujeito aos métodos de avaliação comuns, ou se, em vez de se tornar extensível à administração pública métodos e práticas de gestão privada, antes se deve olhar, com cuidado, para as funções do Estado, que lhe conferem especificidade. A título exemplificativo aponta-se a Defesa Nacional com a qual os encargos não podem obedecer às regras da gestão privada. Consequentemente a sua avaliação administrativa deve ser diferente. Igual distanciamento público/privado centra-se no setor da

¹³⁹ Idem, p. 322.

educação. A lógica do ensino privado manda que se fundem colégios e escolas em lugares onde fraco é o serviço público prestado ao cidadão. Já o ensino público deve abrir escolas mesmo em lugares onde o número de alunos inviabilize os lucros privados. É função constitucional do Estado formar todos os seus cidadãos, independentemente da lógica da gestão e do lugar do território onde se encontrem. Por isso, o “bom governo” ou a boa administração estão indissociavelmente ligados à teoria da função útil do Estado. Houve uma certa tendência para aceitar que o bem comum se realiza sempre que forem levadas a cabo atividades de maior utilidade para todos os cidadãos e que tal só era passível de realização na esfera pública. Conceção ilusória. As empresas privadas, comparando resultados obtidos por uma e outra via, são muitas vezes também úteis no exercício dessas funções.

No plano da eficácia administrativa, porque necessária nos mecanismos intermédios de controlo, a burocracia assumiu um papel que, só muito recentemente foi progressivamente substituído pelo chamado Estado Eletrónico¹⁴⁰. Apesar de se poder considerar que Portugal se encontra, ainda, em transição digital é importante

¹⁴⁰ Nesse sentido foram dados passos significativos, que resultaram de, entre outras medidas, da publicação em 16 de Junho de 2006, do **Decreto-Lei n.º 116-A/2006**, que criou a **Autoridade Nacional de Segurança** (ANS) com competência para estabelecer a **Entidade de Certificação Eletrónica do Estado** (ECEE) com o objetivo de assegurar a unidade, a integração e a eficácia dos sistemas de autenticação digital forte das transações eletrónicas entre os diversos serviços e organismos da Administração Pública e entre o Estado e os cidadãos e as empresas.

mencionar o reconhecimento internacional do esforço realizado na modernização de todos os setores públicos e privados. É exemplo a atribuição do 9º lugar, em 28 países da UE, relativamente aos Serviços Públicos Digitais, pelo Digital Economy and Society Index, 2019. O mesmo índice posicionou, ainda, o país em 11º lugar relativamente à Integração de Tecnologia Digital.

O percurso desenvolvido pelas entidades portuguesas tem proporcionado uma significativa evolução do tecido empresarial e do setor público, no que toca à expansão da visibilidade nos atuais meios de comunicação e de informação. É de destacar a presença na internet de 61,5% das empresas com 10 e mais pessoas no ano de 2020¹⁴¹, sendo ainda mais significativa a percentagem das empresas com ligação à internet, pois situa-se nos 96,6%.

O setor público, por seu lado, tem vindo a desenvolver mecanismos de maior simplificação processual para os interessados em criar negócios neste país. É o caso do portal de serviços públicos eletrónico¹⁴², onde é possível registar uma marca, obter certidões e outros serviços relacionados com registos da empresa, bem como obter licenças para a atividade económica, comunicações a entidades e outros. Este mesmo portal disponibiliza um guia para criar um

¹⁴¹ Informação disponível em:
URL:<https://www.pordata.pt/Portugal/Empresas+com+10+e+mais+pessoas+ao+servi%c3%a7o+com+presen%c3%a7a+na+Internet+em+percentagem+do+total+de+empresas+por+sector+de+atividade+econ%c3%b3mica-1160>

¹⁴² Disponível em URL: <https://eportugal.gov.pt>

negócio, dirigido a cidadãos da União Europeia ou fora da UE¹⁴³.

10.4 NOTAS FINAIS

O percurso traçado neste capítulo relativo a Portugal, através da sua caracterização, bem como do percurso diacrónico sobre a evolução da organização do Estado, permite compreender a transformação empreendida nas últimas décadas, no sentido da qualificação da população, da melhoria dos setores económicos mais rentáveis e na modernização administrativa do Estado, sendo esta mais complexa e estando ainda em curso.

A evolução visível nos indicadores económicos e sociais a par da excelente colocação geográfica do País, faz com que Portugal seja, nos dias de hoje, num excelente parceiro comercial, com pessoal altamente qualificado, tecnologias avançadas e, importa salientar, elevada segurança para a circulação dos residentes e dos visitantes.

O impacto das iniciativas de inovação tem sido marcante, tendo havido nas últimas décadas, o trabalho cooperativo entre as entidades de ensino superior, ou seja, as Universidades e os Institutos Politécnicos, e o tecido empresarial. Por outro lado, o reflexo do investimento nas estruturas de investigação, aplicando o financiamento quer nacional, quer dos fundos europeus, juntamente

¹⁴³ Disponível em: URL: <https://eportugal.gov.pt/inicio/espaco-empresa/guia-a-a-z>

com oportunidades de investimento por parte de países não integrados na União Europeia, conferiu a Portugal capacidade competitiva à escala internacional.

Encerramos este capítulo do modo como o iniciámos, salientando o valor da língua portuguesa como mais uma das vantagens competitivas do país, numa economia que se revela global, mas que ainda evidencia conferir importância aos valores de cada nação.

REFERÊNCIAS

Barros, Pedro Pita & Simões, Jorge de Almeida (2007). **Portugal: Health system review. Health Systems in Transition** [Em linha]. Vol. 9, nº 5 (2007) [Consult. 27 Set. 2007]. Disponível em URL:<http://www.euro.who.int/Document/E90670.pdf>. ISSN 1817-6127

Caetano, Marcello (1994). **Estudos de História da Administração Pública Portuguesa** (Organização e prefácio de Diogo Freitas do Amaral). Coimbra: Coimbra Editora.

European Commission (2020). **Digital Economy and Society Index 2019**. [Consult. 20 Jan. 2020]. Disponível em: URL:<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/digital-economy-and-society-index-desi>

Ferreira, F. A. Gonçalves (1990). **História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-0528-4.

Homem, Armando Luís Carvalho (1990). **O Desembargo Régio (1320-1433)**. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto.

IMD World Competitiveness Center (2019). **IMD World Talent Report 2019**. [Consult. 20 Jan. 2020]. Disponível em: URL:<https://www.imd.org/wcc/world-competitiveness-center-rankings/world-talent-ranking-2019/>

Lemos, Maximiano (1991). **História da Medicina em Portugal: doutrinas e instituições**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ordem dos Médicos. ISBN 972-20-0835-8.

Manique, António Pedro (1989). **Mouzinho da Silveira – Liberalismo e Administração Pública**. Lisboa: Livros Horizonte.

Portugal (2006). **Decreto-Lei n.º 116-A/2006**, Procede à criação do Sistema de Certificação Electrónica do Estado - Infra-Estrutura de Chaves Públicas e designa a Autoridade Nacional de Segurança como autoridade credenciadora nacional.

Portugal. Ministério da Saúde. Direcção-Geral da Saúde (1998). **O hospital português**. Lisboa : Direcção-Geral da Saúde. ISBN 972-9425-60-4.

Sakellarides, Constantino (2006). **De Alma a Harry**. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-2956-6.

Santos Silva, Augusto (2016). Da língua como solo e como horizonte. In Reto, L. A., Machado, F.L. & Esperança, J.P. **Novo atlas da língua portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Simões, Jorge (2004). **Retrato Político da Saúde: dependência do percurso e inovação em saúde: da ideologia ao desempenho**. Coimbra: Almedina. ISBN 972-40-2342-7.

WEBSITES CONSULTADOS E REFERENCIADOS

Associação dos Portos de Portugal, disponível em URL:

<http://www.portosdeportugal.pt/>

Fundação Francisco Manuel dos Santos, PORDATA, disponível em:

URL:<http://www.pordata.pt/>

Instituto Nacional de Estatística, disponível em

URL:<http://www.ine.pt/>

Portal ePortugal disponível em URL:<https://eportugal.gov.pt/>

Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portal Diplomático, disponível em URL: <https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-schengen/informacao-geral/quem-precisa-de-visto#lista-das-nacionalidades-isentas-de-visto-schengen/>

Turismo de Portugal, disponível em URL:

<http://www.turismodeportugal.pt/>

VisitPortugal, disponível em URL: <https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/194932/>

CAPÍTULO 11

ROTEIRO PARA CONHECER E NEGOCIAR EM TIMOR-LESTE: informações relevantes

Bia Ble Hitu Carvalho de Jesus¹⁴⁴

Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), Timor-Leste

Constância Sofia Cornélio Barros de Jesus¹⁴⁵

Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), Timor-Leste

Olímpia Elisa Fátima Belo¹⁴⁶

Licenciatura em Línguas e Turismo (Évora)

¹⁴⁴ Bia Carvalho Jesus, é candidata de doutoramento em Gestão na Universidade de Évora, Portugal; mestrada em Economia Industrial e da Empresas pela Universidade do Minho, Portugal; e foi licenciada em Economia e Estudo do Desenvolvimento da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), Timor-Leste. É professora no Departamento da Ciência Economia da UNTL Email: lebi241107@gmail.com

¹⁴⁵ Constância de Jesus, é candidata de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais na Universidade do Porto, Portugal; mestrada em Ciência de Comunicação pela Universidade Doktor Soetomomo, Surabaya, Indonesia; e foi licenciada em Relações Internacionais da Universidade da Paz (UNPAZ), Timor-Leste. É professora no Departamento de Comunicação Social na Faculdade de Ciência Sociais da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL). Email: barrosjoya@yahoo.com

¹⁴⁶ Olímpia Elisa Fátima Belo, é licenciada em Línguas e Turismo, Évora, Portugal. Foi membra de Parlamento Juventude Timor-Leste (APFTL) período 2013-2015. Email: olimpiabelo17@gmail.com

11.1 INTRODUÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste era uma antiga colónia portuguesa e foi ocupada pela indonésia durante 24 anos (de 1975 a 1999). O país tornou-se independente em 2002 e foi o primeiro Estado do 3º milénio. Depois da independência o país tornou-se como oitavo Estado-membro de pleno direito da CPLP, em 1 de agosto do ano de 2002, quando da aprovação da “Declaração sobre a Aceitação do Pedido de Adesão da RDTL à CPLP”, na IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em Brasília, seis anos após a criação da CPLP (Sousa, 2016). A adesão do país na CPLP como uma parte da comunidade de países e povos que partilham a língua portuguesa criar maiores laços de amizade com os demais países de língua portuguesa.

A institucionalização da CPLP traduziu um propósito comum, cujo fundamento é a língua portuguesa, o vínculo histórico e o património comum dos Estados-membros. Neste contexto é indispensável reconhecer o papel fundamental da CPLP, e reconhecendo como um fórum multilateral privilegiado, tem como missão manter e aprofundar as relações sociais, culturais e políticas entre os membros. Recentemente, a CPLP é observada como uma comunidade que se está a afirmar na cena internacional, quer no contexto da língua e cultura, quer na sua projeção no setor do conhecimento tecnológico, no setor da economia e dos negócios. Dessa

forma, é fundamental que os Estados membros se unam e encarem o projeto da organização numa forma otimista para criar benefício mútuo entre os países. Uma das vantagens desta cooperação trata das negociações buscando a livre circulação entre pessoas dos países membros. É um aspeto muito positivo, pois facilita a mobilidade de pessoas (trabalhadores e estudantes) dentro do espaço lusófono, contribuindo para colmatar melhor as lacunas de trabalhadores e profissionais que se podem verificar em determinadas áreas, bem como para aproximar povos com uma língua e história em grande parte comuns.

Tendo como base este contexto, o presente capítulo tem por objetivo divulgar os dados e informações principais do país Timor-Leste, como uma ideia base para incentivar as pessoas e as empresas a visitarem, fazerem acordos, negócios, turismo e investirem reciprocamente. O desenvolvimento deste capítulo está estruturado em cinco partes. Este é a primeira parte (Introdução) e a segunda parte apresenta a caracterização do país, incluindo os dados e informações sobre características geográficas, população, saúde, situações climáticas das regiões, informações e dados económicos do país e a situação atual e atuação do Estado relativamente a presença do COVID19. A terceira parte trata de informação sobre a importância da cultura, da informação e da ética no país; apresentamos as informações relativamente língua e sua distribuição pelo território; história e gastronomia; cultura e religião; as curiosidades traços

culturais do cotidiano em Timor-Leste; as regras para entrar no território; as regras de criação de novas empresas; e os principais recursos turísticos do país. Na quarta seção apresenta informações do país no século XXI em plena sociedade da informação e do conhecimento. Por fim, na última seção apresentam-se as considerações finais.

11.2 CARACTERIZAÇÃO DE TIMOR-LESTE

Esta segunda parte, de caracterização do país, inicia-se com a caracterização geográfica e população de Timor-Leste. Identifica-se a situação económica do país, situação atual e atuação do Estado, e finalmente, termina com a descrição sobre os meios de transporte no país. Começamos esta parte com apresentação da figura da estátua de “Cristo Rei”. É um dos principais lugares turísticos de Timor-Leste, que foi construída pelo Governo Indonésio (Figura 1).

Figura 1 - Estátua de “Cristo Rei”



Fonte: Internet (2020)¹⁴⁷

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é conhecida atualmente como um dos mais jovens países do mundo. O país está situado no continente da Ásia, na região do Sudeste Asiático, a noroeste da Austrália, no arquipélago das ilhas de Sonda, na ponta Oriental do arquipélago Indonésio, ocupando a metade oriental da ilha de Timor. O território apresenta uma área total de, aproximadamente, 15.000 km² e a sua única fronteira terrestre faz ligação com à Indonésia com 228 km. Também pertencem a Timor-Leste o enclave de Oecússi, situado na costa norte da parte ocidental de Timor, com 815 km², a ilha de Ataúro, a norte da costa de Díli, com 141 km², e o ilhéu de Jaco, no extremo leste do país, com 11 km². A capital nacional do país é Díli. No âmbito político, o Governo de Timor-Leste adotou

¹⁴⁷ Imagem disponível em: <https://www.brasilmergulho.com/mergulhando-no-timor-leste-east-timor/>. Acesso em 2020.

um sistema semipresidencialista com um Presidente da República e um Parlamento Nacional. O Governo responde perante o Presidente da República e o Parlamento Nacional pela condução e execução da política interna e externa, nos termos da Constituição e da Lei. De acordo com a Constituição do país, o tétum e o português são as línguas oficiais, porém, o tétum é a língua mais falada (84,9%) devido a sua utilização enquanto língua franca, o Bahasa indonésio é o segundo mais falado (44,25) e quase 30% da população fala português, (Censo, 2010). População com idade 15-24 pelos menus sabem falar uma das quatro línguas, 83,2% falam Tétum, 49,8%, falam Indonésia, 49,5% falam português e 28,1%, falam inglês, (Censo,2015).

Em termos administrativas, o território de Timor-Leste está dividido em doze município e uma região administrativa: Cova Lima, Ainaro, Manufahi e Viqueque fazem parte da região costa sul; Bobonaro, Liquiçá, Díli, Baucau, Manatuto e Lautém fazem parte da região oeste norte; Ermera e Aileu, os dois sem litorais, situada no interior montanhoso, e a Região Administrativa Especial de Oecússi, no território Indonésio. As fronteiras que determinam os municípios têm sido mais ou menos as mesmas desde os últimos anos da administração portuguesa, conforme mostra na figura 2. Cada município é composto de uma capital e vários postos administrativos, cujo número pode variar entre três e sete, com média de cinco postos ou mais por município e região administrativa especial. Como tal, o país é composto por 67 subdistritos, cada subdistrito possui também uma localidade capital e subdivisões administrativas em sucos.

Figura 2: Mapa Timor-Leste



Fonte: Wikipédia (2020)¹⁴⁸

De acordo com o Censo da População de 2015, a população atual de Timor-Leste é de 1.167.242 pessoas e um total de 204.597 famílias. Este valor mostra que existe um crescimento da população, tendo aumentado de 1.066.409, em 2010, para 1.167.242, em 2015, que corresponde a um crescimento populacional de 9,46% durante o período 2010-2015. Refere-se que, nos últimos 35 anos, a população de Timor-Leste duplicou, tendo aumentado de 555.350 habitantes, em 1980, para 1.167.242, em 2015, conforme se mostra na figura 2. Segundo os Censos 2015, o número total de homens e de mulheres em Timor-Leste é, respetivamente, de 588.651 e 578.681, com a idade média da população de 19,6 anos (FAO e UNFPA 2018).

¹⁴⁸ Imagem disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_de_Timor-Leste. Acesso em 2020.

Figura 3: Evolução da população em Timor-Leste (1980-2015)



Fonte: Viegas, 2016, p. 20

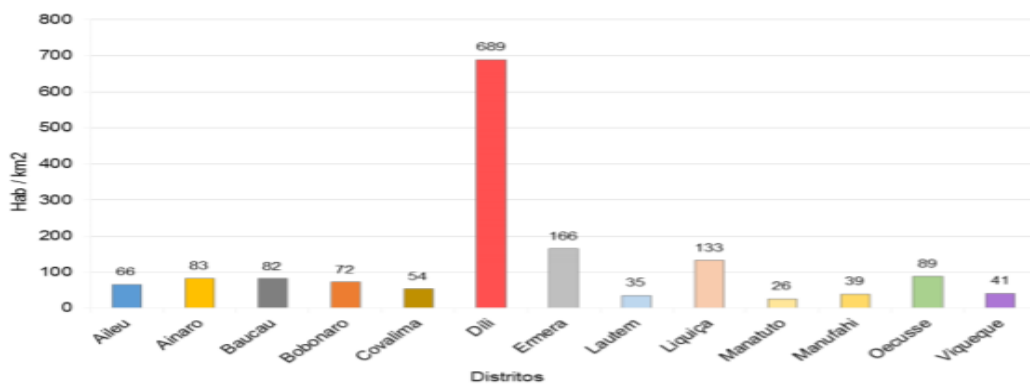
A capital Díli, em 2015, registou uma população de 252.884 habitantes (23,3%), ou seja, a maior parte da população entre todos os municípios, enquanto o município vizinho de Manatuto registou a população mais baixa (3,9%), embora a sua área seja significativamente maior do que a de Díli (Censo 2015).

De acordo com o resultado do Censo (2015), a maioria da população (70%) ainda vive em áreas rurais. As mulheres são responsáveis por 49,2% da população total e 16% de todas as famílias eram chefiadas por mulheres. E como já dito, o número total de famílias enumeradas é de 204.597 famílias. O Município de Díli continua a ter a maior percentagem da população com 21,67% da população. contagem nacional, seguida por Ermera [10,90%] e Baucau [10,63%]. O município com o maior ritmo de crescimento foi Liquica experimentando uma taxa média anual de 2,83% em 2010-2015

(Censo, 2015). Apesar da maioria da população ainda viver em zonas rurais, tem sido verificado uma elevada migração da zona rural para a zona urbana após a independência, tendo a maioria ido para a capital do país. Pois, as famílias que vivem nas zonas urbanas de Timor-Leste têm, geralmente, um melhor acesso aos mercados, às escolas, às unidades de saúde, à eletricidade e ao transporte, e também tendem a viver em casas de melhor qualidade comparando com as pessoas que vivem em zonas rurais.

No que diz respeito a densidade populacional de Timor-Leste, os resultados preliminares dos Censos 2015 verificou que existe um aumento de 71 pessoas por km², em 2010, para 78 pessoas por km², em 2015. No caso de Díli, a densidade populacional aumentou de 638 pessoas por km², em 2010, para 689 pessoas por km², em 2015, sendo que a área total de Díli é de 367 km² (Figura 4).

Figura 4: Densidade Populacional de Timor-Leste (2015)



Fonte: Viegas, 2016, p. 20

De acordo livro Plano Recuperação Económico, em termos de saúde, tem havido um aumento generalizado do funcionamento do sistema de serviço público saúde nacional, que é gratuito, e um grande progresso está sendo feito em muitos níveis nos últimos anos: a expectativa de vida desde nascimento aumentou (de 60,2 anos em 2001, para 68,6 anos em 2016), a taxa de mortalidade diminuiu e a malária é considerado erradica formalmente. A mortalidade infantil em Timor-Leste tem diminuído pelo menos desde o início dos anos 2000 (Censo, 2015).

O clima de Timor-Leste é tropical com duas estações: seco e chuva. Este clima é também conhecido por clima tropical de savana, um clima tropical de estação húmida e seca. Geralmente, a estação seca pode se tornar severa e, muitas vezes, as condições de seca prevalecem durante o ano. A temperatura média mais alta do país é 29°C em outubro e a mais baixa de 27°C em janeiro. A estação da chuva normalmente ocorre de dezembro a maio e a estação seca de junho a novembro. As monções do Noroeste e do sul oeste sopram entre dezembro e março e trazem chuva para todo o país. Já os ventos do sudeste e nordeste sopram entre maio e outubro e trazem um clima seco para todo o país. As densidades das chuvas diferem de um lugar para o outro do país. O litoral norte é o mais seco. As precipitações variam entre 600 mm e 1.300 mm por ano. Dezembro a março são os meses chuvosos. Em alguns locais que tem montanhas,

as precipitações são superiores a 2.500 mm por ano. A melhor época para uma viagem a Timor-Leste são os meses de julho a outubro, pois esses meses são mais secos.

Em termos económicos, importa destacar que a economia do país era baseada no ciclo do sândalo até meados do século XIX, no ciclo do café até ao começo do século XXI, e desde 2006 pelo ciclo do petróleo (Mendonça e Rego, 2016). Durante a ocupação da Indonésia era utilizada a rúpia como a moeda oficial, mas com a independência do país, o dólar americano foi implementado como a principal moeda em circulação. Apesar do país ainda não possuir as suas próprias notas, possuem centavos próprios. Estes encontram-se nos valores de 1, 5, 25, 50, 100 (que equivale a 1 dólar) e 200 centavos (que equivale a 2 dólares).

O país tem reservas de petróleo e gás natural no mar e no próprio solo (Serra, 2006), também se encontra outros potenciais apreciáveis de recursos naturais, como o ouro, cobre, manganês, prata e crómio. Entre os minerais não metálicos encontram-se os calcários, o mármore e o fósforo (Mendonça e Rego, 2016). O petróleo e o gás natural são os recursos naturais, em exploração, com o valor económico mais significativo, tendo contribuído para a maioria dos rendimentos económicos do país.

O país adota uma economia de livre de mercado e a fonte da receita principal do país vem de exportação do café, mármore e petróleo (Ribeiro, 2017). Timor-Leste exporta anualmente 12,5 mil

toneladas de café, o que corresponde a 80% das exportações não petrolíferas, sendo que cerca de 50 mil famílias dependem desta cultura para o seu sustento. O país também é reconhecido como o maior produtor de café orgânico do mundo. Porém, a economia do país ainda é muito dependente dos gastos públicos principalmente do fundo de transferência do petróleo, apenas em menor medida, das receitas tributárias, outras receitas internas e da assistência de doadores internacionais. O comportamento dos agregados monetários do país está particularmente dependente do comportamento das receitas externas relacionadas com a exploração do petróleo com a sua afetação, a sua circulação dando origem ao crescimento da massa monetária.

Relativamente ao rendimento dos trabalhadores, a Comissão Nacional de Trabalho fixou em 115 dólares o valor do salário mínimo no sector privado na sequência de um encontro com empresários. Este valor é equivalente ao valor do salário mínimo nacional estipulado pela função pública por mês (Lei do Trabalho n.º 4/2012). A percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza, pese embora algumas melhorias recentes, ainda é bastante elevada, como reconhecido pelo Governo (RTP,2015)¹⁴⁹. Também de acordo com a ONU e a FAO, o país ainda está em um nível elevado de pessoas em situação de subnutrição (entre 25% e 35% da população) (WFP.org,

¹⁴⁹ Fonte: http://www.rtp.pt/noticias/mundo/timor-defende-que-combate-a-pobreza-deve-ser-tratado-devidamente-na-cplp_n824717; Acesso em 2020.

2015)¹⁵⁰.

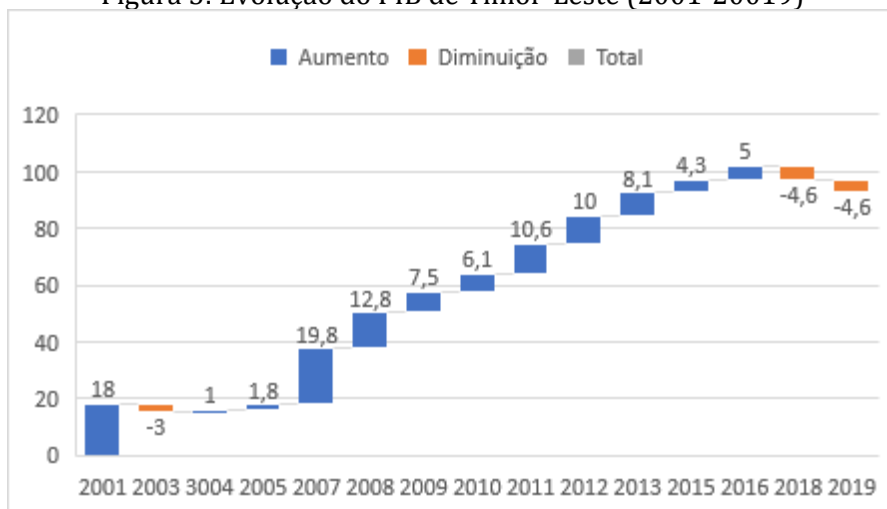
Relativamente O Produto Interno Bruto (PIB) do país, segundo dados do FMI - Fundo Monetário Internacional, estima-se que o PIB *per capita* tenha se situado em 2.263 USD em 2019¹⁵¹. Depois da independência existe uma evolução positiva do PIB provenientes da exploração de recursos energéticos (petróleo e gás). Porém, em 2016, o valor do fundo do petróleo voltou a diminuir ligeiramente devido da conjugação do menor volume de receitas petrolíferas com as necessidades da cobertura das despesas públicas, bem como o atraso na constituição do governo e na aprovação do orçamento (ver figura 5 e 6).

Esta situação ilustra claramente os constrangimentos decorrentes da escassa capacidade de absorção da economia interna, que dão origem a que grande parte do estímulo induzido pelas despesas públicas se traduza essencialmente em drenagem de recursos para o exterior. Aos constrangimentos associados à reduzida dimensão da economia e à debilidade do tecido empresarial, somam-se as limitações em termos de recursos humanos qualificados, bem como um enquadramento jurídico-administrativo ainda pouco propício ao desenvolvimento da atividade económica. (Ribatejo Global, 2020)

¹⁵⁰ Fonte: http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp275057.pdf?_ga=1.34147937.1523482129.1485276316; Acesso em 2020.

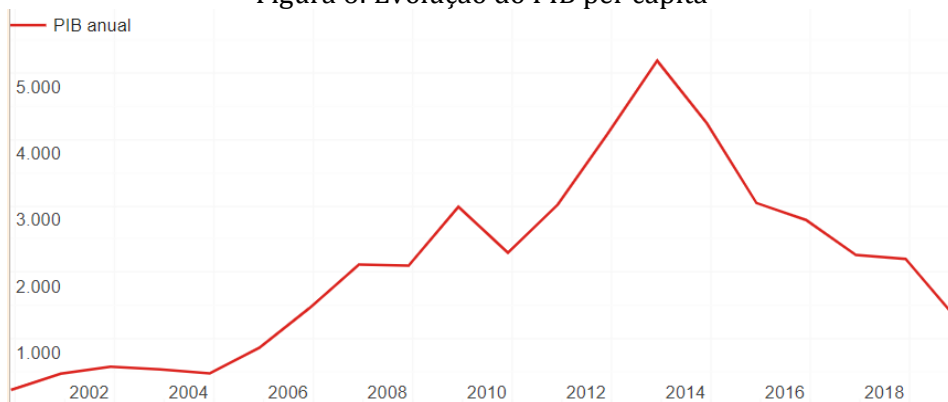
¹⁵¹ Fonte: <https://myaicep.portugalexporta.pt/mercados-internacionais/tl/timor-leste?setorProduto=-1>; Acesso em 2020.

Figura 5: Evolução do PIB de Timor-Leste (2001-2019)



Fonte: IndexMundi.com (2020)

Figura 6: Evolução do PIB per capita



Fonte: Countryeconomy.com

A economia do país alicerça-se em três sectores principais nomeadamente agricultura, turismo e indústria petrolífera. De forma geral, cerca de 63% da população reside em áreas rurais, com acesso limitado as informações aos meios de comunicação, e a sua

sobrevivência ainda dependem de algum tipo de atividade agrícola com destaque para o milho, a mandioca e os vegetais. Só 25% das famílias produzem arroz, sendo que este é um produto alimentar básico do povo timorense. Embora existe um potencial significativo para aumentar a produtividade de várias colheitas e melhorar a segurança alimentar das famílias timorenses, isso ainda precisa ser aprimorado (Estudo de Mercado TL, p.10)¹⁵².

A grande parte desta produção destina-se à alimentação das famílias dos respetivos agricultores (autoconsumo), e no caso do arroz, a produção local, não obstante, não consegue responder toda a procura do país, sendo suprida pelas importações. O desenvolvimento do setor privado tem ficado aquém do desejável, devido à escassez de recursos financeiros para mais investimentos e de capital humano qualificado, sendo que Timor-Leste apresenta fraquezas nas suas infraestruturas, um sistema jurídico incompleto e um ambiente regulatório ineficiente (Ribeiro, 2017). Muitas das atividades comerciais estavam todas nas mãos da minoria chinesa, especialmente no comércio de retalho. De acordo com o Banco Central de Timor-Leste, o país ainda apresenta um enorme défice da balança comercial, que em 2014 atingiu os 435,66 milhões de dólares e a economia do país continua a registar um enorme défice comercial de bens, devido à manutenção de uma elevada dependência das importações, cujos

¹⁵² Fonte: <https://www.ceso.pt/pdfs/Timor.pdf>, Acesso em 2020.

valores globais continuaram a aumentar¹⁵³. (Correio de Manhã, 2014)

Recentemente, as contas públicas continuam a caracterizar-se por elevados défices, financiados através da transferência de recursos do Fundo do Petróleo (BP,2019)¹⁵⁴. Neste momento a preocupação do governo está focalizada no investimento na capacitação dos recursos humanos, aumento da produtividade agrícola para garantir segurança alimentar no país e promover a diversificação da atividade económica principalmente na área do turismo. Uma forma de encorajar o crescimento do sector privado nas zonas rurais é o incentivado através da formação de cooperativas e a expansão dos centros de desenvolvimento de empresas em todos municípios (Plano Estratégico para o Desenvolvimento 2011-2030).

Quanto a situação atual convém destacar que o mundo está invadido pelo COVID-19, que tem impacto na economia mundial, incluindo o Timor-Leste. A economia e o desenvolvimento de cada país tem sido muito arriscado e também há grande ameaças à saúde pública. O COVID-19 tem ameaçado o Timor-Leste e tem dificultado o processo de desenvolvimento deste. Estima-se que em 2020 houve uma significativa queda do produto interno bruto causada por implementação de distanciamento social, fechamento de fronteira, fechamento de algumas empresas e falta de investimento. Além da

¹⁵³ Fonte: <https://www.correiodamanhacanada.com/timor-leste-mantem-enorme-defice-da-balanca-comercial-banco-central/>, Acesso em 2020.

¹⁵⁴ Fonte: https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/evolucao_das_economias_dos_palop_e_de_timor_leste_2018_2019.pdf, Acesso em 2020.

economia, a educação e a saúde também foram afetadas pela pandemia.

No início de pandemia, o governo do Timor-Leste, no VIII Governo Constitucional estabeleceu dezanove medidas para reduzir o impacto negativo desta nova realidade nas famílias e nas empresas. Alguns dessas medidas tem incluindo: “A proibição de entrada em território nacional para todos os cidadãos estrangeiros que nas últimas 4 (quatro) semanas tenham saído ou transitado por países com casos registados de infeção pelo COVID-19; e todos os cidadãos nacionais e todos os cidadãos estrangeiros abrangidos pelas referidas exceções, que cheguem a Timor-Leste por via aérea, terrestre ou marítima devem ficar em quarentena voluntária, por um período mínimo de 14 (catorze) dias e devem informar as autoridades de saúde que se encontrem presentes nos postos de fronteira acerca do local onde permanecerão isoladas” (Abreu Advogados, 2020); o governo ofereceu subsídio no montante de \$100/mês, durante situação emergência, para cada família que tem rendimento mais baixo; apoio de orçamento aos estudantes no exterior; e aplicar outras medidas impostas pela Organização Mundial da Saúde como as medidas que possibilitem o afastamento social, e que não permitam aglomerações de pessoas, como forma de diminuir a disseminação do coronavírus e evitar o colapso do Sistema de Saúde. Para enfrentar esta pandemia da Covid-19, o país também recebeu o apoio do programa de transferência monetária das Nações Unidas para

subsidiar quase 300 mil das famílias que tem renda mais baixa no país¹⁵⁵.

No entanto, com a continuação de pandemia, os impactos sociais e as crises económicos se intensificam em todo o mundo e exige que os governos adotem medidas de curto, médio e longo prazo para se recuperar desta crise o mais rápido possível. No caso de Timor-Leste, o governo estabeleceu uma Comissão de Elaboração de Plano de Recuperação Económica a apoiar a recuperação económica do país.

Agora passamos a destacar a infraestrutura de transportes em Timor-Leste. Sem dúvida que, para conhecer uma qualquer localidade necessita de um transporte. Segue os meios de transporte que circulam em Timor-Leste:

- a.** Transporte aéreo, é o principal ponto de entrada no país faz-se por Díli, através do aeroporto Internacional Nicolau Lobato. Timor-Leste tem ligação por via aéreo com Indonésia (um voo diário de e para Denpasar, Bali); Singapura: um voo por semana ao sábado; e com Austrália para Darwin duas vezes/semana (na segunda-feira e quarta-feira); existe também agência de viagem nacional que liga Timor e Kupang (Indonésia) via terrestre por minibus (*travel*) que circulam diariamente.

¹⁵⁵ Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736192>, Acesso em 2020.

- b.** Voos doméstico, a nível de voo doméstico, este começou em 2015, com voo diário entre Díli e Zona especial de Economia de mercado Social de Oecússi, por aeroporto Rota de Sândalo, e também, voo entre Díli para Região de Suai (na segunda e sábado).
- c.** Transporte Marítimo, existem três empresas nomeadamente: Nakroma Ferry, Dragon Star Ferry e Laju Laju Ferry que efetuam travessias entre Díli e a ilha de Ataúro e entre a capital e o enclave de Oecússi por Porto de Díli.
- d.** Transporte rodoviário, existem muitos transportes como: Bus, transporte comum para os municípios e às regiões; Microlete: Circulam em várias direções em Díli; Angguna: Circulam em Distritos e Subdistritos (são utilizados para as zonas rurais); Táxi, existe dois tipos de táxis, um calcula-se a tarifa por meio de um taxímetro e o outro calcula-se com base na distância do destino dos passageiros. O táxi apenas circula em Díli, pode encontrar em qualquer parte da cidade.

11.3 CULTURA, ÉTICA E INFORMAÇÃO: O QUE O NEGOCIADOR PRECISA SABER ANTES DE NEGOCIAR COM PESSOAS E ORGANIZAÇÕES DO TIMOR-LESTE

Informações prévias mais completas de uma nação fornecem um guia de viagens mais seguro para que os estrangeiros possam planejar a sua viagem de forma mais eficiente e eficaz. Isso ajuda a conhecer o lugar destino e de forma organizada, seguro e com menos contratempos. Faz com que as suas viagens saiam exatamente como o planeado. Dessa forma, nesta terceira parte descrevemos sobre as informações relativamente ao tópico da cultura, da ética e das informações gerais que os estrangeiros devem saber antes ir visitar o país ou seja, tanto em situações de negócio e turismo, como em outras situações de contato com pessoas e as organizações no país. Para explicar melhor estas informações, nesta seção apresentamos sete assuntos importantes seguintes:

a) Língua e sua distribuição pelo território

Timor-Leste é um país que apresenta características semelhantes como as de outros países e ilhas da região, entre estas destacam-se, Vanuatu e Ilhas Salomão, Indonésia e Papua Nova Guiné que tem capacidade/necessidade de se comunicar em várias línguas

(Mello, 2005). Porém, Timor-Leste é o único país asiático que tem a língua portuguesa como a língua oficial. A língua mais falada no país era o indonésio no tempo da ocupação indonésia, sendo hoje o tétum a mais falada na capital. De acordo com a Constituição, o tétum e o português formam as duas línguas oficiais do país, enquanto a língua indonésia e a língua inglesa são reconhecidas como línguas de trabalho. O tétum apodera-se de vocábulos portugueses e malaios e integra-os no seu léxico (Brito e Bastos, 2008; Cunha, 2013), tornando-se uma língua crioula e simplificada, e faz dela o idioma de mais fácil aprendizagem para os timorenses (Corte Real, 2007).

Conforme estudos mais recentes existem mais quinze "línguas nacionais" faladas no país e o censo de 2004 descreve as línguas faladas no território: Fataluku, Makasae, Makalere, Bunak, Tetun Terik, Tetun Prasa, Naueti, Galole, Idate, Mambae, Tokodede, Kemak, Baikenu, Atoni, Midiki, Raklunga ou Resuk e Waima'a. No Oecusse a principal forma de comunicação é o Baikenu e o Atoni, povo de Timor indonésio, prevendo-se a sua continuidade linguística devido ao isolamento do enclave. No Sul, em Cova Lima, predomina o Tétum Terik, e no interior, em Bobonaro, misturam-se ao Kemak e o Bunak. Em Liquiça toda a população fala Tokodede e Mambae, em Díli fala-se a língua Tetun Prasa, e na ilha de Atauro são fluentes em Raklunga ou Resuk. Nas montanhas é o Mambae que se afirma como língua principal, estendendo-se até à costa sul do território, entrando pelos municípios de Ainaro e Manufahi. O Mambae é ainda hoje a língua

b) História e Gastronomia de Timor-Leste

O país foi colonizado pelo Império Português, numa primeira fase (entre 1514 e 1641), através da ação missionária e, numa segunda fase (entre 1612 e 1912), em que se tenta implantar o poder militar. Em meados do século XVIII, com a presença dos holandeses na região, a ilha foi dividida entre Portugal e a Holanda e, apenas em 1946, foi entregue novamente à Indonésia (Cunha, 2013). No final de 1975, Timor-Leste declarou a sua independência, mas gozou a sua liberdade somente por nove dias. Em seguida o país foi invadido e ocupado pela Indonésia, posteriormente tornou-a sua 27^a província. Em 1999, após um ato de autodeterminação patrocinado pelas Nações Unidas, o governo indonésio deixou o controle do território e Timor-Leste tornou-se o primeiro novo Estado soberano do século XXI, em 20 de maio de 2002. Após a independência, o país passou a fazer parte como membro das Nações Unidas e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e como o mais recente país do Sudeste Asiático que apresentou a candidatura oficial à ASEAN em 2011. Mas até agora o processo desta integração do país ainda se encontra em processo devido a sua preparação para preencher os requisitos fundamentais impostos pela ASEAN.

A gastronomia do país é composta por comidas populares regionais, como carne de porco, peixes, milho, arroz, vegetais de raiz, manjerição, tamarindo, legumes, e variedade de frutas tropicais como: banana, manga, abacate, abacaxi, jaca, coco, melão, goiaba, etc. A

culinária tradicional timorense tem nuances distintas conforme a zona do país. A cozinha quotidiana é muito influenciada pelas gastronomias estrangeiras, como: aspetos da culinária asiática, principalmente a indonésia, e a portuguesa. Para o melhor conhecimento acerca da culinária do país é fundamental saborear pratos como: o Katupa (uma espécie de bolinho de arroz cozido com leite de coco, temperado com açafrão, alho e sal e enrolado numa folha de coqueiro), o Nasi Goreng (arroz frito), o Modo-Fila (verduras salteadas), a Flor de Papaia com Balichão, o Tukir de Cabrito, Apas Recheadas, Bafa; Midar-siin (um prato da carne do porco que tem sabor doce e salgado ao mesmo tempo) Caldeirada de Cabrito, Caril dos pescadores de Oe-Cussi, Kadaka, Manu Lalar (churrasco de frango tradicional), o Singa de Polvo ou de Camarão, Bakso (almôndegas e noodles), Saboko de Camarão, Sassate (espetada de carnes), Vau-Tan ou ainda o Saboco Peixe. Quanto à doçaria tradicional timorense existem, por exemplo, o Mano Ten com banana, doce de ananás; Pisang Goreng (banana com farinha); Bebinca de Timor e ainda arroz de Jagra.

c) Cultura e Religião em Timor-Leste

A cultura de Timor-Leste reflete inúmeras influências, incluindo a cultura cristã católica romana instruída pelos portugueses, e da Malásia, sobre as culturas indígenas austronésias melanésias e de Timor. A cultura timorense é fortemente influenciada pelas lendas austronésias, por exemplo, o mito da criação timorense afirma que um

crocodilo envelhecido se transformou na ilha de Timor, como parte de um pagamento da dívida a um rapaz que o ajudou quando ele estava doente. A maioria da população timorense é católica praticante, mas está associada com a crença animista, pois os povos foram maioritariamente gentios durante muitos séculos. Esta religiosidade foi e é vivida intensamente e, há muitos timorenses que aos sábados a tarde e domingos de manhã vão à missa enquanto à tarde participam em cerimónia animista (por exemplo, na inauguração de uma casa sagrada ou uma lúlik) sem que isso constitua qualquer tipo de constrangimento (Barbosa, 2014). Porém, a influência católica é forte, dessa forma, alerta-se para a necessidade de o comportamento dos viajantes ser adequado aos valores inerentes à fé professada pelos timorenses, procurando não ferir a sua suscetibilidade. Outra cultura que os povos timorenses atribuem muita consideração são as cerimónias de fúnebres, quando existe à passagem de cortejos fúnebres os viajantes devem tomar uma atitude formal de respeito, nomeadamente parar a marcha do veículo até à passagem do cortejo acabar. A mesma atitude de deferência deverá ser tomada em relação aos locais de vigília fúnebre. Até agora, em Timor-Leste, existe ainda uma ligação forte entre indivíduos, comunidades, ambiente, história e tradições culturais.

A estrutura social comunitária de Timor-Leste tem por base a família (Ribeiro, 2017). Há duas formas de organização familiar, uma de forma patrilinear que existe na maior parte do território e outra de

forma matrilinear em regiões onde predominam os grupos etnolinguísticos Tetum-Terik, Búnaque e Galoli (Narciso e Henriques 2014 citado por Mendonça e Rego, 2016). A linha da família decorrente do homem tem o nome de Fetosa e a linha que decorre da mulher designa-se por Umane, cada uma delas vindas de diferentes Casas de Tradição ou Uma Lisan. Estas casas sagradas têm as suas heranças culturais, enquanto património de uma geração, são utilizadas para homenagear os antepassados dos povos locais, e têm diferentes aspetos conforme a cultura em causa. Nas casas tradicionais cuja arquitetura varia de local para local, existem altares e objetos sagrados usados em ocasiões especiais, como a surik (espada), o tais (tecido), o tambor, o kaibauk (adorno tradicional de ouro ou prata usado na cabeça) e o belak (objeto tradicional igualmente de ouro ou prata que se usa pendurado ao pescoço), bem como outros elementos considerados importantes.

Os tais desempenham um papel muito importante na cultura, são utilizados em cerimónias de homenagem e rituais religiosos que celebram as mudanças das várias etapas da vida do indivíduo: o nascimento, casamento e o enterro, em rituais anímicos, no status social, e ainda, como troca de presentes entre os membros da comunidade. Existe mais outra cultura da população que compõe nos rituais e festas tradicionais em Timor-Leste, como em toda Ásia meridional, as pessoas têm um hábito de mascar nozes de areca (*Areca catechu*, L.) envoltas em folhas de bétel (*Piper betel*, L.)

polvilhadas com cal apagada, que deixa a boca como pintada vermelho-sangue e os dentes enegrecidos.

d) Outras Curiosidades sobre os traços culturais do cotidiano em Timor-Leste

Os timorenses são as pessoas cheios de fé, de resistência e de valores, estas atitudes sempre se manifestam em pequenos fatos do dia a dia, aspetos cheios de ternura e respeito ao próximo. Na família, os timorenses têm se habituado em viver coletivamente e sempre consideram outras pessoas como uma família. Isso mostra-se pelo respeito dos nomes que atribuem, por exemplo: a pessoa com idade, chamam-lhe como avo, tia/o, mana/o. Os povos timorenses são muito acolhedores, simpáticos, sempre com um sorriso, gostam muito de cumprimentar “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite” a alguém que a encontra na rua independente da relação que estes têm. Eles também atribuem nome aos estrangeiros, chamam-lhes “malae” (estrangeiro) e perguntam-lhe “para onde vai?” ou “Ba nee be?” (em tétum).

Em Timor-Leste, nas cidades ou em outras regiões os visitantes provavelmente encontrarão algumas crianças que se aproximarão, enquanto aos visitantes fazem uma caminhada ou um passeio pelas ruas. Elas são simpáticas, amigáveis e muito sorridente, portanto, não hesitem em deixar elas se aproximarem.

Quanto a maneira de vestir, em Timor-Leste, é muito comum a mulher se vestir de calças e camisa ao banhar-se na praia ou na

piscina, o uso de fatos de banho com tamanhos reduzidos é muito raro. É aconselhável às estrangeiras que cubram seus ombros e não utilizem roupas muito curtas e que mulheres não viajem sozinhas, especialmente à noite. Também é recomendável aos homens que ao fazerem visitas aos lugares turísticos, como o Cristo Rei, em Díli, ou o Monte Ramelau, não as façam sem camisa, o que pode ser considerado desrespeito pelos timorenses.

Em Timor-Leste a forma de cumprimento ou saudação é semelhante na maioria dos países da asiáticos, normalmente um cumprimento feito simplesmente com um aperto de mão. Mas na capital, as pessoas não têm quaisquer problemas, nem complexos em darem dois beijos nas faces das pessoas do mesmo sexo. Os timorenses também têm um costume de beijar na mão das pessoas que ainda tem relação familiar (tio/a e avôs), aos mais velhos e as autoridades religiosas principalmente católicas.

Relativamente a gestão do tempo, de forma geral a maioria das populações ainda não sabem gerir bem o seu tempo. Bem sabemos que uma boa gestão do tempo implica uma correta organização pessoal e uma constante monitorização das tarefas e do tempo necessário a cada uma delas. O incumprimento dos horários pelos colaboradores ou membros profissionais é uma realidade presente nas cerimónias tanto nas reuniões. Quase sempre existem as pessoas a chegar atrasadas.

No que diz respeito a lenda do crocodilo que foi referido acima,

trata-se de uma lenda muito antiga da história da criação de Timor-Leste (Paulino, 2017)¹⁵⁶. Até ao presente, o crocodilo é respeitado e admirado pela uma parte da população como animal sagrado, é considerado como seus antepassados, chamam-lhe de “avô”. A costa de Timor-Leste possui muitos crocodilos, contudo, o abate do animal ainda é uma questão delicada por conta de sua forte presença na cultura Leste-timorense e seu caráter sagrado. Portanto, tenha cuidado nas praias em Timor-Leste, pois em algumas delas o banho não é recomendado devido ao grande número de crocodilos.

Em Timor-Leste, as pessoas, na maioria os adultos e os jovens, são grandes admiradores das seleções de futebol portuguesa e brasileira e na grande maioria das vezes, gostam de vestir as camisas da seleção de Portugal ou do Brasil e não a de Timor-Leste, necessariamente. Além do futebol e do bilhar (pode ver muitas mesas por toda a parte), outro desporto mais popular é a luta de galos (Futumanu). Esta luta de galos está profundamente enraizada na cultura do país e pode ser encontrada em qualquer mercado local, com jogos e apostas sendo feitas abertamente, principalmente nos fins de semana, gerando grandes competições.

e) Estrangeiros em Timor-Leste

No que se refere à entrada de estrangeiros em Timor-Leste, há que se registrar que o controle da imigração está presente em todos os

¹⁵⁶ Fonte: <https://doi.org/10.4000/aa.2175>, Acesso em 2020.

postos de fronteira sejam eles: terrestres, aeroportos e portos marítimos. O controlo da imigração é uma atribuição de dois ministérios e uma secretaria do Estado: Ministério da justiça, dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Secretaria do estado da Formação Profissional do Emprego (SEFOPE). Ao Ministério da Justiça compete, essencialmente, o controle dos estrangeiros após sua entrada em território nacional e a aplicação da política de imigração desde a concessão de visto, prorrogações, transformações de vistos, permanência, até medidas menos “simpáticas”, como a extradição. Cabe ao SEFOPE estabelecer diretrizes e orientações de carácter geral no que concerne à autorização de trabalho a estrangeiros. O Departamento da Imigração é responsável pela emissão de vistos à chegada em Timor-Leste, em estreita coordenação com a Direção de Assuntos Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Para os cidadãos estrangeiros que queiram viajar ao Timor-Leste, recomenda-se, ainda, que antes de viajar, é importante contactar uma Embaixada ou Consulado do país para certificar-se dos requisitos de visto de entrada e permanência. Os estrangeiros podem entrar em Timor-Leste com um visto antecipado ou podem entrar como turista por um tempo determinado. Os requisitos básicos para obtenção do visto são:

- 1) Portar passaporte com data de validade não inferior a seis meses a contar da data de entrada em Timor-Leste, com pelo menos uma página inteira não utilizada para a vinheta de visto;

- 2) Possuir um bilhete de viagem para o regresso ou para continuar a sua viagem, ou ainda demonstrar capacidade para financiar a sua própria partida;
- 3) Pagar US\$ 30.00 (trinta dólares norte-americanos) em numerário pelo visto. No posto de fronteira pode não existir nenhuma máquina ATM ou instalações para operações de câmbio (Serviço de Imigração do Timor-Leste¹⁵⁷).

Os titulares de passaporte português, não necessitam de visto para entrar em Timor-Leste, desde que a permanência em território timorense não exceda o limite máximo de 90 dias. Para maiores informações, *download* de formulários, endereço do Serviço de Migração em Díli, contatos das Embaixadas de Timor-Leste, e informações sobre outros tipos de vistos (critérios, condições e taxas para a Fixação de Temporária e Permanência) pode ser encontrada no website seguinte: <http://migracao.gov.tl>.

Relativamente aos meios de pagamentos de serviços e produtos no país, informa-se que na capital Díli existem muitas instalações das caixas automáticas bancárias para facilitar as transações sem necessidade de levar sempre dinheiro na mão. As máquinas estão instaladas na maioria dos edifícios dos bancos, nos supermercados, nos centros comerciais, e nas estradas principais que ligam as instituições públicas e académicas. Mas as operações e os recursos disponíveis nas caixas automáticas ainda são limitados. O

¹⁵⁷ Fonte: <http://migracao.gov.tl>. Acesso em 2020.

cartão deve ser utilizado somente para consultar o saldo da conta bancária e para o levantamento de dinheiro. Ainda não estão disponíveis para realizar outras transações como: a recarga dos telemóveis, pagamento dos serviços e realizar as compras em online. No que diz respeito aos cartões de crédito, ainda não são aceites para utilizar nos estabelecimentos comerciais em geral. Para viajar aos municípios é aconselhável levar o dinheiro na mão, porque existe menor número de caixa automático bancário nesses lugares, e ainda não se encontra a sua instalação principalmente nas aldeias mais remotas do país.

f) As regras de criação de novas empresas em Timor-Leste

Para criar uma empresa ou expandir as atividades empresariais em Timor-Leste, necessita de conhecer as regras aplicáveis e saber qual é o balcão único nacional competente no país. Este balcão único é intitulado como Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE), permite que os empresários possam realizar várias operações, como reservar o nome da empresa, apresentar os documentos da empresa, efetuar pedido de registo, e ainda divulgar os estatutos da empresa. Desde o seu estabelecimento, o SERVE tem feito um esforço de incentivo ao investimento privado e assentam na simplificação do método para a criação de novas empresas. A introdução da SERVE permitiu reduzir o tempo necessário para abrir uma empresa,

passando de 94 dias para 10 dias (AVM, 2014)¹⁵⁸, e recentemente já é feito em apenas 5 dias. De acordo com o Relatório de Doing Business (2015) emitido pelo Grupo Banco Mundial Timor-Leste, o país também é categorizado como um dos países que mais progrediu ao nível das facilidades para a criação de novas empresas. Portanto para ficar mais claro, o processo de criação de uma empresa ou expansão das atividades empresariais em Timor-Leste pode consultar as informações no site www.serve.gov.tl. Neste site disponibiliza as informações sobre os anúncios públicos do Registo Comercial, os formulários para o Registo Comercial, legislação, entre outras que facilitam todas populações e os estrangeiros na criação ou expansão de um novo negócio (SERVE, 2020).

g) Os principais recursos turísticos em Timor-Leste

No que se refere aos principais recursos turísticos em Timor-Leste, estes aqui serão destacados e também se dirá como estes podem ser visitados. Timor é um pequeno país, a primeira impressão que verá é a da beleza natural da ilha. São praias e grandes florestas tropicais que abrigam nas cadeias de montanhas. Isso será visto, em todo o território do país. A melhor época para visitá-lo é na estação seca (do mês de junho ao mês de novembro), pois é excelente para fazer passeios e viagens. Vale a pena incluir esse recente país em seu

¹⁵⁸ Fonte: <http://avm.biz/conteudo/pt/800/timor-leste-facilita-criacao-de-novas-empresas/>. Acesso em 2020.

destino de turismo, certamente irá surpreender positivamente os visitantes com seus lugares magníficos. Estes são os dez melhores destinos turísticos altamente recomendado para visitar em Timor-Leste e também pode pesquisar na página de Turismo Timor-Leste¹⁵⁹, que é a fonte principal dos dados sobre o turismo aqui apresentados (QueroViajarMais; TripAdvisor,2020):

1. Estátua de Cristo Rei: é uma estátua de Jesus Cristo, fica situada na área de Fatucama cerca de mar de Cristo Rei. A estátua mede 27 metros. É a terceira estátua mais alta do mundo depois de Cristo Redentor do Rio de Janeiro e de Lisboa. Para chegar lá, é necessário subir quinhentos degraus, após a subida terá também uma vista panorâmica de paisagem. É recomendável visitar a estátua de manhã ou da tarde.
2. Areia Branca: uma praia incrível que fica no capital de País. É o lugar mais visitados pelos turistas devido as suas areias fascinantes, as ondas do mar calmo, e um lugar ótimo para o mergulho. Aos redores do sítio há bares e restaurantes que oferecem comidas deliciosas. É aconselhável visitar o local nos finais da semana para desfrutar o dia, e a tarde não se esqueça de assistir o por-do-sol.
3. Estátua do João Paulo II: uma estátua que tem seis metros de altura e quatro metros de largura, está instalada na colina de

¹⁵⁹ Fonte: <https://www.queroviajarmais.com/pontos-turisticos-do-timor-leste/>; e https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g295117-Activities-East_Timor.html. Acesso dez. 2020.

Tasi tolu, em Díli. A construção desta escultura é em homenagem à visita do santo Papa João Paulo II no dia 12 de outubro de 1989.

4. Tasi Tolu: são três lagoas impressionantes, ficam há 8 quilómetros no oeste de Díli. Em 2002, foi designado uma zona húmida da importância nacional devido a sua histórica e cultural. O lugar também acomoda as várias espécies de aves, além disso também abriga as várias espécies de flora como mangrove e eucaliptos. As cores da lagoa também se transformam em cor vermelha em alguns períodos.
5. Ilha de Ataúro: é uma ilha bonita que faz parte do município de Díli com 25km de comprimento e 9 km de largura. A ilha é cheia de potencial turístico como corais, picos e praias maravilhosas como de Beloi e de Akrema. Além de rica por sua beleza natural, a ilha também abriga 253 espécies de peixes. Muito recomendado para os turistas fazer o snorkelling pois os corais existentes são espetaculares, muito coloridos e vivos.
6. Ílhéu de Jaco: fica situada em Tutuala, Lautém. Um lugar magnífico e rico em diversidade, tem praia bonita, com areia branca e muito fina, tem água cristalina com excelente temperatura. É ótimo para o mergulho, pois com a nitidez da água permite melhores vistas em relação aos diversos tipos de corais e peixes.

7. Praia de Com: uma praia linda de areia muito fina, o mar de Com está sempre colorido por uma paleta incontáveis azuis, que fica no posto administrativo Com, município de Lautém.
8. Praia de Wataboo: é uma praia maravilhosa que se encontra no município de Baucau. A praia com água límpida e com as areias brancas. Junto a esta há vegetação muito densa e verde de coqueiros e demais árvores que torna o local deslumbrante.
9. Montanha de Ramelau: Localiza-se no município Ainaro, com 2963 metros de altitude, é a montanha mais alta no país. Mesmo com a altura que esta tem, é fácil de escalá-la. No topo da montanha terá uma visão panorâmica de paisagem, e um ar fresco. Na mesma encontrará a estátua da Virgem Maria. Devido a presença desta, cada ano realizam-se atividades religiosas no local, principalmente peregrinações.
10. Água termal de Marobo: é um lugar com grande potencial de turismo, mas fica num lugar escondido numa área remota. A sua volta há montanhas, florestas, casas sagradas e antigos edifícios portugueses. A água termal contém cálcio, sódio e enxofre que são eficazes para a beleza corporal. Além de isso também é bom para a cura de Diabetes. É recomendável incluir este lugar na sua lista de viagem.

De seguida são apresentadas algumas figuras tiradas pela internet sobre os lugares turísticos mencionado acima e algumas fotografias de atividade de snorkelling na ilha de

Ataúro.

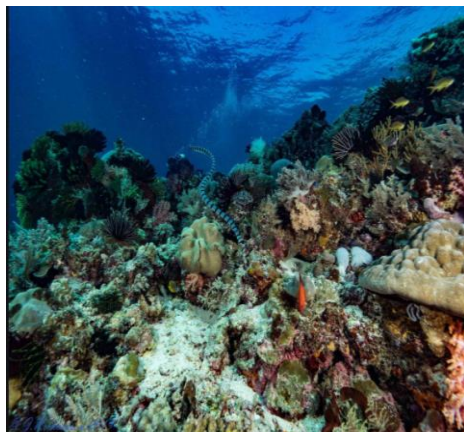
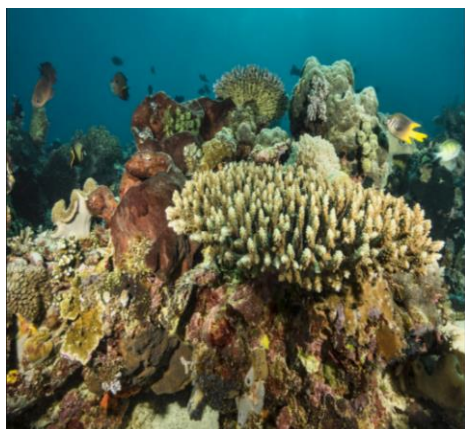
Figura 8: Imagens do Timor-Leste



Areia Branca, Díli
Fonte: Pinterest (2021)¹⁶⁰



Tasi Tolu, Díli
Fonte: Wikipedia (2021)¹⁶¹



Paisagem subaquática, Atauro
Fonte: Matadornetwork (2021); Thecoraltriangle (2021)¹⁶²

¹⁶⁰ Imagem disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/406942516329220935/>. Acesso em jan. 2021.

¹⁶¹ Imagem disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Tasitolu>. Acesso em jan. 2021.

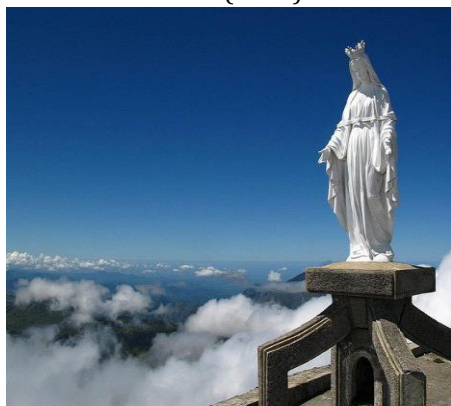
¹⁶² Imagem disponível em: imagem da esquerda: 447



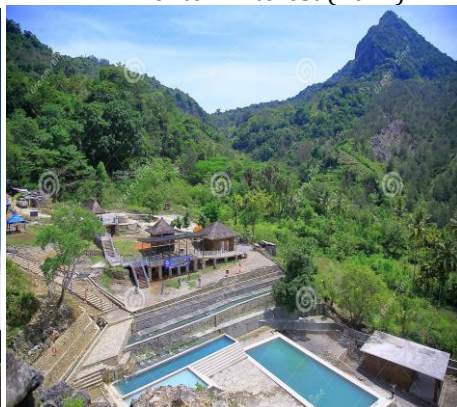
Ilhéu de Jaco
Fonte: Pinterest (2021)¹⁶³



Praia de Wataboo
Fonte: Pinterest (2021)¹⁶⁴



Montanha de Ramelau
Fonte: Viagens Sapo (2021)¹⁶⁵



Água termal de Marobo
Fonte: Dreamstime (2021)¹⁶⁶

<https://matadornetwork.com/read/atauro-island-travel/>; e imagem da direita: <http://thecoraltriangle.com/stories/atauro-island-a-magical-dive-frontier-thats-hitting-radars>. Acesso em jan. 2021.

¹⁶³ Imagem disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/372109987938450141/>. Acesso em jan. 2021.

¹⁶⁴ Imagem disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/703265298045494916/>. Acesso em jan. 2021.

¹⁶⁵ Imagem disponível em: <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-mundo/artigos/ramelau-o-avo-das-montanhas-de-timor-leste#&gid=1&pid=1>. Acesso em jan. 2021.

¹⁶⁶ Imagem disponível em: <https://pt.dreamstime.com/marobo-%C3%A1gua-448>

11.4 TIMOR-LESTE NO SÉCULO XXI EM PLENA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

No mundo globalizado de hoje, onde o desenvolvimento depende do acesso a meios de informação, comunicação e conhecimento, é condição fundamental existir a possibilidade de todos os cidadãos terem acesso a meios tecnológicos que lhes permitam a comunicação fácil e rápida no seu dia-a-dia, quer seja para fins pessoais ou profissionais. Em Timor-Leste, o início da infraestrutura no campo das tecnologias de informação, comunicação e conexão à Internet teve início em fevereiro de 2000, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Moreira (PNUD, 2018). Desde a permissão da telecomunicação em Timor-Leste, as companhias que foram licenciadas em fornecer operador de voz, texto e os serviços de internet são a Timor Telecom, a Telkomcel da Indonésia e a Telemor da Vietnam, (Banco Mundial 2013).

Segundo Kelly e Souter (2014), no final de ano 2012, cerca de 55% da população, ou 620.000 pessoas, tem conexão aos telemóveis (PNUD 2018). Timor-Leste teve um grande crescimento no uso do

quente-natural-paisagem-e-montanha-bobonaro-timor-leste-com-renova%C3%A7%C3%A3o-da-hot-spring-water-foi-de-dezembro-image162488414. Acesso em jan. 2021.

acesso á internet facilitado por telemóvel. Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra que, em 2016, o acesso à tecnologia informação e comunicação, no Timor-Leste, era composto por: usuários ativos da internet são 28% da população, ou 340mil pessoas; usuário ativos dos média sociais são 28% da população, ou 330 mil pessoas; e 89% da população, ou 1,06 milhões de pessoas tem a conexão ao telemóvel. De acordo com União Internacional de telecomunicação as telecomunicações celulares e os serviços de Internet sem fios em Timor-Leste estão a crescer rapidamente. Também segundo o datareportal.com, o usuário da internet e media sociais cresceu bastante; 515 mil de população tem acesso a internet, 410 mil de população tem acesso aos media sociais e 1,45 milhão da população tem conexão com telemóveis. A media social mais utilizada em Timor-Leste é o Facebook, e o Twitter é segundo mais utilizado. Os usuários do Facebook são é predominantemente homens com 65% e as mulheres representam apenas os outros 35%, (PNUD 2018).

Para facilitar a comunicação entre governo e outras entidades, em 2017, o governo criou a Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) TIMOR I.P pelo Decreto-Lei n.º 29/2017. O objetivo principal é para “promover o uso das TIC através da prestação de serviços governamentais (o chamado Governo Eletrónico), estimular e diversificar a economia doméstica e integrar Timor-Leste de forma mais competitiva na economia regional e

global”. Para além disso a “sua implementação implica, além do novo instituto, a criação de um regime jurídico coerente e integrado, formado por um conjunto de leis que garantam um ambiente seguro no uso das TIC, incluindo leis sobre cibercriminalidade, transações eletrónicas e proteção de dados, bem como regulações e instituições relacionadas (DN,2017).

11.5 CONCLUSÃO

Dada a importância que a relação de Timor-Leste tem com outros países de língua portuguesa, o desenvolvimento deste E-book é importante para contribuir de alguma forma com que o espaço da CPLP não exista apenas para realizar as atividades das negociações entre governos e das relações burocráticas dos Estados. Mas que exista também como uma ideia para incentivar as pessoas e as empresas a visitarem, fazerem acordos, negócios, turismo e investirem reciprocamente, bem como divulgar mais o espaço de oportunidade para o mundo. Timor-Leste não é, ainda, o destino mais acessível do mundo, mas é um país democrático em desenvolvimento que está no bom caminho e a trabalhar para desenvolver o país. É um país pequeno, mas com muito para descobrir, desde a sua costa e ilhas, repleta de praias lindíssimas, até ao interior com paisagens montanhosas e pessoas acolhedoras. Sendo um destino recomendável

para visitar e para expandir atividades de negócios.

Este capítulo também apresenta como uma brochura e destina-se a todos aqueles que estão a ponderar ir visitar, criar e expandir negócios, viver, ou seja, trabalhar para o estrangeiro. Nele encontram dicas e informações úteis relativamente a caracterização do Timor-Leste incluindo os dados e informações sobre geografia, paisagem, população, saúde, situações climáticas das regiões, informações e dados económicos do país e a situação atual e atuação do Estado relativamente a presença do COVID19, a cultura e ética do seu povo que o negociador precisa saber antes de negociar com pessoas e organizações do país, bem como as informações do país no século XXI em plena sociedade da informação e do conhecimento. Timor-Leste como outros países têm um acordo para permitir aos respetivos cidadãos viajar e trabalhar em qualquer dos outros países.

REFERÊNCIAS

- Abreu Advogados (2020). Medidas de execução da declaração do estado de emergência em Timor-Leste devido ao COVID-19. 01/04/2020, está disponível em:
<https://www.abreuadvogados.com/pt/noticias/abreu/medidas-de-execucao-da-declaracao-do-estado-de-emergencia-em-timor-leste-devido-ao-covid-19/>
- Atlas Timor-Leste. (2006), Sensus ba populasaun ho uma-kain 2004, Diresaun Nasionál ba estatística.

- AVM (2014). Timor-Leste facilita criação de novas empresas. 29/10/2014, está disponível em:
<http://avm.biz/conteudo/pt/800/timor-leste-facilita-criacao-de-novas-empresas>
- Barbosa, V. J. D. C. (2014). *Relatos fundacionais do imaginário timorense*. Dissertação de mestrado. Departamento de Humanidade, Universidade Aberta.
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3642/1/TME_PM_VitorBarbosa.pdf
- BP, Banco de Portugal (2019). Evolução das economias do PALOP e de Timor-Leste 2018-2019. Lisboa: 2019, está disponível em:
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/evolucaodaseconomias_dos_palope_detimor_leste_2018_2019.pdf
- Coreio da Manhã Canadá (2015). Timor-Leste mantém “enorme” déficit da balança comercial. 06/05/2015, está disponível em:
<https://www.correiodamanha.canada.com/timor-leste-mantem-enorme-defice-da-balanca-comercial-banco-central/>
- Corte Real, B. A. (2007) A língua portuguesa e a sua (dis) paridade com o tétum, Lição sapiência na abertura oficial do Ano Académico 2007/08, no seminário de São Pedro e São Paulo, Timor-Leste.
- Cunha, L. M. P. D. (2013). *O impacto da cultura e sociedade europeias em Timor-Leste: aspectos de transculturação e de globalização*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal. Está disponível em:
<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9920>
- De Brito, R. H. P., & Bastos, N. M. O. B. (2008). " Hello, mister", " Obrigadu barak" e " boa tarde": desafios da expressão linguística em Timor-Leste. *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos*

Países de Língua Portuguesa, 2(3), 235-247. Está disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/879/87920319.pdf>

DN, Diário de Notícias (2017). Timor-Leste aprova Instituto de Tecnologias da Informação e da Comunicação. Está disponível em:
<https://www.dn.pt/lusa/timor-leste-aprova-instituto-de-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-8545032.html>

General Directorate of Statistics Timor-Leste. (2015). "Population and Housing Census 2015". DGE, Díli, Timor-Leste. Está disponível em:
<https://www.statistics.gov.tl/wp-content/uploads/2015/10/1-Preliminary-Results-4-Printing-Company-19102015.pdf>

Kelly, Tim, and Souter D. (2014), *The Role of Information and Communication Technologies in Postconflict Reconstruction*. World Bank Study Series. Washington, DC: World Bank.

Mendonça, A., Carvalho, M. L. D. S., & Rego, M. D. C. (2016). Desenvolvimento humano em Timor-Leste—assimetrias, na qualidade de vida, entre o rural e o urbano. In *Proceedings do VIII congresso da APDEA, ESADR*. Está disponível em:
<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/20207/1/Desenvolvimento%20humano%20em%20Timor%20FINAL.pdf>

Neves, E. D. J. D. (2011). *Instâncias de poder e mudança linguística: um estudo a partir de análise de empréstimos em jornais timorenses*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25052011-160813/en.php>

Paulino, V. (2017). As lendas de Timor e a literatura oral timorense. *Anuário Antropológico*, (II), 157-179. Disponível em:
<https://doi.org/10.4000/aa.2175>

Plano Estratégico de Desenvolvimento, Timor-Leste 2011-2030, está

disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf

QueroViajarMais (2020). 10 Pontos turísticos do Timor-Leste, na Ásia. Está disponível em: <https://www.queroviajarmais.com/pontos-turisticos-do-timor-leste>

Ribeiro, A. (2017). *Timor-Leste: políticas públicas para o desenvolvimento do setor turístico*. Dissertação de mestrado. Escolas de Ciências Sociais, Universidade de Évora. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/22069>

Ribatejo Global (2020). Timor-Leste. Está disponível em: <http://www.exportribatejo.com/pt/Mercados/Details/13>

RTP (2015). Timor defende que combate à pobreza deve ser tratado devidamente na CPLP, 30/04/2015. Está disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/timor-defende-que-combate-a-pobreza-deve-ser-tratado-devidamente-na-cplp_n824717

Serra A. M. (2006). Timor-Leste: o petróleo e o futuro. Está disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/844/1/CESA-DT_71-2006.pdf

Sousa, L. D. (2016). *Potencial geopolítico da língua portuguesa para Timor-Leste*. Dissertação de mestrado, Universidade Minho, Portugal. Está disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40948/1/Lucas%20de%20Sousa.pdf>

Timor-Leste Population and Housing Census. (2015), Analytical Reporto in Agriculture. Vol 12, GDs, Fao and UNFPA, está disponível em: <https://timor-leste.unfpa.org/sites/default/files/pubpdf/2015%20Census%20A>

griculture%20and% 20Fisheries%20Report.pdf

Timor-Leste, Governo da República Democrática de (2020). Diversas informações. Está disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/>

Timor-Leste, Governo da República Democrática de. Comissão Nacional de Trabalho aprova salário mínimo para o sector privado. Está disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?p=6964&lang=pt>

Tripadvisor (2020). O que fazer: Timor Leste. Está disponível em :https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g295117-Activities-East_Timor.html

Viegas, H. M. S. (2016). *Caracterização das Condições Climáticas em Timor Leste para o Dimensionamento de Pavimentos*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia, Universidade Porto. Está disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/85099/2/139261.pdf>

WFP.org, World Food Programme (2015). Hunger Map 2015. Está disponível em:
http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/communications/wfp275057.pdf?_ga=1.34147937.1523482129.1485276316



EDITORA CCTA